Carlos C. Corrêa

SERRA DA SAUDADE

C. Cunha Corrêa

★

SERRA DA SAUDADE

Belo Horizonte
1948

Digitalizado por Antônio Carlos Oliveira Corrêa, em 2012. acoliveiracorrea@gmail.com

Incide em contração o exemplar não rubricado pelo Autor.

Rubrica do Autor

Ao Dr. Milton Soares Campos,

mineiro de escol, expoente da tradição

democrática montanheza,,

homenágem sincera do

Autor

SERRA DA SAUDADE

JUSTIFICANDO

TODOS devemos tudo ao cantinho da terra que nos viu nascer, crescer, rir, chorar, encalvecer, e que nos há de receber em seu carinhoso seio. De ser obscuro e ignorado não tem culpa: culpados e dignos de censuras somos nós mesmos, não raro renegando, desdenhosos, do berço humilde. Dando-lhe tudo que somos não lhe teremos, entretanto, dado em demasia. Tudo dêle, sejam embora banalidades deveras banais, tem para a gente um sabor estimável.

Só os que temem os assuntos medianos e fogem a êles ou não sentem êsse especial sabor regionalista, chamarão a isto bairrismo ou lá o que mereça, que o mesmo é como se dissessem gôsto de voar rasteiro.

Donde vem, certo, que os historiadores de longo fôlego, em vôos altaneiros para visões amplas, não curam, à semelhança dos antigos pretores romanos, de bagatelas que não julgam dignas de si e da sua obra, e só atentam ao conjunto de fatos e acontecimentos essenciais, generalizando. Assim, desbastam da História os pormenores, os incidentes secundários, as nugas: são os profetas maiores, merecidamente acatados. Vem, então, o malsinado bairrismo, teimoso, que leva Machado de Assis a dizer que "a terra natal, mas que seja uma aldeia, é sempre o paraíso do mundo", *vem e pega dos profetas menores, de vôo rasteiro e os manda recolher as migalhas históricas, que nem com serem ninharias deixam de fazer parte integrante do todo, embora encolhidinhas no fundo do grande quadro.*

Assim que, ides ler aqui (se me outorgardes esta distinção) bagatelas sertanejas, até porque em História não cabe a originalidade senão no modo individual de ver e interpretar: os fatos acontecem, não se inventam nem se adornam de fantasias. A gente apenas extrái da tradição oral, segura e verídica, dos cartórios e arquivos poentos, de documentos particulares esparsos muitos fatos que já vão ficando esquecidos e procura interpretá-los o melhor que pode.

Pôsto que a história do sertão se venha elaborando modestamente, com material próprio, grosseiro mas não de empréstimo, não cause estranheza que, em se tratando de parcela mínima do País, de assuntos regionais que não logram entrada em obras de grande tomo, eu me socorra das generalizações, das interpretações versadas pelos mestres para harmonizar as singularidades, as miudezas, as partes mínimas com o grande todo.

Traçando, por isso, preliminarmente, o vasto triângulo dentro do qual se operou a formação étnica inicial, e de cujos lados o primeiro se dilata da Guanabara ao Maranhão, o segundo daqui à Serra da Canastra, e o terceiro partindo da Guanabara a esta Serra, onde se concentraram várias nações de amerícolas acossados do litoral, tento demonstrar como penso que se elaborou o caldeamento dos povos do alto São Francisco.

Não pretendo, certo, haver conseguido trabalho completo, à mingua de muitos dados indispensáveis; mas penso ter algo facilitado o caminho a futuros pesquisadores para quando nossos arquivos públicos lograrem recolher o precioso material esparso pelos cartórios do interior e em mãos particulares; quando, em suma, maior interêsse houver por assuntos regionais mineiros. Assim, quem depois de mim vier, de mais vigor e capacidade, certamente aqui encontrará meio caminho andado para fazer obra completa no tocante à região em lide. Se para tal êste trabalho servir de estímulo à mocidade patrícia, que aí vem, terei por bem recompensado o meu esfôrço.

O sertanejo quase se pode dizer que ainda não encontrou seu verdadeiro intérprete, pois os escritores, notadamente romancistas que têm explorado o tema das peculiaridades da roça, costumam gizar apenas os aspectos ridículos do caipira, laivando-o de defeitos, alguns reais, imaginários outros, dizendo-o incapaz de compreender e interpretar a vida. Para darem às suas obras um colorido pitoresco, uma novidade humorística para desopilar o leitor, exageram as baldas do tabaréu e silenciam as boas qualidades, que as tem, muitas, forcejando de criar uma literatura folclórica em boa parte fictícia. Ao defrontarmos, porém, o sertanejo real, de carne e osso, vêmo-lo um tanto diferente do tipo descrito em romances e contos. E' certo que o padrão de vida em várias regiões, seus hábitos e costumes não são europeus, nem indígenas puros, nem africanos; tem seu colorido especial, nada se assemelhando com a cultura litorânea. Sua forma de vida ainda é uma luta surda, silenciosa, entre a cultura importada da Europa, que teima em dominar, e a indígena, que se obstina em persistir. E neste puxar para o que é importado e já vem dominando na Capital do País, e empuxar para o que é pri-

mitivo, a cultura sertaneja está ainda em estado embrionário. Só os próprios sertanejos, ou quem entre êles conviveu, poderão escrever sua história sem fantasiar.

A missão de escritores, que quisessem se ocupar dêles, deveria ser incutir-lhes no espírito o culto da pátria num amor consciente e sadio; revelar-lhes os fatôres que modelaram sua formação; aplaudir a obra de seus antepassados humildes e obscuros que, em meio a lutas ingentes e dificuldades múltiplas, formaram um arraial; mostrar-lhes que, parcela embora mínima da Pátria, devem impor-se o dever de lutar por ela e trabalhar por engrandecê-la. Nisto estaria a missão do escritor patriota e não o vêzo de ridicularizar as baldas do sertanejo, que pode ser retrógado mas não incapaz de progredir. Convencê-los de que não são culpados de seus defeitos, e sim os administradores ou reformistas teóricos que, andando e desandando de êrro em êrro, de equívoco em equívoco, mandam, quando mandam, ensinar-lhes apenas a ler e escrever mal, sem ensinar a viver bem. Apontar-lhes as falhas, não com intuito de humilhações com risotas, mas para mostrar que são fàcilmente corrigíveis e que devem corrigí-las.

Não faço aqui a apologia do sertanejo da atual geração, mas da sua descendência que pode ser sadia, forte, rija, extreme dos males da civilização do litoral, se, preservando-se dêsses males, receber ensino que a habilite a melhor interpretar e compreender a vida.

Devo aqui exprimir meus agradecimentos ao genealogista Ary Florenzano, residente em Lavras, pelos dados que me forneceu extraídos de cartórios daquela cidade, bem como ao professor Olímpio Gonzaga, de Paracatu.

Aos drs. Fausto Alvim e Vinicius Meyer consigno aqui minha gratidão, pelo estímulo e cordialidade com que acolheram a idéia desta publicação.

Rio, Maio de 1948.

C. CUNHA CORRÊA

PRIMEIRA PARTE

A Formação Nacional

CAPÍTULO I

Generalidades

A N D A muito controvertido êste tema da formação étnica brasileira. Muito controvertido, e nublado, e desnorteante. Em tanta maneira que, quem procura compreender nìtidamente e analisar com isenção de ânimo o fenômeno da fusão das raças que aqui se puseram em contacto, quanto mais lê e relê obras da literatura nacional sôbre a tese, mais aturdido se sente diante de tantos conceitos divergentes no empenho de deslindar a trama das fôrças étnicas que regeram o nascimento da gente brasileira e ainda a estão afeiçoando. A divergência advém, ao que parece, de se colocarem alguns em ângulo muito amplo e pretenderem uniformizar um caldeamento que foi dissimil, variando consoante as diferentes regiões onde se operou; talvez venha ainda (e vá em forma dubitativa) do subjetivismo de outros, que escrevem o que mais lhes quadra ao sabor, como se fôra defesa em causa própria; pode, também, ser ocasionada pela ausência de estatística e especificação dos primeiros europeus convergentes para a nova colônia lusitana; virá, finalmente, de muitas outras causas, como v.g., o se pretender seja presente o que ainda é futuro.

Como quer que seja, para chegar à gênese e evolução dos povos do alto São Francisco, Minas, aventuro abeirar-me preliminarmente da debatida tese, sem a veleidade pueril, nem era mister dizê-lo, de acêrto definitivo.

"O Brasil é o produto do caldeamento de portuguêses com índios e negros", era o conceito axiomático, que vinha sendo enunciado com foros de verdadeiro, fazendo, nessa tríade racial, correr por conta exclusiva de portuguêses a contribuição do elemento branco. Mas já agora, em pronunciado movimento africanófilo que se esboça, busca

pessoais, se coloque o problema no quadro preciso da nossa realidade histórica, em bem, em honra e glória da nossa formação étnica, consoante a variedade diversificante do caldeamento no tempo e no espaço, sem desprezar nem desluzir a contribuição de todos os elementos nêle participantes em maior ou menor grau. Sem os exageros extremistas daqueles que, para exaltarem um dos elementos, rebaixam ou eliminam outro, reconheçamos a justeza do meio têrmo em que se coloca o padre Serafim Leite:

> "Os dois polos onde gira a nacionalidade brasileira são índios e Portuguêses. *Outros elementos*, se lhes vieram conglutinar depois, em proporção maior ou menor, quer europeus, quer africanos, esta última contribuição valiosa com certeza, não tanto como se exagera modernamente. Aquêles, porém, tendo por si o tempo e o número, constituem a massa substancial da nação brasileira" (Introdução de *Novas Cartas Jesuíticas* — grifo meu).

Síntese precisa que bem situa e equilibra o tema tão desfigurado pelos corifeus das exaltações exageradas e dos rebaixamentos injustos.

Para se avaliar o que foi e ainda está sendo a contribuição de cada nacionalidade à formação étnica brasileira, basta, apenas, descendo a particularidades e minúcias de episódios coloniais, se desenvolva a tese em tôrno dêsse pensamento imparcial de harmonia com o nosso passado histórico e a realidade do ambiente atual, mondando as demasias de opiniões privativas. E' o que tentarei resumir nos capítulos desta primeira parte, não sem acentuar que ainda estamos longe da maturidade na formação nacional. Isto não é de admirar nem de nos causar desapontamento, se se atender que as nacionalidades européias consumiram mais de um milênio para atingir a atual formação de seus tipos característicos. E assim, tendo de versar tema tão controvertido, não poderei fazê-lo mui resumidamente, em palavras racionadas.

CAPÍTULO II

Pau-Brasil, Selecionador Eugênico

Vai sendo, lento e lento embora, retificado e mondado de exagêros ilógicos o capítulo da escravização brasilincola, argumento principal dos indianófobos que se demasiam na balela do extermínio do gentio a ferro e fogo, e, concludentemente, da sua nula coparticipação no caldeamento.

Antes de ir adiante, convém pôr em relêvo duas verdades históricas incontestadas.

A primeira é que, no decorrer do XVI século e ainda além, dois foram os grupos de reprodutores brancos afluentes da Europa para o nosso País, com finalidades diferentes: o dos colonos e o dos traficantes de pau-brasil. Aos do primeiro grupo, menos numerosos, nem só faleciam recursos para a escravização, como lhes fôra vedada por Duarte Coelho (*que preferia enforcar portuguêses a consentir que o seu gentio fôsse sacrificado*), por Tomé de Sousa, Mem de Sá e seus sucessores. Até ao govêrno desatinado de Duarte da Costa (1554), pode afirmar-se que não era praticada de modo que desse para extermínio da raça nativa. Não escravizavam os homens e antes se deixavam prender pelas Evas do paraíso americano.

Aos do segundo grupo, mais numerosos, flutuantes, vindo e regressando depois de uma permanência mínima de 50 dias, não interessava a escravização, antes angariavam a boa amizade do americano.

A segunda verdade é que, durante mais de um século, a totalidade, ou quase, das nações indígenas litorâneas, as mais valentes e belicosas, sempre mantiveram com os brancos alianças militares e de sangue: umas irmanadas com franceses contra portuguêses, outras aliadas dêstes contra aquêles. Tôdas, pôsto que em campos opostos, sempre entrelaçadas com reprodutores europeus.

E' notório que desde abril de 1500, quando bem *vinte ou trinta pessoas* da armada de Cabral se foram com "moças, bem moças e bem gentis" (Vaz Caminha sòmente relata o que *viu*), jamais cessou a intensiva miscegenação euro-amerindia, por dois séculos no mínimo.

Eram numerosos os índios (então chamados *brasis*), sabidos em todos os dédalos da mataria, perfeitos conhecedores dos meandros e dos desvãos e das socavas da Pindorama, atreitos ao relento em que nasceram e se criaram, alimentando-se mais dos produtos espontâneos da natureza, senhores do ambiente em que se enrijaram pelas continuas e duras guerras tribais; por tudo isto e outros atributos, custaria a crer que, na primeira metade do XVI século, os adventícios europeus, ainda mal instalados e mal firmados na terra indevassada, tacteando aqui tacteando ali, fôssem capazes de capturar e reter no acanhado âmbito de seus primeiros pousos, provisórios, alguns dêsses amantes incorrigíveis da liberdade, altivos, belicosos para quem a pusilanimidade, a covardia era a maior vergonha.

Não há pensar nessa possibilidade para o europeu recem-vindo, de atitude titubeante no cenário estranho, desajustado, antes do conhecimento, da conquista e da fixidez imprescindíveis no seu novo *habitat*. Era outra a paisagem, outro o continente, outros os habitantes.

Não que o luso não aspirasse a isto, como fizera na África desde 1446, quando, dizem, o erário régio arrecadou os *quintos* da primeira partida de escravos africanos. Mas, por ora, minguavam-lhe recursos aqui; no caso dos africanos, eram retirados do seu continente para outro inteiramente estranho e separado das selvas pátrias pelo oceano; aqui os nativos, por ventura escravizados nesse início colonial, haveriam de ser conservados no próprio ambiente, o que assaz dificultaria a vigilância e facilitaria a fuga, senão a represália desafrontadora.

Assim, na primeira metade do século XVI não há admitir a escravização, pelo menos em proporção que desse início ao exterminio de índios.

Certo, ainda, que nem o escravizar era motivo de interromper o caldeamento, tal como, mais tarde, vai acontecer com os escravos africanos, no Brasil.

No período que se convencionou chamar pré-colonial — do descobrimento à criação das donatarias em 1533 — excetuados escassos degredados, náufragos ou desertores, embarcavam, sem constrangimento, rumo feito à terra do pau-brasil e das mulheres nuas e libe-

rais, tão sòmente os numerosos marujos, de várias nacionalidades, das emprêsas traficantes da madeira aqui abundante e largamente empregada na indústria têxtil européia, e, menos numerosos, os tripulantes das expedições de reconhecimento e dos guarda-costas. Portugal arrendava a exploração da madeira a companhias para isso organizadas; os estrangeiros, notadamente franceses, contrabandeavam, pirateavam.

Das armadas em trânsito para as Índias era rápida a estada nas praias brasílicas, para se *refrescarem*.

Os homens do tráfico eram desassombrados *aventureiros* (1), náutas audaciosos e alentados em tôda a plenitude da energia moça, não trepidando afrontar o *mar tenebroso* em frágeis barcos a vela, desafiando perigos, acotovelando-se, durante meses (2) com uma gente desconhecida, inculta, de costumes primitivos, para a colheita do carregamento das naus. Que, então, eram bem-vindos, baste atentar em como foram acolhidos pela bugrada Cabral, Caramuru, Ramalho, Antônio Rodrigues, Martim Afonso e, logo depois, Tomé de Sousa, os Jesuítas e não sei quantos anônimos, ausentes das velhas crônicas.

Para os índios nem havia, então, suspeitar de propósitos escravistas, nem os traficantes de madeira cogitavam nisso, senão na boa amizade para obtenção dos carregamentos: o trabalho era livre e os silvícolas o executavam de boa mente, atraídos pelas quinquilharias berrantes e ferramentas que muito lhes aliviavam a extração da madeira e todo o mais serviço.

A maruja aventureira das emprêsas traficantes, pujante, pletórica de vigor, de impetuosidade, era bom elemento reprodutor sob o aspecto eugênico: não vinham os pusilânimes, os desalentados de organização tolhiça, os madraços e vencidos que se não animavam a enfrentar os múltiplos perigos da demorada travessia atlântica e do desembarque em terra de lendas apavorantes, de feras devoradoras e de monstruosos ofídios que tragavam a homens e animais. A marinhagem destemerosa e valente, fôsse lusa, fôsse francesa, não temendo antes desejando o contacto com a bugrada, de cujo trabalho muito depen-

---

(1) — Tome-se o vocábulo no bom sentido, como verificou João Camilo de Oliveira Tôrres, "O Homem e a Montanha."

(2) A média de permanência para carregamento e suprimento alimentício de cada embarcação pode avaliar-se em 60 dias, e a da tripulação em 50 homens, como se tira do relato das naus *Bretôo* e *La Pèlerine*. A primeira chegou a 15 de abril de 1511, com uma tripulação de cêrca de 46 homens e zarpou a 27 de julho (103 dias de permanência) com um carregamento de 5.000 toras de madeira. A segunda, tripulada por 120 homens, chegando a Pernambuco em fevereiro de 1531, depois de certas peripécias com portuguêses e índios, ali fundou uma feitoria onde deixou cêrca de metade da tripulação, e só em junho zarpou para a França, levando 5.000 quintais de madeira, 300 ditos de algodão, 600 papagáios, 300 peles de onça e outros produtos. Cada quintal corresponde a 58 quilos e 758 gramas. (Veja-se "DO ESCAMBO À ESCRAVIDÃO", de Alexander Marchant, trad. de Carlos Lacerda).

dia, entrou logo a disputar, com afinco, a amizade dos nativos em congraçamento comercial e amoroso. Fazendo-se de vela para o Brasil, deixava nas unhas do Santo Ofício e nas malhas das Ordenações o pudico manto de José do Egito.

Vinha para um mundo novo em que não se usavam capas bíblicas. E a luxúria vegetal das selvas virgens, onde abundava a madeira cobiçada, se fêz cúmplice da lascívia humana na formação da nova casta de gente mestiça, que se agigantou na conquista desta grande Pátria.

Era que os aventureiros vinham, todos, visionando êsse conchêgo cordial, fecundante. Não compreendiam o linguajar um do outro; mas entendiam da universal sintaxe de concordância genésica. Enquanto os índios se entregavam à azáfama devastadora das árvores cobiçadas, a marujada plasmava com as moças a casta de mamelucos. Nem tudo isto foi passageiro, que muitos dos traficantes ficaram vivendo maritalmente.

Dobrado o primeiro período, entra o das donatarias, de 1534 até a vinda de Tomé de Sousa, em 1549.

Sôbre continuarem intensas as atividades exploradoras da madeira, trazem agora os donatários, como Martim Afonso, um novo e bom elemento eugênico, que tais eram os remanescentes do Portugal heróico, escapos da orgia mercantilista das Indias, causadora principal da corrupção e degenerescência lusitanas. Eram, também êstes — parentes e acostados dos donatários — moços ousados, destemidos, que não vinham por uma riqueza já feita e pronta para embarque, como acontecia no Oriente, mas criar, com trabalho sudoroso, uma fortuna problemática, deveras aleatória. Não escravizavam, que não lhes sobejavam recursos para perseguir e oprimir o gentio; ao revés, dêles houve, senão escravizados, tolhidos pelas tribos hostis, vendo arruinadas as suas donatarias.

Apenas, já ao cabo dêsse período, — em 548 e 49 — houve um ensaio de escravização para a incipiente lavoura: tratava-se, porém, de prisioneiros feitos em guerras tribais e resgatados pelos brancos. Não dava para extermínio da raça.

Isto ocorria da parte de poucos fixados nas donatarias não malogradas, porquanto a política, a atitude dos traficantes de madeira, que operavam independentes das donatarias, guardava a orientação inicial, a boa amizade do gentio, pois que, já agora, escasseando a madeira na orla próxima ao litoral, mais dependiam do trabalho indígena para o

côrte dos toros e seu penoso transporte rumo às praias afastadas. E o intercâmbio comercial continuava a ensejar o contubérnio fecundante, inevitável.

CHEGA Tomé de Sousa, (1549), e com êle os primeiros jesuitas, para inaugurar o terceiro período — o dos governadores gerais. Período em que se apresta a brava luta para decidir se a colônia continuaria dos portuguêses ou se passaria aos traficantes franceses, numerosíssimos que êstes eram e avantajados nas alianças militares e genésicas com os índios. Era o inquietante dilema que de há muito Martim Afonso mandava ao Reino já em comêço de decadência: — povoar e defender a colônia ou vê-la tomada por aquêles traficantes confraternizados com as mais valentes nações gentias.

Antiescravagista, que já o era de seu natural antes de o ser pelas recomendações régias que trazia, o primeiro governador aviva, estimulando-a, a política da boa vizinhança e amizade com o ameríndio, nesse empenho secundado pelo impertérrito campeão da liberdade indígena — o padre Nóbrega. Traz cêrca de mil colonos, não importa saber se todos moralmente bons ou maus: eram valores humanos, eugênicos, acrescidos à infatigável faina genésica dos exploradores comerciais do pau-brasil.

Já a êsse tempo podia o padre Nóbrega dizer que a população, mestiça de cristãos e índios, se achava *multiplicada* pela mataria. E continuou essa multiplicação poligâmica durante os quatro anos fecundos e fecundantes da amistosa e paternal governança de Tomé de Sousa — multiplicação que se operava nem só com ameríndias puro-sangue, senão também com as mestiças já numerosas, vindas de uma miscegenação de mais de meio século. Tomé de Sousa e Nóbrega, amigos, de mãos dadas, tornam-se, no conceito de Calógeras, os fundadores do Brasil: "Sossêgo, respeito à autoridade, justiça, organização da vida econômica e social, a ambos se deveram".

A síncope que sobrevém a êsse ritmo, no agitado govêrno (ou desgovêrno) do desastrado Duarte da Costa, não perturba nem interrompe as atividades comerciais e genésicas dos comerciantes de madeira: ao contrário, a fraqueza, os desmantelos da sua administração mais estímulos trouxeram aos traficantes, notadamente aos franceses que iam firmando pé na colônia. Houve escravização, mas coisa de pouca monta. Nem êle, nem seus colonos agricultores podiam escravizar ou exterminar tanto que não sobrassem dezenas de milhares de índios, no litoral, com os quais Mem de Sá e Estácio de um lado, e do outro os france-

ses, formassem as valentes tropas para uma luta renhida, que se prolongou até 1616.

Para remediar o mal feito por êsse desgovêrno, vem Mem de Sá (1557). Tão depressa chega, como reata a política pacifista de Tomé de Sousa com o gentio, de cuja colaboração muito precisava na campanha a empreender contra franceses e tribos hostis ao partido luso. Combateu a escravização que os colonos ruralistas haviam encetado e teimavam em manter, só permitindo a dos prisioneiros em guerra, feitos nas tribos contrárias, e estimulou o congraçamento, as alianças carnais com os domesticados e amigos. Foram dezesseis anos de govêrno profícuo (de 1557 a 572), durante o qual incorporou à nascente sociedade brasileira milhares de índios, quer amigos, quer adversários, que os jesuitas conseguiam chamar à grei católica. Dêles muitos eram, não há dúvidar, mestiços de traficantes franceses. Essa política, com pequenas nuanças, foi continuada pelos sucessores de Mem de Sá até à expulsão definitiva dos franceses em 1616.

Já então a casta de mamelucos era ponderável e poderosa, reconhecendo Calógeras que: "... o mameluco foi aos poucos predominando e alargando o âmbito de sua função histórica e social".

Importa lembrar aqui um paralelo expressivo. E' que nas suas outras conquistas Portugal não conseguiu organizar nacionalidades. Durante 110 anos (desde 1480) os portuguêses invadiram Angola e, sem mulheres brancas, ali cruzaram intensamente com as negras. Não conseguiram formar nacionalidade diferente da angolesa e da lusitana, como aconteceu cá no Brasil, cuja população atual não é portuguêsa, não é amerindia e muito menos africana: é qualquer coisa nova e diferente das três raças. Se lá não conseguiram criar um povo, uma nacionalidade diferente, podê-lo-iam criar aqui sòmente com negros importados? Respondam a isto os indianófobos.

A escravização brasilíncola se acentuou depois de transposto o primeiro século colonial, depois de expulsos os franceses e dado o desenvolvimento da agricultura. Antes disso foi de pouca monta, não causando o extermínio dos milhões de índios encontrados cá. Mas, já então, era ponderável o lastro de mamelucos para formação da sub-raça brasileira. E ainda se deve notar que, no decurso do segundo século colonial, enquanto o Norte escravizava para a lavoura (canavieira notadamente), o Sul escravizava para formar os grandes corpos de combatentes bandeirantes, que iam alargar as fronteiras da Pátria. E a guerra era do temperamento do índio, não o aborrecia. E sôbre tudo isto, as mulheres nativas, fator predominante e decisivo da formação nacional, não eram

escravizadas senão pelo amor: foram as donas dos primeiros lares brasileiros.

Assim, resumindo, ao passo que a agricultura dependia da escravização do homem gentio para os serviços do eito, a exploração do pau-brasil dependia de sua amizade e do amor de suas mulheres.

As vagas humanas, de gente pusilânime, que despovoaram o Reino para convulsionar as Minas dos Cataguases, só vieram depois de devassado e conquistado o País e descoberto o tesouro encantado — vieram colher os frutos das árvores plantadas por outros — pelos mamelucos bandeirantes.

Pau-brasil! Bem haja a árvore que tais frutos produziu — os heróis de Guaxenduba, os vencedores dos Guararapes, os bandeirantes, mamelucos nossos antepassados! Bendita árvore!

CAPÍTULO III

O gaulês

O Brasil, adverte Pedro Calmon, foi obra da emulação internacional. Assim, tomando na história o quadro dos episódios iniciais e seu desenrolar nas lutas com estrangeiros invasores, vêr-se-á que a *semente* branca do caldeamento não foi apenas o português, como se tem dito. O primeiro elemento humano europeu, ponderável, que, disputando a posse da terra ao português, precedeu-lhe na fusão intensiva com o silvícola brasileiro, não há negar que foi o francês. Nem se dirá temerária a afirmativa, se se refletir, mas que seja ligeiramente, no nosso alvorecer para a história.

Descoberto o Brasil em 1500, *refrescada* a armada durante alguns dias, Cabral retoma a rota traçada, de absorvido que vinha pelo fascínio das Índias, não sem deixar na terra recém-descoberta algumas sementes (3) de uma tripulação cosmopolita, de maruja moça e jejuna durante os longos dias da travessia. Depois... depois profundo silêncio, abandono prolongado.

E já aqui é oportuno lembrar que, publicando pela primeira vez em 1572 o poema em que exalta os feitos lusos, Camões não liga à nova terra a importância que merecera; menciona, ligeiramente apenas, o seu descobrimento em sós quatro versos da estância CLX do canto X:

"Mas cá onde mais se alarga, ali tereis
Parte também có o páu vermelho nota,
De Sancta-Cruz o nome lhe poreis,
Descobrí-la-há a primeira vossa frota:"

---

(3) Depois de falar de "*moças, bem moças*", narra P. Vaz Caminha: "E em tal maneira se passou a coisa, que bem 20 ou 30 pessoas das nossas se foram com êles onde *muitos dêles estavam com moças e mulheres*".

Nem uma honrosa menção ao almirante Cabral, que por muito favor poderemos incluir na massa anônima dos *barões assinalados*.

Traficantes por índole, que eram os lusos — ambição que logo mais fê-los escorregar na ladeira fatal da degenerescência, o meio aqui não era propício a êsse peculiar temperamento dos descobridores. Não viam, na terra virgem, apreciável produto já preparado, como no Oriente, para mercância na Europa. Receiosa de ver o Reino despovoado, a metrópole não queria ou não podia fazer aqui colonização estável: seu objetivo precípuo era explorar as divícias das colônias e terras descobertas, auferir o maior lucro possível sem maiores dispêndios do voraz erário régio. Os poucos que vinham, raramente era com a finalidade de povoarem a terra. E' o que havia de verberar Frei Vicente do Salvador: "... dêste modo se hão os povoadores, os quais, por mais arraigados que na terra estejam tudo pretendem levar a Portugal; porque tudo querem para lá, e isto não tem só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem, a deixarem destruída". A metrópole favorecia e estimulava, de início ao menos, o regresso dos súditos aqui enriquecidos. Eram, assim, tênues os laços entre o Reino e a colônia. Mais de um ano após o descobrimento cá apareceu uma expedição, comandada não se sabe ao certo se por André Gonçalves, se por Gonçalo Coelho ou Gaspar de Lemos. A segunda dizem que veio em 1503, trazendo o italiano Vespúcio. Ambas, porém, não traziam finalidade de povoar a terra, senão de fazer o reconhecimento do litoral, nem consta se cá deixassem degredados, como o fizera Cabral.

Em 1506 D. Manuel arrenda terras do Brasil ao judeu tornadiço Fernão de Noronha, que se associa a outros cristãos novos para exploração do pau-brasil: pequeno embrião, certo, de povoamento pela raça semita, e não por genuínos portuguêses. Daí até 1515 passavam pelo Brasil, tão sòmente para se *refrescarem*, as armadas em trânsito para as Índias sedutoras, sempre de maruja cosmopolita que aqui ia deixando, de certo, muitas sementes.

Assim, ao passo que, absorvido na miragem estonteante do Oriente, onde consumia o melhor de sua gente, Portugal se deixava estar a afagar o seu anseio único de traficância e dormia para o Brasil, alguém velava, espreitava, pirateava, comerciando com o gentio brasileiro: era o francês sonhando com uma França moça no Mundo Novo, longe e livre das lutas religiosas.

Desde 1503, reza a História, numerosas expedições francesas entraram a comerciar com os mais valorosos silvícolas da costa, gran-

geando-lhes a amizade, instruindo-os no trabalho de extração de madeiras e plantio de mantimentos, na arte da guerra (que previam com os portuguêses) fornecendo-lhes ferramentas, armas e mais utensílios, mandando-os trabalhar livremente pelas florestas com o engôdo de pagamento em quinquilharias baratas, que eram uma fascinação irresistivel nos índios ingênuos: em suma, atraiam-nos, como não faziam os portuguêses, com palavras abemoladas, com êles cruzando intensivamente e, mais que tudo, insinuando-lhes profundo ódio a portuguêses. E lá andavam os silvícolas, ladeira acima, ladeira abaixo, lombando para as praias as achas de madeiras, que o civilizado embarcava pagando em mesquinhez o que lhe davam com generosidade. Isto de Sul a Norte, pois informa o padre Anchieta que a primeira incursão francêsa à Bahia ocorreu em 1504; e, portanto, os franceses cirandavam por todo o litoral.

Afirma-se que, em 1506, Binot de Gouneville chegou a Santa Catarina, dali rumando para o Norte, donde levou para a França os primeiros indígenas. Atraz dessas incursões de mercadores apoiados por fôrças flibusteiras e chefes de aventuras marítimas, escondia e cevava-se a rivalidade, o despeito e animosidade de reis franceses, que menosprezavam as reclamações portuguêsas: Francisco I, que subira ao trono de França em 1515, havia de replicar a essas reclamações com a ironia de desconhecer a cláusula do testamento de Adão repartindo o mundo pelos monarcas peninsulares. Com isso, o sonho de uma França nova no Brasil era um sonho realengo, e não de simples flibusteiros.

Em via de regra se fala tão só nos dois episódios da *França Antártica* e da *Equinocial,* mas o que é certo é que durante todo o primeiro século colonial, ora aqui, ora ali, se foram fazendo os franceses mais senhores do Brasil do que os portuguêses, e suas tentativas de domínio e de comércio com o gentio se estenderam em tempo e espaço — de Norte a Sul, por tôdas as enseadas do país.

> "Os franceses não desistiram do comércio do Brasil, e o principal foi no Cabo Frio e Rio de Janeiro, terra de tamoios, os quais, sendo dantes muito amigos dos portuguêses, se levantaram contra êles por grandes agravos e injustiças que lhes fizeram, e receberam os franceses, dos quais nenhum agravo receberam, e iam e vinham, e carregavam suas naus de pau do brasil, pimenta, pássaros, bugios e outras coisas da terra, e davam roupa e todo o gênero de armas aos índios e os ajudavam contra os portuguêses e DEIXAVAM MÓÇOS NA TERRA que

aprendessem a língua dos índios, e HOMENS QUE FIZESSEM TER PRESTES AS MERCADORIAS PARA QUANDO VIESSEM AS NAUS" (Anchieta, *Cartas* Inform. Fragm. Hist. e Serms. apud *Estevam Pinto*).

Mais hábeis e maneirosos que os portuguêses, de início aqui presentes quase só nas pessoas de alguns degredados, os franceses, buscando sempre ensejo de incompatibilizar aquêles com o nativo, incutem em tribos até então adversárias a noção de solidariedade, conseguindo dar-lhes a união que tanto vai custar ao português, na sua inicial política de dividir para dominar. Abordoados ao valor belicoso de milhares de combatentes ameríndios, em harmonia e interesseira privança com êles nas florestas litorâneas, alcançam os gauleses firmar domínio ao longo de grande parte das costas brasileiras.

Por volta de 1530, di-lo Calógeras, "seria motivo de hesitação responder se o Brasil se tornaria francês ou permaneceria lusitano, tão forte era a pressão exercida pelos primeiros sôbre os segundos".

Do mesmo sentir é Varnhagem, com afirmar que o país teve que ser *conquistado mais aos franceses que aos índios*".

De feito, quando, em 1522, comandando a quarta expedição ao Brasil, Cristóvão Jaques funda em Pernambuco uma feitoria, que já foi qualificada de *miserável*, replicam os franceses, por acinte e menoscabo, com a edificação de outra, lá mesmo, bem mais forte e defendida, donde ininterruptamente irradiavam seus ataques a portuguêses, acabando por destruirem a dêstes.

Decorridos 29 anos de um comércio e privança intensos com o gentio, aliado sem peia nem riscos, é que a metrópole se mexe um tantinho e manda, em 1531, Martim Afonso para lhes dar caça e *reavivar vestígios* do seu domínio, na frase do citado Pedro Calmon. E efetivamente M. Afonso vem encontrando navios franceses pelas costas brasileiras, com excelente base em Pernambuco, uma guarnição de mais de 100 homens e até estabelecimentos industriais. E é de ver que a de M. Afonso foi a primeira expedição pròpriamente colonizadora que a metrópole mandou.

Com isso não se interrompem, porém, as investidas francesas e o seu comércio com o nativo aliado, ao revés, prosseguem mais intensos e teimosos, pôsto que flutuantes, até que ocorre a tentativa de fixidez com a fundação da França Antártica, na Guanabara, em 1555. Ora, nesse ano, salvante parte de Pernambuco e Bahia, todo o litoral estava sob o domínio dos franceses. Quando Villegaignon aporta à Guanabara, como que chega a uma terra que já era dos seus, pois que só ao Rio

de Janeiro os franceses mandavam mais navios do que os portuguêses a todo o Brasil: ao Norte apareciam no Rio Paraíba, anualmente, mais de 20 naus francesas, segundo diz Frei Vicente.

Tido e havido por terra de todos, aonde aportavam expedições de diversas nacionalidades (Pedro Calmon), assentaram os franceses de se apossar definitivamente do Brasil. Apenas firmados na França Antártica, recebem, em 1557, um refôrço de 300 colonos, com o famoso ministro João Lery, os quais se derramam pelas cercanias da Guanabara, fornecendo ferramentas a índios e instruindo-os nas grandes plantações, etc.

Aqui o francês não escravizava o gentio, obrigando-o a mourejar de sol a sol em trabalho forçado e estafante: instruia-o nos serviços e deixava que livremente, como e quando quisesse, regressasse ao seio da floresta a extrair e transportar a madeira, a plantar, o que tudo fazia prazenteiramente, pensando na paga. O francês pagava mesquinhamente, é verdade, abusando da ingenuidade do índio atraído por missangas de pouco ou nenhum valor; mas sempre pagava, o que não fazia o português, que só escravizava. Quem melhor o diz é Mem de Sá na carta de 16 de junho de 1560, em página que se tornou de citação forçada:

> "... porque se os franceses a tornarem A POVOAR hei medo que seja verdade o que Villegaignon dizia que todo o poder da Espanha nem do Grão Turco o poderá tomar. Êle leva muito diferente ordem com os gentíos do que nós levamos, é liberal em extremo com êles e faz-lhes muita justiça, enforca franceses por culpas sem processo, com isto é muito dos seus e AMADO DOS GENTIOS. Manda-os ensinar a todo gênero de ofícios e de armas, ajuda-os nas suas guerras, *os gentios são muitos e dos mais valentes* da costa, em pouco tempo se pode fazer muito forte".

Eis um testemunho insuspeito e oficial.

Desde 1509 levavam muitos nativos para a França, onde os Tupinambás, com seus atavios característicos ao lado de marinheiros amigos, tomavam parte em festejos até na presença da família real francesa.

Em prosa e verso eram exaltados pelas mais brilhantes penas da França de então, despertando, na Europa tôda, grande interêsse pelo ameríndio brasileiro e sua terra. Ao revés disso, o português escra-

viza, obriga a trabalhos forçados e não remunera. Enquanto o francês exalta o índio, o português o deprime e manda dizer para a Europa, que eram imorais, sem religião nenhuma, pouco acima dos macacos, só servindo para besta de carga. De ver é, pois, que a presença do gaulês no Brasil, desde o início do século dos 500, foi o maior perigo, que pesou sôbre Portugal, de perder sua colônia.

Prosperava a colônia francêsa do Sul, centralizada em pequena ilha donde se irradiavam os colonos pelo continente convizinho para intenso mestiçamento com os aborígenes, quando sofrem os franceses o primeiro ataque de Mem de Sá, em 1560.

A vitória de Mem de Sá, se vitória se pode chamar, foi, porém, uma vitória *sui generis* e propiciou sobremaneira a intensificação da mestiçagem dos vencidos com os silvícolas, porquanto ao invés de expulsá-los do País, empurrou-os de uma pequena ilha para o interior do continente, favorecendo mais e mais a aliança franco-tamoiana, assim em sangue como em comércio e guerra.

Dando de costas o vencedor, voltam ao litoral os vencidos, já agora mais fortificados na aliança e boa amizade do gentio.

Sete anos decorridos dessa vitória tão propícia ao caldeamento franco-amerindio, em que o gaulês pagava seu tributo às exigências da carne humana, houve Estácio de Sá de enfrentar, em 1567, não já a franceses tão sòmente, mas principalmente a guerreiros nativos valentes e bem instruídos: tomba Estácio mortalmente ferido, não por bala francesa, mas por flexa de índio.

Fatal teria sido a derrota dos lusos, desviando talvez o curso de nossos destinos, não fôra a oportuna intervenção de Nóbrega e Anchieta. Sôbre conseguirem afastar da luta o perigo da forte Confederação dos Tamóios, celebrando as pazes, pôsto que precárias, de Iperoig, em que tomaram parte os perigosos chefes Pindobuçu, Cunhambebe, Coaquira e Aimbiré, êste sôgro de um francês, trazem ainda do Espírito Santo o valioso concurso de Araribóia com seus 200 adestrados guerreiros, e mais ainda copioso refôrço de nativos e mamelucos de São Vicente e Cananéia. E note-se a ausência de africanos nessas lutas: por essa ocasião havia poucos sòmente da Bahia para o Norte, na região canavieira. Tão séria foi a perspectiva do perigo que o valante Estácio não a dissimula quando assim se dirige ao padre Nóbrega "Que conta, meu Padre, darei a Deus e a El-Rei, se entregar meus soldados a serem trucidados por tantos tamóios e francêses? (*Qualem, pater mi, Deo meo Regique præ stabo se miles meos tamoiarum galorumque armis mactandos trucidandosque tradidero?*)

E o grande apóstolo, num gesto sublime de fé e patriotismo, as-

sume tôda a responsabilidade da luta perante Deus e o Rei (*Ego Regi pro te Deoque optimo Maximo satisfaciam*). — (Vasconcelos e Antônio de Matos citando Anchieta — *apud* padre *Serafim Leite*).

Saiu-lhe certa, ao padre Nóbrega, a previsão da vitória: cantase esta enquanto o bravo Estácio desce ao túmulo.

Conquistado o Rio de Janeiro, os combatentes de Piratininga regressam e os de Araribóia, já batizado de Martim Afonso, se estabelecem em São Lourenço (Niterói).

Batidos na Guanabara, entretanto, não se retiram do Brasil os francêses, antes uns se concentram em Cabo Frio com seus aliados silvícolas, indo outros reunir-se a seus compatriotas em vários pontos do Nordeste, levando não poucos tamoios.

Cabo Frio torna-se, no Sul, o centro de suas atividades comerciais e intensa fusão de sangue com os gentios, e tão importante centro que de lá parte para a França uma delegação de tamóios a pedir refôrço contra portuguêses.

Efetivamente trazem, não do Rei, mas de um fidalgo francês, 4 náus bem armadas e tripuladas.

Chegados a Cabo Frio, vêm os tamoios atacar Araribóia em Niterói. Mas, o bravo chefe indígena fá-los retroceder.

Até 1575, pôsto guardando sempre os tamóios ressentimentos contra portuguêses e a gente de Niterói, os jesuítas percorrem constantemente as aldeias tamoianas das adjacências, procurando desfazer mágoas e catequizando muitos.

Mas em junho dêsse ano de 75 acontece descerem muitos indios do sertão do Rio Paraíba e com os de Cabo Frio fazem depredações, capturando alguns índios domesticados da cidade do Rio.

Toma-se de justa indignação o povo desta cidade, bradando por vingança. E' então, que o Governador Salema assenta de acabar definitivamente com o núcleo de Cabo Frio e o perigo francês no Sul do Brasil.

Iniciada a campanha de Salema com uma tropa de 400 brancos e 700 índios mansuetos e aliados, consegue o Governador, depois de algumas escaramuças, bloquear a principal aldeia tamoiana onde havia mais de mil combatentes, chefiados por Jãogaçu ou Japuaçu. Privados de água, vai a desânimo invadindo os sitiados; muitos dêles, entretanto, iludindo o bloqueio, conseguem refluir para os sertões do Paraíba.

Mais uma vez intervém o Jesuíta para garantir a vitória. Assim é que o padre Baltazar Álvares, a pedido do Governador, vai ter com a indiada e propor-lhe a rendição. Entaboladas as negociações, Salema exige preliminarmente a entrega de dois franceses e um inglês,

dirigentes da resistência naquela aldeia, e bem assim de cêrca de 500 combatentes, maiores de 20 anos de idade, dos que haviam descido da região do Paraíba: todos êstes são impiedosamente mortos.

Ao chefe Japuaçu, sua família e parentes, consoante a promessa do padre Baltazar, concede-se inteira liberdade, e tôda a gente da sua aldeia é, não exterminada, mas reduzida à escravidão e repartida aos soldados brancos. Dada a vitória sôbre essa principal aldeia, as outras convizinhas se afastam sertão a dentro, onde Salema vai persegui-los: pôsto conseguisse matar alguns e cativar outros, muitas centenas escapam e vão levando sementes francêsas sertão além.

Nessa última campanha do Sul, de tamóios calcula-se em mais de 4.000 os escravizados e distribuídos pelos soldados vencedores, inclusive mulheres e moços de menos de 20 anos de idade das tribos descidas do Paraíba. Muitos dos vencidos são levados para Piratininga pelos paulistas que haviam acudido ao apêlo de Salema. Com essa vitória termina o predomínio, por mais de 70 anos, dos francêses no Sul, pôsto que posteriormente ainda tentem algumas investidas sem relêvo.

Diz-se modernamente que nessa luta tombara o *último tamoio* existente no Brasil, ficando totalmente exterminada esta nação. Seria contrariar, sem provas, os testemunhos coevos dos jesuítas Luiz da Fonseca e Inácio Tolosa, autores das cartas ânuas de 1576, de que acabo de fazer êste resumo (*apud* P. Serafim Leite). Fôra verdadeira a exterminação total da indiada e teria o País ficado inteiramente despovoado nos dois primeiros séculos da colônia, sem elementos para sua defesa, pois que as mulheres européias não vinham cá.

Assim, o célebre quadro — O ÚLTIMO TAMOIO — terá valor apenas artístico e não histórico, no dizer de Manuel Bonfim. O sangue do tamoio, a nação mais sacrificada, é verdade, ainda circula estuante nas veias de muitos brasileiros. E ainda quando não tivéssemos os testemunhos coetâneos dos jesuítas citados, alguns tamoios erradios haviam de sobrar e nem tão destituído de sentimentos de piedade havia de ser o Dr. Salema que não poupasse numerosas crianças e mulheres.

Das mulheres aprisionadas, de que tanto mister haviam os vencedores brancos, portadoras muitas, certamente, de sangue francês em fusão de 70 anos, tôdas foram recruzar com os vencedores.

Tal como no Sul, também no Norte começam cêdo as incursões francesas. Já se disse da informação do P. Anchieta sôbre haverem surgido na Bahia em 1504.

Na Paraíba haviam tido os portuguêses, de início, cordial acolhida da indiada. Ocorrendo, entretanto, o rapto de uma filha do che-

te Iguaçu por Diogo Dias, os índios inflamados por franceses seus aliados, desencadeiam tremenda matança de portuguêses. Das feitorias que mantinham, os franceses, aliados a potiguaras e tabajaras, faziam partir formidáveis ataques contra os colonos de Pernambuco. E tão fortes eram os franceses, sempre apoiados pelos índios, que derrotam o maior exército até então levantado na colônia e mandado de Pernambuco.

Foi nesse recontro que Piragibe, valente chefe tabajara, revelou todo o valor belicoso da sua raça, infligindo aos lusos várias derrotas, até que a habilidade de Martim Leitão consegue desligá-lo, com tôda sua gente, dos franceses e atraí-lo para os portuguêses.

Merecem transcritas aqui as palavras de Maximiano Machado: "Todos os anos chegavam ali vinte, trinta navios franceses. Partiam; mas em terra ficavam sempre muitos homens para dirigir os trabalhos da colheita do pau-brasil e dos produtos do comércio, assim como para adestrar os corpos de índios. Ficavam êles em boa harmonia, penetravam no interior das terras, sem receio de serem surpreendidos e devorados."

E já antes Frei Vicente havia escrito: "No Rio Paraíba entravam mais de vinte naus francesas por ano." Ali tinham os franceses armazéns, oficinas e até estaleiros para reparo e construção de embarcações.

Tão séria foi a luta, que o mesmo F. Vicente dá informações de haver o donatário de Pernambuco de organizar apressadamente um exército de 20 mil índios para socorrer a Paraíba. A conquista desta pelos portuguêses, depois que se conseguiu atrair Piragibe, custou-lhes 60 anos de pesadas lutas. E aqui, mais uma vez, mamelucos de potiguaras e tabajaras com franceses em caldeamento durante mais de meio século, lá se foram recruzar com os vencedores.

Expulsos da Paraíba, não o são, todavia, do Brasil; recuam, apenas, para o Rio Grande do Norte, onde, desde há muito comerciavam com o gentio, como também no Sergipe que, abandonado de portuguêses até 1575, era o reduto de tribos inimigas dêles e aliadas de franceses, que planejam atacar e tomar a Bahia, dando golpe de morte no domínio luso. Grande era o perigo e tanto que, denunciado o plano para a metrópole, toma a sério a denúncia e manda liquidar o caso definitivamente. Dessa zona sòmente são rechaçados depois que o mameluco Jerônimo de Albuquerque conseguiu desligar dêles e captar o chefe Poti, em cuja aldeia chegou a residir.

No Ceará, se os bons e maneirosos sentimentos do jovem Soares Moreno não reparassem a inabilidade e crueza de Pero Coelho de

Sousa, os portuguêses teriam fracassado ante a resistência dos franceses com os índios seus aliados. Moreno que se vestia à moda indígena para festas e combates, tanto entra na amizade do chefe Cabiúna, que êste o tinha como filho. Com o auxílio de seus 5.000 índios flexeiros consegue repelir o inimigo (1611).

Retiram-se os gaulêses para o Pará e Maranhão, onde a luta prossegue, porquanto lá, desde 1594, bem acolhidos pelos índios, se haviam fixado Jacques Riffaut e Charles des Vaux, e, em 1612, Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, enviado de Henrique IV, ali funda a *França Equinocial*. Para se ter uma idéia da intensidade da luta no Maranhão, basta atentar em que os próprios portuguêses calculam em 20 mil os índios a serviço dos francêses. De tão longa data vinha a privança dêstes com os índios que, quando La Ravardière ali chega, encontra mais de 3 mil índios bem adestrados à sua disposição. E quando capitula, em 1616, exige sejam poupados e anistiados os silvícolas seus amigos.

Em resumo, pode-se razoàvelmente e sem exagêro calcular que, durante mais de um século, de Norte a Sul, permanecia no Brasil, anualmente, número não inferior a quinhentos reprodutores francêses, uns indo e vindo em contínuas viagens, outros permanecendo por tempo mais ou menos longo, muitos fixando-se definitivamente, como aquêles casados ou vivendo maritalmente com mulheres nativas e a quem fôra permitida a permanência no País depois da capitulação de La Ravardière.

E' expressivo o seguinte trecho do Padre F. Cardim, escrevendo em 1584:

> "Os primeiros desta língua se chamam *Potiguaras*, senhores da Paraíba, 30 léguas de Pernambuco, senhores do melhor pau do Brasil e *grandes amigos dos Francêses* até agora, *casando com êles suas filhas*..."

E' visto que quando um jesuíta fala — *casando* — não se refere a mancebias, que haviam de ser numerosíssimas. Pôsto em ambiente propício a Vênus livre, o desembarcadiço, faminto de iguarias amorosas, não tolerava as carícias de um só amor, antes se expandia desenfreadamente.

Não menos explícito é Gabriel Soares, escrevendo em 1587, quando diz que dos franceses "muitos se amancebaram na terra, onde morreram, sem se quererem tornar para a França, e viveram como gentio com muitas mulheres, dos quais e dos que vinham todos os anos à Bahia e ao Rio de Sergipe em naus da França se inçou a terra de ma-

melucos que nasceram, viveram e morreram como gentios; dos quais há muitos seus descendentes que são louros, alvos e sardos e havidos, por índios tupinambás e são mais bárbaros que êles."

E Gilberto Freyre, que também cita êste trecho em CASA GRANDE & SENZALA, opina que se não deve esquecer êsse contingente francês.

E a semente gaulesa não caía em solo estéril, pois que a maruja moça, robusta, desembarcando jejuna, era tôda alvoroço na envolvente perturbação do primeiro encontro com jovens desnudas, e estas, a seu turno, envolvidas desde êsses instantes no encanto da mocidade loura; e o contacto genético era inevitável pelo império de circunstâncias favoráveis. E davam o exemplo os próprios chefes franceses, porquanto é sabido que Villegaignon introduzia caboclas em sua tenda.

Fôra prolongar em demasia êste capítulo, já assás extenso, se quisesse documentar a tese com a citação de várias outras passagens em que os cronistas coêvos deixaram registrada a intensidade prolongada do cruzamento de franceses com as nativas brasileiras.

Não se explicaria, senão por êsse intensivo caldeamento, o fato de haver Knivet, já no século XVI, encontrado em Minas índios de pele branca e cabelos louros. Pero Lopes, de igual modo, afirma ter visto mulheres tupinambás alvas e mui formosas.

Assim que, quando os portuguêses cuidavam estar cruzando com cunhãs puro-sangue, faziam-no muita vez com mestiças de sangue francês.

Em outro capítulo ver-se-á a influência dêsse cruzamento com franceses e batavos e maruja cosmopolita na formação dos povos do Alto São Francisco, por cujo vale, até à Serra da Canastra, refluiram os índios mestiçados com várias etnias européias.

Por ora apenas se regista que, nem com serem batidos definitivamente no Maranhão, cessaram os franceses seu cruzamento com mulheres gentias, já porque foi permitida a permanência no País dos casados com elas, já porque até à fusão das corôas portuguêsa e castelhana, era franca a entrada de estrangeiros comerciantes, logo que pagassem o impôsto de 10 % sôbre o valor de suas mercadorias.

Quando SAINT-HILAIRE, há 135 anos, percorreu a provincia de Minas, encontrou vários patrícios comerciantes, mormente em Formiga.

Em 1760 o Mestre de Campo e Regente Inácio Correia Pamplona levou para Tamanduá (Itapecerica) o francês Afonso Lamounier, tronco de numerosa descendência no oeste mineiro.

CAPÍTULO IV

O castelhano

SABE-SE que desde tempos antigos até ao século XVI as guerras e conquistas se faziam com bandos cosmopolitas que se punham a sôldo de quem mais pagasse: as nações não tinham fôrças armadas de nacionais, organizadas e permanentes.

Quando se esboçava uma luta ou emprêsa conquistadora, contratavam-se aventureiros recrutados em tôdas as esquinas do mundo conhecido, os quais alugavam suas espadas e, sedentos, corriam em busca de fortuna pelo saque, e de mulheres.

Apenas depois de terminada a guerra cruenta dos 100 anos, foi Carlos VII, na França, o primeiro que cogitou de organizar companhias permanentes de homens armados, recebendo sôldo; mas ainda admitindo estrangeiros. Nem só a maruja; também os chefes: — o genovês Colombo e o português Magalhães a serviço da Espanha; o florentino Vespúcio a serviço de Portugal; o italiano Caboto a serviço da Inglaterra, etc. Se isto acontecia em países como a França, com quatorze milhões de habitantes em 1515, não era muito ocorresse o mesmo em Portugal, com população talvez inferior a dois milhões.

Ora, tão logo saído das lutas de sua formação territorial, o português se faz povo navegante e chega a ser o mais adiantado da Europa na arte de marear. E' a época áurea do luso heróico e aventureiro e arrojado; o século dos lusíadas da epopéia. A sua pequenez, porém, assim territorial como demográfica, fá-lo recrutar elementos de outros países para organizar as tripulações de suas armadas. Milhares de aventureiros deviam afluir a Portugal, cujo nome retumbava por tôda a Europa com a façanha de Vasco da Gama, canalizan-

do para seu pequeno País as cobiçadas riquezas das Índias. E era o espanhol que mais pronta e fàcilmente se lhe apresentava e oferecia assim pela convizinhança como pela afinidade de origem, certo que o castelhano ainda era o idioma amplamente usado em Portugal; poetas quinhentistas preferiam versejar nessa língua.

Com ser a maruja lusitana fortemente mesclada de aventureiros espanhóis, há que se atentar na imprecisão de fronteiras entre as duas colônias lusa e espanhola: no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os primeiros povoadores eram castelhanos. Quando, conta-se, Dom Rodrigo de Acuña, em 1525, arriba à Ilha de Santa Catarina, de torna viagem da Patagônia, dá com grande número de espanhóis, náufragos da expedição de Solis, que ao invés de aproveitarem a oportunidade de regresso à Europa, instam com a tripulação para permanecer com êles. Na privança com muitas mulheres indígenas inteiramente nuas, 32 dos homens de Acuña não se fazem de rogados e lá se deixam ficar.

Em 1532 o padre Gonçalo Monteiro, encarregado por Martim Afonso da administração da Capitania de S. Vicente, balda esforços para expulsar de Iguape os castelhanos, pois, ao revés, êstes é que vêm atacar S. Vicente.

Acresce que, mal iniciado o povoamento do Brasil, acontece cair Portugal sob o domínio da corôa de Espanha (1580), ficando a América do Sul terra *pro indiviso* entre castelhanos e lusos: aquêles tinham entrada livre no Brasil como se fôra na própria casa. A Espanha teve que mandar esquadras suas ao Brasil, nas lutas contra invasores franceses e holandeses. Cá desembarcavam, acotovelavam-se com ameríndios, permanecendo largo tempo em sua própria casa.

Durante 60 anos tão forte se torna a colônia castelhana no Sul brasileiro, que, quando foi da restauração do Reino português, com sacudir o jugo da Espanha, o partido espanhol em São Paulo fomenta a aclamação do mameluco de sangue castelhano — Amador Bueno — rei do Brasil, em acinte ao de Portugal. Dentre os numerosos castelhanos para logo fixados em São Paulo, a história tira do indefectível, generalizado e lamentável anonimato, e registra os nomes seguintes: Bartolomeu Bueno da Ribeira, Juseppe de Camargo, Francisco Martins Bonilha, Bernardo de Quadros, Pedro Fernandez Aragonez, Jorge Moreira, Antonio del Campo, João Martins de Aguirre, Dom Pedro Mateus Rendon, Diogo de Lara y Ordonez, Pero Carassa, Domingos de Amorez, Gabriel Ponce de Lião, Bartolomeu de Torales, André de Zunega, Bartolomeu de Contreras, Juan Espinola y Gusmán, Juan de Santa Maria, Baltazar de Godoi, MARTIM FER-

NANDEZ TENÓRIO DE AGUILAR, Bernabé de Contreras y Leon, Paulo Anhaya, Alonso Perez Cathamares e Jacques Felix, todos deixando numerosa prole. Dado que o anonimato foi, como é, sempre maior que o registro histórico, por aí se pode ver o volume da colônia castelhana na Província de São Paulo, que se estendeu até ao Rio Grande do Sul. Houve preocupação de aportuguesar os nomes estrangeiros. Assim: do alemão Bentink (descedente dos condes Bentink), casado com Custódia Dias, bisneta de Tibiriçá, se fez *Betim;* dos flamengos Lems e Taccem, Leme e Tacques; os espanhóis Fernandez e *Montijo* ficam sendo Fernandes e Gontijo; Brabante é hoje Brant e o flamengo *Arzam* toma o *ão* caracteristicamente português para se fazer *Arzão*. Ainda depois de emancipado Portugal, os castelhanos continuam afluir ao Brasil e a muitos a metrópole faz fidalgos seus, como D. Rodrigo Castel Branco, que vem provocar o trágico episódio com Borba Gato, e D. Francisco Rendon, descendente de nobres espanhóis, naturalizados brasileiros (Veja-se Hist. Ant. M.G. de Diogo Vasc., págs. 154 e 221).

Para Minas, v. g. vem Manuel da Costa Montijo, da linhagem da imperatriz Eugênia Montijo, refugiado por haver tomado parte em conspiração na Europa. Aqui, para despistar, muda de nome, que não deveria ser Manuel nem Costa, conservando o Montijo através da grafia Gontijo. E' tronco de numerosa família irradiada de Bom Despacho e Dores do Indaiá.

Quem não percebe na formidável mobilidade do bandeirante paulista, devorando espaços, em contraste com o *caranguejamento* lusitano nas praias; nas atrevidas jornadas de legiões movediças devassando sertões intérminos, atraídos por miragens que lhes fugiam sempre, sempre mais; no seu profundo desprêso pelo lusitano mascate; na atitude altiva das damas paulistas, recusando-se a receber, antes da desforra, os maridos derrotados pelos emboabas, — quem não vê nesses traços característicos muito mais do temperamento sobranceiro e jactancioso castelhano — das proverbiais *espanholadas* —, do que da tibieza lusitana? E' a boa dosagem do sangue castelhano, retemperado, robustecido da seiva amerindia, nômade, amante de aventuras.

Nas veias dos sulistas corre quase tanto sangue castelhano quanto lusitano, flamengo, francês e semita.

CAPITULO V

O holandês

O plano holandês de conquistar, *povoar* e explorar o Brasil foi o mais bem elaborado plano que até então houvera. Basta, entre muitas outras provas, atentar nas grandes realizações obradas por M. Nassau, primeiro príncipe europeu e grande administrador que pisara em solo brasileiro. E a origem remota dêsse plano devêmo-la buscar, sem sofisma, num ato impolítico do govêrno português.

Sob o influxo do Santo Ofício, que exercia o monopólio do terror na sociedade peninsular, a metrópole entrou a perseguir os judeus: espaventava os tornadiços para o Brasil, onde a famigerada instituição ainda os vinha fiscalizar, e empurrava a maioria para a Holanda, que bem os acolhia com seus gordos capitais. E judeus no Brasil, numerosos que eram, entram a corresponder com seus compatriotas e parentes na Holanda, pondo-os a par das enormes possibilidades econômicas brasileiras. Antes já era ativo e amistoso o comércio holandês com a colônia brasileira até a queda de Portugal sob o domínio da corôa castelhana. Diferentemente da política espanhola, até então a metrópole portuguêsa permitia a livre entrada, na colônia, de comerciantes estrangeiros que podiam percorrer o litoral, desde que pagassem o impôsto de 10% sôbre suas mercadorias. E assim, desde o primeiro século vieram para o Brasil inúmeros italianos, flamengos, espanhóis, inglêses, franceses, alemães e judeus. Durante, porém, o domínio espanhol, essa livre entrada foi proibida (Cf. Sergio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*).

Foi assim que Portugal, sob o domínio castelhano, teve que sofrer as conseqüências da política de Felipe II com referência à Holan-

da, que começava a ser a primeira potência européia. Durante uma trégua de 12 anos, firmada em 1609, entre Holanda e Espanha, os comerciantes flamengos, judeus portuguêses lá refugiados principalmente, estimulados pelos lucros pingues da "Companhia das índias Orientais" cuidaram de organizar a "Companhia das índias Ocidentais", destinada à conquista e colonização estável do domínio português na América, tão logo terminasse a trégua. De fato, terminada esta em 1621, neste mesmo ano foi ultimada a organização da nova e poderosa Companhia e, em 1623, já estava preparada uma esquadra de 26 navios, com um efetivo de 3.300 homens, para início da conquista, estimulada e amparada pelo govêrno batavo.

Zarpando da Holanda nos últimos dias de 1623, já levando a bordo o Coronel van Dorth para governador da conquista, chega a Bahia em maio de 1624, onde desembarca 1.000 combatentes, que ocupam fàcilmente a cidade.

Ali permanece o invasor durante um ano, cruzando largamente com a população miúda, embora em luta com os defensores, porquanto o amor livre não distingue amigos de inimigos, nem adota as prevenções rigorosas da guerra, ocasionadora que esta sempre foi de intenso caldeamento entre povos vencedores e vencidos.

Expulso da Bahia no ano seguinte, mas continuando a rondar constantemente pelo litoral, em 1630 o batavo, com uma esquadra de 61 navios e 7.300 combatentes, toma o Recife e dessa base vai firmando seu domínio por vasto território, que se estende da Vila de Iguarussu à ilha de Itamaracá, até Rio Grande, Paraíba e Cabo.

Por todo êste vasto território e durante 24 anos (até 1654), são conhecidos os trabalhos e obras realizados pelos holandêses, que aliam à sua causa milhares de índios inimigos dos lusitanos.

Até hoje são naquela região conhecidos e visíveis os efeitos da aliança de sangue da população com o invasor.

Muitos dos aliados do batavo eram descendentes dos antigos aliados dos franceses, conservando nas tabas à tradição de ódio a portuguêses.

Tal como ocorria em outras nações, não só as fôrças militares bem como os colonos trazidos pelos holandeses, eram recrutados de várias esquinas do mundo.

Atraídos pelas prósperas condições econômicas da Holanda, êsses aventureiros, sobejos da guerra dos 30 anos, acudiam em massa ao serviço da "Companhia das Indias Ocidentais".

Segundo informa o erudito historiador do Brasil Holandês — Hermann Watjen — citado por S. Buarque de Holanda, as fôrças des-

sa Companhia se compunham principalmente de alemães, franceses, inglêses, irlandeses e neerlandeses. Vários comandantes nem eram holandeses, como o famoso general Christoph Artichowsky, nobre polaco, e Segismund Von Schkopp, alemão.

Como se vê, o Brasil esteve em estado permanentemente de guerra durante seus 150 anos iniciais. Ora, a guerra é motivo e fator de intenso cruzamento étnico.

Foi o nosso país, e continúa a ser, um vasto caldeirão onde refervem sangues de diversas etnias.

Ver-se-á, em outro capítulo, a influência dessas guerras litorâneas na formação étnica dos povos do alto São Francisco.

CAPITULO VI

O elemento nativo

PÔSTO que fora de moda escrever sôbre índios, *inassimiláveis*, indolentes, imorais e tudo mais que o chanfalho da difamação haja inventado, diga-se algo do seu concurso na formação do tipo brasileiro.

Sem abordar a tormentosa indagação da procedência genésica dos americanos aborígenes, é ponto assentado e pacífico que não eram homogêneos, de uma só, mas de várias étnias, de índole e costumes diferentes. Cruzavam os de uma nação com as mulheres da nação vencida em guerra. Uns acessíveis e de fácil domesticação, outros bravos e indomáveis, antropófagos alguns. Donde, provàvelmente, a divergência de conceitos, logo surgida entre cronistas e escritores no julgarem os nativos americanos. Conceitos que se podem classificar, com Tristão de Ataíde, em otimistas, pessimistas e realistas.

O otimismo começa para logo com Montaigne, que se entusiasma diante dos Tupinambás levados a França, nada vendo de bárbaro e selvagem nessa gente; e continua com Voltaire e Rousseau, empenhados em justificarem suas doutrinas à custa do "*bon sauvage*": para zurzirem a organização da decaída sociedade européia, endeusavam o gentio na sua simplicidade e inocência primitivas.

Em contraste com êsses turiferários do gentio, vêm os invasores gananciosos, sedentos de fortuna rápida à custa da escravização do gentio e, com Vespúcio à frente, começam a campanha difamatória e deprimente contra os "bárbaros sem fé, de ruim condição, abaixo dos pretos e pouco acima dos macacos, asnos só prestáveis para escravidão e bestas de carga".

Um frade que houve de nome José de Santa Tereza Ribeiro, vai a ponto de redigir e assinar certidão sôbre ter visto e examinado um índio com rabo, informando ter ouvido que todos daquela nação eram teratológicos portadores de semelhante apêndice.

Bem se vê o intuito maldoso dêsse escrito (provàvelmente solicitado por algum desumano escravizador para justificar seu ato), numa época de grande prestígio do Santo Ofício, perseguidor de judeus rabudos.

Como que viam no selvagem, à moda da Escola Evolucionista, o embrião da humanidade, ainda na transição entre o irracional e o inteligente, no grau ínfimo do ser humano.

E, aqui para nós brasileiros, seria o ideal se, querendo formar outra humanidade melhor, aproveitasse Jeová essa massa embrionária, que eram os silvícolas: os portuguêses seriam encurralados na Africa, que para alguma coisa fêz Deus o fartum. Chegou-se a reunir congresso para discutir a tese sôbre se o gentio era animal irracional ou humano.

Mentalidade civilizada e civilizadora do Velho Mundo, qual eras la mais, caduca, ignorante ou maldosamente sofística?

Foi mister o pronunciamento da Santa Sé de que o gentio, também, era do mesmo barro humano.

Surgem, finalmente, os realistas do *nec-calidus, nec frigidus*: nada de otimismo, nada de pessimismo, mas a realidade evidente dos fatos, da observação e da História, que revelam haverem todos os povos, hoje ditos civilizados, passado pelo mesmíssimo estágio em que foram encontrados os silvícolas. Não são êstes os santos dos otimistas, estremes de defeitos, e nem as bêstas indomáveis, inassimiláveis, dos pessimistas: são homens como todos os outros, dotados de perfectibilidade e mais atributos humanos, bons e maus.

Resistiram aos invasores civilizados, ao seu jugo desumano? Mas houve jamais povo que se submetesse aos conquistadores sem esboçar um gesto de resistência? Se o houve, foi gente desfibrada, o que não eram os índios americanos, guerreiros valentes, briosos, amantes dessa liberdade de auto determinação que a democracia apregoa e cultua.

O que houve, para infelicidade nossa, em referência a métodos de civilizar gentio, foi muita falta de compreensão e, via de regra, chocantes conflitos de interêsses, ausência de justo entendimento entre os catequistas e muitos dos invasores europeus.

Os primeiros almejavam conquistar almas para o céu, por métodos atraentes; os segundos visavam, porém, mulheres para saciedade

da luxúria, e homens — bêstas de carga — para o penoso labor do eito, estafante e gratuito, em rápida e súbita transição da vida livre e errante na floresta para a prisão dos trabalhos sedentários, sem o estímulo da paga. Uns pregavam a observância da moral sexual consoante os ditames cristãos, e davam o exemplo com a pureza de seus costumes; outros muitos, sacerdotes inclusive, escandalizavam com sua devassidão sem par.

Gente boa e de boa simplicidade em que se pudera imprimir qualquer cunho que se lhe quisesse dar, no fraseado de Pero Vaz Caminha; almas primitivas e ingênuas assim como o papel em branco em que tudo se podia escrever, no autorizado conceito do padre Nóbrega, — diante do contraste desconsertante entre ensinamentos sadios de uns e maus exemplos de outros, que lhes empeçonhentavam o espírito, os índios vacilantes haviam de duvidar e desconfiar de tudo e de todos.

E de fato, nas capitanias onde mais se harmonizavam as autoridades civis e os catequistas jesuítas, menores foram as lutas e maiores foram os frutos da conversão e conquista.

Resistiam, em regra, à invasão do branco preador, que só queria fazê-los animais do trabalho, e não ao bondoso e meigo catequista, como o foram Nóbrega, Anchieta e outros abnegados apóstolos dos primeiros tempos da catequeze.

Leiam-se as páginas emocionantes de Fernão Cardim, que conviveu com a indiada quase meio século, e ver-se-á o transbordante entusiasmo dos pais quando viam seus *cunumis* (filhos) nos templos ou nas procissões pelas aldeias, entoando hinos sacros na língua nativa e tangendo os instrumentos que os padres lhes ensinavam a fabricar; admirar-se-á o empenho e súplica dos adultos em levar os *abarés* (padres) às suas tabas, porfiando em carregá-los em longas jornadas, ora em rêdes com tanta rapidez que cavaleiros custavam acompanhá-los, ora em pirogas que puxavam nadando; apreciar-se-á a gentileza com que, prazenteiros, obsequiavam os padres com o produto de seu trabalho — caça, pescado, mel, frutas, tubérculos, farinha, etc, e a alegria com que, para homenageá-los, organizavam festas em que, a par dos hinos religiosos, em seu próprio idioma, cantavam os feitos dos seus antepassados.

E já aqui não resisto à tentação de transcrever, para gôzo do leitor, alguns tópicos da narrativa do jesuíta: "Junto da aldeia do Espírito Santo nos esperavam os padres que dela têm cuidado, debaixo de uma fresca ramada, que tinha uma fonte portátil, que por fazer calma, além da boa graça, refrescava o lugar. Debaixo da ramada se representou pelos índios um diálogo pastoril, em língua brasileira, portuguê-

sa e castelhana, e tem êles muita graça em falar línguas peregrinas, maximé a castelhana. Houve boa música de vozes, frautas, danças e dali em procissão fomos até a igreja, com várias invenções; e feita a oração, lhes deitou o padre visitador sua bênção, com que êles cuidam que ficam santificados, pelo muito que estimam uma bênção do *Abaré-guaçu*".

Falando do grande fervor com que se aproximavam da mesa eucarística, o padre refere o caso do grande morubixaba, que fôra batizado com o nome de Mem de Sá, o qual, por ter comungado, trouxe durante todo o dia a capela de flores com que eram ornadas as cabeças dos que recebiam a comunhão pela primeira vez, "e a guardou, dizendo que havia de ter guardada até morrer, para se lembrar da mercê que Nosso Senhor lhe fizera em o chegar a poder comunguar".

II

A moral indígena

E eram taxados de *imorais, de ruim condição, abaixo dos pretos e pouco acima dos macacos*. E destas assacadilhas, o maior quinhão tocava à jovem ameríndia, *licenciosa, que tudo concedia*, que tinha em grande honra buscar ensejo de se fazer encontradiça com o branco para pecar, quem quer que êle fôsse — francês, judeu, português, holandês ou europeu de várias étnias aqui confluentes. E sob o ponto de vista da fusão das raças, é precisamente o elemento feminino nativo o que mais importa, visto que com êle, na ausência de mulheres européias, foi que se fêz o cruzamento intensivo e o povoamento inicial. O homem silvícola, pròpriamente, só contribuiu para o caldeamento com fornecer suas filhas aos brancos.

Os hábitos e costumes silvícolas convenho em que não se afinem pela clave da moral cristã; mas daí a malsinar a ameríndia, ingênua e inocente, a distância é enorme e o salto perigoso para cristãos inobservantes de sua própria doutrina.

A moral, ciência dos costumes (*mores*) — preocupação contínua e até tormentosa de escolas filosóficas e doutrinas religiosas, com ser uma abstração sutil e, às vêzes, arbitrária, tem flutuado no tempo e no espaço. Assim, exemplificando, o mesmo ato, praticado num só lugar e momento, e entre as mesmas pessoas, pode ser moral ou imoral. Haja vista a esmola: feita pelo indivíduo A. a favor do indivíduo B., será ato moral se a intenção de A. for matar a fome a B. ou au-

xiliar-lhe a criação de filhos; será imoral, se o praticar sabendo que vai contribuir para alimentar um vício de B. — a embriaguez, o jôgo, diga-se. Tudo depende, pois, não apenas do ato em si mesmo, mas principalmente da intenção do seu agente. De igual modo o amor sexual: sua moralidade ou imoralidade não é intrínseca, não está no ato em si mesmo, porque é imposição da natureza e o que deriva desta não é imoral; vem exclusivamente da observância ou violação dos preceitos, dos ditames do credo professado pelo seu agente. O que ontem era imoral, hoje já o não é (haja vista a proibição de comer carne em dia de sexta-feira, ou desrer do giro do sol em tôrno da terra). O que aqui é imoral, não o é acolá (o suicídio entre cristãos e japonêses). Poder-se-iam multiplicar larga e longamente os paralelos, como os motivos da execução do ex-imoral Tiradentes, do exílio dos ex-criminosos Otávio Mangabeira, Artur Bernardes e outros. Mas êstes são sobejos e o espaço é pouco para um resumo, pôsto que ligeiríssimo, das escolas filosóficas e religiosas, que se atormentaram com a tese da Moral. E nêle ver-se-á que foi precisamente entre os homens de mais cultura, entre os expoentes da intelectualidade internacional, vivendo em ambiente civilizado — foi precisamente entre os que deviam ser guias do povo, onde mais flutuou o conceito da moralidade dos atos humanos.

EPICURO, que não era nenhum silvícola, fundava a moral no bem sensível, no *prazer*, que dividiu em *movel* e *permanente*: o primeiro durando pouco, logo depois de gozado produzia sofrimento; o segundo, mais íntimo e doce, era o perfeito repouso, ou isenção de tôda dor e aflição. O fim da moral, então, era proporcionar os meios de conseguir êsse repouso perfeito — era a arte de procurar o prazer e evitar os sofrimentos pelo modo mais fácil, seguro e duradouro. Donde concluir que todo o ato que produz prazer é moral, e só é imoral o que produz aflição. Epicuro não ficou sòzinho; fêz escola, teve e tem discípulos, entre os quais *Lamettrie, Diderot, Holback, Helvetius* (em pleno século XVIII), Haeckel e Moleschot (no século XIX); LOCKE fundou a moral na felicidade terrena e no interêsse. Seu discípulo *Shaftesburg* doutrinou que o bem é tudo que se conforma com as tendências da natureza, e mal o que a contraria. As tendências da natureza, explicava, são o egoismo individual e a simpatia social, e que a verdadeira moralidade consistia em harmonizar estas duas tendências, no interêsse individual e social.

SAINT-LAMBERT reduzia a moralidade ao *instinto de conservação* (seria índio?) ou ao interêsse.

ADAM SMITH, pegando da simpatia universal, fêz dela o princípio da sua *Moral sentimental* (a rima é futurista).

Jeremias Bentham não fêz mais que ampliar a doutrina moral de Epicuro.

AUGUSTO COMTE funda a moral nos instintos egoistas e altruistas. Os primeiros são necessários; mas como os homens não podem viver, prosperar e perpetuar-se a não ser em sociedade, importa sacrificar algo dêles em favor dos segundos; daí o preceito: *Vive para os outros.* A moral, segundo êle, seria a preponderância do altruísmo sôbre o egoísmo. A doutrina fêz discípulos, como Littré, Taine, Stuart Mill e Spencer.

Convém transcritas as próprias palavras de Littré: "Há dois princípios de Moral: o egoísmo e o altruísmo. O primeiro, representando as necessidades, é um princípio de conservação do indivíduo; o segundo, representando a sexualidade, é um princípio de expansão fora do indivíduo. Ambos partem do mesmo ponto, que é a ação da substância viva no cérebro por meio dos nervos. Assim considerados, o egoísmo e o altruísmo não passam de germes desenvolvidos em seguida pela experiência, pelo raciocínio e pelo tempo. E' por êsse modo que se formam as ciências morais, sempre *relativas,* das diferentes épocas e das diversas nações, que progridem sempre à medida que a noção da humanidade, desembaraçando-se, comprime o egoísmo e dilata o altruísmo".

STUART MILL pretendia que o homem procurasse sempre e preferisse os prazeres que valem mais, dado que "é melhor ser um Sócrates descontente do que um animal satisfeito".

SPENCER, partindo desde a vida primitiva dos povos, em que só predominava o egoísmo, o interêsse pessoal, e acompanhando a evolução dêsse sentimento até chegar ao altruísmo, chega à conclusão de que a utilidade pública é tôda a base da moralidade dos atos humanos, e todo o critério de distinção entre o bem e o mal, ou o moral e o imoral.

Isto pôsto, e sem me definir por estas doutrinas, sem aprová-las ou reprová-las (que êste não é o objetivo por que as resumi) vamos raciocinar calmamente, em bem da moral amerîndia.

Se homens como êstes, que já tinham consciência bem desenvolvida da vida social, porque civilizados e vivendo em ambiente civilizado, conhecedores, muitos dêles, das doutrinas cristãs, fundavam a moral no melhor meio de conseguir e gozar os prazeres (contra todos os ditames da moral cristã), não é muito que os nossos pobres índios, que nunca ouviram falar em cristianismo, tivessem moral que tão bem

se afinava com os princípios de grandes filosófos. E os enciclopedistas pregavam que a humanidade devia voltar ao estágio primitivo, em que foram encontrados os índios, para se recomeçar a civilização.

Mas se me objetarem que isto eram doutrinas em livros, nunca professadas pelos povos, nem mesmo, talvez, pelas famílias dos seus pregadores (pois já ouvi mesmo que Littré consentiu que sua espôsa católica educasse a filha na doutrina da Igreja Romana) então seja permitido um rápido passeio pela História Universal. Isto é mesmo indispensável, pois não podemos, não devemos esquecer que, enquanto os índios viviam abandonados das luzes espirituais, isolados por um cataclisma qualquer que insulou o nosso continente, lá no velho mundo, conhecido da História e da civilização antiga, imperava a mais desbragada libertinagem, a mais despudorada quebra da castidade. Isto geralmente, desde os judeus que se diziam *povo de Deus* (Jeová lhes era assíduo comensal, ora nos colóquios com o vovô Adão, ora legislando no Monte Sinai, ora em vários outros lugares), até aos civilizadíssimos Romanos, cujos Deuses eram ciumentos, invejosos, intrigantes e adúlteros (Vulcano, espôso infeliz de Vênus, amante de Marte). Belíssimo exemplo!

Quando Cristo veio redimir a humanidade, essa devassidão generalizada campeava entre os judeus e todos os povos. S. Paulo nô-la pinta com um realismo tal, que não me atrevo a pôr em vernáculo uma palavra a miúde empregada em suas epístolas. Vá por amostra apenas uma passagem em latim, de fácil tradução: *"Omnino auditur inter vos fornicatio, et talis fornicatio, qualis nec inter Gentes, ita ut uxorem patris sui aliquis habeat"* (Ep. aos Corint. primeira, Cap. V, ves. 1.°).

Donde se vê que a finalidade da moral naturalista, buscando proporcionar ao indivíduo e à sociedade a maior soma possível de prazeres (de acôrdo com a dos índios), gira em tôrno da faculdade que a filosofia classifica de — apetite sensitivo — sede das paixões.

Catalogadas em onze as paixões humanas, diz Bossuet que a principal delas, a que resume tôdas as outras dez, é o AMOR: *"Otez l'amour, il n'y a plus de passions; et posez l'amour, vous les faites naitre toutes.*

Por sua vez esta principal paixão vai se subdividindo consoante o objeto amado: o amor — *carnis desideria* — como lho chama S. Jerônimo, amor paterno, materno, filial, e por aí além.

Mas, não sejamos fingidos, não dissimulemos, de todos o mais

veemente, o mais imperioso é o primeiro, é o *duo in carne una*, o *crescite et multiplicamini*, o *carnis desideria*, das Escrituras e dos doutores.

Surge o cristianismo para refrear os excessos que Cupido, até então, insuflava por todos os quadrantes do mundo, e empenha-se em sublimar, dignificar e santificar o amor, elevando-o à categoria de sacramento. Mas para que apenas uma sexta parte da humanidade, então existente, atingisse, depois de séculos, a essa meta; para que essa pequena parcela chegasse à pureza da moral cristã, quantos caminhos errados, quantos séculos de lutas sanguinolentas, quantos fluxos e refluxos, quantos excessos contrários, quanta carne humana servindo ora de pasto a feras nos circos, ora de combustível às fogueiras da Inquisição! E sòmente 1550 anos após o aparecimento do cristianismo, quando ainda nem a sexta parte da humanidade era católica, é que o índio ouve pela primeira vez em sua própria língua a doce palavra de Jesus pela bôca de Nóbrega e Anchieta (era impraticável a catequeze antes da aprendizagem do idioma indígena). E que eram, então, êles no conceito de Nóbrega? *Fôlha de papel em branco onde se podia escrever o que se quisesse*. Vale dizer, almas puras e inocentes, onde se podiam imprimir os mais sublimes sentimentos.

E que escreveu nessa fôlha de papel em branco, o português, da ganância sórdida, da libertinagem desbragada? Que imprimiu na alma ingênua da ameríndia jovem? Isto que a história registrou para eterna vergonha de Portugal. Imorais eram os pretensos civilizadores. Êsses, que se diziam cristãos, foram os que empeçonhentaram o gentio; que conspurcaram a inocência da jovem nativa; que, com enxúndia, sem higiene, com a bôca nojenta cheia de linguajar obsceno, sujaram a terra virgem com as fezes de um País em franca decomposição moral e cívica; que infetaram a indiada de moléstias, cujo tratamento ela desconhecia; que lhe tolheram a inestimável liberdade e lhe roubaram a terra, a saúde, o trabalho.

Cantar "*as memórias gloriosas*
Daquelles Reis, que foram dilatando
A FÉ, o império..."

Que cusparada imunda às faces de Cristo! Gente que mais corrompeu a pureza do cristianismo, na frase candente do católico Saint-Hilaire!

Não fôssem os Jesuítas, combatidos e perseguidos, não se teriam salvo dêsse enxurro de lama podre muitos, mormente degredados ou emigrantes voluntários, ou náufragos, que aportaram ao Bra-

sil antes da degenerescência lusitana, e os numerosos índios que os primeiros Padres, durante um século, conseguiram furtar às garras do colonizador, e educar.

Dêstes é que saiu a raça moça, pujante, vigorosa e patriota das *jornadas milagrosas*, que conquistou o Nordeste ao batavo poderoso e vetou sua venda à Holanda a trôco do apoio desta a Portugal contra a Espanha; dêstes é que saiu a raça de gigantes, que havia de conquistar o Sul brasileiro para a ingrata e desumana madastra, que se dizia Mãe-Pátria, e que havia de expulsá-los traiçoeiramente das minas que descobriram.

Nem sempre cultura e moral andam paralelas; nem sempre são irmãs gêmeas. E' assaz conhecida a irreverência com que, até hoje, o homem da plebe portuguêsa trata as coisas da religião e da família. E nem só a plebe: o vate dos *Lusíadas* escarnece hàbilmente da FE' que seus argonautas andaram dilatando. E a haver quem entre em dúvida, que abra o poema e leia as estâncias XX a XXXIII do canto II, e convencer-se-á de como o poeta zomba da crença em milagres. E' quando faz o Gama atribuir a *milagre clarissimo e evidente* a obra de uma deusa pagã, que o desvia da cilada urdida pelo rei de Mombaça. Enquanto Vênus desce do céu, convoca as Nereidas e, sem corrente adversa, sem ventos contrários, sem vislumbre de tempestade, impede que a frota entre no pôrto e caia na cilada, o vate faz o Gama cair de joelhos, erguer o pensamento ao Deus verdadeiro e agradecer à Providência Divina o grande milagre, invocando sua proteção:

"Ó tu, Guarda divina, tem cuidado
De quem *sem ti* não pode ser guardado".

E a Guardã divina era, no caso, uma deusa da lubricidade, adúltera, invejosa, intrigante, que mais tarde vai proporcionar aos mesmos lusos o lupanar da ILHA DOS AMORES.

Isto não obstante, a Santa Inquisição dos portuguêses aprova a primeira edição do poema, em 1572. Que laia de católicos eram êles!

De uma feita disse Rui que o Camões era homem de prol na pena e no ferro. Esqueceu-lhe dizer que o era, também, na habilidade de burlar a própria Inquisição, que farejava heresia nas mais inócuas ações.

Que seria do catolicismo brasileiro, não fôssem os primeiros jesuítas!

Outros sacerdotes, vindos para a terra virgem, eram com rara exceção, da mesma estôpa do luso sensual, irreverente, imoral.

Gilberto Freire, não só na sua longa obra como ainda em recente trabalho publicado no DIARIO CARIOCA, dando notícia do livro do inglês Rodney Gallop, mostra que o camponês lusitano empresta aos santos da sua devoção as virtudes e os defeitos humanos, transformando-os em técnicos, cada um na sua especialidade e dentro da sua *esfera de influência*. Exemplificando: no Minho, S. Pedro de Rates é vingativo, castigando a quem trabalha no dia que lhe é consagrado. O mesmo faz Santa Luzia, promovida a oftalmologista, cegando o devoto que trabalhar em seu dia. S. Gonçalo do Amarante é invocado pelas *velhas casadoiras* numa quadra que a decência não permite aqui reproduzir.

E se os santos castigam seus devotos, êstes retribuem em igual moeda quando aquêles deixam de fazer o benefício solicitado: as imagens de uns levam surras, as de outros vão para a panela de água fervente.

Por outro lado, um português da plebe não pode abrir a bôca em salas decentes. Tão grosseira irreverência e tão sujo desbocamento nunca se viu entre índios.

Entretanto, irrompem por aí além uns caturras de melindre enfermiço, não consentindo se compadeça a moral com os costumes dos aborígenes. Mas o que se não deve esquecer é que, assim como a branca civilizada, a jovem ameríndia também atinge a fase e passa pelo estado de alma que prenuncia o despertar das paixões. E' a sazão em que ciranda na sua alma sensível, delicada e tenra um vago qualquer, oscilante, um querer sem saber o que quer, uma sensação de vácuo em que tateia timidamente. Filha de clima tropical, onde a puberdade irrompe precoce, a jovem é tôda calor e vida no seio da natureza deslumbrante. Sua imaginação moça, exuberante, como que tropeça na realidade pobre, árida, desconfortável e sem encantos na taba; sente o coração cheio, palpitando num mundo para ela vazio. Recolhe-se, concentra-se, e suas faculdades sensiveis, ativas, mas reprimidas, atuam sós sôbre si mesmas.

Retrai-se também o coração; dobra e redobra sem fôrças para arrancar de si o travor torturante que lhe invade o peito e amargura sua vida moça e seivosa. E na fase em que mais se lhe faz mister uma veladora mão amiga, experimentada e sensata para defendê-la guiar e orientar sua vida, — vê e observa o morubixaba, em cumprimento do que tem como dever de hospitalidade, homenagear o hóspede branco com sua própria filha, a fina flor da taba.

Estava dilucidada a dúvida de suas dúvidas — o branco.

Mas quando êsse branco era o homem do tomo de um Jerônimo de Albuquerque, de um Caramuru, de um Antônio Rodrigues, de um Domingos Luiz Grou, de um Braz Gonçalves, de um Pedro Afonso, e muitos outros dos primeiros portuguêses, remanescentes dos tempos heróicos, ou de estrangeiros dignos, e a doce palavra de um Nóbrega e de um Anchieta intervinha, a donzela americana sabia transmudar os chamados delitos do coração na mais suave harmonia do coração, no mais sublime e puro sentimento — o amor conjugal.

O caso era de um problema educacional, maneiroso e brando, e não de profligação de vícios, com ameaças de castigos. E saiu exata a previsão de Vaz Caminha, o primeiro dos nossos antigos cronistas que viu os índios com olhos de justiça, senão de sã moral: ... "esta gente é boa e de boa simplicidade. Imprimir-se-á ligeiramente nêles qualquer cunho que lhes quiserem dar". E para que não me venham dizer, os fariseus da vesga moral, que em tão curto prazo não podia Pero Vaz formular vaticínio seguro, vem logo depois o padre Nóbrega, incontestada autoridade, para nos dizer que eram o papel em branco, onde tudo se pode escrever. (4)

Contubérnios irregulares sabemos que os houve e em larga escala, como no caso de João Ramalho, tronco venerando de muitas famílias ilustres e honradas, o qual não conseguiu legalizar sua união com a filha do chefe Tibiriçá por ser casado no Reino e não descobrir

---

(4)— Muito importa divulgar e tornar bem conhecida a carta do padre Nóbrega ao padre Luiz Gonçalves, em 15 de junho de 1553, escrita de S. Vicente, "*Capitania ... mais conveniente que tôdas as outras*". O padre como que quis traçar, pôsto que ligeiramente, o cunho básico daqueles lares paulistas, donde haviam de sair os bandeirantes austeros, rijos, destemidos e seus descendentes mineiros. Vou transcrever tópicos da mesma, grifando e intercalando em parêntesis palavras minhas, explicativas:

"Todo êste Brasil é mui fácil coisa sujeitá-lo a Jesus Cristo Nosso Senhor. A gentilidade desta Capitania (*S. Vicente*) alguma vantagem tem à das outras, ainda que tem os mesmos costumes. Dão os filhos de boa vontade e, se tivessemos com que os manter e criar em Cristo, todos os dariam... E pelo Campo, daqui doze légoas, se querem ajuntar três povoações numa, para melhor aprenderem a doutrina cristã e MOSTRAM GRANDE FERVOR e desejo de aprender e que lhe preguem... Nesta casa tem-se feito muito fruto com a gentilidade da terra, filhos e filhas de cristãos, mamelucos, QUE HÁ MUITOS, e com a escravaria (*índios escravizados pelos europeus*). Vai muito fervor nas confissões e muitos vem chorando pedindo confissão e com grande dor de não se saberem confessar. Todos sabem a doutrina MELHOR QUE MUITOS VELHOS CRISTÃOS DE NAÇÃO. E CASAM-SE muitos escravos (*índios*) que estavam em pecado; outros se apartam; muitos se disciplinam com tão grande fervor QUE PÕE CONFUSÃO AOS BRANCOS. Nesta casa têm os meninos os seus exercícios bem ordenados. Aprendem a ler e escrever e vão muito avante; outros a cantar e tocar flautas; e outros, mamelucos, mais destros aprendem gramática, e ensina-a um mancebo gramático de Coimbra, que cá veio desterrado (*nem todos os desterrados eram maus, como Camões, que o foi para a África tão sòmente por seus namoricos na Côrte*). Têm suas práticas de Deus Nosso Senhor e modos com que o louvar. E muito mais se faria se já houvesse muitos obreiros; mas como só Pero Correa é o pregador não se pode fazer mais. Êstes que se criam hão-de ser os verdadeiros, PELA MUITA ESPERANÇA QUE NOS DÃO OS SEUS PRINCÍPIOS... Quando cheguei a esta Capitania achei umas índias, parte fôrras e livres, parte escravas, solteiras e casadas, as quais serviam a casa e traziam lenha e água e faziam mantimentos (*plantavam roças*) para os meninos".

E depois de várias outras considerações e súplicas para o Reino, tudo no interêsse dos índios, termina a carta. "Esta Capitania é a mais sã de tôdas."

A êsses insuspeitos e autorizados testemunhos de abnegados apóstolos, que passaram a mór parte da sua vida entre gentios, não se podem contrapor os conceitos modernistas de quem nem sequer viu um índio. Tenho para mim que é bem mais honroso ter nas veias algumas gotas de sangue amerindio, do que muitas de sangue português degenerado.

o paradeiro de sua mulher, por mais diligências que se fizessem, pelos próprios jesuítas.

Nestes casos, quando por culpa tão só do europeu cristão, não era o amor da mulher americana santificado no altar, foi admirável sua fidelidade e sublime sua dedicação ao amante branco, para ela verdadeiro espôso. Muitos episódios edificantes ficaram esquecidos das crônicas, mas alguns poucos foram registrados, revelando que a mulher ameríndia foi, muita vez, o anjo da paz nos dissídios de brancos com brancos ou com índios, como ocorreu no incidente entre o padre Leonardo Nunes e João Ramalho, em que Bertira, sua mãe e companheiras índias se interpuseram em defesa do padre, que estêve a pique de ser ofendido fisicamente, conforme relata o padre Serafim Leite (*Hist. da Comp. de Jesus no Brasil*).

Exemplo de heróica dedicação, também, o que nos oferece a amante de Vasco de Lucena. Quem no-lo vai reproduzir é Estêvão Pinto: "Em não raras ocasiões valeu aos colonos o sentimentalismo da mulher indígena, como aconteceu ao mesmo donatário de Pernambuco, o qual, longamente assediado no seu *block-house*, a sofrer fome e sêde, foi salvo graças à filha de certo morubixaba, afeiçoada a Vasco Fernandes de Lucena, de quem já tivera filhos; a cunhã meteu-se entre os seus e (diz Frei Vicente do Salvador) gabando os brancos, conseguiu que as companheiras levassem, em segredo, aos sitiados, mantimentos e cabaça de água" (*Os Índios do Nordeste* pág. 194).

E' estranho, quando não ridículo, querer julgar o passado com a mentalidade do presente, o que importaria em fazê-lo sem benevolência, sem equidade, sem aquêle espírito de tolerância e compreensão preconizado pelo General Rondon.

O que não se pode contestar é que:

1) a miscegenação inicial, no Sul, se operou quase exclusivamente entre o elemento branco europeu e o ameríndio;

2) a intensa miscegenação euro-ameríndia foi conseqüência inevitável da ausência de mulheres brancas, européias, nos primórdios da colonização;

3) a mulher ameríndia foi, conseqüentemente, o fator precípuo do caldeamento.

Delas muitas eram lindas, consoante o testemunho do padre Simão de Vasconcelos, quando escreve que alguns dos índios eram tão brancos como os portuguêses, e o explorador Knivet, que encontrou nos sertões de Minas uma tribu em que os homens tinham os cabelos louros e a pele branca como os europeus, e as mulheres não eram menos claros que as suas compatriotas. A mim me parece que já eram

produto do cruzamento com franceses, quando, vencidos êstes na Guanabara, seus aliados índios refluiram sertão além.

As coisas foram como foram e não porque foram, e não se pode emendar e corrigir o passado. Abandonem, de vez, os modernos caluniadores da mulher americana, o *delenda Cartago* da reputação das nossas avoengas ameríndias, que amaciaram a rudeza dos cristãos vindos das bárbaras guerras com os mouros, as quais formaram os lares honestos, de rígida moral, dos bandeirantes paulistas, cujos descendentes somos, os mineiros. Reabilitemos a memória das nossas avoengas, ao menos por um princípio de dignidade própria.

III

A preferência pelo branco

AO cruzamento euro-ameríndio costumam responsabilizá-lo por tôdas as baldas que pesam sôbre o brasileiro, afeiando-o física e moralmente. E vai nisto, até flagrante contradição. *Se as raças aborígenes não puderam ser assimiladas* e foram destruídas a ferro e fogo, nada contribuindo para a nossa formação étnica, como poderia o malsinado silvícola transmitir suas más qualidades ao brasileiro? Deixando para os especialistas competentes o estudo da vantagem ou desvantagem do cruzamento de raças diferentes; abrindo mão do fato de, ainda no período regencial (depois de 830), ser a população do Pará e Amazonas, na sua quase totalidade, composta de índios puros e meio-sangue; pondo de lado a circunstância de viajantes estrangeiros, no princípio do século XIX, como Saint-Hilaire, terem encontrado muitas aldeias de índios mansuetos em Minas e Goiás; deixando tudo isto de lado, veja-se na verdadeira e sincera história pátria (que só modernamente vem sendo escrita com documentação autêntica), que espécie de homens valorosos, resistentes, altivos, de grande hombridade e patriotismo foi a dos que reconquistaram a franceses e holandeses o Nordeste e não deixaram a *Mãe-Pátria* vendê-lo aos últimos a trôco de cambalachos europeus, com que nada tínhamos que ver. Veja-se que casta de gente foi a que conquistou o Sul à corôa castelhana, desbravando o sertão profundo, decifrando o enigma das lendas e descobrindo as minas encantadas. Foram portuguêses genuínos ou cruzados com africanos no Brasil? Só a má fé, a improbidade histórica poderá afirmá-lo, negando a obra estupenda de mamelucos de Norte a Sul do país.

Verdade é que no meio dêstes havia alguns portuguêses de nascimento, mas brasileiros de coração: o resto *caranguejava* no litoral.

E' notório que o reinícola, no Brasil, não se entregava a trabalhos árduos. Vinha para mandar, explorar, sugar no comércio, parasitar, enriquecer fácil e ràpidamente, e não para trabalhar penosamente. Êstes eram autoridades enfatuadas, pôsto que muito ignorantes; aquêles péssimos administradores e organizadores; e, finalmente, outros se dedicavam a trabalhos leves: comércio, milícia, pequenos ofícios, etc. O que o luso queria, até mesmo o plebeu desclassificado que vinha, era que o índio, a princípio, e o africano depois, lhe prestassem os serviços pesados, estafantes e excessivos (mais que de sol a sol, porque ia noite a dentro), sem remuneração. O africano subserviente, fora de sua pátria, desambientado, não tinha como submeter-se, em regra sob castigos desumanos, quando muito fugindo para os quilombos. O índio orgulhoso, altivo, valente, afeito à liberdade, dentro do seu país que se queria esbulhar, não se rendia a trabalhos incompatíveis com o seu temperamento e hábitos, porque não precisava dêsses para viver, não via razão de sujeitar-se passivamente, dentro da sua própria terra, à brutalidade do português esbulhador, desumano, gananciosо de fortuna rápida.

Daí o ardil sofístico do resgate ou preamento em guerra justa, que era provocada pelos próprios preadores. E o gentio brioso defendia-se brava e galhardamente. Afeito à guerra, valente, cultuando a bravura e desprezando a covardia, tinha naturalmente que resistir à escravização, ao trabalho impôsto e não remunerado. Entretanto, ao branco amigo e carinhoso, quem quer que êle fôsse (padre, luso, francês, holandês ou espanhol), que o não maltratasse, prestava ótimos serviços, com dedicação, afinco, boa vontade e desinterêsse.

Dentre os muitos testemunhos coetâneos, de Nóbrega, Anchieta, Fernão Cardim, Frei Vicente, etc, destaco o do padre Antônio Vieira, em carta escrita do Maranhão, ao padre Geral Gosvínio Nickel, aos 10 de setembro de 1658, na qual insistia pela vinda de mais missionários, sem se preocuparem com a manutenção aqui: "O sustento temporal dos sujeitos, que houverem de assistir nestas colônias e residências, não é dificultoso, nem necessita de grandes rendas. Porque as igrejas e as casas fazem-nas os mesmos índios *gratuitamente, e com muita vontade*. O vestido é pano de algodão, tinto de prêto, que dá a terra, e também dá o calçado. *O mantimento também nô-lo dão os índios*, porque êles nos vão pescar, e caçar, e partem conosco abundantemente de tudo o que tem nas suas lavouras e a quem não vem

cá buscar regalos, nenhuma coisa lhe falta, para passar a vida" (Novas Car. Jesuit. de Serafim Leite, pág. 268).

Assim se reduz à simples balela a indolência indígena. Eram indolentes (como qualquer de nós não afeito a trabalhos árduos, e apenas de gabinete) para o trabalho obrigatório, excessivo, pesado, sem paga e para senhores brutais, vorazes, desalmados, a quem votavam ódio. Desde que tratados com carinho, tolerância, eqüidade, sem o rebenque contundente dos odiados feitores de eito, eram laboriosos e diligentes nos trabalhos, a que estavam afeitos, generosos, abnegados, hospitaleiros e amigos de seus amigos. Eis porque as mulheres amerindias preferiam maridos e amantes brancos. Por mais rudes, estouvados e grosseiros que fôssem êstes para com os homens escravizados, haviam de ter para com espôsas e amantes, de que muito haviam mister nas solidões do Novo Mundo, o carinho que não sabiam dispensar ao escravo gentio.

Cronistas dos primeiros dias coloniais e escritores que estiveram em demorada privança com a indiada no âmago das florestas, dizem da organização social silvícola mais convinhável à sua cultura, ambiente e circunstâncias do seu viver, fazendo ressaltar a divisão do trabalho que se lhes impunha. Vivendo em freqüentes guerras com as tribos inimigas e sob constantes ameaças de feras bravias, sempre alerta ao primeiro sinal de perigo, a defesa tinha que ser a sua preocupação contínua. O filho varão, havendo de ser herdeiro da valentia do pai guerreiro, ia receber a pesada responsabilidade de defender a sua grei. A genealogia, hoje tão menoscabada, já os preocupava assaz. Daí o cuidarem os homens mais da arte da guerra que dos trabalhos tranqüilos da paz, deixando a cargo das mulheres quase todo o de mais mister de subsistência da taba. Caçar, pescar, remar eram modalidades de guerra, eram adestramento no flechar e arpoar. Os homens, bem não se afinava com sua educação e temperamento outra atividade que não cheirasse a luta. Além dêsses, o homem só fazia aquêles trabalhos que a fraqueza feminina não permitia à mulher executar: preparar as ferramentas de pedra ou de pau, derrubar árvores grossas para a coivara, construção de ocas e seu cercado, cavar toros para as ubás. Caçadas e pescarias deviam ser trabalhos quase diários, por não terem meios de conservar a carne. Donde vem que o homem guerreiro, caçador, pescador e remador (atividades movediças) como que não se ajeitava bem a labores sedentários, como o plantio e colheita, a cerâmica e outros, que tinha como impróprios de sua valentia, de sua rijeza de corpo, de seu adestramento e, em suma, de sua edu-

cação para lutas contra inimigos. Que o julguem os nossos oficiais das três armas: exército, marinha e aeronáutica.

Assim que, sôbre a mulher recaia todo o mais trabalho para mantença da taba e criação dos filhos: plantio e colheita da mandioca, milho, cará ou inhame, batata, jerimum, amendoim e mamoeiro; recolher água e muita lenha (no centro das tabas ardiam fogueiras tôda a noite para afugentar os maus espíritos), os trabalhos de cerâmica, tecer rêdes e *tipitis* (cestos cilíndricos de fôlha da palmeira à guisa de prensa para espremer a massa da mandioca), o preparo dos alimentos, os banhos aos filhos, a safra de frutos silvestres e palmitos, preparar as bebidas que os homens muito consumiam, usando e abusando. Em suma, todos os serviços domésticos e extradomésticos como que desdenhados pelos homens. Como não tivessem pagens para tomarem conta dos columins, as mães trabalhando os traziam às costas em cestos de fibras.

O que trabalhavam as mães ameríndias no conseguir uma refeição! E as atuais cozinheiras, com fogão elétrico ou a gás e gêneros adquiridos nos armazéns, tanto se queixam! E que muito enganados andam os que apodam os índios de indolentes! Não o eram, mormente a mulher, braço forte na vida da taba, seu principal elemento produtor, afeita e adestrada que era em várias modalidades do trabalho.

Desta maior capacidade da mulher para os trabalhos contínuos vem, talvez, o costume de, em guerra, enquanto o guerreiro vencido era sacrificado e até comido, serem poupadas as mulheres e incorporadas à tribo vencedora. E de ser ela, e não o homem, a agricultora, vem o ser menos nômade que êle, amando o solo que amanhava. E' o que se deu nas lutas com franceses e holandeses em que as mulheres das tribos suas aliadas, obrigadas a se deslocarem sempre, abandonando suas plantações, se puserem a ameaçar os maridos de passarem para os portuguêses se a luta prosseguisse.

A pedagogia do colonizador (se é que pescasse disto) é que andava errada. Ciente de ser a paixão a tendência veemente, enérgica para determinado objeto ou certa atividade, esta ciência cogita de conhecer a inclinação, o pendor de cada um para explorá-lo convenientemente. Ora, o invasor euroupeu havia de ter compreendido, se de todo não garrasse do bom senso, que o homem ameríndio tinha forte pendor para a mobilidade atávica paixão pela guerra, não se ajeitando com a sedentariedade. Imobilizá-lo nos serviços monótonos da lavoura canavieira, era contrariar seu temperamento, matar sua paixão, torcer seu pendor, desfibrá-lo e destruí-lo em fim.

Mas o êrro pedagógico e crime social que o invasor perpetrou

contra o índio varão, não o praticou contra a mulher americana, a esta aplicando, se bem inconscientemente, a boa pedagogia. Vezada nos serviços agrícolas, tinha a ameríndia amor ao solo que amanhava e por isso, na vida errante e levantadiça das selvas, vivia contrariada com os deslocamentos contínuos, sempre abandonando as plantações que ela, sòmente ela, tratava e amava. Por isso, quando tomada por companheira do europeu, sua espôsa ou amante, a vida no rancho dêste lhe corria mais suave, encantadora e atraente, porque conforme com seu pendor à tranqüilidade, à sedentariedade, aos instintos de maternidade. Por mais que trabalhasse no lar organizado com o companheiro branco, não seria serviço mais árduo do que o executado na taba. E assim, mais fàcilmente que o homem de sua raça, a mulher se incorporava de boa sombra ao europeu, ajeitando-se melhor à cultura econômica e social dêste, para quem ia vezada em vários trabalhos domésticos e desejosa de aprender e mais ainda de se classificar na sociedade do branco. Ao passo, portanto, que para o varão gentio o europeu era esbulhador, escravizador, e por isso odiado sob muitos aspectos, para a mulher era libertador, protetor, porque a tomava por companheira no lar, em ambiente mais confortável, de trabalhos suavizados por melhores utensílios caseiros e extradomésticos para mais fácil e rápida execução de suas atividades.

Deslumbrada e fascinada pela novidade de bugigangas berrantes, muito de seu feitio, sua alma inocente e ingênua sentia-se, a demais, empolgada, ora pelas carícias do branco a lhe estimularem o aguilhão imperioso da natureza, ora pelas melodiosas cantorias sacras em seu próprio idioma, entoadas pelos columins adestrados pelos jesuítas. Europeus e cunhãs se familiarizavam mais fácil e suavemente do que aquêles com os varões gentios. A graça, o viço virginal encantam, atraem, não importa de que raça, não monta a desconformidade da plástica racial. E nem eram feias as cunhatãs, no testemunho de coetâneos da era colonial. A índia era, a demais, arguta e sagaz na esfera da sua cultura e percebia que para ter filhos classificados na sociedade dos brancos, mister se fazia corresse o sangue dêstes nas veias daquêles.

Vistas e examinadas estas circunstâncias e o mais que das crónicas consta, como o estímulo da metrópole para tais cruzamentos, não é para admirar, como se escandalizavam os padres, que num impulso muito humano e perdoável dentro dos ditames de sua moral, forcejassem por fazer-se encontradiças com os europeus e acompanhá-los. E sobejavam-lhe boas qualidades de donas de casa, algumas ainda latentes, à espera sòmente de ensinamentos e estímulos para se

aprimorarem consoante o ambiente social que as favorecesse. E foram, na verdade, a base dos austeros e honestos lares brasileiros, que elas bem souberam modelar.

GILBERTO FREYRE, depois de acentuar "que sôbre a mulher gentia fundou-se e desenvolveu através dos séculos XVI e XVII o grosso da sociedade colonial, num largo e profundo mestiçamento", consubstancia êste pensamento, entre outras, na seguinte passagem de CASA GRANDE & SENZALA: "Já dissemos... que sob o ponto de vista da organização agrária em que se estabilizou a colonização portuguêsa do Brasil, maior foi a utilidade social e econômica da mulher que a do homem indígena. Êste se retraiu quase por completo aos esfôrços dos colônos e mesmo aos agrados dos padres para o incorporarem à nova técnica de exploração econômica e ao novo regime de vida social. Melhor ajustamento se verificou da parte da mulher; o que se compreende, dada a sua superioridade técnica entre os povos primitivos; e dada a sua tendência maior para a estabilidade entre os povos nômades. A tôda contribuição que se

> "exigiu dela na formação social do Brasil — a do corpo que foi a primeira a oferecer ao branco, a do trabalho doméstico e mesmo agrícola, a da estabilidade — estado por que ansiava, estando seus homens ainda em guerra com os invasores e ela aos emboléus, de trouxa à cabeça e filho pequeno ao peito ou escarranchado às costas, — a cunhã correspondeu vantajosamente". (pág. 243, da 5.ª edição).

Faltava-lhe, é certo (e nem podia ser de outra maneira) na expansão imperiosa da fôrça criadora, a noção do decôro social e pessoal, que é produto do refinamento das civilizações adiantadas (e muitas vêzes hipócritas). Mas isto, ao invés de contrariar ou empecer, com escrúpulos, favorecia a miscegenação, que é a tese em lide.

Tanta, tão valiosa e precípua foi a contribuição das cunhãs à modelagem do tipo brasileiro, que as leis do govêrno metropolitano — Alvarás e Cartas Régias — muito se preocupavam com elas e pouco ou quase nada com os varões silvícolas. Fomentavam, com estímulos o cruzamento de europeus com as mulheres ameríndias, sem referência aos homens gentios, ou cruzamento dêstes com as européias. Nem se alegue que ainda depois de 1750, cá não havia mulheres portuguêsas para se ligarem a índios. Nesse quartel de século, que foi o do ouro, as portuguêsas já não tinham tanto mêdo de feras e macacos.

E foi precisamente nessa quadra, em 1755, que D. José I encorajava seus súditos a se ligarem com as aborígenes, acenando-lhes com vantagens de posição social, com êste Alvará:

> "Sou servido declarar que os meus vassallos deste Reyno, e da America, *que casarem com as índias della, não ficam com infâmia algũa, antes se farão dignos da minha real atenção*, e que nas terras em que se estabelecerem *serão preferidos para aquelles logares, e occupação*, que couberem na graduação de suas pessoas, e que *seus filhos descendentes serão habeis e capazes de qualquer emprego, honra, ou dignidade*, sem que necessitem de dispensa algũa, em razão destas alliançãs, em que serão comprehendidas tambem as que se acharem já feitas antes desta minha declaração".

Não precisava pôr mais na carta. Se os colonos, antes por conta própria e por imposição da natureza imperiosa, já se aliavam com as aborígenes, com maioria de razão agora, pelos estímulos régios e promessa de emprêgos e classificação da prole na sociedade, que era aquilo a que mais aspirava o reinol depois de uma boa fortuna.

Antes mesmo dessas leis, já os descendentes de muitas índias eram classificados na sociedade, como, entre muitos esquecidos, as gerações de Caramuru, Jerônimo Albuquerque, João Ramalho, Antônio Rodrigues e Manuel Pires Maciel, cujo filho mameluco. — Domingos Alves Ferreira Maciel desempenhou o cargo de Capitão-Mor do Acari (Brejo Salgado).

Assim, à atração exercida pelo branco sôbre nossas avoengas ameríndias, juntava-se agora mais um motivo de atração do branco para elas: atração recíproca.

De mim sei dizer que minha trisavó pelo lado materno (a avó de João Joaquim da Cunha) era caiapó puro sangue, das que foram levadas para Pitangui (Estado de Minas) por Antônio Rodrigues Velho e José de Campos Bicudo, como se dirá em outro capítulo.

Como se vê, enquanto o homem aborígene era escravizado e maltratado nos pesados serviços do eito, a mulher da mesma raça, por vários e fortes motivos, era ansiosamente buscada para o aconchego carinhoso do lar honesto e austero que ajudaram a plasmar.

Elas ainda existem: procurai-as nos palácios dos dirigentes do País, nos apartamentos de arranha-céus, nos palacetes, nas residências modestas e casalejos vários: sua pujante seiva circula nas veias dêsses habitantes.

CAPÍTULO VII

O português

I

Contraste

QUANDO descobriu o Brasil, entrava Portugal no auge do poderio marítimo e comercial, e estava no mínimo da sua população. Fatôres notórios, no século anterior e no decorrer dos descobrimentos, motivaram profundas sangrias no coeficiente demográfico do Reino, que se comprimia na sua estreiteza territorial européia: pestes que assolaram o País, antes e depois de 1500, agravadas pelas suas condições anti-higiênicas em época de grande atraso da medicina; guerra aos mouros; moléstias peculiares a mareantes, devidas, mòrmente, à deficiência do regime dietético em demoradas travessias; doenças importadas do Oriente e desconhecidas na Europa; a emigração de dezenas de milhares de judeus, prófugos do já desfalcado Reino para a Holanda com capitais grossos, perseguidos pelo Santo Ofício que os queria cristãos a ferro e fogo; naufrágios repetidos, pirataria freqüente, amparada por outras nações rivais e enciumadas com a expansão do pequeno país, capturando embarcações cheias de tripulantes, especiarias e mais riquezas trazidas de África e Ásia, quando não as pondo a pique; as lutas, ciladas e traições dos *infiéis* de África e Ásia, que ferozmente repeliam os *saqueadores lusitanos;* e, finalmente, a circunstância de boa parte da sua população máscula, a mocidade fecunda, passar largo tempo afastada dos lares, vivendo ao ba-

louçar de oceanos tenebrosos e traiçoeiros, em contínuas expedições marítimas. A tudo isto, em suma, pôs remate a catástrofe de Alcacer-Kibir, último túmulo do Portugal heróico, que ali viu sacrificados seu jovem Rei e os derradeiros descendentes dos heróis camoneanos, — a fina flor do exército lusitano. Portugal era pequeno demais para suportar o pêso da sua formidável expansão além-mar.

De tudo isto se tira mui lógica e sensatamente, consoante as leis estatísticas, que a percentagem preponderante da sua minguada população daquela época (de menos de 2 milhões), havia de ser do elemento feminino, que nada-vêzes-nada, contribui para o povoamento das colônias nos dois primeiros séculos. As portuguêsas iriam lá aquiescer em trocar o "jardim da Europa à beira-mar plantado", os macios confortos e deleites inebriantes de uma Côrte esbanjadora, pela aventura temerosa de afrontar o oceano tenebroso, cheio de monstros lendários que, ainda 300 anos depois, causavam pavor a D. João VI? Consentiriam em abondonar tudo e vir habitar florestas cheias de feras e gente bravia, para logo desumanamente apelidada *selvagem*?

Para civilizar numerosos índios, conquistando-lhes vastíssimo território e, mal-mal, iniciar o povoamento do Brasil, eram necessários cêrca de 100 mil homens, e em Portugal não os havia disponíveis e dispostos a tais riscos; ao português só interessava país onde houvesse possibilidades em negócios de êxito imediato.

Deduzidos velhos gastos, mulheres, crianças, funcionários civis e militares, trabalhadores indispensáveis à vida da metrópole e às grandes construções navais de então, tudo de residência forçada no Reino; deduzidos os grandes contingentes empregados no policiamento e conservação de suas conquistas e comércio no Oriente, não será exagêro calcular que o pequeno país não contava com a sobra nem de 5 mil homens, genuinamente lusitanos, para conquistar o Brasil a numerosos índios e estrangeiros já aglutinados, em boa camaradagem.

Sôbre desanimador, é assaz significativo para esta tese o cálculo feito pelo historiador Henrique Handelmann, dando ao Brasil, em 1550, a população de 5 mil almas, mor parte delas composta daquela gente a que se referia Duarte Coelho, em carta de 1546 a D. João III.

"Eu asseguro a vossa alteza e juro pela honra da minha morte que os deportados não trazem vantagem nem bem algum para o país, mas muitos males. Pode vossa alteza crer; esta gente é aqui pior do que a peste; rogo-lhe, por isso, pelo amor de Deus que, para o futuro, me poupe dêsse veneno".

Trinta e três anos decorridos, a população da colônia, segundo cronistas coevos de que fala Calógeras, era orçada em 25 mil *brancos*. Tomando-se por critério a côr, nêsse cálculo, e não a nacionalidade, é para se crer que muitos dêsses *brancos* não eram portuguêses genuínos, e sim estrangeiros vindos nas tripulações heterogêneas, e muitos outros seriam mamelucos já clareados em recruzamentos com brancos europeus de várias etnias durante 83 anos, como sejam as proles de Caramuru e seus companheiros encontrados por Tomé de Sousa; de Jerônimo de Albuquerque, dos Adornos, de João Ramalho, de Antônio Rodrigues e de vários outros europeus, nomeadamente franceses. Tão certo é, tão razoável é esta suposição que, com pasmo, Euclides da Cunha lembra aquelas instruções dadas ao Capitão Fragoso de Albuquerque, em 1615, para regular com o embaixador espanhol o tratado de paz com La Ravardière. Nelas a própria metrópole afirma *que as terras do Brasil* não estão despovoadas porque nelas EXISTEM MAIS DE TRÊS MIL PORTUGUÊSES". "Isto, conclui Euclides, para o Brasil todo — mais de cem anos após o descobrimento" (SERTÕES", pág. 87, 7.ª ed.).

Numa pendência entre duas nações, na qual se tratava de provar qual delas havia conquistado e *povoado* o Brasil, a metrópole não encontrou mais de 3 mil portuguêses, em 1615! Logo, os 25 mil *brancos* do cálculo de 583 não eram lusitanos, mas na sua grande maioria, estrangeiros e mamelucos clareados.

Pela mesma estatística, que estou copiando da obra do citado Calógeras, eram orçados em 18 mil os índios *civilizados*. E aqui se deve também notar que, feito o cálculo por cronistas eclesiásticos, sòmente se computavam como civilizados os índios *cristianizados*, aldeados pelos padres e doutrinados em religião, excluídos do cálculo ou desconhecidos dos padres, e tidos como selvagens (não *civilizados*) os milhares que, pelas florestas, já se multiplicavam com os cristãos, e eram, portanto, mansuetos, escravos dos colonizadores gananciosos. Não computavam, também, os civilizados por estrangeiros, como os franceses que chegaram a ter à sua disposição, sòmente em homens combatentes, de uma vez, cêrca de 20 mil índios. Dá, até, a pensar que os civilizados por leigos, que não padres, somassem número bem mais vultoso que o da estatística em lide. E não é isto que bem se deduz da célebre carta do padre Nóbrega ao Rei, em 1549, dizendo dos CRISTÃOS QUE SE MULTIPLICAVAM com os silvícolas pelos matos? O resultado dessa *multiplicação* pelos matos, desconhecido, não figuraria na estatística.

Nesse *multiplicar-se* pela solidão da mataria, na tranqüili-

dade e repouso genésicos, longe dos farejos do Santo Ofício, e do qual tanto se escandalizava o zeloso jesuíta, ia a velha e gasta sociedade européia recebendo nas florestas exuberante vigor, seiva nova para modelar a gente pujante, mais vivaz, mais arrojada, mais aventureira e ambientada — os mamelucos, em suma, das *jornadas milagrosas e das bandeiras* que iriam, quase sós, expulsar os estrangeiros hereges do Brasil, desbravar os sertões e conquistá-los, arrancando grande parte dêles à corôa castelhana para a portuguêsa, tendo como recompensa já a ingratidão de atribuir êsses feitos a portuguêses mesquinhos, como Diogo de Campos, já o estrangulamento das justas aspirações de independência nativistas e opressão do povo com um regime tributário de 90 % de impôsto sôbre o valor dos produtos da terra.

Não há, meu virtuoso padre Nóbrega, males irremediáveis que não tragam algum bem. Sem mulheres brancas, cristãs, sem aquelas órfãs que pediste para o Reino, ou mulheres duvidosas, mas que não podiam vir em número suficiente, como se haviam de portar brancos de carne e osso, de temperamento sabidamente lascivo, diante de lindas ameríndias desnudas? De outra maneira, diante da escassez de gente cristã, da atitude da mulher portuguêsa e do desprêzo da metrópole pela colônia — sem a cooperação amorosa da mulher americana, que muita vez foi o anjo da paz entre os da sua raça e os brancos, êstes não teriam jamais conquistado e povoado o Brasil.

Como quer que seja, a verdade incontestada é que Portugal, então rico de valor e heroismo no início da era colonial, era assaz pobre de gente para, por si só, povoar a enorme colônia de mais de dois milhões de índios, certo que entre muitos dêstes e portuguêses lavrava profundo ódio, mercê da inabilidade dos lusos e da política francesa. Desta dificuldade a culpa não era sua pròpriamente, mas daquelas imprudentes *calmarias* que deram com os costados de Cabral nas praias de Vera Cruz, se é que antes, em 1498, não estava o país descoberto por Duarte Pacheco Pereira, espoliado em sua glória por êsse almirante de 1500.

No curso, pois, dos 2 primeiros séculos, antes do fascínio das minas, foi diminuto o afluxo de portuguêses ao Brasil, sendo preponderante no caldeamento a contribuição da mulher ameríndia: muitas para cada branco.

E a demonstração, que também é um reparo à estatística de apenas 18 mil índios civilizados, em 1583, se tem nas lutas contra franceses e holandeses, em que a proporção, segundo cronistas con-

temporâneos, era de um branco para cada dez índios, de lado a lado dos combatentes. Na célebre batalha de Guaxenduba, La Ravardière, só em um setor, ao lado de 200 soldados europeus apenas, lançou na luta *dois mil índios*, havendo deixado em reserva maior número, que havia sido transportado em sete navios e 46 canoas de guerra.

Eis o contraste gritante: um país minúsculo, decadente, de escassa população, comprometido em outros continentes, com o encargo de colonizar e povoar vastíssimo território de mais de dois milhões de aborígenes. Se o conseguiu; se o salvou de duas perigosas invasões, foi graças à religião e ao ameríndio convertido e amigo.

II

A multiplicação

E' notório que aqui os brancos saciavam livremente os prazeres sensuais, sem os entraves da moral cristã e os dispositivos penais das Ordenações, desbragadamente impelidos pela propensão humana do *varietas delectat*. E aquela proporção de um para dez nos feitos de Marte, devêra ser maior e bem mais expressiva nas façanhas de Cupido. Murmura-se, até, que o sizudo fidalgo Jerônimo de Albuquerque sòmente de filhos conhecidos e por êle cuidados, contava 24: daí o ser cognominado o *Adão Pernambucano*. Se assim foi o fidalgo sizudo, que teriam sido os demais?

Os portuguêses não emigravam em grandes levas, mas parceladamente, acostados aos donatários e grandes senhores, como servos da gleba. A própria metrópole, no receio de ver o Reino despovoado, vedava a emigração em grosso e oficialmente só lançava mão dos degredados, que nem sempre eram maus criminosos, chegando alguns a desempenhar aqui missão útil. Mas, por outro lado, abria as portas do Brasil a qualquer comerciante estrangeiro que lhe pagasse 10 % de impôsto sôbre o valor das mercadorias que andassem vendendo. Esta faculdade vigorou até ao domínio holandês. Tanta tolerância havia para estrangeiros pacíficos, que Tomé de Sousa perdoou dois franceses capturados, tão logo verificou serem úteis e necessários os serviços que se prontificaram a prestar. E é assim que, além das duas grandes invasões, a francesa e holandesa, e dos castelhanos no Sul do País, foi ponderável a contribuição de muitos outros estrangeiros na fusão com ameríndios. Dêsses quase todos ficaram diluídos na massa anônima de que a História ou as crônicas não cogitam. Alguns nomes, porém,

chegaram até nós, como os dos flamengos Cornélio de Arzam, Pedro Tacques Pompéu, Felipe de Campos, Bandemburg e Antão Leme; dos 5 italianos Adorno, de Tomaz Mainardi e Maria Doria; do alemão Geraldo Bettink e outros. E estrangeiros sempre continuaram a afluir ao Brasil, pois que 3 séculos depois, em 1819, quando andou por Minas, Saint-Hilaire encontrou vários patrícios, em diversas profissões e no comércio.

A divisão da colônia em donatarias resulta na vinda de alguns chefes de valor, sobejos do Portugal heróico, trazendo parentes e auxiliares brancos, lusos e estrangeiros, que logo entram a cruzar com ameríndias. Dos donatários os que melhor se ajeitam com os nativos prosperam e intensificam o cruzamento; outros fracassam, como o de Ilheus, que vende sua donataria ao rico florentino Lucas Giraldes, que fá-la prosperar, possìvelmente com patrícios que trouxera. Até 1549 aqui havia, insignificantes e esparsos, poucos núcleos de portuguêses, sem relêvo, porque sem união e organização regular. Já analisei as estatísticas de Handelmann e de Calógeras, em confronto com a confissão da própria metrópole nas instruções dadas ao Cap. Fragoso, mencionadas por Euclides da Cunha (3 mil portuguêses em 1615).

Em 1549 chega o Governador Tomé de Sousa (cujo chapeu empenachado muito devêra aprazer aos gentios), trazendo o ridículo número de 320 homens de armas e 400 colonos degredados para fundar a Capital de um imenso País. Se o número de gente era ridículo, mais irrisória foi a Capital que construiu: *palácio* do Govêrno, repartições públicas, igrejas, tudo de piso de terra batida, coberto de capim ou folhagem de palmeira, paredes de barro.

Que consideração para com a colônia!

Desta maneira encerra-se meio século de vida colonial, com uma população certamente inferior a dois mil habitantes genuinamente lusitanos.

Muitos lusitanos regressavam tão logo faziam seu pecúlio. E todavia aqui ondeava tumultuoso, oscilando entre um ou outro dos partidos invasores, o formigueiro de mais de dois milhões de aborígenes, milhares dêles unidos a francêses por aliança de armas, amizade e sangue.

Sabido que, na época, nações mais populosas, como a Holanda, organizavam suas fôrças armadas com elementos alienígenas, recrutados em tôdas as esquinas da Europa, não será temerário afirmar que a maioria das fôrças que a metrópole mandava para defesa da colônia (e que vinha cruzar com a gentia) havia de ser de dife-

rentes nacionalidades — judeus, castelhanos, franceses, alemães, italianos, que se multiplicavam pelas florestas brasileiras. Essa multiplicação, de que falava o jesuíta, não era, pois, sòmente com o lusitano.

Dêsse sentir é Sérgio Buarque de Holanda:

> "Com tudo isso, a administração portuguêsa parece, em alguns pontos, relativamente mais liberal do que a das possessões espanholas. Assim é que, ao contrário do que sucedia nessas, foi permitida aqui a livre entrada de estrangeiros que se dispusessem a vir trabalhar. Inúmeros foram os italianos, flamengos, espanhóis, inglêses, franceses, alemães que para cá vieram, aproveitando-se dessa permissão". (*Raízes do Brasil*, pág. 80).

Já vem os apregoadores da inassimilabilidade do amerindio e da semente exclusiva de portuguêses com africanos, que muito outro foi o panorama inicial da nossa história. O caldeamento se fêz do elemento nativo feminino com europeus de várias nacionalidades.

III

O Moloc

CONDUZIDO por imperantes psicopatas, fanáticos, esbanjadores e *estadistas* ineptos, ao passo que iam desaparecendo os barões assinalados da sua formação e das conquistas, Portugal perdia paralelamente sua esfera de influência no comércio do Oriente, que canalizara grossos proventos para o voraz erário régio. Depois de Alcacer-Quebir, perde sua independência, em parte por obra de desfibrada fação lusa, e dobra a serviz ao jugo de Felipe II de Espanha, cuja INVENCIVEL ARMADA vai, em breve, desaparecer nas águas de Calais. Começa o depenar do já debilitado erário régio. Cada nação tira-lhe um naco das ceroulas; os corsários saqueiam-lhe embarcações carregadas. E lá se vão suas conquistas territoriais e comerciais: Ormuz, o Arquipélago Malaio, Ceilão, Malaca, Arzila, Grabão, Fernando Pó, etc.; lá se vão seus empórios comerciais. O Brasil esperara-lhe sorte idêntica, não fôsse a bravura, o patriotismo dos brasileiros, e não dos reinícolas que já haviam cedido grande parte à Holanda. E o insaciável erário régio, anêmico, exausto, depenado, fica em tanga esfarrapada.

Mas o Moloc, pôsto arrastando sua traparia, sobeja-lhe a inata cobiça voraz. Lembra-lhe, então, o Brasil, filho moço, pujante, seivoso, que lhe acabava de fazer a esmola de não deixar escapassem tetas úberes. Vai, finalmente, povoá-lo, instruir e fazer prosperar? De nenhum modo. Antes pensa entre si o Moloc.

"A andar de tanga, andé meu filho, jovem, sadio, capaz. Entro em aposentadoria e, parasita, sugarei todo o sangue do filho até saciar minha fome de riquezas".

Se bem pensou, melhor executou.

E o erário régio (que Deus tenha), toca a explorar a vaidade brasileira com cartas autógrafas de Suas Majestades, prometendo honrarias e hábitos de Cristo a granel aos que, com sacrifícios de haveres, saúde e vida, se dedicassem abnegadamente aos serviços de S. M. nos descobrimentos das lendárias minas, de que a metrópole jamais se esquecera. Os brasileiros, como seus avoengos ameríndios, que se compraziam com bugigangas em paga do muito que faziam, tocam a procurar as minas das lendas. E começam as jornadas titânicas das bandeiras, cujo elemento humano precipuo era o gentio.

De montanha em montanha, de quebrada em quebrada, de selva em selva, de vau em vau, de brenha em brenha, de vale em vale, de pântano em pântano, de sofrimentos em sofrimentos e de perigos em perigos; sobe, sobe, escorrega aqui, cai ali e levanta acolá, brande à esquerda e brande à direita o facão, corta aqui e rasga ali a picada; encharcado das correntes ou das chuvas ou crestado pelos ardores do sol nos descampados sertanejos, gretados os dedos dos pés, serpeia aqui, cruza além as campinas, ora comendo raízes, frutos silvestres, mel ou carne de paca, de cotia e de veado, ora curtindo fome, indiferente ao rugido de alimárias ferozes e ameaças de índios bravios, — o atrevido bandeirante, fizesse sol ou fizesse chuva, irrompe dos campos de Piratininga ao mais longínquo sertão, abroquelado por pertinácia, coragem e vigor ináuditos e pelo faro, inteligência e prática do índio perspicaz, em cujas costas se dilatam as fronteiras da Pátria nascente. Em verdade o sertanista, tomada uma decisão, nem dificuldades, nem canseiras, nem riscos ou privações — nada entibia seu arrôjo, nada fazia arrepiar seu caminho, nada embaraçava seu arremêsso para o mistério tenebroso do desconhecido. O sertão o chamava? La iria ter, porque a seu lado estava o filho do sertão. Luta de titãs, com estóica resignação e renúncia à própria vida, foi essa arrancada de dois séculos para um sertão profundo, cujas fronteiras parecia fugirem diante dos invasores qual miragem no deserto. Dois séculos de esforços hercúleos dos brasileiros! Porque as raízes dessa

gigantesca epopéia devemos buscá-las na Vila de S. André da Borda do Campo, "*primeiro marco da conquista do Brasil, plantado à borda do sertão*" e fundada ali por 1515 pelo patriarca dos bandeirantes quando, deixando de *arranhar o litoral*, galgou o altiplano paulista e ali, com a filha de Tibiriçá, lançou a semente da árvore frondosa e pujante, berço de centenas de lares austeros donde saiu a estirpe valorosa, rija e atrevida dos sertanistas. Glória a João Ramalho e seus primeiros companheiros europeus!

Finalmente, para nosso mal, desvendam o mistério das lendas e descobrem as minas. E o sandeu do erário, que já o era por natureza antes de o ser por efeito do ouro brasileiro, despe os andrajos e toca a esbanjar novamente. O que devêra ter acontecido de início para povoamento da colônia, vai ocorrer agora: aquêle afluir precipitado de reinícolas para o Brasil — plebeus famintos, Condes e Viscondes, fidalgos arruinados e generais de espada virgem, poltrões lá na Europa e valentões aqui ante brasileiros oprimidos. E o erário régio se enche até entornar na Inglaterra e no Vaticano. O ouro do Brasil ensandece ainda mais a Côrte de Lisboa: D. João V queria deslumbrar o mundo com o fulgor de sua Côrte e copiar Luiz XIV. E vai consumir em ostentações estultas a renda astronômica de milhares de arrobas de ouro e quilates de diamantes, que a colônia canafiza para o voraz erário régio, a partir de 1700.

O Convento de Mafra nos custou 120 milhões de cruzados; o título de *Majestade Fidelíssima*, 188 milhões em presentes à Santa Sé; a reconstrução de Lisboa, o *Palácio das Necessidades* (que nome significativo!), tudo à custa do nosso ouro.

A entrada para o erário régio de milhares de arrobas de ouro e centenas de quilates, não evita que a metrópole fique oberada com uma dívida de mais de três milhões de esterlinos em 1777. De tudo isto, que migalha sobejou para o bem público da colônia, da sua saúde, da sua instrução, do seu progresso? Sobejou, em demasia, a expulsão de brasileiros paulistas das minas; sobejou, a tributação asfixiante sôbre os produtos da colônia e a liberdade de entrada, sem impostos, dos produtos que a Inglaterra lhe impunha; sobejou a opressão, a proibição de estabelecimento de qualquer indústria em Minas, que não fôsse a extração de ouro e pedras preciosas; sobejou a ausência de escolas, de instrução técnica, de melhoramento nos métodos de trabalho; sobejou, em suma, tudo que contribuisse para a ausência do bem-estar, saúde e prosperidade material, intelectual e moral. Educar o súdito da colônia, a *mãe-pátria* nunca cogitou nisso; ao revés, importava-lhe brutalizá-lo o mais possível para que jamais

aspirasse à independência. Sugá-lo sim, a metrópole o fazia vorazmente. Tremenda herança que nos legou e que até hoje nos oprime.

Entre os muitos exemplos do zêlo e carinho da *mãe-pátria* pela saúde e vida dos filhos da colônia, há, na história do Quartel Geral do Rio Indaiá, um que merece referido. Manuel Gomes Batista foi aquêle mameluco arrojado, garimpeiro destemido, descobridor das minas de chumbo e prata do Abaeté e cujo filho menor — Antônio — achou a maior pedra até então vista e que se batizou de *Diamante do Abaeté*. Em 1807 o General Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo põe o fiel e benemérito mameluco à disposição do Dr. Diogo de Vasconcelos, que acabava de instalar a *Extração Régia de Diamantes*, com sede no Quartel Geral do Indaiá, por ser êle garimpeiro assaz conhecedor da região, onde achara a afamada pedra.

Pois veja-se como o general se refere ao honesto súdito na primeira carta que endereça ao Dr. Diogo:

> *"... e obrou Vmcê acizadamente em aproveitar-se do tal Gomes Batista, porque procrastinando para mais tarde êste exame A SUA MOLESTIA TALVEZ O IMPOSSIBILITARIA."*

Veja-se a desumanidade voraz do representante de S. M., apressando-se em louvar o subordinado que aproveita o mais possível do bom brasileiro doente, sugando-lhe a última gôta de saúde em proveito exclusivo do erário régio (no Capítulo XV sôbre Quartel G. do Indaiá se encontra o conteúdo dessa carta).

Saúde, vida do brasileiro só importava enquanto pudesse ser sugada, aproveitada em benefício exclusivo do Moloc.

Tanto valem a el-Rei e a seus ministros e delegados, o bem-estar, a fortuna, a honra e a vida dos vassalos: isto era coisa insignificante demais para que êles se ocupassem com ela — só queriam parasitar.

*

* *

Nem só ao tesouro régio eram peculiares a voracidade sem escrúpulos e o parasitismo, senão que empolgavam também a reinícolas, que vinham sugar a brasileiros: erário e portuguêses tudo era um.

Entre os muitos casos de torpeza vale a pena de recordar a negra trama que esbulhou uma jovem pitanguiense e sua mãe, viúva. E foi assim:

Na Vila de Pitangui vivia, na primeira metade do século XVIII, D. Inês Pires Monteiro. Teve de espôso, casando-se em 1724, o Guarda-Mór daquela Vila, Luiz de Cerqueira Brandão, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, filho do Mestre de Campo Atanásio de Cerqueira Brandão e de D. Catarina de Cerqueira e Mendonça, esta entroncada na opulenta linhagem dos Gonçalves Figueira, ricos fazendeiros do Norte mineiro. Vivia o casal vida harmoniosa, folgada e próspera, dado que seu patrimônio era aumentado anualmente de vinte mil cruzados, sòmente com a renda das enormes fazendas do Norte, onde grandes rebanhos pastavam por sua conta em vastos almargens, bebendo no São Francisco e tributários. Em 1726 o lar de D. Inês se torna mais feliz com o nascimento de uma filha, que teve de nome Catarina Maria Brandão. Espôsa amantíssima e dedicada, mãe carinhosa e dama discreta, de modesta e piedosa que era, fazia esquecer que fôsse opulenta: daí a estima que desfrutava na jovem Vila serrana. Volvidos alguns anos de vida feliz, risonha e tranqüila, acontece falecer Luiz de Cerqueira, e o mesmo é dizer que breve, naquele lar debruado de luto, entraria o infortúnio, motivado pela riqueza de viúva e filha. Pois nisto os milhafres lusitanos entram a rondar ambas.

O primeiro foi nada menos que o poderoso Gomes Freire de Andrade, posteriormente Conde de Bobadela, querendo a riquíssima herdeira por espôsa de seu parente Alexandre Luiz de Sousa Menezes, possivelmente sujo e mesquinho caçador de dotes. Vencendo distâncias, por caminhos péssimos, abala para Pitangui em 1742 (a jovem pitanguiense contava apenas 16 anos de idade), não com a finalidade de tomar providências a bem do povo, mas com o próposito de reqüestar a rica herdeira e fazê-la desposar o parente. Vem logo, após o primeiro contratador de diamantes, João Fernandes de Oliveira, que já tinha um filho de igual nome, cujo sucessor havia de ser no contrato de diamantes.

Os Joães Fernandes!... que sordidez era aquêlo!

Com os olhos ambiciosos fitos na viúva, não tanto por afeição a esta quanto à sua fortuna, consegue tê-la de espôsa. Casados, abalaram-se para Portugal, onde a dias de um fausto enganador, seguem-se para D. Inês anos de profundas amarguras. E' que lá falece João Fernandes, em 1770, não sem deixar urdido diabólico e criminoso trama para esbulhar espôsa e enteada em bem de seu filho homônimo. Este, que era morgado de Grijó e grande amigo do Marquês de Pombal, consegue não só apossar-se de todos os haveres da madrastra, senão ainda interná-la em um convento, onde permaneceu até à morte

de D. José I, em 1777, e conseqüentemente a queda do ministro grande casamenteiro. Prosseguindo no assalto, o morgado logra ainda comprar ao idiota do marido de Caetana, por baixo preço, sua grande herança em ricas propriedades e rebanhos, em Minas.

E assim teve astronômica fortuna para viver escandalosamente com a famosa Chica da Silva, "mulata de baixo nascimento... feições grosseiras, alta, corpulenta, trazia a cabeça raspada e coberta com uma cabeleira anelada em cachos pendentes como então se usava", como descreve Joaquim Felício dos Santos. Com a fortuna da madrasta e filha desta, Fernandes satisfaz o capricho da mulata de ver navio em Diamantina, "*mandando* abrir um vasto tanque e construir um navio em miniatura que podia conter oito a dez pessoas, com velas, mastros, cabos e todos os mais aparelhos das grandes embarcações" (mesmo autor).

Não foi à toa que fêz Deus o bodum.

E assim eram os reinícolas, de quem o português padre Vieira, psicólogo do verbo *rapio*, não hesitou dizer, quando consultado pela Côrte se convinha mandar dois capitães-mores para o Maranhão: "Mandem um, que menos mal faz um ladrão, que dois".

Ladravazes eram quase todos os delegados de el-Rei no Brasil, com poucas exceções, como a do governador Gaspar de Sousa, que dizia de Francisco Cabral, governador do Rio de Janeiro, haver aceitado a "capitania de mais substância, na qual há dez anos *se mantém do que furta*".

Tais fatos e vários outros de igual natureza carregavam mais e mais a atmosfera de antipatia aos lusos, oriunda mormente da

IV

Guerra dos Emboabas

Êste choque com os calçudos tem um sentido sociológico que só mui recentemente vem sendo explorado e interpretado devidamente. Costumava-se buscar sua origem no sentimento nativista paulistano. Mas isto era tomar o efeito pela causa, pois, ao que parece não foi o nativismo que fomentou a luta, mas esta é que o ensejou, ou pelo menos o despertou. Tão certo que, consoante informações da época, a princípio os descobridores das minas protegiam até os reinóis pobres vindos do litoral.

Emboabas não eram sòmente os reinóis calçudos; eram-no, também, os baianos, nesta designação compreendidos todos os que do

Norte confluiam para as Minas, uns tangendo boiadas, outros mascateando e fàcilmente transformando mercadorias ordinárias em ouro puro. Enriqueciam suavemente à custa do laborioso trabalho dos mineradores, visto que os paulistas desprezavam a profissão de comerciantes e mascates. A causa remota dêsse choque (que refletiu negativamente no caldeamento luso-brasileiro em Minas), devêmo-lo buscar na divisão da colônia em donatarias (vastos departamentos de raias de profundidade imprecisas), autônomas, independentes administradas com exclusividade por homens em regra incompetentes, senão analfabetos, que não compreendiam o valor da coesão, nem traziam os necessários cabedais e tirocínio para, por conta própria, povoá-las, defender e fazer prosperar. Agravando êsse êrro político, inicial, seguem-se os embaraços do intercâmbio entre habitantes delas, os quais não podiam internar-se pelo sertão e passar de uma para outra capitania sem especial licença do governador ou provedor da fazenda real; licença que só se concedia a gente de *calidade* que provasse que de sua ida e vinda não resultaria prejuízo algum, conforme as determinações do já citado Regimento de Tomé de Sousa (nota 5 no Cap. II, da segunda parte). O que dava a impressão de os habitantes de uma nada terem que ver com os de outra capitania: fermento de rivalidade.

Estabelecida na Bahia mesquinha capital, sem recursos para superintender eficientemente vastíssimo território, toca a metrópole a estimular os baianos para as pesquisas de riquezas metálicas, de que diziam as lendas. Malogradas, pela rota baiana, as tentativas em que muitos colonos consumiram seus próprios cabedais e vidas, a metrópole abandona a Bahia, neste setor, e volve todo seu empenho e cuidado para a gente de Piratininga, que era todo o Sul, agora tratada com mais carinho. Ensejou, assim, a adubação e rega da semente de rivalidade semeada desde a criação das donatarias autônomas. Esta árvore cresceu e engrossou por aquêle como que galanteio para com os paulistas, a quem el-Rei escrevia diretamente epístolas autógrafas, concitando-os a empreendimentos em busca das riquezas, cujas amostras já de muito recebera. As promessas régias foram num crescendo contínuo, desde as mercês de títulos nobiliárquicos e hábitos de Cristo, até à garantia da propriedade exclusiva das minas aos que as descobrissem. De feito, alterando, nessa parte, as Ordenações, que reservavam à Coroa o domínio do subsolo, a Carta Régia de 18 de março de 1694, com o intuito de reanimar os bandeirantes a não interromperem as pesquisas, prometia-lhes a proprieda-

de plena das minas que descobrissem, com a obrigação apenas de pagarem com o próprio mineral extraído o impôsto do quinto.

Ora, descobertas as minas por gente de São Paulo, quer os nascidos lá, quer lusos e estrangeiros ali radicados, era natural, humano, lógico e jurídico que tivessem seus sacrifícios, seus esforços titânicos e dispêndios de grandes cabedais e vidas garantidos pelas promessas de S. M., visto que *palavra de Rei não volta atrás.*

E nesta persuasão de monopólio exclusivo sôbre as minas foram mantidos até 1705, dadas as providências proibitivas da entrada de forasteiros para os distritos auríferos, excluídos da proibição os paulistas. O Bando de Artur de Sá (26 de junho de 702) e os ofícios de D. Alvaro da Silveira Albuquerque, dirigidos a Bueno da Silva e Borba Gato para darem cumprimento às ordens proibitivas da entrada de forasteiros, mòrmente boiadeiros e comerciantes baianos, tinham que ser executadas por autoridades paulistas.

Tal circunstância, ao passo que robustecia a persuasão paulista sôbre seu monopólio das minas, acarretava-lhes, como autoridades executoras da proibição, a animosidade de reinóis e baianos. E o fermento vai crescendo, até que se dá a reviravolta da metrópole. O objetivo desta, com aquelas proibições, não era cumprir o disposto na Carta Régia de 18 de março de 694. O que visava era evitar que, com o grande afluxo para as Minas, se despovoasse o Reino e se desguarnecesse o litoral brasileiro, sempre ameaçado de invasão estrangeira, mormente agora com a fama de riquezas das minas.

Julgado afastado êsse perigo, foi revogada a ordem proibitiva e franqueada a entrada para as Minas, em 705. E só então viram os paulistas que era vã a garantia prometida em epístolas régias e na citada Carta de 694. E começa a grande invasão de reinóis e baianos, e esboçam-se os pródromos da luta, cuja ferocidade culmina com o bárbaro, traiçoeiro e desumano episódio do Capão da Traição.

Daí o tomarem as damas sulistas, encarnadas nas espôsas paulistas, parte saliente na luta e cobrarem ódio a reinóis e baianos — aos emboadas. E surge o nativismo que invade o sexo fraco.

Êste sentimento torna-se tão forte, a aversão ao luso tão pronunciada que em todo o Sul vogava, e na minha infância ainda ouvi recitar e cantar, a quadrinha:

"Português, pé de chumbo,
Calcanhar de frigideira,
Quem te deu a confiança
De casar com brasileira?"

Dêsse ódio participou, por muito tempo, o baiano, pois ainda é de meu tempo o fato de êle, como o negro fugido, ser o papão com que se amedrontava a criança para não se alongar de casa.

— Menino, não vás lá que baiano te pega.

Como também se dizia freqüentemente que — *baiano é bicho ruim*.

Mas o alvo de todo o ódio era o português, a respeito de quem o anedotário de ridicularia, de desprêzo, de depreciação é abundantíssimo.

De tudo isto um certo preconceito de casamento de brasileira com o *pé de chumbo*, tanto que, na minha terra pelo menos, há muito mais ufania em ser descendente de estrangeiro de outra etnia que não seja lusa. Há ali centenas de descendentes de italianos, de espanhóis, de holandês, que têm garbo em o serem; os Gontijos, os Pinto de Oliveira (prole do Chico Italiano), os França (de holandês e espanhol), os Corrêas (de espanhol e flamengo), e os Lamounier de francês).

Êstes levam longe a sua árvore genealógica, ao passo que os poucos descendentes de portuguêses raramente vão além do avô.

Eis porque penso que a luta dos emboabas uma coisa parece e outra significa: parece ocasionada do orgulho e ambição de paulistas, como se escreveu; mas, pela injustiça que a provocou, pela barbaridade como se fêz, pelos seus efeitos e comportamentos subseqüentes dos vencedores, significa a justa repulsa da mulher paulista (e portanto mineira) em se unir com os emboabas.

Temos nas veias sangue lusitano, não há contestar; porém, mais pelo caldeamento inicial, operado em São Paulo, amistosamente, e não tanto em Minas. Aqui, mormente na zona pastoril do Alto São Francisco, quer pela raridade do elemento português, dedicado exclusivamente ao comércio e pequenos ofícios (de início ausentes no sertão), quer por êsse preconceito contra emboabas, a fusão com lusos foi nula.

CAPÍTULO VIII

A escrava africana

Não se trata aqui da raça preta, nem do homem negro, mas sim da escrava africana no sertão mineiro. Não interessa repetir o que se há dito pró ou contra essa raça, nem se o criador do samba foi o negro ou a firma Barroso, Miranda & Cia Ilimitada.

Não se cogita do elemento masculino, bêsta de carga submissa, que muito contribuiu para a formação do Brasil econômico, e nada para a eugenia brasileira, visto que a união do homem prêto com a mulher branca foi raríssima.

O que importa à minha tese de formação do sertanejo mineiro da margem esquerda do S. Francisco é a escrava preta que, além de fôrça animal para o trabalho, foi a Vênus de ébano, num heterismo descomedido com pretos e brancos simultâneamente, salvas poucas exceções.

Qual o seu concurso na formação étnica das famílias sertanejas? Diria que nenhum, se alguns dos reinóis não viessem do Reino já mesclados de sangue negro. Mas nem todos os lusos traziam nas veias êsse sangue, como nem todo caldeamento se fêz no Sul do país sòmente com portuguêses. Não há mister repetir que em S. Paulo, durante mais de duzentos anos, foi notável o caldeamento euro-ameríndio exclusivo, não só com portuguêses mas também com castelhanos, franceses, judeus (êstes preferiam o Sul onde não costumava vir o Santo Ofício), flamengos e alguns inglêses. Durante êsse tempo de intensa fusão com o índio, o negro estêve ausente de S. Paulo, onde só apareceu mais tarde com a lavoura cafeeira. Os paulistas não tinham

grandes cabedais para aquisição de escravos africanos, bem como pequena era sua lavoura e abundante o elemento indígena escravizado não só para seus trabalhos como também para o tráfico.

Os primitivos paulistas, pois, eram estremes da mescla com africanos e assim continuam, mercê do forte preconceito de côr na organização familiar. No bandeirismo, que descobriu as minas, desbravou e inicialmente povoou as Minas Gerais, o elemento predominante foram mamelucos, índios puros arrebanhados de diversas regiões, aos quais se incorporaram muitos dos que andavam pelo planalto, espavoridos do litoral do Sul uns, outros vindos do Norte, aliados ou descendentes de aliados de franceses e holandeses com os quais se cruzaram. Com essa gente é que se iniciou a cata do ouro superficial, serviço menos pesado do que o das escavações que se seguiram ao esgotamento do metal de aluvião. O afluxo de negros para as Minas, bem como a grande invasão de reinóis só se verificou depois de 1705, quando levantada a proibição da entrada de forasteiros para os distritos do ouro.

E que espécie de gente forasteira foi esta que confluiu para as Minas? Na sua grande maioria uns pobretes, trazendo numa trouxinha às costas todo o seu cabedal. Estes não tinham recursos para a aquisição de escravos africanos e ficavam acostados aos grandes senhores das lavras, assalariados uns, entregues outros a pequenos ofícios — sapateiros, alfaiates, pedreiros, carpinteiros e outros, de que tanto se precisava na época. Por isso demandavam de preferência as lavras de maior nomeada, como Sabará, Ouro Preto, Mariana, etc. Em Pitangui, zona aurífera mais afastada e ainda sob a influência de Anhangüera e seu genro Domingos Rodrigues do Prado, adversários dos forasteiros, pequeno foi o afluxo dêstes e de africanos.

Nesta Vila, no auge da capacidade produtiva das lavras, em 1718, havia apenas 283 negros, conforme mapa organizado pelo Conde de Assumar e existente no Arquivo Episcopal de Mariana, segundo informa Diogo de Vasconcelos (*Hist. Ant. de M. G.*, pág. 323).

Aqui os reinóis pobres, *pé de chumbo*, sob a odiosidade das brasileiras desde a Guerra dos Emboabas e as perseguições do Conde Assumar à mocidade pitanguiense, haviam que se contentar com as negras, não só pelo seu pendor para estas, bem como porque eram repelidos pelas brasileiras brancas. Eram, porém, poucas as negras que haviam de atender a brancos e pretos simultâneamente: não sobrava para cada português uma negra para sua amante exclusiva. Daí a prostituição africana desbragada.

Ora, o meretrício, por motivos sabidos, é contrário à fecundação. Já mencionei o caso das três escravas de meu pai, hetaíras, das quais sòmente uma teve uma filha, por sua vez estéril.

Com a escrava submissa e prostituída era impossível a organização do lar produtivo. Passado o nivelamento momentâneo, aqui com o branco, ali com o da sua raça, a negra volvia à sua abjeção — não abjeção humana apenas, mas à de animal doméstico, varrendo da alma os vestígios da dignidade pessoal.

Ainda quando elevada à condição de barregã de um português, raramente a escrava submissa, contrafeita, conseguia formar um lar que se perpetuasse honestamente. Faltava-lhe a afeição do homem, o amor sem o qual não pode haver organização familiar nem estímulo para a proliferação. Quando acontecia conceber, o filho sempre desconhecia o pai, que às vêzes até o vendia como estranho a seu sangue.

A pobreza do português e da negra, mormente depois do rápido esgotamento das lavras, a falta de higiene de ambos, com o cortejo das muitas moléstias, mormemente a tuberculose, tudo contribuía para a grande mortalidade infantil entre escravos. O grande coeficiente dêstes no Brasil só foi mantido enquanto permitido o tráfico; abolido êste, tal coeficiente tem baixado contìnuamente. O que demonstra que, mesmo gozando liberdade, o negro tem sido elemento negativo para o aumento da população.

Na Província de Minas não houve, como em outras zonas, a indústria da criação de negrinhos para venda.

Já antes de 1750 as lavras de Pitangui, como as de quase tôda a Província, prestes exploradas, prestes se esgotaram. E Minas, de mercado importador, tornou-se exportador de negros. Ainda conheci em Pitangui um senhor da alta sociedade, cuja profissão havia sido comprar negros naquela zona e vendê-los fora, mormente na Província do Rio. Os brancos, desiludidos do ouro, muitos foram para os campos cuidar da indústria pastoril e da suinocultura, com agricultura apenas de subsistência local, dispensando o braço africano. Por isso tinham os fazendeiros do Alto S. Francisco poucos escravos. Tirante D. Joaquina do Pompéu (que Gilberto Freire, mal informado, situa em Paracatu), e mais tarde o Barão de Indaiá, em Abaeté, senhores cada um de uns 30 a 40 escravos, nenhum outro fazendeiro da zona da margem esquerda do Alto S. Francisco tinha cabedal nem serviço para manter mais de dez escravos. A indústria pastoril e a pequena lavoura se faziam mais com agregados brancos. Abolida a escravidão, grande foi o êxodo de negros dos campos para os grandes centros de mais possibilidades de empregos e melhores salários — zonas cafeeiras.

E assim o negro escasseia no Alto S. Francisco, salvante Paracatu, onde mais se radicaram. As cidades da margem esquerda do grande Rio (Bambuí, Dores do Indaiá, Abaeté, S. Gotardo, Carmo do Paranaiba, Patos, etc.) se fundaram umas já nos últimos anos do regime colonial, outras depois da Independência, quando nem mais vestígios de mineração havia.

Eis porque nas veias dessa população o sangue africano que possa correr, será o que veio do caldeamento operado no próprio Reino, já assaz diluído em sucessivos e múltiplos recruzamentos com brancos de várias nacionalidades.

CAPÍTULO IX

Refletem-se no Alto S. Francisco as guerras do litoral

Desde os primórdios da colonização, já se disse, a indiada se dividira em dois campos, uns ao lado de portuguêses, tomando outros ora o partido dos franceses, ora dos holandeses, com todos êstes cruzando e recruzando intensamente. No decorrer dessas lutas, aproveitando a balbúrdia inevitável em período de guerras, índios cativos ou domesticados, dêles muitos já cristãos, fugiam ininterruptamente para os sertões afastados.

Com êstes, tão logo terminada a guerra holandesa, foram ter os amistiados e vencidos que não se sujeitaram ao jugo do vencedor.

Não eram mais, porém, os homens de cultura primitiva, que muitos conhecimentos já haviam adquirido em contacto de século e meio com os europeus — notadamente em solidariedade e arte de guerra.

Levavam muitos conhecimentos úteis para os sertões cearenses, onde chegaram a atingir número superior a 20 mil. Instruídos e disciplinados para a guerra, não mais lhes causavam pavor as armas dos brancos, antes possuiam algumas e sabiam manobrá-las.

O nordeste sentiu-se impotente para repelir as freqüentes incursões dessa gente contra fazendas, povoados e vilas. Houve, por isso, de recorrer ao sul, acenando aos paulistas com as vantagens de, em guerra justa consoante parecer de uma junta de teólogos, se pagarem fartamente dos dispêndios da campanha com o produto da escravização de milhares de silvícolas que capturassem.

Aceito o convite pelo paulista Matias Cardoso de Almeida, já conhecedor do caminho de S. Paulo para o Norte, partiu êste em 1690, com um exército de 1.200 homens e vários chefes auxiliares. Pro-

longando propositadamente a campanha a fim de, evitando extermínio de ameríndios, escravizar o maior número possível, andou a preá-los durante largo tempo e em vários sítios. A campanha só terminou em 1697 nas margens do Jaguaribe, sendo para notar que antes, em abril de 1694, muitos dos índios já haviam pedido paz, entregando-se de desanimados que se sentiram diante da superioridade do ininigo. Matias os atacava não em grosso, mas parceladamente, aqui e ali, para evitar luta de extermínio. Numerosos dêles, porém, notadamente da brava nação Caiapó, os que mais privança haviam tido com franceses e holandeses, de quem muito aprenderam, não se sujeitam ao jugo de Matias e refluiram uns pelo Tocantins acima, outros pela Serra do Curgueia, atravessando o Carinhanha, e todos vieram concentrar-se no Vão do Urucuia, onde fundaram numerosíssimas aldeias.

O mapa de Minas, datado de 1804, traz êstes dizeres no território entre as nascentes do Urucuia e do Carinhanha: *"Certão vadeado pelo Gentio Caiapó que tem feito hostilidade aos viajantes"*.

Do Vão do Urucuia começaram a descer para as margens do S. Francisco, já ocupadas pela gente de Antônio Guedes de Brito, Garcia d'Ávila e numerosas famílias paulistas. Dentre suas numerosas aldeias espalhadas por tôda aquela região, ficaram célebres na história as de Guaíbas (origem da cidade de S. Romão) e Tapiraçaba (origem de Januária).

Aí viviam acamaradados com índios naturais da região, com brancos fugitivos da Justiça, desertores, os restos da expedição de Fernão Dias (os expulsos por êste quando foi da revolta do Sumidouro), da expedição dissolvida de D. Rodrigo Castel Branco e mais prófugos da civilização.

Dos fugitivos da Justiça se destaca o português Manuel Pires Maciel, que passara grande parte da vida na aldeia de Tapiraçaba e que vai representar papel saliente na destruição dêsses dois núcleos de índios. Vivia maritalmente com uma das filhas do cacique de Tapiraçaba, da qual deixou descendência. Assim a região do Urucuia, e transpondo o S. Francisco até a zona de Montes Claros, era um formigueiro de silvícolas semi-civilizados, de mistura com brancos de várias procedências (dos fugitivos da Justiça, dos expulsos por Fernão Dias, de sobejos da expedição do malogrado D. Rodrigo Castel Branco, do Mestre de Campo Cel. Antônio Guedes de Brito e da guarnição deixada por Matias Cardoso no arraial de seu nome). Uma panela onde tudo isto fervia, promiscuamente.

Descoberto ouro em Minas, não havendo caminho nem pôrto alfandegado no Rio de Janeiro, o grosso do comércio se fazia para a

Bahia, pelo S. Francisco. Mas êste trânsito se tornou tanto ou mais perigoso que o da afamada Mantiqueira: bandos assaltavam comitivas e viajantes que subiam ou desciam o rio. Para expurgar dêsse mal aquela região, foi incumbido o Cel. Januário Cardoso de Almeida, filho de Matias Cardoso. Auxiliado e guiado pelo citado português Manuel Pires Maciel, grande conhecedor da paragem, Januário assaltou Guaíbas e Tapiraçaba, destruiu-as e dispersou seus habitantes, aprisionando alguns.

Com a notícia as demais aldeias também se dispersaram e tôdas abalaram S. Francisco acima, concentrando-se nas suas cabeceiras, onde vamos encontrá-los mais tarde a entestar com as expedições organizadas em Pitangui e Tamanduá (Antônio Rodrigues Velho, José de Campos Bicudo, Batista Maciel, Estanislau de Toledo e outros). E o vale do rio, desde a Barra do Paraopeba até à Serra da Canastra, se fêz um viveiro de índios e mamelucos, espavoridos pelas guerras e perseguições de Sul a Norte do litoral, cruzados e recruzados com franceses, holandeses, judeus, portuguêses e brancos de várias etnias dos exércitos empenhados nas lutas do litoral. Dessa panela internacional saiu a massa agrária do Alto S .Francisco, que se agregou aos fazendeiros ali estabelecidos na segunda metade do século XVIII, por sua vez mamelucos, na maioria, caldeados nos campos de Piratininga. Grande verdade enunciou Euclides da Cunha em belíssima página de seu *OS SERTÕES*, quando escreveu:

> "Há um notável traço de originalidade na gênese
> "da população sertaneja, não diremos do norte, mas
> "do Brasil subtropical".

Não tenho pretensões a antropologista, sociólogo ou cientista em qualquer ramo; não tenho à mão, nem existe estudo profundo da região em lide, a não ser o trabalho de Peter Lund sôbre o homem de Lagoa Santa. Mas as empolgantes páginas do grande Euclides sempre me despertaram uma voz íntima (bairrismo, se vos apraz) a me segredar que o Alto S. Francisco foi a pátria originária do aborigene sul americano, e por ser uma região inteiramente diferente de outras, por seu caráter próprio, seus recursos e formação étnica de seu povo, encerra atualmente a reserva de uma seiva forte e fecunda de boa brasilidade. Quando se reflete na circunstância de haverem os silvicolas, refluindo do litoral, desde a Guanabara até ao Maranhão, se concentrado na zona do Alto S. Francisco, não se pode deixar de pensar que, filhos pródigos, tornavam ao regaço materno. Talvez que, quando os competentes retomarem as pesquisas e estudos de Peter Lund, venha

êste pensamento a se transformar em realidade. Nem pareça utopia, pois que mais de 100 anos depois do sábio dinamarquês, o consul inglês em Belo Horizonte, Mr. Walter, descobre, numa caverna da mesma região, um enorme crâneo humano, e mais um fóssil de urso, cujas idades, supõe-se, recuam a mais de mil anos antes de Cristo. No município de Dores do Indaiá, que mais conheço, em vários pontos, tem sido encontrados, enterrados, vasos funerários, utensílios e adornos usados pelos índios.

Por isso é que digo que os índios, quando, espavoridos pelas guerras do litoral, refluiam para o S. Francisco, parecia procurarem sua pátria primitiva.

O *notável traço de originalidade* no que toca ao sertanejo do Alto S. Francisco, zona *essencialmente* pastoril, vem de que, tirante os distritos do ouro, o braço operário sempre preferido não foi o do africano, mas o do índio, que por seu turno preferia a vida livre e folgada de vaqueiro ao trabalho pesado e estafante das lavras; vem ainda dos parcos recursos financeiros dos primeiros povoadores, que não podiam adquirir escravos africanos, sempre fugidiços, e por isso elemento indesejável em zona pouco povoada e sem policiamento (ainda era recente a recordação dos vários quilombos do Indaiá, da Canastra, do Ambrósio, etc., que tantos sobressaltos causaram). SAINT-HILAIRE, na sua viagem às nascentes do S. Francisco, em 1819 (não esquecer que isto foi há apenas 127 anos), foi encontrando por onde passou muitos caboclos (mestiços de silvícolas) e índios, alguns aldeados ainda, que não foram *destruidos a ferro e fogo*, como pretende Elói Pontes e outros africanófilos. O preconceito de côr (preta) naquela zona é assaz pronunciado. Não será exagêro calcular que em 70% da população, mormente na massa rural, é alta a dosagem do sangue ameríndio.

E' também para se notar que a massa miúda reinol, confluente para as lavras, tão logo se esgotaram estas, não rumou para os campos, para as lavouras ou indústria pastoril, mas se concentrou nas Vilas e povoados, dedicando-se ao comércio e ofícios leves, ou calceando, como noticiam os escritores da época.

Os primeiros povoadores do centro e sul de Minas, vindos de S. Paulo, eram bandeirantes de alta linhagem, procedentes de famílias educadas no colégio dos jesuítas. Pôsto que longa sua nominata, importa aqui lembrar alguns.

Domingos da Silva Bueno, neto de Amador Bueno — o *Aclamado*, e pois descendente de castelhano, nascido em 1660, foi Guarda-

Mor das minas em Sabarabuçu, desde 1700, e em 1711 se estabeleceu por conta própria na extração do ouro.

Bento do Amaral da Silva, c.c. uma sobrinha do opulento padre Guilherme Pompéu, de nome Escolástica de Godoy; era fluminense residente em S. Paulo quando descoberto o ouro nas Minas dos Cataguases.

Os dois *Domingos Dias da Silva* (pai e filho); o velho era filho do cusado bandeirante *Bixira* e genro de Lourenço Castanho Taques.

Antônio do Prado da Cunha, companheiro de Fernão Dias na jornada das esmeraldas, e genro do ricaço Jerônimo de Camargo, poderoso senhor de Atibáia. Estabelecido em Pitangui, de sua mulher D. Maria Pires Camargo deixou ilustres descendentes (Diogo Vas. *Hist. Ant. M. G.*).

Francisco Rodrigues Penteado e seu irmão Manuel Correia Penteado, assaz abastados, de descendência pernambucana.

Dionisio da Costa, o fundador do povoado que depois se chamou arraial do Dionísio.

O Anhangüera e seus genros *Domingos Rodrigues do Prado* (em Pitangui) e *João Leite Ortiz* (em Curral del-Rei).

Miguel Gonçalves de Siqueira, primo de Dionisio da Costa, e irmão de Antônio Gonçalves Figueira. Foi intendente no Sêrro Frio, e por motivo do levante nas Minas, deixou a mineração e fundou grandes fazendas de criação no norte de Minas.

Antônio Pires de Ávila, Mestre de Campo, instalador da Vila de Pitangui, onde morava.

Diogo Bueno da Fonseca, em Lavras.

Cornélio de Arzam, filho de Guilherme de Arzam e de Escolástica Borges, e neto de Manuel Correia de Arzam, estabelecido em Carrancas, então pertencente a Lavras, em 1756.

José Correia de Arzam, irmão do antecedente, estabelecido também em Carrancas, c. c. Francisca de Sousa, filha de Carlos Martins de Sousa e de Tomásia de Aguiar, deixando 13 filhos, conforme inventário existente no cartório do 2.º Ofício de Lavras, entre os quais Manuel Correia de Sousa, que se estabeleceu na Fazenda Patos, atual município de Dores do Indaiá.

Da numerosa e proeminente família dos *Camargos* (cujo tronco é o castelhano Juseppe Camargo), vieram logo para as Minas muitos entrelaçados com as famílias *Siqueira* e *Arzam*: Bartolomeu Bueno de Siqueira e Antônio Rodrigues de Arzam eram casados respectivamente com Maria e Mariana de Camargo, filhas do Cap. Fer-

nando de Camargo Ortiz e netas de Juseppe Camargo c.c. Leonor Domingos, filha do Carvoeiro. Dêles vieram, entre outros, os seguintes:

Tomaz Lopes de Camargo, também cunhado de Siqueira e Arzam, vindo com o célebre padre João de Faria Fialho, bandeirante, minerou em Mariana e no povoado de *Camargos*; com êle vieram também seus irmãos *Gonçalo* e *João Lopes de Camargo*.

Ana Pires de Camargo, filha de José Ortiz de Camargo, c.c. Francisco Rodrigues da Guerra.

José e Francisco de Camargo Pimentel, do tronco Marcelino de Camargo, filho do famoso *Tigre*.

João Delgado de Camargo, filho de Mariana de Camargo Pimentel, e neto de Marcelino, um dos fundadores de Mariana.

Maria Ribeiro de Camargo, irmã do precedente, c. c. Luiz Furquim, que foram morar em Pitangui. O filho dêstes, de nome Estêvão Furquim, foi um dos moços envolvidos na revolta chefiada por Domingos Rodrigues do Prado, em Pitangui.

Lucas de Freitas de Azeredo, neto de Mariana de Camargo e bisneto de Juseppe Camargo, se estabeleceu no Sêrro, onde minerou e fundou uma fazenda de criar. Organizou também bandeira para descobrimento das esmeraldas, com a patente de Mestre de Campo (junho de 717), acompanhado do seu cunhado — padre Antônio de Mendanha Sóto Maior. Lucas se casou em Minas Gerais com Isabel Mendanha Soto Maior, irmã do citado padre, que foi o primeiro vigário da Vila do Príncipe, natural do Rio de Janeiro. Lucas era sobrinho de Mecia de Morais, c.c. José Nunes de Siqueira, e mãe de Baltazar Lemos e Siqueira, Bartolomeu Bueno de Siqueira, Pedro de Morais e Siqueira e Antônio de Morais Navarro, originários de Atibáia. Baltazar morou em Jequitinhonha. Era irmão de Mecia e, portanto, tio de Lucas. *Baltazar de Lemos e Morais Navarro*, foi procurador da corôa nas minas, e andou na expedição dos paulistas Antônio Soares Ferreira, Cap. Manuel Correia de Arzam e Lourenço Carlos Mascarenhas nas descobertas da região do Sêrro. Dêle descendem os numerosos Morais Navarro que ainda existem em Minas.

Francisco Bueno de Camargo, filho de Mariana de Camargo, e, portanto, neto do sevilhano Juseppe, genro de Lucas de Freitas Azeredo, depois de andar por Mariana e Guarapiranga, passou para Pitangui com seu genro José Rodrigues Betim e mais parentes Camargos.

José Rodrigues Betim, citado genro de Francisco Bueno de Camargo (c.c. Mariana de Freitas Azeredo ou Azevedo, como também se lê no apelido dessa família), era filho de Garcia Rodrigues Velho

e de Maria Betim Garcia: nas lutas de Pitangui com Domingos Rodrigues do Prado (1718-1719), se pôs ao lado do govêrno com seu sogro.

Sulpício Pedroso Xavier, c.c. uma filha de Antônio da Rocha Pimentel, êste descendente de Ana Maria de Camargo. Sulpício tomou parte na revolta de Pitangui. Vieram para Minas muitos outros Camargos, que deixo de mencionar por não alongar demasiadamente o capítulo.

Simão da Cunha Pereira, brioso oficial (Tenente de Minas Novas), braço forte do govêrno na repressão dos motins do sertão de S. Francisco, em que tomaram parte o famoso padre Santiago (vigário de S. Romão e Paracatu), D. Maria da Cruz e seus filhos, é tronco de numerosa e ilustre família mineira.

Domingos Alves Ferreira Maciel, filho do citado português Manuel Pires Maciel e da filha do cacique da aldeia de Tapiraçaba, educado num colégio da Bahia (portanto mameluco meio sangue), nomeado pelo governador Martinho de Mendonça para o pôsto de Capitão-Mor do Acari, a 14 de outubro de 1737, foi poderoso povoador do Norte mineiro (Brejo do Salgado). Dêle disse o governador Martinho de Mendonça *"ainda que se diga ser mameluco, e possa ter alguma mistura, tem bom trato, e é de boa presença"* (*Apud* Diogo Vasc. *Hist. Med. M. G.*)

Antônio Afonso Lamounier, francês, vem para Tamanduá em 1767, com Inácio Correia Pamplona, e ali se torna o tronco de numerosa descendência, como o deputado federal Lamounier Godofredo e o Dezemb. José Lamounier Junior. Com a emprêsa de Pamplona vêm muitos outros, a quem foram concedidas sesmarias no segundo braço do Rio S. Francisco, além da Serra da Marcela, como êstes: José Fernandes de Lima, Timótio Correia Pamplona, Rosa Correia Pamplona, Teodósia Correia Pamplona, Simplícia Correia Pamplona, José Antônio Bastos, Antônio José Bastos, João Rodrigues de Sousa, José Alves Diniz, Domingos Antônio da Silveira, José Rodrigues de Sousa, Simão Rodrigues de Sousa, Manuel Coelho Pereira, Pedro Vieira de Faria, Leonardo Lopes, Manuel de Medeiros e Jacinto de Medeiros. (Livro de Sesmarias, do Arq. P. Min. n.º 56). Êstes dois últimos foram possivelmente os fundadores da fazenda *Medeiros*, ao pé da serra dêste nome, cabeceira do córrego Fundo, afluente do Rio Bambuí.

Jerônimo da Costa Guimarães, c.c. Damiana de S. José, se estabelece na capela de S. Amaro, zona da célebre ITAVERAVA (Queluz, onde se concentravam os primeiros bandeirantes). Do casal Jerônimo — Damiana nasceram o Cap. Amaro da Costa Guimarães, João da Costa Guimarães, Joaquim da Costa Guimarães e José da Costa Guima-

rães, que em 1765 se estabeleceram à margem do ribeirão Jorge Grande, município de Dores do Indaiá.

Tomé Rodrigues da Fonseca, se estabelece à margem esquerda do Rio S. Francisco, atual município de Abaeté. Em 1739 foi-lhe concedida uma sesmaria a partir do S. Francisco até ao ribeirão Marmelada e Morrinhos, dividindo com o Cap. José de Faria.

Joaquim de Oliveira se estabelece na fazenda *Serra,* sita no ribeirão da Marmelada, dividindo pelo veio dágua dêsse ribeirão e com o Cap. José de Faria Pereira, ribeirão acima até o cume da Serra, e pela parte de baixo a Vargem das Tabocas (estas duas últimas sesmarias do Marmelada foram assinadas pelo general Gomes Freire de Andrade, aos 30 de abril de 1739).

José Correia de Arzam, descendente do castelhano Martim Fernandez Tenório de Aguilar e Cornélio de Arzam, se estabelece em Lavras do Funil, donde sai seu filho Manuel Correia de Sousa, para se estabelecer no ribeirão dos *Patos,* origem da cidade de Dores do Indaiá.

Manuel da Costa Montijo, espanhol (que aqui começou a assinar *Gontijo* para despistar, por ter tomado parte em conspirata na Europa), se fixou em Barbacena, onde se casou, transferindo-se posteriormente para a fazenda do DOCE (atualmente Moema), município de Bom Despacho. E' tronco de algumas centenas de *Gontijos,* dos quais algum deve ter sido o fundador do povoado MONTIJO, município de Formiga, na barra do ribeirão dos *Patos* com o S. Francisco.

José Gonçalves da Silva, na última década do século XVIII, se estabelece na fazenda *Fragata* (atualmente município de Tiros) a quem a 1.º de dezembro de 1801 o governador Bernardo José de Lorena concedeu grande sesmária de 3 léguas, dividindo pelo Nascente com a Serra Negra, pelo Poente com a Mata da Corda, nas cabeceiras do Indaiazinho e do Borrachudo, e pelo Sul pelo Indaiá. Dêle provém o coronel Antônio de Morais Pessoa, de numerosa prole, contando-se atualmente os Drs. Urquiza Pessoa de Mendonça, Otto Pessoa de Mendonça e Rondon Pessoa de Mendonça, residentes em Belo Horizonte.

SEGUNDA PARTE

(Gênese e evolução de Dores do Indaiá)

CAPITULO I

O alto S. Francisco

As lendas

O que as lendas inspiraram aos povos antigos!

Não se vá pensar que, abrindo êste capítulo com elas, seja todo êle entretecido de carochas, não. Nem são para desdenhadas, as lendas; delas houve que se tornaram realidade com impulsionarem não poucos empreendimentos, arriscados e temerários, e muitas das maravilhosas conquistas científicas. Da mesma sorte que as hipóteses em ciência, dir-se-iam degraus por que é atingida a verdade.

E muito disto que hoje se poderá averbar de ridicularia, porque vivemos distanciados dos tempos em que os deuses baixavam das alturas olímpicas para candongar entre os mortais (salvo o japonês que insiste ainda em ver no Hiroíto a auréola divina), era para nossos avoengos dogma de fé. Porque carecesse de meios e conhecimentos para perscrutar a natureza e interpretar-lhe os mais corriqueiros fenômenos, a antiguidade os promovia a divindades. E em tôrno da origem destas surgiam as lendas, as histórias fabulosas. Quem quer que atente na evolução cultural dos povos sabe da influência das lendas. Avassalante era o seu prestígio. Avassalante, atraente, encantador. Tanto, tão insinuativo que, ainda depois de descerrados muitos arcanos da natureza misteriosa, não consegue o cristianismo furtar-se-lhe de todo. Muitas de suas suntuosas catedrais ainda ostentam decorações mitológicas — monstros fabulosos, dragões, quimeras, etc., ao lado de santos, apóstolos, papas, bispos e anjos. S. Jorge dominando o dragão.

O maravilhoso pagão invadindo a literatura cristã em disputa às belezas do cristianismo — os Lusíadas para só lembrar coisas nossas. Porque lendas há que, de fascinantes, fazem esquecer que são quiméricas. Desprezá-las fôra, senão mutilar, desfigurar a História da Humanidade nas suas manifestações culturais — religiosas, artísticas e científicas.

Por falar sòmente das que mais de perto entendem com o assunto aqui visado, lembrem-se as que dizem com as montanhas, cavernas, rios e suas fontes. Havidos por lugares sagrados, cada qual sede eleita de um deus, de um gênio, aqui bom, ali mau. As nascentes de rios, via de regra derivando do cabeço de montanhas, eram sítios de mistério insondável, porque se acreditava que lá, em caverna profunda, onde a mortais não era lícito penetrar sem o indefectível castigo, jazia o encantado palácio de cristal de uma divindade. Dali, assistido por um rancho de ninfas, cujas mãos eram conchas repletas de pedrarias faiscantes, o deus fluvial ordenava, e vigiava e dirigia o curso de suas águas. Simbolizavam-no sob a figura de velho respeitável e temido, barba espêssa, basta cabeleira gotejante, apoiado sôbre vasta urna de cujo bojo jorrava a linfa.

> "Evitai, dizia Hesíodo, atravessar as águas dos rios de curso eterno, sem lhes dirigir uma prece, com os olhos fitos na sua esplêndida corrente, e antes de haverdes molhado vossas mãos na onda agradável e límpida".

Ora, nisto de crendeiros os povos da península ibérica pediam meças aos demais do Velho Mundo. A. SAINT-HILAIRE, insuspeito porque católico, adverte isto: "Portugal é um dos países da Europa em que a ignorância e a superstição mais alteraram a pureza do cristianismo". (*Viag. às Provs. do R. de Janeiro e Minas G.*).

Sem dizer aqui da sua convicção sôbre serem os judeus portadores de apêndices demoníacos, talvez porque havidos por inventores da Economia Política, basta se recorde a preocupação de descobrirem, na América, a fonte JUVENTA. Jamais conseguira a mitologia situar a prodigiosa nascente, a cujas águas Júpiter concedera a virtude de rejuvenescer a quem delas bebesse. Na Idade Média insistia-se que era no Paraíso Terrestre, o qual, a seu turno, ninguém sabia onde demorou, nem o sapientíssimo Salomão que, dizem, discorreu de tôdas as plantas, inclusa a tiririca, certamente. Entretanto ,descoberto o Novo Mundo, exploradores europeus do XVI século ainda a procuravam pela América quando descobriram a Flórida. Não admira, pois, que

os apregoados civilizadores europeus, em chegando ao Novo Mundo, vendo os enfeites dos índios e ouvindo o que diziam êstes, se dessem pressa no endossar as lendas indígenas, mais verossímeis, mas fascinantes, mais provocadoras de volúpia do incógnito e não menos de sofreguidão no desvendar o mistério do tesouro opulento que, diziam as lendas, se ocultava no regaço da terra moça. Os invasores, já trazendo a gula de riquezas fáceis, crescia-lhes aqui a ambição pelo descobrimento das regiões misteriosas das minas.

Assim, não há dissimular que a lenda foi o fator precípuo da formação geográfica brasileira, da nossa expansão territorial e demográfica, dando pasto à imaginação ardente do homem vindo da Renascença a trazer mentalidade crendeira e grossa bagagem de incontida cupidez pelas divícias do país — cupidez que se revela já na primeira página escrita da terra moça, em que Vaz Caminha não esqueceu o ouro.

Bem haja a lenda, pois!

* * *

Depois de pequeno trecho profanado pelos pés presumidamente civilizados de Cabral e sua maruja, foi a foz do S. Francisco das primeiras paragens vistas, admiradas e anotadas pela primeira expedição de reconhecimento mandada por D. Manuel, não se sabe ao certo se em 1501 ou 502. Costeando o litoral, ia o comandante batizando os mais interessantes pontos de referência, dando-lhes nomes dos santos do dia: Cabo de S. Agostinho, *Rio de S. Francisco*, Bahia de todos os Santos, etc. A seguir, desde o novelesco episódio de Caramuru, que inaugurou o convívio e entrelaçamento com ameríndios de boa paz, dêles muitos descidos do sertão enfeitados de pedras rutilantes, tudo foi uma urdidura de lendas em tôrno do grande rio central, a que os índios chamavam PARÁ (5), inoculando no branco invasor o anseio obsedante de desvendar o riquíssimo tesouro guardado nas misteriosas nascentes.

Inteirados do valor, do culto mesmo que os europeus devotavam a essas pedras e metais, os íncolas entraram a transmitir-lhes fabulosas versões relativas à cornucópia que as nascentes do rio escondiam avaramente. Ora diziam-no derivado de maravilhoso lago, a que davam o nome bárbaro de VUPABUÇU, no viso de Serra Resplande-

(5) — Para êles *Pará* era nome de qualquer rio caudaloso, e assim chamavam ao que os europeus batizaram de S. Francisco.

cente, prenhe de pedras chamejantes, de côres várias, ora que nascia da LAGOA DOURADA (6), que pela qualificação bem se denuncia.

Tanto bastou para que Diogo Álvares se desse pressa em transmitir à metrópole, via embaixada portuguêsa em Paris, o filtro que ia eatontecer ainda mais a obsessão lusitana. Estas as lendas fascinantes que cirandavam no litoral nordestino.

No Sul, variando apenas nas minúcias da tessitura, a lenda conservava a substância fundamental — o farto tesouro jacente no manancial do rio portentoso. Aqui a fama amplamente divulgada era:

> *"que o S. Francisco saia de um lago famoso, em cujas margens se situava a cidade fabulosa de MANOA, e pretendia-se que os naturais do país USAVAM ORNATOS DE OURO. Fizeram-se, pois, tentativas para chegar às NASCENTES DO RIO, e, para êsse fim organizaram-se expedições em tôdas as capitanias do Brasil."* (S. HILAIRE, *Viags. pelas Prov. R. Jan. e M. G.*, trad. de Clado Lessa).

Esta lendária cidade de *Manôa*, sôfregamente procurada por tôda a América, dizia-se que era a capital do reino do Eldorado. No dizer de A. TAUNAY, mapas antigos, franceses, holandeses, alemães e inglêses, iam a ponto de figurar a existência de grande lago donde fluiam os rios Paraná, Paraguai, *S. Francisco* e Rio Real, (como que antevisão da cordilheira da Serra da Canastra, onde nascem os maiores rios genuinamente brasileiros).

Eram, assim, uniformes as lendas do Nordeste e do Sul sôbre o tesouro opulento, ciosamente guardado na fonte misteriosa do rio central. Fusionando a lenda tôdas as aspirações numa só aspiração — a se alcançar o manancial portentoso — desde cêdo tentativas várias e arrojadas se fizeram para devassamento da nascente esquiva.

Assim, Miguel Henriques, nomeado por Tomé de Sousa; Sebastião Álvares pelo Governador Luiz de Brito; Bruno Espinosa, castelhano de nação, vindo do Peru e prático na pesquisa de metais, com o jesuíta Aspilcueta Navarro que, em 1553, chegaram à Serra do Grão-Mogol e alcançaram o Rio S. Francisco; Vasco R. Caldas, em 1562; Martinho de Carvalho, em 1570; Sebastião Tourinho, Antônio Dias Adorno (mameluco filho do italiano Paulo Adorno e de Felipa Dias, esta filha de Caramuru e da índia Catarina), com 150 brancos e 400 índios

---

(6) — Não confundir com a cidade mineira, que atualmente tem nome idêntico.

mausuetos, em 1573, e Marcos de Azevedo — todos comandam expedições (algumas conseguindo colher amostras que remetem à metrópole) que buscam afincadamente as nascentes encantadas onde jazia oculto o misterioso tesouro das lendas escaldantes.

O malôgro, porém, não esmorece o ardor dos exploradores no anseio de surpreender os arcanos da nascente fugidia e enigmática; pois, a pouco trecho, João Coelho de Sousa investe com a esfinge, sertão a dentro, por três anos penosos, colhendo amostras de ouro, prata e pedras preciosas. De torna viagem, entretanto, é colhido pela morte, não sem antes mandar amostras e roteiro ao irmão Gabriel Soares de Sousa; amostras fatídicas e roteiro fatal ao mano, e que haviam de acender, ainda mais, na imaginação popular a lenda das minas. Deitando às urtigas as suas atividades agrícolas, prósperas, o pacato Gabriel Soares parte atropeladamente para o Reino a pleitear privilégios e títulos e, com seu brilhante talento, a encher de mais cupidez as artérias da Côrte lusitana. Pelo entusiasmo estampado na obra que nos legou, bem se pode avaliar o quanto inflamou, com suas informações pessoais, a imaginação cúpida dos portuguêses em mísera decadência. Regressando em 1590 com o título de *Cap. Mor da Conquista e Descobrimento do Rio S. Francisco,* interna-se sertão além guiado pelo fiel índio Araci, em demanda da famosa *Lagoa Dourada.*

E aqui bate o ponto de um reparo que muito importa pôr em relêvo: — a preocupação de descobrir e conquistar um rio, que havia noventa anos estava descoberto e palmilhado pelas entradas acima mencionadas, salvo suas nascentes. Entenda-se, portanto, que a missão de Gabriel Soares era descobrir as nascentes do rio, de opulência lendária. Ambos, porém, — Gabriel Soares e Araci — pagaram o tributo de sua ousadia, deixando as ossadas no sertão êrmo. Era, explicava a lenda, a punição da Mãe d'Água ou Caboclo d'Água, que à semelhança do deus fluvial do paganismo, defendia o seu tesouro.

O episódio mais dramático, todavia, estava reservado ao mameluco Robério Dias, riquíssimo descendente de Caramuru, de quem se dizia haver recebido de seu antepassado índio o segrêdo de uma caverna maravilhosa, donde se extraía prata a mancheias — AS MINAS DE PRATA. Aspirando a um título nobiliárquico, parte para o Reino com pretensão às honras de *Marquês das Minas,* em troca da revelação do segrêdo. Mas alguém, que o espreitava nas audiências da Côrte, e que já havia estado no Brasil, alimentava secretamente idênticas pretensões. Tapeado por Felipe II da Espanha, cuja cabeça acumulava então as duas coroas ibéricas, regressa despachado simples *Administrador das Minas que descobrisse.* Na sua esteira em-

barca quem o andava espreitando e não era menos que D. Francisco de Sousa, esporeado pela miragem orgíaca de fortuna rápida, com a promessa da mercê de Marquês das Minas (título pleiteado pelo mameluco), tão logo produzissem elas renda de 500 mil cruzados. Robério, contudo, dizem que se vingou, bem que inglòriamente: não quis revelar o segrêdo a D. Francisco, ou não as achou, porque lhe roubaram o roteiro ou porque nunca o teve. Ninguém, nem êle mesmo talvez, sabia onde existiam. Prêso, dizem que torturado a mando de D. Francisco, preferiu levar o segrêdo consigo para o túmulo. Real ou fantasiada a história de Robério, certo é que o desfecho dêsse episódio com o malôgro das sonhadas Minas de Prata, determinou a D. Francisco deixar a Bahia e se passar para S. Paulo, onde mais acêsa andava a busca do precioso metal, com a intensificação das bandeiras, cujo ímpeto aventureiro era estimulado por cartas autógrafas de el-Rei.

Aos ouvidos chegára-lhe, a D. Francisco de Sousa, a notícia de haver certo brasileiro encontrado boas amostras argentíferas nos montes SABAROASAM, que ao certo ninguém sabia onde ficavam, presumindo-se situados nas cabeceiras do S. Francisco.

CAPÍTULO II

O Bandeirismo

NO SUL, como disse, vogavam as lendas com outros matizes, mas conservando a substância — a nascente do S. Francisco com a sua MANOA. E foram o imperativo que azou o fenômeno das bandeiras legítimas (e não meras entradas) que haviam de transformá-las em realidade. O bandeirismo (tema que ainda continuará a ser discutido por muito tempo), é de saber que tem sido indevidamente classificado em: a) ciclo da caça ao índio (fase seiscentista); b) ciclo da busca do ouro (fase setecentista). Mas eu quer parecer-me que não houve duas fases distintas, cronològicamente estremadas pelos objetivos. Tal classificação teria, assim, apenas valor didático, de método, para clareza de exposição, porque não exprime bem a realidade, não se ajusta precisamente com o objetivo colimado pelas bandeiras regularmente organizadas, desde o primeiro século colonial, sob estímulo régio. A prevalecer, fôra desfazer na gigantesca obra bandeirante, que teve por corolário irrefragável a conquista de milhões de quilômetros quadrados de território tomado à coroa de Castela, em que pesasse às recomendações régias de se não afastar muito do litoral, não fôsse ser ultrapassada a linha demarcatória dos arranjos diplomáticos tordesilhanos (7); seria apoucar a conquista do Brasil pelos brasileiros mamelucos, que lhe deram a atual configuração geográfica.

Fôsse o objetivo dessas arrancadas da primeira fase tão só o apresamento de índios, não se justificaria o fato de bandeiras, como

---

(7) — No Regimento expedido por Tomé de Sousa se ordenava que ninguém se internasse pela terra firme sem licença especial do governador ou do provedor-mor da fazenda real e que tal licença só se daria à pessoa que pudesse ir *a bom recado e que de sua ida e trato se não seguisse prejuizo algum, nem isso mesmo irão de umas capitanias para outra por terra, sem licença dos ditos capitães ou provedores.*

a de Sousa Botafogo e Domingos Rodrigues, de 1596 a 1600, afundarem-se sertão além até ao Tocantins, com grandes dispêndios, sacrifícios, privações e riscos, deixando à retaguarda e mais próximos numerosos silvícolas, que inúmeros havia, quer nas margens do Paraíba e Pomba, quer nas bacias do Rio Verde, Sapucaí, Rio Grande e S. Francisco. Não andaria tão só à caça de índios o destemido Nicolau Barreto que, em 1602, com idênticas eventualidades precárias, chegou até à Bolívia, com o fito certamente nas minas do Postosi e não no apresamento de índios, que muitos milhares deixara para trás. O mesmo quanto à expedição de Lourenço Castanho, em 1668, com quem o Rei INSTARA para subir com sua tropa a descobrir jazidas de metais. Assim é que Antonil, escrevendo em 1711, já informava que "foi SEMPRE fama CONSTANTE que no Brasil havia minas de ferro, ouro e prata".

Estas arriscadas jornadas, seu aprofundamento por sertões misteriosos onde moléstias e vários inimigos lhes ceifavam muitas vidas — tudo isto não se compadecia com os magros lucros da escravização de silvícolas sem mercado compensador. Atenda-se a que quando começaram a ser organizadas regularmente as bandeiras, no fim do primeiro século colonial, já estava introduzido o tráfico de africanos, gente mais resignada, mais submissa mais forte e resistente aos trabalhos rudes, por isso diminuída a cotação do escravo nativo no mercado, baixando de muito o preço das peças. Continuava, porém, a captura mais por causa das mulheres íncolas, de que tanto o invasor havia mister, na ausência de brancas européias.

Nem vai nisto mero argumento sem provas documentais, porquanto da *Acta da Câmara da Vila de S. Paulo,* vol. II, 46, consta que "Afonso Sardinha, o moço em 1593, saía de S. Paulo à frente de corpo de armas e mais de çem índios xpãos e levavam intento de ir à guerra e saltos e correr a terra com intensão de IREM TIRAR OURO E OUTROS METAES" (*Apud O Bandeirismo Paulistano,* de A. Ellis Júnior).

Movia, portanto, as bandeira incentivo mais elevado — a pesquisa de metais e pedras preciosas que, de um lado as lendas, de outro as cartas autógrafas de el-Rei, estimulavam o arrôjo impetuoso de paulistas a empreender.

O certo é que, desde as primeiras expedições bandeirantes, sempre se colimou a pesquisa dos metais, e não apenas a caça ao índio. O mais lógico e idôneo é supor que havia um complexo de motivos: a defesa contra silvícolas em constantes assaltos à nascente Piratininga, a busca das riquezas metalíferas divulgadas pelas lendas, tendo

como recompensa accessória, em caso de malôgro, a escravização do gentio e, como conseqüência, a expansão geográfica.

Descendentes próximos dos sonhadores de Sagres de mistura, no Brasil, com o sangue altaneiro do castelhano, do flamengo e do ameríndio nômade, a volúpia do desconhecido misterioso e atraente havia de ser, também, o idealismo que impulsionasse os bandeirantes, de par com a materialidade grosseira e sêde de riquezas fáceis e amplamente divulgadas. Suas expedições a todos os quadrantes do país, em grande parte por êles conquistado, revelam que sua preocupação era nitidamente penetrar profundamente no território, fôssem quais fôssem os resultados econômicos das emprêsas: uma carta autógrafa de sua Majestade, uma comenda, eram recompensa sobeja.

CAPÍTULO III

Eis que surge outro Adamastor

EXCETO o norte mineiro atingido pelas expedições baianas e espírito-santenses (Espinosa e padre Navarro), desde 1553, foi a nascente do S. Francisco a paragem mais ansiosamente visada e afincadamente procurada pelas bandeiras paulistas. Desafogada a gente de Piratininga dos assaltos de índios convizinhos, passa da defensiva à ofensiva, e desenvolve suas atividades rumo ao sertão desconhecido, à fonte do grande rio central, onde estaria a fabulosa MANOA, as Minas do Poente ou dos Martírios. A expansão do invasor, porém, esbarrava diante de dois tropeços principais: a Mantiqueira e a indiada belicosa, concentrada além dessa cordilheira.

De morfogenia orográfica tumultuária, desvairada, arbitrária e labiríntica, numa sucessão súbita e violenta de montanhas, aclives comprimindo abismos devorantes — escombros, por certo, de primitivo cataclismo furioso — foi a Mantiqueira muralha-colosso que, durante largos anos, conteve o ímpeto da civilização invasora. Contemplada hoje, do alto, dá a impressão de que fôra o anfiteatro das extravagâncias geniais da Mater-Caos, que fêz desabar sôbre a litosfera um monstro planetário, esfacelando-o em blocos colossais, ou talvez o abismo, no conceito bandeirante, aonde as bíblicas legiões celestes precipitaram o rebelde príncipe das trevas. Era sua extensa área, na época da conquista, tôda escurecida pela exuberância e vigor selvático da vegetação milenária; nenhuma clareira em campo raso, como raio de luz na escuridão, permitia, cá de baixo, a percepção de sua linha diretriz, ou a conjectura de seu término. Agora, frio de entanguecer; logo depois, bulcões espêssos seguidos de bátegas de afogar. A solidão era perturbada pelo rugido de feras, vozerias de animais estranhos, roncos de

tufões açoitando a cabeleira eriçada da selva. Em cada tronco de árvore multi-secular o gênio mau das florestas, que tudo vê sem que o vejam, sobrevigiando os passos do invasor.

Galgar a Serra e enredar-se nas suas escuras selvas; transpor os desfiladeiros hiantes, que se sucedem na série inumerável e revolta de serranias cortadas a pique, era arriscar a se perder no baralhamento de labirinto inextricável.

A par dêsse pavor cósmico, dos obstáculos sérios, dos perigos reais, a lenda dos *Tatus Brancos*. Era, explicava o caboclo velho na barraca de pouso do bandeirante, uma alcatéia de índios vampiros, invisíveis, galopando doudamente alta noite para onde os guiasse o faro de carne humana.

Mas o bandeirante, feito um propósito, não havia fôrças misteriosas, temores e empecilhos que arrefecessem o seu ímpeto atrevido; quanto mais cresciam os tropeços, mais recrudesciam os esforços por vencê-los. Para além do Monstro-Pavor, que desafiava a ousadia pertinaz do invasor, que surprêsas o aguardavam ?

SONHANDO COM AS MINAS 108 — A

CAPÍTULO IV

O Caminho Velho para o Alto S. Francisco

NAQUELE tempo, pois, a Mantiqueira, com ser tropêço ao avanço civilizador, era defesa natural de nações gentias, indomadas, que, espavoridas da zona litorânea, buscavam refúgio além Serra, no seu flanco noroeste. Os índios transpunham-na, certo, em várias direções; mas sua passagem por entre entrançados de ramarias e lianas, em solo coberto de fôlhas sêcas, não deixava traço nenhum de caminho. E nem em todos os andurriais tenebrosos onde passava o índio ágil, exímio equilibrista, era o invasor branco capaz de passar. O bandeirante, todavia, não era sòmente o mameluco ou o estrangeiro abrasileirado; era-o também, e em grande maioria, o gentio mansueto, de proclamada sagacidade e perícia no orientar-se, tangenciando embaraços. A Serra, derivando para o Sul, vai perdendo a escabrosidade e suavizando a altitude até morrer na Cantareira, nascente do Juqueri. De maneira que os paulistas, já conhecedores de grande parte do Sul brasileiro nas investidas contra as reduções jesuíticas castelhanas, eram os homens naturalmente indicados e fadados a desvendar o mistério que se escondia além Serra. E não desmentiram êsse destino. Temerários aventureiros por índole, apoiados em milhares de arcos ameríndios, não lhes sofria o ânimo continuasse a interlândia mergulada no desconhecido e envolta em mistério. E nas costas do silvícola domesticado, que conservava vivas a bravura e a belicosidade atávicas, bem como a inimizade tradicional a outras tribos indomadas, investem com o desconhecido fugidio.

E foram aquelas jornadas titânicas e arremessos gigantescos em que o elemento humano precípuo e imprescindível foi o aborígene aliado ou escravizado.

Qual foi o caminho-chave que abriu a porta para o sertão esquivo?

Porque múltiplas foram as acometidas sucessivas, durante quase dois séculos, é de se supor que várias foram as portas de entrada. E, também, porque as primeiras entradas resultassem infrutíferas em relação a riquezas minerais, é de se crer que as bandeiras subsequentes mudassem de rota, desviando-a para paragens ainda não palmilhadas e exploradas, sempre visando, contudo, a região onde estariam as Minas do Poente ou dos Martírios. Delas, duas ficaram mais notáveis, pelas controvérsias históricas que ainda suscitam, disputando a prioridade: O Morro do Lopo e o Embaú (hoje Cruzeiro).

Tendo em vista o objetivo das bandeiras iniciais; apoiado em cartas geográficas antigas e velhos documentos, filio-me aos que dão a primazia ao Morro do Lopo, fronteiro ao povoado paulista dito *Bandeirante*, e dando passagem ao rio Jaguari, cuja nascente se aprofunda em território mineiro. Sôbre ser natural que as primeiras bandeiras paulistas, evitando o embaraço da Mantiqueira (8), procurassem contorná-la pelo Sul ou transpô-la em sítio mais acessível, a nossa opinião encontra apoio elucidativo no primeiro itinerário do Mestre de Campo Matias Cardoso de Almeida (9) para o Norte do País (em 1664 segundo Carvalho Franco), traçado no mapa do padre Cocleo, de que aqui ponho uma cópia apenas da parte em debate.

Êste documento, cujo original existe no Estado Maior do Exército, como também outros que citarei (todos divulgados por Moacir Silva (*Quilômetro Zero*), deve ter sido confeccionado na primeira década do século dos 700, quando ainda viva a memória da arrancada de Matias Cardoso.

Indica que o grande Cabo de Guerra, saindo de S. Paulo e passando à direita de Jundiaí (*Jundiaig*, no mapa), foi atravessar o Rio Grande bem abaixo da barra do Sapucaí (que figura formado pelos rio Verde pequeno e dos Brados), nas proximidades do ribeirão *Conquista*, entre os atuais municípios mineiros de Passos e Alpinópolis; daqui, infletindo ligeiramente à direita, transpôs o Rio S. Francisco (10),

---

(8) — Por êsse tempo os fluminenses, não se animando a galgar a Mantiqueira para o sertão, iam a S. Paulo por via marítima, até Paratí, onde tomavam o caminho paulista para Minas.

(9) — Já entrou no domínio da certeza que Matias Cardoso foi escolhido, com empenho, por Fernão Dias Paes Leme por ser *velho conhecedor* dos sertões que o Governador das Esmeraldas havia de perlustrar.

(10) — O mapa não dá nome a êsse rio; mas pelos tributários que designa de uma e outra margem (Pitangui, Paraopeba, Indaiaig, Velhas, Paracatu, etc. fica perfeitamente identificado o S. Francisco, cujas nascentes Matias transpôs. Além do mais, o curso dêsse rio desde suas nascentes até a barra do Paraopeba era, então, chamado *Pará*, como se vê de um curioso mapa manuscrito, existente na Biblioteca Nacional, sob n.º 1.773, que um francês anônimo organizou de uma viagem feita de S. Paulo às Minas de Pitangui (não diz a data). Passou por Sapucaimirim, dizendo que *são 6 dias de gente carregada a 3 ou 4 léguas por dia — são 24 ou 26 légoas*, subiu pelo Rio Piumi (?) e Lagoa do nascimento do Rio S. Francisco que diz a carta, tem o nome de Pará até à barra do Paraopeba.

CÓPIA DE UM MAPA DO PADRE JACOB COCLEO

Não tem data, mas pelo modo como está feito, atribui-se-lhe data anterior a 1700

bem acima da barra do Rio Pitangui (é atualmente o Pará), presumivelmente entre Bambuí e Dores do Indaiá.

Da travessia do S. Francisco para diante o mapa não traça o itinerário de Matias; como, porém, se dirigia para o Norte, deve ter seguindo o curso dêsse rio, pela margem esquerda, talvez varando o vão do Urucuia, região cheia de silvícolas, que andava caçando.

Ora, indo para o Norte com grande séquito, não tomaria êsse itinerário, rumo à Serra da Canastra, se já não fôra picada trilhada, batida e conhecida de bandeiras anteriores, desde S. Paulo até àquela Serra, ou se já houvesse antes caminho mais curto, pelo Embaú e vale do Rio das Velhas, como mais tarde fôra a rota de Fernão Dias.

De feito, mais de um século antes da primeira arrancada de Matias, muitas bandeiras regularmente organizadas e aventureiros avulsos haviam perlustrado as cabeceiras do S. Francisco. Das muitas penetrações sulinas na região que havia de ser o território das Minas do Cataguá, antes de descoberto o ouro, mencionarei algumas de que falam as crônicas.

Deixando de lado a debatida rota de Braz Cubas, que alguns supõem ter atingido Itapecerica, as que ocupam o primeiro lugar são as de Martim Corrêa de Sá e Knivet, em 1596 ou 97, que se diz terem atingido o médio Sapucaí, onde o segundo viu índios brancos, de olhos azuis e cabelos louros.

Segue-se a de Afonso Sardinha, o moço, que em 1593 ou 99 partiu de S. Paulo com um trôço de cêrca de

> *çem indios xpãos e levavão intento de ir á guerra e saltos e correr a terra cõ in tensão de irem tirar ouro e outros metaes* (Acta da Camara de Villa de S. Paulo, vol. II, 47, *apud* O Bandeirismo Paulista, de Alfredo Ellis Junior).

Esta teria atingido o Rio Grande, na Barra do Sapucaí.

Vem em seguida a pujante expedição de João Pereira de Sousa Botafogo e Domingos Rodrigues, numa arrancada de quatro anos (de 1596 a 1600), consoante os traçados do citado Ellis Junior e de Afonso Taunay, êste no *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas*. Desgarrando-se de Botafogo nas alturas do Sapucaí, Domingos Rodrigues atravessou as nascentes do S. Francisco, passou pelas cabeceiras do Abaeté e atingiu o território goiano nas vertentes do Tocantins.

Em 1600 D. Francisco de Sousa avia a bandeira de André de Leão em busca do misterioso Sabarabuçú. Numa jornada de nove meses

teria atingido o curso do alto S. Francisco, *estacando* na região do Pitanguí, na frase ainda do mesmo Ellis Junior.

Vêm depois as do mameluco Belchior Dias Carneiro e a do castelhano Martim Fernandez Tenório de Aguilar (êste tronco das proles dos Corrêas de Arzam e dos Borbas Gato), de 1606 a 609.

Da de Belchior assevera Washington Luis, falando da família Raposo Tavares:

> "*Fez parte* (o padre Antônio Raposo) *da bandeira de Belchior Dias Carneiro* que explorou a região do alto S. Francisco, em 1607-8". (*Rev. do Inst. His. e Geog. de S. Paulo*, vol. 9).

A de Tenório tomou o itinerário da de Belchior, atravessou o S. Francisco e atingiu o Paracatu até margens do Tocantins, onde faleceu o intrépido castelhano.

De 1609 a 1668 muitas outras entradas devem ter percorrido a região já perlustrada; mas a que ficou célebre pelas lutas que sustentou contra a brava nação dos Cataguá e pelo percurso feito, foi a de Lourenço Castanho Tacques, o velho, (de 1668 a 670). Castanho, no parecer do já citado Ellis Júnior contra Diogo de Vasconcelos, também entrou pelo Morro do Lopo, pôsto que já conhecida a passagem pelo Embaú, aberta pelo Cap. Felix Jacques, em 1646. Esta expedição fêz itinerário conhecido por ter travado renhidas lutas com os Cataguá, desde Tamanduá e Pium-í até o Triângulo Mineiro, passando pela Serra da Canastra e atingindo o Paracatu.

Quem quer que lance a vista sôbre a carta geográfica de Minas, convencer-se-á de que, do Morro do Lopo para o Poente, a linha reta, o caminho mais curto, é a Serra da Canastra, onde nasce o São Francisco, ponto sempre visado pelas primeiras bandeiras antes da arrancada de Fernão Dias.

Neste comenos Afonso VI, a partir da carta régia de 27 de setembro de 1664, começa a insistir com os potentados paulistas por que empreendessem o descobrimento do país das esmeraldas, cuja situação no norte mineiro ficara precisamente indicada no roteiro de Marcos Azeredo, guardado pelos seus filhos: dessa jazida havia Azeredo mandado boas amostras à metrópole, inclusive o primeiro diamante encontrado em Minas.

Malograda a última tentativa esmeraldina pelo Espírito Santo (Agostinho Barbalho) e revelada pelos cálculos do alemão Glimer a possibilidade de se passar de São Paulo, pela bacia do São Francisco, à paragem onde Azeredo situara a Serra das Esmeraldas, apresta-se a espetacular bandeira de Fernão Dias (1674).

Ora, é claro que, com o objetivo prefixado para o Norte, com a atenção prêsa às indicações de Azeredo, o Governador das Esmeraldas havia de, à certa altura do *caminho velho do sertão do São Francisco*, deixar êste à esquerda e inclinar-se para a direita, rumo ao Norte. Disto, e do subseqüente descobrimento das lavras auríferas, vem que a *História do País dos Cataguá* vinha sendo, até a bem pouco tempo, quase que sòmente a *História do Ouro* e não de uma das mais importantes provincias do País, porque silenciava sôbre zonas de grande importância histórica, como a nascente do São Francisco. O cenário da mineração, desde Lavras até Diamantina, absorvia tôdas as atenções dos historiadores.

Tudo que acima vem dito me parece confirmado pelas informações mandadas à metrópole, ao Secretário de Estado Mendo de Foyos Pereira, publicadas nos ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 57, de págs. 159 a 186, e de que aqui transcrevo trechos, atualizando a ortografia e pondo em parêntesis palavras explicativas:

> "Das Vilas de São Paulo PARA O RIO DE SÃO FRANCISCO DESCOBRIRAM os paulistas ANTIGAMENTE um caminho a que chamavam CAMINHO GERAL DO SERTÃO pelo qual entravam e cortando os vastos desertos que medeiam entre as ditas Vilas e o dito Rio nêle fizeram várias conquistas de Tapuias e passaram a outras (*conquistas*) para os sertões, de diversas Jurisdições, como foram Maranhão, Pernambuco e Bahia sendo para tôdas (*conquistas*) GERAL O DITO CAMINHO até aquêle têrmo fixo (*Maranhão?*) que faziam nesta ou naquela parte do Rio de São Francisco em o qual MUDAVAM DE RUMO conforme a Jurisdição ou Capitania a que se encaminhavam ou conveniência que se lhe oferecia, e com TÃO CONTINUADA FREQÜÊNCIA FACILITARAM O TRÂNSITO DAQUELE CAMINHO que muitos dêles transportando por êle suas mulheres e famílias mudaram totalmente os seus domicílios de São Paulo para as beiras do dito Rio de São Francisco nas quais hoje se acham mais de cem casais todos Paulistas, e alguns dêles com cabedais muito grossos".

Prossegue o documento revelando que bem mais tarde é que foi descoberto o ouro, porque os paulistas passavam *sem mais exames... contentando-se com a fama pública que entre si conservaram MUITOS ANOS de que naquelas partes havia ouro.*

Conjugado com outros documentos e mapas, bem interpretados seus dizeres, êste assume importância capital para se demonstrar que o primeiro caminho paulista para Minas, a partir do Morro de Lopo, passava pela Serra da Canastra e cabeceiras do São Francisco. O caminho descoberto *antigamente*, antes do descoberto das lavras, era *geral* para tôdas as conquistas desde São Paulo até ao Maranhão. No São Francisco é que *mudavam* de rumo, consoante o ponto visado e tão *freqüente* foi o trânsito por êle, antes de reveladas as minas, que para as beiras do São Francisco transportaram suas famílias.

Corroborando os documentos supra analisados, como prova decisiva da existência de um caminho antigo, ligando São Paulo, pela Serra da Canastra, às províncias do Norte, nomeadamente à Bahia, há uma passagem expressiva da ata lavrada pela Câmara de São Paulo a propósito da expedição de E. Baião Parente.

Aos 20 de maio de 1670 reunia-se aquela Câmara para deliberar sôbre o pedido de socorro pela Bahia para debelar os índios que ameaçavam o Recôncavo. Da assentada consta o comparecimento de Estêvão Ribeiro Baião Parente e seu ajudante Braz Rodrigues de Arzão oferecendo-se para a emprêsa sob condições, entre elas, a de que "*avião de seguir por mar por mais conveniente e breve*" (ACTAS, vol. VI, pág. 205, *apud* O BANDEIRISMO PAULISTA, de A. Ellis Junior).

Ora, se os dois cabos de guerra preferiam a viagem por *mar, por mais conveniente e breve,* lógica e gramática mostram que em 1670 já existia para o mesmo destino outro caminho *por terra,* menos conveniente e menos breve: não se pode preferir senão uma entre duas ou mais coisas a escolher, nem uma pode ser mais conveniente, quando é a *única*. E o caminho terrestre para a Bahia era o já trilhado por Matias Cardoso, em 1664 (Carvalho Franco e mapa do padre Jacob Cocleo) e possivelmente por muitos outros entradistas antes dêle.

Os bandeirantes, pouco peritos na pesquisa de metais, não os encontrando à flor da terra, é notório que passavam e não se fixavam. Pensavam que o tesouro encantado das lendas se acharia con-

centrado em determinado sítio e não disseminado em vastíssima região, maior que muitas das nações do Velho Mundo. Não farejavam depósitos riquíssimos de diamantes, como o que mais tarde se descobriu precisamente ao pé da Serra da Canastra, no que é atualmente o Município de Guia Lopes. Daí o se compensarem com arrebanhar índios, que abundavam em tôda a zona da Canastra.

Mas, lembrando as lendas, a MANOA, a Serra sempre os preocupava. E assim é que, ainda no começo do século XVIII, quando o núcleo de Pitangui apenas nascia para a História, uma expedição ali organizada sob a chefia de Antônio Rodrigues Velho e José de Campos Bicudo, palmilha o Rio São Francisco até suas nascentes em busca de veios auríferos; não os achando, apresa boa cópia de índios que traz para as lavras pitanguienses. Quando foi do desafio de Domingos Rodrigues do Prado ao Conde de Assumar, em 1719, conta-se que o régulo vencido se refugiara com sua gente na região do Pium-í, pesquisando-a durante dois anos, até que chegasse de Pitangui a sua família e se fôsse reunir ao Anhangüera, seu sôgro, para a conquista de Goiás.

Logo mais outra expedição, também organizada em Pitangui com Batista Maciel e Agostinho Nunes de Abreu, embrenha-se São Francisco acima, transpõe a Serra da Canastra e pesquisava no Campo das Perdizes quando foi atacada e desbaratada pelos negros do Quilombo do Queimado: morto o chefe Batista Maciel, regressam a Pitangui os que conseguiram escapar. Terceira ainda se organiza, ali per 1748, com o mesmo Agostinho Nunes e mais Bartolomeu Bueno do Prado, Estanislau de Toledo e outros de Tamanduá e, transposta a Canastra, explorava ouro nas cabeceiras do Rio das Abelhas (hoje Rio das Velhas), quando foi assaltada e desbaratada pelos Caiapós, tendo de regressar pelo caminho das Perdizes. Pela mesma época havia partido de Tamanduá a pequena expedição do Guarda-Mor Feliciano Cardoso, Manuel Vaz e José da Silva Caldeira, que foram devorados pelos mesmos índios, nas proximidades do Campo das Perdizes.

Sobranceando, pelo seu flanco ocidental, a famigerada zona da Farinha Podre, dando-lhe passagem por um hiato que aí a degola, a Serra da Canastra testemunhou tragédias, intrigas e contendas sociais, judiciárias e eclesiásticas — caça ao ouro, captura de índios, hecatombe de escravos aquilombados, dissídio entre os Governos de Minas e Goiás sôbre a posse do Triângulo Mineiro, disputa entre as Dioceses das duas Províncias a propósito de jurisdição nas Capelas convizinhas — de São João Batista das Canastras, Bambuí e São Roque, do arraial das Abelhas, que o trêfego padre Felix mudou para o nome de N. S. do Destêrro do Desemboque.

Este padre, fugindo à prisão ordenada pela cúria marianense, por fomentar o dissídio com a Diocese de Goiás, abalando do arraial do Rio das Abelhas (ou Destêrro), foi ter à região do Bambuí onde aprestou canoas em que desceu o Rio São Francisco até São Romão. (11)

E porque a Serra se tornasse infestada de escravos aquilombados e de devedores fugitivos aos rigores do erário régio, viu-se evitada de viajantes e caravanas para os sertões de Farinha Podre, os quais preferiam a rota de Paracatu e Goiás por Pitangui, Bom Despacho, transpondo o São Francisco na passagem da Piracuera, como se verá em outro Capítulo, ao se tratar da Picada de Goiás.

E só lhe voltou a tranquilidade, por volta de 1760, depois que foi testemunha muda da hecatombe perpetrada nos quilombos da região por Bartolomeu Bueno do Prado e Diogo Bueno da Silva. Com isto, em 1767, já podia ser despachado o Mestre de Campo Inácio Corrêa Pamplona para promover o povoamento do Oeste mineiro.

Em resumo, vem a propósito lembrar que essas jornadas de pesquisas, como a de Lourenço Castanho, quando miravam determinada paragem, não se faziam restritas ao só trilho seguido, como linha geométrica de caminho traçado, por isso que os bandeirantes, em entradas de 3 a 4 anos, era costume expandirem-se em digressões laterais pelas cercanias, explorando-as: o roteiro traçava antes um rumo do que um caminho. Varando sertões desconhecidos, iam dando nomes aos principais sítios pelos seus acidentes geográficos mais salientes, que de longe bem se destacassem. E para se não perderem no emaranhado labiríntico do deserto desconhecido, baralhando-se-lhes os

---

(11) — Esta velha contenda entre os Bispados de Goiaz e Mariana só foi dirimida quando, mudando para Uberaba, D. Eduardo Duarte fêz com D. Silvério Gomes Pimenta um acôrdo, em 1904, que assim reza:... "resolveu que d'ora em diante os limites desta Diocese de Goiaz e de Mariana serão os mesmos que d'antes com exceção das freguesias de N. S. do Destêrro do Desemboque, S. Roque e Bambuí, que serão os que se seguem: Serra da Marcela, Serra da Canastra, pelo Espigão mestre até o Rio Grande, perto, porém, da localidade denominada São João Batista da Canastra, a linha que os supraditos montes descrevem segue para o oriente pelos rios Samburá o Santo Antônio, de modo que a localidade que atualmente parte pertence à Diocese de Mariana e parte à de Goiaz, de hoje em diante, juntamente com o território compreendido pelos rios Samburá e Santo Antônio, tôda pertence à Diocese de Goiaz, à qual igualmente estarão sujeitas tôdas as regiões que descambam para o ocidente dos supraditos montes da Serra da Marcela e da Serra da Canastra, enquanto que continuam a pertencer à Diocese de Mariana os outros territórios que convergem para o oriente."

Donde se vê que a Diocese de Goiaz, abarcando o terreno entre os rios Samburá e Santo Antônio, afluentes do São Francisco, transpôs a Serra da Canastra em território hoje pertencente ao Município de Guia Lopes, pois que o Samburá é atualmente divisa entre êste Município e o de Bambuí.

Há numa vitrina de entrada do *Arquivo Público Mineiro* um mapa anônimo, sem data, mas que deve ter sido confeccionado ali por 1820, dada a sua linguagem, como *"Vertentes para o Bispado de Guaiazes"*. Êste papel fixa a velha contenda entre os dois Bispados, e serve de verificar, também, que a Capela de NAZARÉ (Estelos) é bem mais antiga que a do curato de Aterrado (hoje Luz); serve, ainda, de mostrar que o Aterrado, até o ribeirão de Jorge Grande, era a divisa entre os Bispados de Mariana e Pernambuco, pois que depois da palavra — *aterrado* — reza êsse mapa: "Segue-se a Freguezia de Dores do Bispado de Pernambuco e Abaethé."

O dissídio entre as Províncias de Minas e Goiaz só foi resolvido por Decreto de 4 de abril de 1816, reincorporando o Triângulo a Minas, e dizem que pelo prestígio de uma dama por apelido *Beija*, para subtrair um Ouvidor, a quem se afeiçoara, à Justiça de Goiaz, onde devia ser julgado por crime de rapto. Vá por conta da lenda.

horizontes, buscavam sempre os picos mais elevados das serras ou o curso dos rios e os tomavam por farol na orientação de suas jornadas. Ora, avistando de longe o perfil de uma serra em forma de canastra, cujo ponto culminante (1.282 mts. de altitude), é visível à distância de mais de 100 quilômetros, não podia deixar de ser esta serra buscada e preferida por guia na sua orientação. Seu perfil airoso, destacando-se de tão longe como graciosa vertical a derramar suave encanto sôbre a monotonia dos chapadões horizontais circundantes, havia de atrair a atenção dos bandeirantes, já assaz inflamada pela lenda sôbre as riquezas da nascente do grande rio: haviam esquadrinhá-la minudenciosamente em todos os recantos, antes do prosseguimento nessas prolongadas jornadas até de quatro anos.

E' lamentável que o nosso turismo não se tenha ainda lembrado de excursões ao sítio que proporcionou a SAINT-HILAIRE momentos de sumo deleite.

CAPÍTULO V

A Cordilheira da Canastra

VISTA de longe, a Serra da Canastra, cuja massa imponente, uniforme, arredondada, surge em vertical do fundo panorâmico de imenso chapadão, parece isolada. Não o é, porém: antes é ponto culminante de extensa cordilheira, pelo Barão d'Eschwege batizada de *Serra das Vertentes*, que começa na margem direita do Rio das Mortes, Município de São João del-Rei, atravessa o Estado de Minas, atinge o de Piauí por um lado, e Corumbá por outro. A. SAINT-HILAIRE, discordando, crismou-a diferente. Opinava que devia ser tomada por centro de uma cordilheira (que os modernos chamam cordilheira central ou centro ocidental do sistema orográfico brasileiro), seccionando-a em três porções gizadas pelo Rio São Francisco como seu coordenador principal: a primeira secção chamar-se-ia SERRA DO SÃO FRANCISCO e DO RIO GRANDE que, parecendo galho desgarrado da Mantiqueira em forma de chapadão, se prolonga desde o Rio das Mortes até à deslumbrante cachoeira *Casca d'Anta*; a segunda — SERRA DO SÃO FRANCISCO e DO PARANAÍBA — desde a Casca d'Anta até às nascentes do Corumbá; e finalmente a terceira, desde êsse divisor até aos primeiros afluentes do Tocantins, chamar-se-ia SERRA DO SÃO FRANCISCO e DO TOCANTINS.

Esta sugestão (que aliás não pegou), serve de envaidecer os mineiros, cujo grande Estado, ocupando todo o vale do alto São Francisco, é bem o eixo de união entre as demais unidades da Re-

pública. A grande cordilheira, de que a Canastra é centro irradiador, tendo o São Francisco por denominador comum, ao invés de ser o deus Terminus a separar Norte e Sul, desunindo brasileiros, é antes Briareu de muitos braços que envolve os dois extremos em prolongado beijo fraternal. Não é mera frase tropológica ou descabida figura retórica, pois exprime uma das aspirações nacionais, que muito importa se faça realidade. Nenhum patriota deixará de perceber e sentir a excepcional magnitude do significado econômico, social e estratégico dessa cordilheira abençoada, de cujas entranhas brotam águas abundantes que bracejam por três pontos divergentes do País. Reunindo os três principais e amplos objetivos de uma rêde de comunicações internas, está a indicar por onde deve ser traçada a linha tronco do mais relevante papel no porvir do Brasil; está a mostrar que, quando estivermos financeiramente capazes de aproveitar essa inestimável dádiva; quando se fizer eficiente a navegabilidade dos três grandes rios e tributários, com as necessárias retificações e conexão de uns com outros por ferrovias e rodovias, há de ser ela o centro de convergência de tôda a vida social e econômica brasileira, ligando todo o maciço central a vários pontos do Atlântico e possivelmente do Pacífico, via Amazonas. Importa, e muito, meditar sèriamente no que essa cordilheira representa de providencial para os destinos nacionais.

Em quase todos os países banhados por um oceano único, como o nosso, os rios correm em um sentido só; aqui, graças à Canastra, êles progridem em rumos divergentes — para o Levante, para o Setentrião e para o Sul. São mensageiros trigêmeos que ela manda a bem afastados pontos do Atlântico, a contar as riquezas do sertão. E' o coração do País, que, por três artérias encosta abaixo, irradia copiosas caudais, regando, fertilizando vastíssima região.

A última guerra revelou-nos, amargamente, o em que até então não havíamos atentado — a capital importância estratégica da situação geográfica do Brasil; serviu de evidenciar, também, que a comunicação entre várias das unidades federadas exclusivamente pela rota marítima do Atlântico, ser-nos-á fatídica na emergência de outra conflagração mundial. Ficarão outra vez muitos Estados isolados entre si e todo o País como que engarrafado, insulado do próprio hemisfério americano.

Se não se nos impõe, como a outros povos, a preocupação de mais espaço vital, urge que conquistemos a aproximação segura e rápida dos imensos espaços que os antepassados nos legaram. E mais ainda: no caso de outra ou outras guerras mundiais, para não

O véu de noiva, que é a Casca d'Anta, nascente do S. Francisco, brotando da Serra da Canastra, esquecida do turismo. (Foto Matos).

tornarmos a experimentar os riscos do tráfego marítimo exclusivo pelo Atlântico, havemos de conseguir de qualquer jeito, mais dia menos dia, uma saída pelo Pacífico, através dos vizinhos que vão ter ao Canal do Panamá. Êste sonho (e não utopia) quer me parecer que se converterá em realidade, quando se tornar eficiente e perfeita a política da boa vizinhança: para alguma coisa deve ela valer. Com êsse propósito, ter-se-á que conjugar, por ferrovias e rodovias, as rêdes hidrográficas da Canastra com a do Amazonas: é o que se impõe a uma diretriz administrativa de larga visão. No interesse da segurança e defesa de todo o continente americano, é o que deve figurar nos planos políticos internacionais do nosso hemisfério.

Internamente, melhoradas as condições de navegabilidade dos três rios da Canastra e as do Amazonas, entrelaçadas essas vias hidráulicas por estradas de ferro e rodovias, ter-se-ão ràpidamente ligadas entre si tôdas as unidades da República e o País todo com os vizinhos do continente.

Assim, aglutinadas essas ligações, sôbre consolidar a unidade nacional até aqui mantida quase só pela língua e religião; sôbre reduzir distâncias e facilitar transportes para importação e exportação, remover-se-á o grande mal, tão experimentado e sentido na última guerra, de se comunicarem Estados do mesmo País pela via marítima do Atlântico sòmente.

Para isso já temos meio caminho andado pelo São Francisco e Rio Grande, faltando-nos, além da melhoria nos trabalhos já realizados, a ligação da Canastra com o Norte pela via fluvial do Tocantins. Não há outra região do Brasil onde o solo seja tão recortado de córregos, ribeiros e rios múltiplos, formadores do São Francisco, Tocantins e Prata: abundância de água, terrenos férteis, subsolo rico. Tivesse o Nordeste sequioso uma cordilheira dadivosa como a Canastra e havia de abençoá-la como a mitologia deificava e cultuava as suas montanhas: o Pindo, o Parnaso com sua inspiradora fonte Castália, e o Himeto com seu delicioso mel.

Sejamos gratos à cordilheira da Canastra e praza a Deus que no seu cimo ainda se erga o monumento que simbolize a unidade nacional.

CAPÍTULO VI

A Serra da Saudade

Muitas são as ramificações da Canastra. Delas, a primeira no sentido Noroeste, é a que perlonga o Rio Indaiá sob as denominações de Serras da Marcela, da SAUDADE, do Indaiá, do Tosta, do Tigre, etc. Informações seguras sôbre as origens dessas denominações não as há, ou não as consegui. Sôbre a Serra da Saudade, por exemplo, correm lendas várias, de que não encontrei certidão de batismo — são filhas naturais, sem genealogia. A que me parece mais conforme aos acontecimentos do sertão é a que vai em seguida.

FOI quando o Conde de Assumar, por seus dragões, caçava feroz a juventude pitanguiense, adita ao régulo vencido Domingos Rodrigues do Prado, para engajá-la à milícia do Rio de Janeiro, limpando de revoltosos aquelas lavras. Inicia-se então o êxodo de pitanguienses para o sertão do planalto central, cujas riquezas minerais começavam a se revelar. Um grupo de jovens enamorados (entre êles estariam Domingos de Brito, Antônio Mendes da Silva, Romão Antônio de Aguiar e Fulano Brandão) apresta a jornada para a emigração: cargueiro e baús de roupas, trens de cozinha, munições de bôca e de armas: -- pôsto que êste exórdio assim comece, toando a pugnas sangrentas, a história é antes de amores.

Noite de apreensões e de sustos, de tristeza e de prantos, de despedidas e abraços estremecidos, de troca de juras e promessas. E tudo ali andava em pancas. Parafraseando às avessas o herói man-

chego, partem os cavaleiros da triste figura caminho do exílio, fugindo às algemas do Conde. Maior inimigo que o Conde, porém levavam no garupa dos rocins — o menino de Vênus. Bem que isto lhes custasse, haviam que se exilar ou para o sertão ou para o Rio de Janeiro. Transposto o maciço de Bom Despacho, vadeado o S. Francisco, varada planície campinosa, galgam imponente Serra, de cuja eminência o olhar abarca o mais belo e vasto cenário que ainda haviam contemplado Descavalgam e, volvendo vistas para a amplidão ondeada do chapadão, percorrido, distinguem na orla azul do horizonte o perfil longínquo e esbatido da Serra do Pitangui. Já trazendo os corações devorados de amarguras, a lembrança de suas eleitas, a recordação dos dias vividos em doces idílios — tudo lhes chumba os pés no viso da montanha.

Julgando-se a salvo das perseguições, que até lá não chegariam, assentam de ali permanecer esperando melhores dias. Levantam choças, fazem batidas pela mataria caçando, pescando e colhendo frutos silvestres. Numa dessas sortidas sucedeu que capturassem uma cunhatã, desgarrada de alguma taba por ali existente. A cativa fàcilmente se afeiçoa a um dos mancebos, e com dedicação trabalha para êles. Isto não obstante, lá curtiam o fastio da solidão, certo que o amor, como a fome, é cruelmente imperioso e os convidava a pensar continuamente nas suas Galatéias.

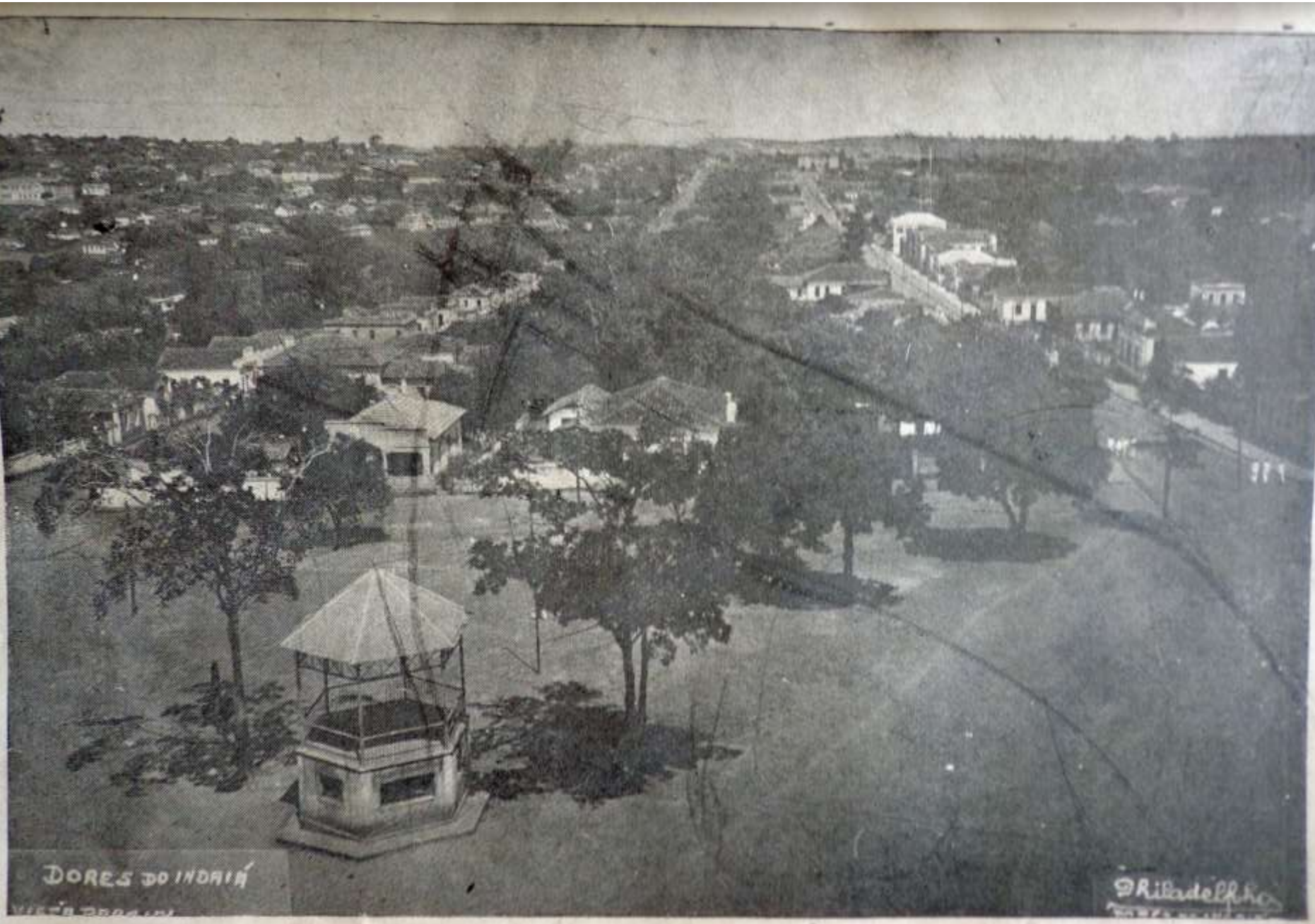
Passam-se os dias e com êles a nostalgia cresce. Parece até que por lá andava também Bastos Tigre (noutra encarnação, está visto), quando rimou:

"Saudade, palavra doce,
Que traduz tanto amargor!
Saudade é como se fôsse
Espinho cheirando a flor".

Nisto assentaram de mandar mensagens de suas saudades às namoradas. Mensageiros, porém, a quem as confiassem, não os havia naquela solidão. Pensaram na índia. A índia! Não sabia o linguajar dos brancos e material para escrever recados, não o havia tão pouco. Cupido, entretanto, sabe inventar suas traças. Pegam da gentia e a exercitam, com afinco, em frase curta, mas expressiva:

"Estou numa serra; morro de saudades".

Bem decorada a mensagem, que havia de reproduzir para cada namorada, apontam-lhe o perfil da Serra do Pitangui, seu destino, entregando-lhe, cada um, uma prenda bem conhecida de sua Dulcinéia e,



Vista parcial da cidade de Dores do Indaiá

explicando-lhe como devia proceder, despacham-na, devendo o mais correr por conta da sua sagacidade. O instinto agudo do bugre para se norlear é atributo que não se lhe nega. Jornadeando de preferência à noite para evitar encontros importunos, não lhe foi difícil acertar com seu destino e bater à primeira porta que lhe indicaram. Pelo caminho, entretanto, havia ficado esquecida boa parte da mensagem, retidas, apenas, duas palavras: *Serra — Saudades.* As prendas e a mímica tudo supriram. A primeira Dulcinéia convoca as outras e, reunidas, interrogam e bem interpretam os gestos da índia inteligente.

Recambiam-na, já agora acompanhada de mensageiro branco, com mensagem de retôrno para a Serra das Saudades. E mensagens voam contínuo de Pitangui para a Serra, redobrando as saudades. Pobre índia! Sua dedicação, fazendo da sua Serra a tôrre das saudades do amante, ia desfazer-lhe os sonhos e encher-lhe o peito de saudades também. Disto dizem que a Serra tirou seu nome.

Esta é uma das ramificações da Canastra, que mais tarde daria nome à *Vila de Nossa Senhora da Serra da Saudade do Indaiá,* atualmente abreviado para Dores do Indaiá, cuja vista parcial aqui se vê. Esta é a região que já havia sido palmilhada por bandeirantes desde 1596 (por Domingos Rodrigues, Lourenço Castanho e outros), antes da arrancada de Fernão Dias Pais Leme que, deixando o antigo *caminho geral do sertão do S. Francisco,* infletindo à direita, procurou o país das esmeraldas. Esta é a paragem percorrida por André de Lião e Tenório de Aguilar, antes que Bartolomeu Bueno de Siqueira, partindo de S. Ana do Paraopeba, chegasse às margens do *rio das crianças* (região do Pitangui). Esta é a zona que, por ter tido o bom gôsto de não revelar desde logo, aos forasteiros reinóis, sua riqueza diamantina e a uberdade de seu solo, e por isso cheia de índios, infestada de quilombos e de fugitivos aos rigores do erário régio, ficou abandonada e esquecida, servindo apenas de caminho para Goiaz e Paracatu, até que a pecuária e a suinocultura vieram substituir as lavras auríferas esgotadas. Êste é o país do futuro tipo brasileiro.

CAPÍTULO VII

O Picadão dos Guaiases

I

Piraquara, caminho de Piracatu

HOJE não se entra mais em dúvida que, bem antes de Fernão Dias deixar o *caminho geral* para o sertão do alto São Francisco e inclinar sua rota para o Paraopeba e Rio das Velhas, com o fito pôsto no roteiro de Marcos de Azeredo, já havia sido penetrada e era bem conhecida a região do Piracatu. As entradas de Domingos Rodrigues, em 1596, de Martim Fernandez Tenório de Aguilar, em 1606, de Lourenço Castanho Taques, em 1668 (12), êstes com certeza, e, possìvelmente, de Antônio Pedroso de Alvarenga e Pascoal Pais de Araújo, foram o prelúdio do nascimento histórico de Piracatu. Afora estas entradas, regularmente organizadas, é fama que muitos aventureiros anônimos, alguns subindo da Bahia, já haviam madrugado naqueles sertões distantes. Foram, não há replicar, os abridores das primeiras trilhas para aquêles ermos, pôsto que itinerantes em idas e vindas, sem fixidez.

Na década, entretanto, que vai de 1719 a 29, começa para ali a entrada com ânimo de fixidez. Dos muitos que lá penetraram e se estabeleceram, legalizando suas posses depois de dez anos e mais,

---

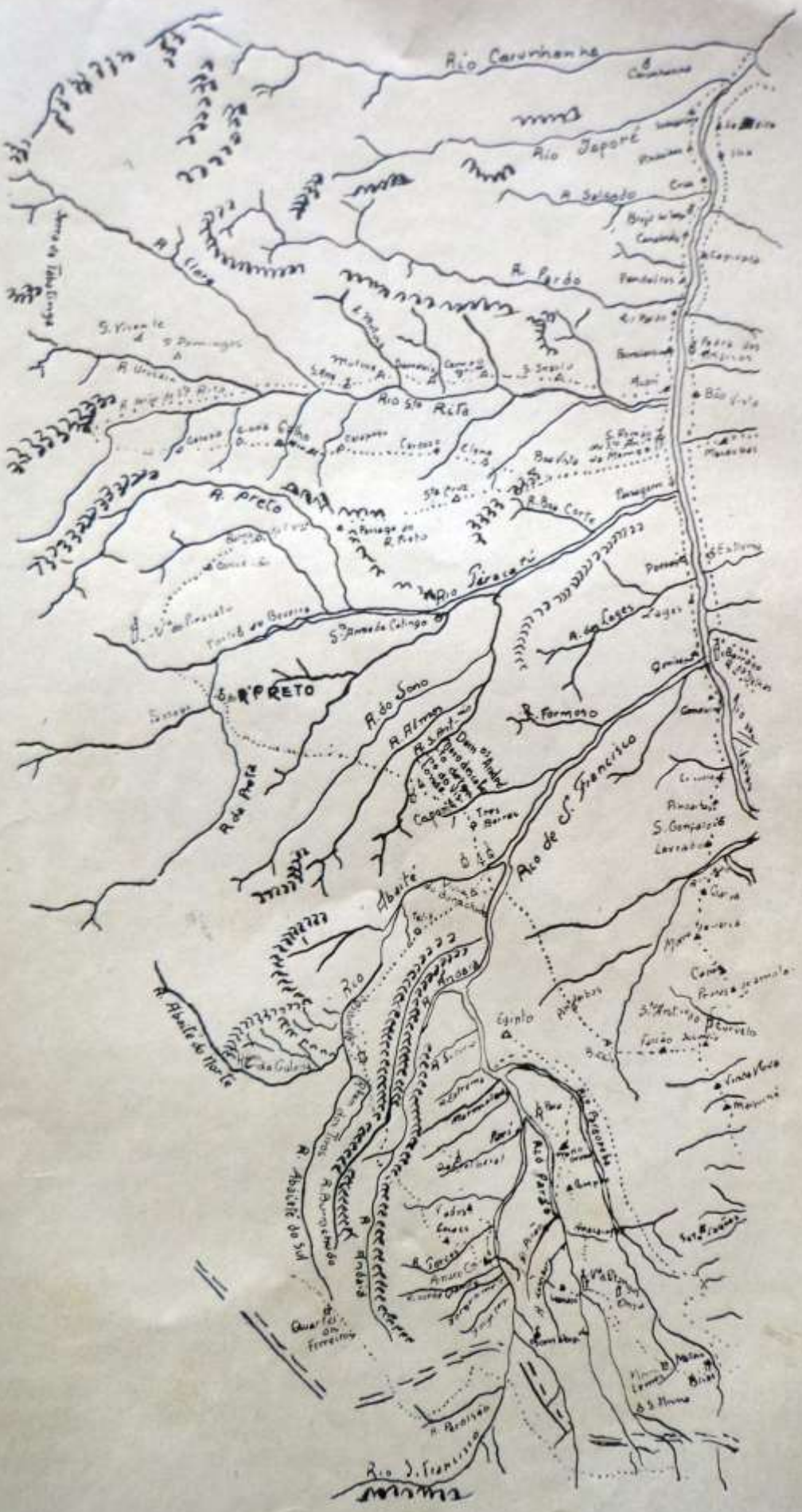
(12) — No parecer de Diogo de Vasconcelos, foi Lourenço Castanho quem iniciou os fundamentos do povoado Paracatu coetâneamente com os primeiros fundados por Fernão Dias (*Hist. Ant. M. G.*, pág. 60).

contam-se os seguintes: 1) Miguel Nunes Vasalo, que em 1727, dizendo-se de há muito morador no sertão além São Francisco, Comarca de Sabará, requereu e obteve sesmaria do sítio S. Bartolomeu, *nas cabeceiras do riacho Paracatú* (carta datada de 9 de outubro de 1727; 2-A) — Inácio de Oliveira, alegando haver descoberto e povoado, em 1719, o sítio Barra do Rio Preto, principiando na extrema da fazenda da SERRA sôbre o rio Paracatu, subindo pelo Rio Prêto até ao riacho Feio, dividindo com José dos Santos, e por êste último riacho acima até sua nascença, legalizou sua posse antiga por carta de 1727; 2-B) o mesmo Inácio de Oliveira, declarando haver comprado a citada fazenda da *Serra* a seu irmão Braz Soares que de há muito a havia descoberto e povoado, principiando no riacho da Catinga, correndo Paracatu acima até vertentes do sítio SANTA CRUZ, obteve a carta de sesmaria de 3 de março de 1728; 3-A) João George Rangel, a fazenda chamada Santa Ana, na ribeira Paracatu, a começar da barra do Rio Sono até à barra do Catinga, por carta de 17 de julho de 1727; 3-B) o mesmo João G. Rangel, a fazenda S. Joseph, sita na ribeira Paracatu, servindo de demarcação o veio d'água chamado Catinga, que faz barra no Paracatu e por êste acima até à Barra do Rio da Prata, subindo por êste até à última nascença e cortando desta ao Rio do Sono (carta de 14 de julho de 1728).

Isto pôsto basta se acompanhe, na carta geográfica de Minas, uma linha traçada de acôrdo com os dizeres das cartas de sesmarias supra, partindo da barra do Rio Catinga (Município de João Pinheiro), passando pelas antigas fazendas *Monjolos e Santa Cruz* (margem esquerda) até ao córrego Feio (que desagua no Rio da Barra ou Canabrava), e daqui descendo pelo Rio Prêto até sua barra no Paracatu, subindo êste e entrando no Rio da Prata até sua nascente, e desta tomando rumo do Rio do Sono até confrontar com o povoado CÔRTE (em São Gonçalo do Abaeté), e descer pelo Sono até sua barra; basta, repito, se acompanhe esta linha para se ficar convencido que ambas as margens do médio e alto Paracatu eram conhecidas e em grande parte ocupadas por enormes fazendas desde 1719.

*
* *

Em 1720, quando foi da revolta no Pitangui, reza a carta de 20 de junho de 1793, dos oficiais da Câmara de Tamanduá à rainha D. Maria I muitos pitanguienses houveram que emigrar para o sertão além São Francisco. Deve ter sido com êstes refugiados e índios habi-



Parte da Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais — Ano de 1804

tantes da região que o padre Leonardo Palhano fundou, nas cabeceiras do Paranaíba, o núcleo em tôrno da Capela de São João Nepomuceno; a meu ver, esta ficava entre as atuais cidades de Carmo do Paranaíba e Patos. A estar certo o que refere o citado Diogo de Vasconcelos, que foi o Conde de Assumar quem obteve do Bispo do Rio de Janeiro a vinda dêsse padre para erigir Capelas no sertão do São Francisco, deve ter êle entrado para ali antes de 1722; porquanto o govêrno do Conde terminou em 1721 (*Hist. Média*, pág. 159).

Só mais tarde, em 1737, o padre legalizou suas posses em terras do Piracatu, ao ensejo da abertura do Picadão dos Guaiazes.

O Anhangüera, segundo referem historiadores, quando demandava Goiaz, em 1721, ou 22, descobriu ouro em Paracatu, fazendo disso um roteiro que foi ter às mãos de Caldeira Brant e José Rodrigues Fróis; com o fito, porém, nas lendárias Minas dos Martírios, passou além, rumo de Goiaz.

Quem quer que tenha oportunidade e paciência de examinar a citada velha "Carta Geográfica de M. G"., organizada bem antes de 1804 e editada nesse ano, há de verificar a seqüência das já antigas fazendas da Piraquara (13), do Capitão Amaro (no ribeirão Santa Fé), de Cocais, Dávila, (ao pé da Serra da Saudade), de São João (hoje Quartel de São João), do Andaiázinho, do Assunção (à margem do ribeirão dos Tiros), do Telis, da viúva do Borrachudo, das Três Barras, do Capam, de Domingos André, do Rio do Sono, das Almas, da Passagem do Rio Prêto, até Paracatu.

E', pois, evidente que, quando Felisberto Caldeira Brant entrou para aquelas paragens, e mais seus irmãos e numeroso séquito de escravos e índios, já era zona bem conhecida e em parte habitada. Ali haviam de ir ter mascates ou comerciantes que suprissem do necessário à gente de Brant, a quem não sobejava tempo para cuidar do amanho da terra ou transporte de provisões.

Donde se conclui, e é êste o propósito do resumo supra, que desde pelo menos 1720 já havia trilha ou picada de Pitangui (centro de irradiação para aquelas paragens) a Paracatu, visto como era a Vila mais próxima e policiada, e dela houve grande migração para a interlândia. Qual o traçado dessa trilha a partir de Pitangui ?

---

(13) — Conservo a grafia *Piraquara*, mas devera ser *Piraquera* ou *Pirakera*, que é o têrmo indígena, significando "pesca feita à luz de fachos pelas margens dos rios, à noite, quando os peixes aí estão dormindo "(vide *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 16). Também Estêvão Pinto, na obra *"Os indígenas do Nordeste"* escreve: "Nos primórdios da fase colonizadora, o indígena como que se adaptou à nova existência de servo do colono, a qual não era mais do que uma espécie de prosseguimento do seu próprio sistema econômico ou social (armar covadas e *piraqueras*, pescar nos iguaçus... etc.)". O vocábulo corrompeu-se indevidamente para piraquara, como também se alterou Piracatu. *Piraquara* é antes apelido depreciativo de gente, significando tabareu. Acredito que fazenda da Piraquara não pode ser fazenda dos caipiras. Mas vá como hoje se escreve.

Consoante antiga tradição oral, confirmada pela já bastante citada "CARTA GEOG. de 1804", êsse trilho corria por Bom Despacho, *passagem* da Piraquara no São Francisco, varava o distrito de Estrêla, Município de Dorés do Indaiá, galgava a Serra da Saudade e descia por esta até ao Quartel de São João, onde atravessava o Rio Andaiá, rumando para os serros da Fragata e Nau de Guerra, margeava o ribeirão dos Tiros, da Galena (hoje Chumbo) e atingia o Paracatu. A não serem os trilhos rumo à Bahia, êste era o de Pitangui a Paracatu, como se dirá nos parágrafos seguintes.

II

A abertura do Picadão

TIRANTE o caminho de Garcia Rodrigues Pais, do Rio de Janeiro para Vila Rica, terminado ali por 1705, e outro mandado abrir, por carta régia de 1702, das lavras do Rio das Velhas para a Bahia, mas logo mais trancado ou proíbido, como se verá; tirante êstes dois caminhos, até 1737 nenhuma estrada *real* (caminho de el-Rei, por êle mandado abrir e por seus agentes fiscalizado), havia, ligando o centro de Minas ao Oeste distante. Entretanto, o sertão estava cortado de trilhas particulares, por onde a multidão ia e vinha, uns na ânsia de descoberta de novos filões auríferos, outros contrabandeando ou mascateando, e terceiros, que eram escravos africanos, fugindo para os ermos e organizando quilombos. O maior escoadouro contrabandista eram os sertões da Bahia, via São Francisco. Daí os muitos trilhos e veredas que cortavam ambas as margens do grande rio, Vão do Urucuia inclusive, donde também subiam os rebanhos bovinos para os açougues, e os mascates com suas mercadorias, que trocavam a bom pêso de ouro. Tornando-se a grande artéria comercial das minas gerais, o rio central foi também o cenário de sangrentos motins e rebelião contra o erário régio, iniciados pelo padre Antônio Mendes Santiago, em São Romão, e terminados com a prisão de D. Maria da Cruz e seu filho Pedro Cardoso.

Só a conta dêsses distúrbios, que tantos dissabores causaram a Martinho de Mendonça, e dos muitos prejuízos causados ao patrimônio de Sua Majestade, incapaz de controlar a arrecadação de impostos sôbre o ouro e mercadorias que escoavam por veredas escusas; só a bem dos interêsses do fisco e não do povo, é que os agentes de Sua Majestade compreenderam a imperiosa necessidade de dotar o Oeste Mineiro de um caminho *real*, e trancar ou proibir as trilhas particulares, inclu-

sive o caminho da Bahia, autorizado pela citada carta régia de 1702 por onde se praticava à larga o contrabando. Com isso o general Gomes Freire de Andrade entrou em plano, e mais o seu preposto Martinho de Mendonça, de resolver o até hoje torturante problema de viação mineira, que, naqueles dias, o mesmo era que abrir meras picadas e enchê-las de Registros ou postos de fiscalização. Vai S. M. despender do numerário régio para essa obra? De nenhum modo. O sertão ubérrimo pagaria liberalmente, pensava el-Rei lá de longe, a quem o franqueasse com segurança aos seus agentes, e a concessão de terras naquelas paragens seria paga generosa aos serviços dessa obra.

Tudo ajustado, determinou o general que a picada a se abrir, partindo de Aiuruoca até Goiaz, seria tanto quanto possível em reta, para encurtar distâncias e que tivesse como passagem forçada a Vila de Pitangui, já então bem policiada, desde os tempos do Conde de Assumar. Dividido o serviço em duas etapas (a primeira de Aiuruoca a Pitangui e a segunda daqui a Goiaz) do primeiro trecho se incumbiu o Cap. Manuel da Costa Gouvea, e do segundo, o Coronel Caetano Alvares de Orta. Este último, percorrendo preliminarmente o trecho que lhe coube, pelos trilhos antigos, e tomando conhecimento das pessoas nêle habitantes, como Domingos de Brito, João Jorge Rangel e outros, as associou à emprêsa que organizara com seu filho José Caetano Rodrigues de Orta, seu cunhado Maximiano de Oliveira Leite, Dr. Francisco Pais de Oliveira, Matias Barbosa da Silva e outros. E porque além da abertura da Picada corria-lhes a obrigação de construirem, de espaço a espaço, ranchos, pastos cercados e fazerem plantações de roças para comodidade e abastecimento das autoridades régias e policiais, e dos viajantes que eram obrigados a transitar sòmente por aquela picada e não por outra proibida, entendeu o Coronel a vantagem de trazer para sua emprêsa os homens conhecedores da região e cientes do traçado mais econômico e curto, visto como a paga pelos serviços eram terras em sertão distante e assaz desvalorizadas naqueles tempos; entendeu, também, que deviam ser aproveitados, tanto quanto possível, trilhos já existentes, que seriam ampliados, desde que não se desviassem muito da linha reta e cortassem de preferência por campos limpos, e não por florestas virgens que encarecessem a obra.

De acôrdo com o ajustado, de 1737 a 38 foram concedidas aos abridores do *caminho novo que de Pitangui se botou para os Goiases* (como rezam as respectivas cartas), as sesmarias relacionadas na *His. Med.*, de Diogo de Vasconcelos, e outras ali não mencionadas.

Como êste provecto historiador, também lamento as mudanças de nomes históricos, o que hoje muito dificulta identificar vários

sítios. De tôdas estas sesmarias, entretanto, a de Domingos de Brito, que por ora aqui mais me interessa por ser a formadora do Município de Dores do Indaiá, é a única que descreve divisas precisas, por nomes até hoje conservados, como sejam ribeirões dos *Veados*, do *Jorge*, das *Antas*, *Serra do Andaiá*, *Chapada*, como fàcilmente se verifica na carta geográfica dessa cidade, no ÁLBUM COROGRÁFICO MUNICIPAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, edição de 1937, bem como na velha Carta Geográfica do E. M., existente no Estado Maior do Exército, feita em 1804, e divulgada por Moacir Silva, na sua obra *Quilômetro Zero*.

Para boa inteligência da demonstração que farei, quanto à localização dessa Picada, muito importa preliminarmente notar que, sob essa designação de — PICADA DE GOIAZ — freqüentemente encontrada em cartas de sesmarias e documentos antigos, não se queria dizer apenas a estreita faixa, de um e meio a dois metros de largura, por onde corria o leito do caminho. Esta designação passou a abranger um trato de terra, uma zona de ambos os lados do caminho, numa vertical de 18 a 30 quilômetros de ambas suas margens. E', v. g. como diziam então — O ABAETÉ — abraçando uma grande região, tôda sua bacia até a barra no São Francisco; é como se diz hoje — *Baixada Fluminense* — significando vasta zona.

Portanto, quando nas cartas de sesmaria se diz — descobriu e povoou um sítio na *Picada dos Goiases*, não se quer dizer que a Picada cortasse, de extremo a extremo, o terreno dêsse sítio, mas sim que êle era nas proximidades do caminho, na zona por êste abrangida.

Isto prevenido, vejamos se consigo localizar esta até agora ubíqua Picada de Goiaz.

III

Rancho da Boa Vista

RANCHO! Que de reminiscências encerra esta palavra, que nos lembra outra de formação genuinamente brasileira — *tropeiro*! Um existiu em função do outro: duas entidades conexas, interdependentes. País vatíssimo, cêrca de oito e meio milhões de quilômetros quadrados, poucas povoações disseminadas pelo sertão longínquo, distantes umas das outras muitas dezenas de léguas, sem estradas carroçáveis, sem embarcações fluviais que não fôssem canoas, houve o comércio de apelar para o lombo dos muares no demorado transporte de mercadorias. Desta emergência se originaram a tro-

pa e o tropeiro, e dêstes, o rancho. De afastados rincões marchava a tropa por trilhos tortuosos, puxada pelo cargueiro da guia, de cabeçada com boneca de pano em côres berrantes e guizos, a quebrar a monotonia dos sem-fins sertanejos com o repetido tintinar dos tintinábulos; tangida por tocadores de alpercata de couro cru e toalha de crivo ao ombro, geme aqui, bufa ali, lá vinha chapadão em fora. Tropeiro — elemento de aproximação, de intercâmbio do litoral com as populações do sertão. Vencida uma jornada de 20 a 25 quilômetros, estacava à beira de um rancho — seis estacas de paus roliços afincados à margem do trilho, próximo a uma fonte, aberto aos lados, teto de capim ou sapé. Não raro, nas proximidades do rancho, lá estava o casebre do cabocio, que vendia o milho para a ração da tropa, a rapadura de engenhoca e, às vêzes, a pinga para ajeitar a garganta sequiosa dos tropeiros; e a êstes pedia lhe trouxessem da Côrte uma bruaca de sal, algumas ferramentas e outros utensílios. E assim, rancho, tropa e tropeiro foram fatôres que contribuiram para a formação e desenvolvimento do Brasil econômico.

O viajante que transpusesse a *passagem da Piraquara* e varasse uma campina limpa, encontraria um dêsses ranchos no platô onde demora a cidade de Dores do Indaiá, a que chamavam RANCHO DA BOA VISTA.

Quem o fêz? Os primeiros desbravadores que, de tanto ir e vir, formaram o trilho rumo a Paracatu, ou Domingos de Brito, quando, em 1737, auxiliou a abertura da Picada de Goiaz? Quem quer que tenha sido o seu obscuro construtor, o certo é que êle ali existiu e deu origem ao povoado, que foi a Vila de Nossa Senhora da Serra da Saudade do Indaiá.

E assim, Piraquara à direita e Rancho da Boa Vista à esquerda do São Francisco, foram a baliza inicial da Picada de Pitanguí a Goiaz. Senão vejamos.

IV

O traçado e um equívoco histórico

A EXATA localização da grande Picada é problema que continua em equação histórica, desafiando a paciência beneditina dos que afrontam a poeira dos arquivos. Uns puxam para aqui, outros para ali: eu puxo para a Piraquara, Rancho da Boa Vista e Serra da Saudade. E tenho provas? Eu parece-me que as tenho ótimas.

Antes de entrar na demonstração, três preliminares precisam ficar bem esclarecidas e firmadas.

A primeira é a mesquinhez da paga aos empresários, pois, naqueles tempos, grandes sesmarias eram concedidas a quem quer que, tendo tomado posse de um bom trecho de terra, pedia depois a expedição da carta de sesmaria sem nenhum serviço haver prestado a Sua Majestade. Dado isto, é claro que os empresários, havendo que despender dos seus magros bolsos sem remuneração suficiente, procurassem executar o trabalho com economia, aproveitando os trilhos já existentes que estivessem mais em rumo a Paracatu e Goiaz, ampliando-os apenas, e preferindo as zonas de campos limpos, onde o trabalho de abrir caminho nada mais era que ir e vir pela mesma linha umas tantas vêzes, amassando o capim.

A segunda é que, evitando tanto quanto possível as matas virgens, infestadas de feras, procuraram também afastar-se da zona dominada pelos bravios índios Araxás. E' notório que essa tribo, ramo dos Cataguá, subindo de Bambuí, dominou absoluta o território que, por isso, se ficou chamando *"Sertões dos Araxás"*, entre os Rios das Abelhas e o Quebra Anzol, incursionando até Campos Altos, donde repelia qualquer explorador ou invasor branco. Só em 1766, quase 30 anos depois de aberto o Picadão, foi a zona dos Araxás limpa de índios e quilombos, e ao mesmo tempo invadida pelas autoridades goianas, que começaram a abrir caminhos do Triângulo para aquela Província.

A terceira, finalmente, está em ser ponto pacífico, não exigindo demonstração, que a Picada passava obrigatòriamente por Pitanguí, bastando a leitura das cartas de sesmarias aos abridores do *caminho que de Pitangui se botou para os Goiazes*, ou como diz a do padre Leonardo Francisco Palhano, de 20 de setembro de 1737: "... *que parte... ao poente com a estrada que vai de Pitangui para os Goiazes*".

Não se esqueçam, portanto, estas preliminares no desenvolvimento da minha demonstração, que vai ser algo longa à conta do muito baralhamento que se tem feito sôbre êsse traçado. O que tudo balburdiou foi a existência de muitos trilhos particulares já freqüentados e outros que foram abertos ou ampliados com o desenvolvimento demográfico da zona, com a invasão das autoridades goianas, e desde que cessou a proibição de trânsito por outro caminho que não fôsse o Picadão.

Além do empenho de Gomes Freire em ser a Picada, tanto quanto possível, em linha reta, que encurtasse distâncias para os seus agentes fiscalizadores do impôsto; além da tradição oral guardada pelos antepassados dorenses sôbre o Rancho da Boa Vista, há que se atentar na posição geográfica de Pitangui em relação a Pôrto Real e Para-

catu, para se afastar a hipótese de ter sido o Picadão aberto pelo dito Pôrto Real e Bambuí, como se tem dito. Se o traçado de Pitangui ao Paracatu passasse pelo Pôrto Real, a Picada afastaria quase em marcha a ré, isto é, voltaria inexplicàvelmente de Pitangui ao Pôrto Real, para sòmente depois descrever uma reta ao Paracatu. Isto iria de encontro não só às determinações de Gomes Freire, bem como aos interêsses econômicos dos empresários, mal pagos, aumentando o trabalho.

Venham, porém, as provas documentais.

A primeira nega a passagem da Picada pela barra do rio Bambuí, ou pelo povoado dêsse nome. Tôdas as cartas de sesmarias concedidas nas proximidades da Picada, nos anos de 737 e 38, para bem caracterizarem e situarem o terreno concedido, trazem as locuções — *no caminho novo dos Goiazes* — como se poderá examinar na *Rev. do Arq. P. Min.*, vol. do ano de 1898, pgs. 796 e segs.

Pois bem: nesse mesmo ano de 737, aos 26 de novembro, foram concedidas duas ao Cap. Mor João Veloso de Carvalho e a Antônio Rodrigues Velho, *moradores* em Pitangui, *nas cabeceiras do Rio S. Francisco, na barra de um riacho chamado Bambuhy*. Não dizem *no caminho novo dos Goiazes*, como as demais da mesma época. Não se justificaria tal omissão no caracterizar o imóvel, senão porque tal caminho por ali não passava.

Outra prova negativa da passagem do Picadão por Bambuí está em dois autos lavrados respectivamente a 5 de junho de 1769 e 1.º de outubro de 1770 (23 anos depois de aberto o Picadão) pelos oficiais da Câmara de S. José (Tiradentes) que foram à *paragem Bambuhy* tomar posse do território para a mesma Câmara. Não disseram no auto ali mesmo lavrado que essa *paragem* era no *caminho novo dos Goiazes*, como teriam forçosamente dito, se êle por lá passasse. Ao revés, disseram que a Picada passava bem abaixo da barra do Bambuí, como veremos já.

Excluída a hipótese Pôrto Real-Bambuí, volvo à prova do meu traçado que é: Bom Despacho, Piraquara, Rancho de Bôa Vista, Serra da Saudade (esgalhamento da Canastra ao longo do Rio Indaiá, que inicialmente tinha a denominação geral de Serra do Nazaré, da Marcela, e hoje Saudade (vide Diogo Vasc. *Hist. Média M. G.*, pgs. 158); na S. da Saudade, deixando à direita o trilho que demandava o Quartel de S. João, rumo aos picos de Fragata e Nau de Guerra, ribeirão de Tiros, o Picadão transpunha o Rio Indaiá rumo ao Guarda dos Ferreiros, Campo Grande (S. Francisco das Chagas), tomando o espigão divisor dos afluentes do S. Francisco e do Paranaiba, procurava as nascen-

tes do ribeirão do Glória, contornava a Serra das Almas, atravessava as nascentes do Rio Jacaré e ribeirão Carrancas, entrando em Guarda-Mór.

De Bom Despacho até ao pé da Serra da Saudade estende-se uma campina limpa, apenas de longe em longe entremeada de cerrado ralo, assaz favorável à abertura de caminho: nessa altura a campina chega até quase à barranca do S. Francisco. Transposta a mata das margens do Rio Indaiá, entra-se novamente em vasta campina e chapadão limpo, que era o Campo Grande, antigo S. Francisco das Chagas e atualmente Rio Paranaíba.

Começarei a demonstração pelo auto, lavrado aos 18 de junho de 1744, da instalação e posse do recém-criado arraial de Tamanduá, da Comarca do Rio das Mortes. Nêle assim se descreve a demarcação do território do novo arraial:

> "cuja demarcação se fez em a parage da estrada que vai para Sabará ao pé do Rio Pará passagem costumada em hum pau que se poz — Comarca Vila S. José 1744 — cuja demarcação corta do dito marco a outra banda do Rio correndo rumo direito da casa da moeda que foi de Inacio de Soisa e correndo rio abaixo e cortando o Rio direito ao morro da lage e dahí cortando rumo direito à PASSAGEM DO RIO S. FRANCISCO e correndo por êle *acima* enthé entestar com o têrmo de S. João del-Rei...&".

Nada aproveitaria êste têrmo ao meu traçado, com ter deixado de esclarecer o local da *passagem do Rio S. Francisco*, não fôssem outros têrmos subseqüentes e fatos históricos.

E são, em primeiro lugar, os dois já citados, sôbre a posse do território de Bambuí. No 1.º, lavrado aos 5 de junho de 769, os oficiais que foram tomar posse do povoado de Bambuí descrevem a demarcação S. Francisco *abaixo* (o de Tamanduá fêz o inverso), assim dizendo:

> "judicialmente se impossaram os ditos oficiais da Camara daquela Villa pela pessôa de seu procurador o Tenente José da Serra Caldeira de todo o território pertencente ao dito Conselho e Termo da mesma Villa na *paragem* do Bambuhi Rio de S. Francisco ABAIXO enthé à PASSAGEM VELHA DA PICADA DOS GOIAZES, Serra da Marcela,

suas vertentes de uma e outra parte, cabeceira do Paranahiba, Quilombo do Ambrosio, cabeceira do Rio de S. Francisco, Serra da Canastra onde puzeram marcos e balizas".

Pela primeira vez aparece, em documentos, a qualificação de — VELHA — dada à *passagem da Picada dos Goiazes*, no Rio S. Francisco. *Velha*, por quê? Porque, como se verá breve, o Mestre de Campo e Regente Inácio Corrêa Pamplona acabara de ampliar de Tamanduá, sede de suas atividades, um trilho existente para Bambuí, cuja Matriz de S. Ana estava construindo. E porque sua jurisdição de Regente ia além do Bambuí, ampliou ou fêz trilho daí por diante, encontrando-o com a Picada em Campo Grande, fazendo, assim, verdadeira variante desta.

Ou porque surgisse obscuridade nessa demarcação de 1769, ou porque a Câmara de Pitanguí contra ela reclamasse, em 1.º de outubro de 1770, apenas um ano após, voltaram os oficiais da Câmara de S. José àquela paragem de Bambuí, em retificação de divisa e posse, lavrando-se outro auto mais esclarecedor do sitio preciso da *passagem velha da Picada dos Goiazes* no S. Francisco, mencionando o ribeirão JORGE GRANDE, que tem suas nascentes nas fraldas da Serra da Saudade, assim dizendo a retificação:

> "... pela pessoa de seu bastante procurador Antônio Pereira da Silva se retificou na posse do mesmo Senado e Conselho da Vila de S. José e *na parage de Santa Ana do Bambuhy*, Serra da Marcela, Serra da Canastra, cabeceira do Paranahyba e do Rio de S. Francisco, Quilombo do Ambrosio, cabeceira do Bambuhy, *barra* do dito de um e outro lado, fazenda de JOÃO JORGE thé os dous rios chamados JORGE GRANDE E JORGE PEQUENO, por serem do território da dita Villa de S. José" (14).

Com êsses dois têrmos de posse se firma a certeza sôbre a exata localização da travessia da Picada no Rio S. Francisco: essa demarcação *descendo* pelo Rio S. Francisco desde a *barra* do ribeirão Bambuí, passa pela barra do ribeirão *Jorge Grande* e vem à passagem velha da Picada, dita Piraquara, na fazenda Santa Fé, municipio de Do-

(14) — Aqui se observa que o acatado historiador Diogo Vasc. se equivoca, *data venia*, colocando êsses dois ribeirões (Jorge Grande e Jorge Pequeno) nos confins dos Dourados (*Hist. Ant.*, pág. 160). Isto advém certamente de que João Jorge teve mais de uma fazenda, sendo duas delas nas cabeceiras do Paracatú, uma demarcando com a do padre Palhano.

res do Indaiá. Maior clareza para quem conhece a zona, ou tenha diante dos olhos uma carta de Minas, ou planta do município de Dores, não é possível haver.

Lavrando-se êstes dois têrmos na *paragem* Bambuí, se então (1770) a Picada por aí passasse, os oficiais empenhados em bem identificar o povoado, não deixariam de dizer — *na paragem de Bambuí e Picada de Goiaz*. Não o disseram e, ao revés, frisaram bem que a Picada passava muito abaixo da barra do Bambuí e abaixo ainda da barra do Jorge Grande, como ainda se verá. Se então a Picada já fôsse por Bambuí, alí estando êles e declarando que era em outro ponto, seriam de uma ousadia inominável e de refinada má fé, já sabendo da reclamação da Câmara de Pitanguí. E já veremos que êstes autos foram confirmados por um Desembargador, que tinha atribuição para dirimir a contenda entre Tamanduá e Pitangui, sôbre invasão de território do último.

———— X ————

A porfiada disputa entre os senados das Câmaras de Pitangui e Tamanduá, e a variante tirada por Inácio Pamplona é que procuraram confundir o que era claro, palpável, visível, como um caminho existente, trafegado, fiscalizado. Foi uma contenda apaixonada, e a paixão, quase sempre, obscurece a verdade, mormente quando é fraca a dialética dos contendores. Os oficiais da Câmara de Pitangui, pôsto que tivessem aparentemente razão, por haver sido invadido território seu, não suberam alegar e mercê da sua falta de dialética, chegaram a afirmar que a Picada passava pela *barra* do Bambuí (*Rev. Arq. P. M.*, vol. do ano de 1912). Mas que ela inicialmente (até à Regência de Pamplona) não passava por essa barra, já provei com as duas cartas de sesmarias de Cap. Mor José Veloso de Carvalho e Antônio Rodrigues Velho.

Os oficiais da Câmara de Tamanduá, refutando a pretensão dos pitanguienses sôbre ser a *passagem velha* na barra do Bambuí, explicaram:

> "Esta passagem velha tomou a denominação quando vários apotentados do Rio das Mortes ... mandaram a Urbano do Couto rasgar a grandiosa Picada de Goiazes, e *errando* os que picavam o rumo da pra. passagem, fizeram outra com a *denominação do dito Urbano do Couto* no mesmo Rio de S.

Francisco que dista da *velha* pouco mais ou menos 5 ou 6 léguas. Desta passagem nova é que tiram os da Câmara de Pitangui a linha rela da divisão de 1744, levando-a ao morro, que chamam da lagem junto ao capam da galinha, em cuja paragem não existe tal morro".

Déste mal arrazoado, o que se conclui é que os picadeiros *erraram* o rumo da predita passagem (o que é para admirar, pois que de Pitangui para a barra do Bambuí já existia o caminho das fazendas de Veloso Carvalho e Rodrigues Velho). Mas deixa supor que não se persistiu no êrro, pois o trecho errado não ficou sendo *Picada de Goiaz*, mas *caminho de Urbano do Coutô*, isto é, *com a denominação do dito*.

Em 1767 o Mestre de Campo Inácio Corrêa Pamplona (um dos denunciantes de Tiradentes), foi designado para promover o povoamento da zona Oéste. Nomeou-o para isso o governador Luiz Diogo Leite da Silva, recomendando-lhe organizasse "uma companhia de pessoas idôneas, gente de valor" com ânimo de penetrarem na região do Campo Grande e além da Serra da Marcela, obrigando-se o govêrno a conceder-lhes as sesmarias que escolhessem. Pamplona organiza uma sociedade com seus amigos e parentes, entre êles José Alves Diniz, Antônio Afonso Lamounier, Inácio Bernardes de Sousa, José Fernandes de Lima, Antônio José Bastos, Simão Rodrigues de Sousa, Pedro Vieira de Faria, Timoteo Corrêa Pamplona e muitos outros, incorporando à emprêsa, como capelão, o padre Antônio Pereira Henriques, investido da provisão de Vig.° da Vara para consagrar capelas e igrejas que fôssem erigidas. Com essa missão e sócios Pamplona entra para o sertão e faz do arraial de Tamanduá o centro de suas atividades. Nisto, a Luiz Diogo sucede na governança de Minas (julho de 1768) o Conde de Valadares, que chama à Vila Rica a Corrêa Pamplona, no intuito de consolidar a obra já começada e acelerar o povoamento do Oéste mineiro, a ver se aumentava as rendas do patrimônio régio. Investe-o de poderes amplos e absolutos de "Regente dos Distritos de Pium-í, Bambuí, Campo Grande e Picada de Goiaz". Armado dêstes grandes poderes de govêrno civil e militar em vasta região, o Regente organiza grande e nova comitiva de gente, operários, artífices, com munições, bagagens e ferramentas, e volta novamente à grande zona de sua jurisdição, onde começa a levantar casas e igrejas. A primeira foi a Matriz de S. Ana do Bambuí, cujos limites paroquiais se estendiam, pelo Leste, até ao ribeirão Jorge Grande, onde se acha a fazenda S. Domingos, como se lê no seguinte talão:

"RENDA GERAL n.º 30. Antunes (*rubrica do talão*) Pagaram os Senrs. Domingos Teodoro da Costa e irmãos pelo impôsto de ciza do ano financeiro de 1844 a 1845, a quantia sessenta mil reis Rs. 60$000 proveniente de 600$000 seiscentos mil reis por que compraram uma parte da fazenda S. Domingos de mattos e campos, citta na Parochia de Bambuhy, deste Termo, a MANOEL DA COSTA MONTIJO e sua mulher, neste corrente ano financeiro de 1845. Collectoria de FORMIGA, 8 de Março de 1845. O Collector Francisco Clemte. Frade. O Escrivão Martiniano (*indecifrável o resto da assinatura do escrivão*)".

A fazenda S. Domingos era no Curato de Aterrado, que pertenceu à paroquia de Bambuí até 1856, ocasião em que, pela lei provincial n.º 746, foi elevado a distrito. O ribeirão Jorge Grande, mercê das traças do padre Santiago, Vig.º de Paracatu, foi por muitos anos a divisa entre os Bispados de Pernambuco e Mariana. Assim, pôsto que os limites civis e judiciários de Bambuí pudessem transpor, como transpuseram, êsse ribeirão, tal não acontecia com os limites eclesiásticos.

O Regente Pamplona, português natural da Ilha Terceira, proprietário da fazenda *Mendanha*, da freguesia de Prados, era militar de nenhumas letras e muitas tretas, como se vê da denúncia que apresentou contra Tiradentes (cuja má redação talvez tenha sido, ainda, tomada de empréstimo a outrem pouco menos ignorante). Imagine-se a vaidade, a arrogância de militar rústico investido de poderes getulianos de *Regente* de vasta zona, como o Oeste mineiro! Desfrutava grande prestígio perante os governadores de Minas, inclusive o Visconde de Barbacena, mormente depois que denunciara o heróico mártir da Inconfidência. Tornou-se como que um ditador da zona, que encheu de parentes, para os quais obteve grandes sesmarias, mormente no "*sertão do segundo braço do Rio de S. Francisco para dentro e do mesmo Rio Serra da Marcela*", como rezam as cartas de sesmarias aos de sua comitiva. E note-se, de passagem, que êste 2.º braço do S. Francisco, além da Serra da Marcela, outro não podia ser senão o Rio Indaiá, nas suas cabeceiras.

Bem intencionado talvez o fôsse; era, entretanto, um vaidoso, como se revelou posteriormente com pleitear para si e seu filho de igual nome — padre Inácio Corrêa Pamplona — as honras do hábito de Cristo e privilégios de que ao diante falarei. Uma de suas primeiras

preocupações foi subtrair de Pitanguí a jurisdição sôbre a Picada de Goiaz no trecho Piraquara-Guarda dos Ferreiros. Para isso ampliou e melhorou o trilho do arraial de Tamanduá para Bambuí, cuja Matriz de S. Ana estava construindo, bem como daí por diante, tirando verdadeira variante da Picada de Goiaz. Feito isto, em seguida sugeriu ao Visconde de Barbacena a elevação do arraial, que era o quartel general de suas atividades, à categoria de Vila de S. Bento de Tamanduá. Foi o que o Visconde acertou de fazer, em 1789, designando o Desembargador Luiz Ferreira de Araújo Azevedo (um dos juízes algozes de Tiradentes), para instalar a Vila, demarcar-lhe as divisas, dirimir a divergência com Pitanguí, mas devendo em *tudo se conformar com o placet*, parecer e vontade do Regente Pamplona. Saiu-lhe, a Pitanguí, a emenda pior que o sonêto. Pois a demarcação do Desembargador, ao contrário de atender-lhe as reclamações; ao invés de seguir o traçado dos autos de 1769 e 770, pelo ribeirão do Jorge Grande, abarcou todo o território que vai dêsse ribeirão à *Pedra Menina*, que é divisa de Dores do Indaiá com Abaeté. E' o que se lê no auto de demarcação das divisas de Tamanduá, lavrado por êsse magistrado, aos 18 de janeiro de 1780, ordenando que:

> *"ficasse servindo de divisa entre o Têrmo desta Villa de S. Bento do Tamanduá e a dicta Villa de Pitanguí o districto chamado Calhau de Lima que hé huma lage que fica visinha do rio denominado Pará e seguindo rumo direito por baixo da Serra Negra á PASSAGEM VELHA DO RIO SAM FRANCISCO APELIDADA A PIRAQUARA e desta seguindo o mesmo rumo á PEDRA MENINA e dalí á Serra da Saudade e no mesmo rumo seguir até confinar com a capitania da Comarca de Goiaz, ASSISTINDO NESSA NOVA ERECÇÃO o mestre de Campo e Regente destes districtos Inacio Corrêa Pamplona"*.

O final diz tudo: quem traçou a demarcação não foi o Desembargador, que não desconhecia os autos de posse de 1769 e 1770; foi o Pamplona, que assim ficava com jurisdição sôbre a Picada de Goiaz desde Bom Despacho.

Entretanto, a linha do correio de Vila Rica a Paracatú e Goiaz não se fazia pela variante de Pamplona, pelo Bambuí, e sim pela passagem velha de Piraquara e Dores do Indaiá. Por isso, interessado que

todo trânsito se fizesse pelo território de sua jurisdição, volta Pamplona a insistir perante o governador pela mudança da linha do correio para a variante dita. Assim foi que o novo governador Bernardo José de Lorena, em 1798, propôs à Junta Administrativade Vila Rica a mudança pleiteada pelo Regente. As razões da Junta para essa mudança, no têrmo lavrado para êsse fim, precisam ser conhecidas para confirmação do meu asserto:

> "Como a estrada geral da Capitania do Rio de Janeiro para a Capitania de Goiaz, é por esta de Minas Geraes e seu regresso tem sido e AINDA E' PELOS SERTÕES DE SABARA', mas com muitas passagens de rios e estes doentios e por isto de risco, se continua presentemente com mais frequencia esta *estrada pela picada e sertão do Rio das Mortes* (*é a variante de Pamplona, esclareço eu*); e por estes fundamentos e o ser indispensavel haver correio conductor de malas desta Capitania e Capital de Villa Rica para a Capitania de Goiaz, por esta dicta estrada seguirá debaixo das vistas e administração desta Junta, passando por Sabará, BAMBUHY e Paracatú para Goiaz." (*Rev. Arq. P. M.*, vol. VI).

Atente-se bem nas expressões da Junta Administrativa: em 1798 o trânsito de viajantes já se fazia *com mais freqüencia* pela *picada e sertão do Rio das Mortes* (que a Junta não chama de Picada de Goiaz, porque não o era), mas a linha do correio não se fazia ainda por essa picada, isto é, por Bambuí, e precisava, por ato oficial, ser mudada para esta. Logo esta picada do sertão do Rio das Mortes não era estrada oficial, *real;* se o fôsse, se fôsse a Picada de Goiaz, mandada fazer por Gomes Freire, em 1737, já por ali devêra estar passando a linha do correio desde 1737, e escusado seria o ato da Junta Administrativa, presidida pelo governador Lorena, com tanta solenidade, para fazer o que já se fazia — um chover no molhado, como se diz.

Por onde, então, corria a linha do correio antes dessa mudança de 1798? Ou melhor, onde eram os sertões de Sabará por onde ela passava? Não há sofismar: corria pela Picada de Goiaz, caminho *real*, oficial, de Pitangui a Paracatu e a Goiaz, transpondo a *passagem da Piraquara*, no S. Francisco, Dores do Indaiá, como tornam certo as abundantes provas já produzidas e mais outra que descobri no inventário do Cap. Ama-

ro da Costa Guimarães, morador que foi da Fazenda *Santa Fé*, margem esquerda do ribeirão do Jorge Grande (Cartório do 2.º Ofício de Dores do Indaiá).

E foi assim. Com uma filha menor do Cap. Amaro se casara o Sr. Manoel Lino Fiuza de Almeida. Morto o Cap. em 1816, houve Manuel Lino que fazer uma justificação perante o Juiz de Pitangui para poder entrar na posse da herança. Uma das testemunhas apresentadas pelo justificante — o Cap. Antônio Alves da Silva — morador em Pitangui, entre outras coisas disse, em depoimento jurado perante Juiz:

> "e assim como tambem disse êle testemunha que lhe fez certo o PEDESTRE DO CORREIO DE PARACATU' José Antonio Pereira ter trazido a provisam de dispença de parentesco em que se achava impedido o justificante para contraír matrimonio com dicta orfã...".

Ora, se não fôra verdade que a linha do correio para Paracatu passasse, na época do casamento dessa menor, pela fazenda do Cap. Amaro, na passagem da Piraquara, quando o pedestre lhe levou a dispensa, não iria uma testemunha de conceito afirmar tão bradante inverdade, em juramento, perante Juiz que a poderia autoar por testemunho falso, em fato que seria notório — a não existência de linha de correio pela Piraquara.

* * *

Quando Gomes Freire mandou rasgar a grande Picada e fechar os demais caminhos que propiciavam o contrabando, queria uma estrada curta, de passagem forçada por Pitangui, onde seria bem controlado o comércio de ouro e pedras. E basta que se lance a vista sôbre a carta geográfica de Minas para se verificar a reta que é de Pitangui a Paracatu passando pela Piraquara, e o contra-senso de um traçado de Pitangui a Bambuí para seguir a Paracatu, dando inexplicável volta.

Por outro lado, já ficou dito que, quando foi da abertura dêsse Picadão, tôda a zona da Farinha Podre (Triângulo) estava ocupada pelos bravos Araxás, que repeliam a penetração de qualquer invasor. Era uma região ubérrima, abundante de caças, pesca e frutos silvestres, e por isso tão preferida pelos silvícolas que, ainda em 1827, o padre Leonardo Rabelo Peixoto de Castro, escrevendo ao Dr. José Teixeira de Vasconcelos, falava dos inúmeros Caiapós que a ocupavam. Os abrido-

res do Picadão não podiam, pois, infletir para a esquerda da Serra da Saudade, aproximando-se da bugrada que os atacaria na certa. Mesmo na Serra da Saudade (primitivamente dita da Marcela), dentro do distrito de Córrego d'Anta até confrontar com a Mata da Eufrásia, havia muitos ameríndios bravos, conforme alegavam os empresários da abertura do caminho nos requerimentos em que pediam a concessão de sesmarias.

Tenho, assim, por fatigantemente demonstrado que até ao ato da Junta Administrativa de Vila Rica, em 1798, a linha do correio, que se tirou dos sertões de Sabará para Bambuí, se fazia pela passagem de Piraquara, caminho *real*, Picada de Goiaz que era. *Os muitos rios dentios* outros não eram que o Pará, Lambari, S. Francisco, ribeirão dos Porcos, Rio Indaiá, e seus afluentes, cabeceiras de Abaeté, etc.

A não ser assim, qual o outro caminho *real* por onde passava a linha do correio, que a Junta solenemente deliberara mudar ?

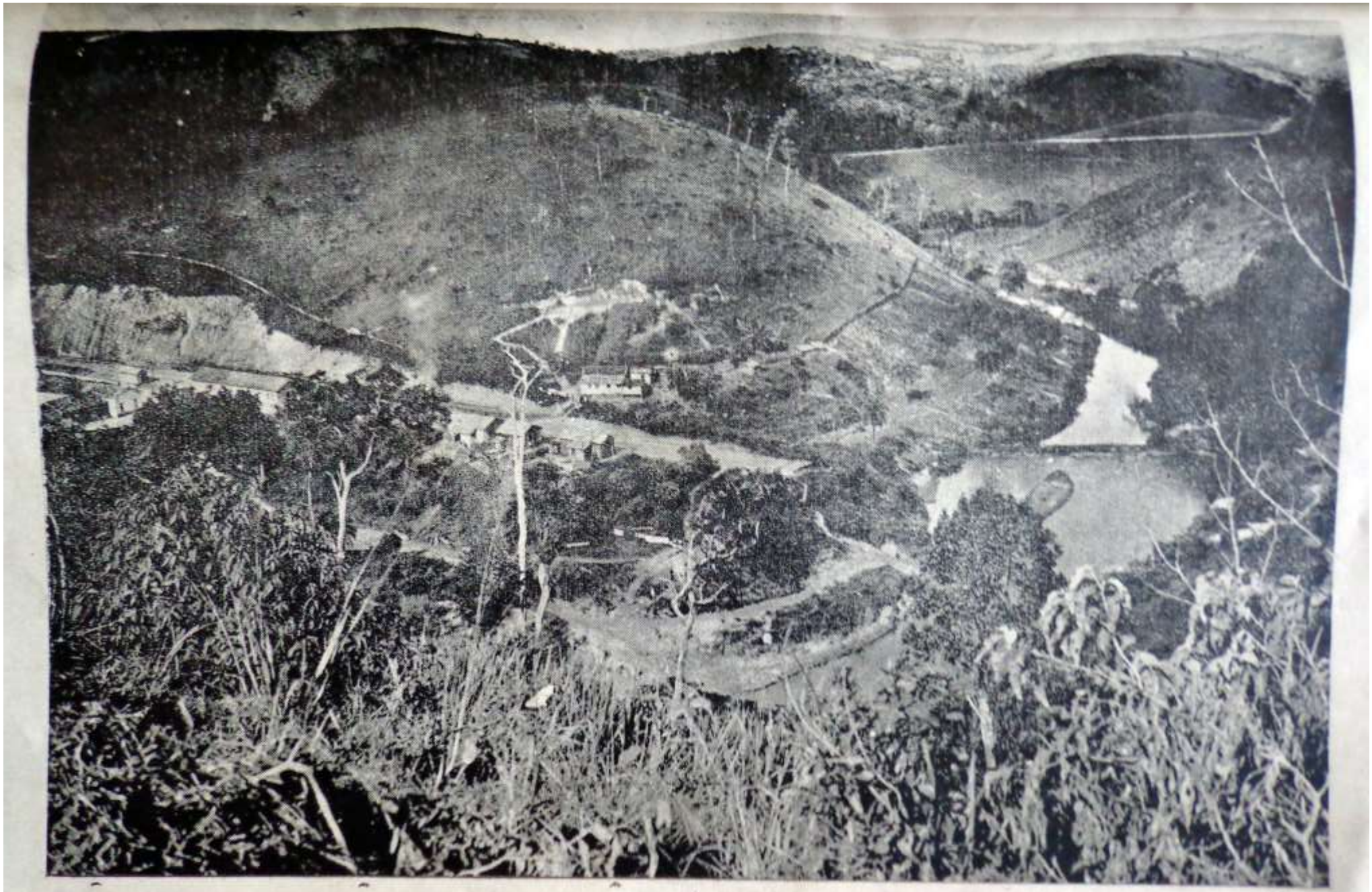
Pela estrada do Curvelo não era, porque aquela nunca foi Picada de Goiaz, nem teve linha de correio para Paracatu, como torna certo a correspondência do Barão d'Eschwege, em 1813, quando administrava a exploração do Chumbo, no lugar que tem êste nome. Queixava-se que só podia mandar sua correspondência quando algum soldado do destacamento dalí era chamado ou removido para Vila Rica. Seria por avião?!

Logo mais o Regente revelou sua segunda intenção no empenho dessa mudança para sua variante, como pleitear, além da mercês do Hábito de Cristo, o direito de cobrar *pedágio* (direito de receber o que se cobrava pela passagem em rios), nas travessias de rios sob sua jurisdição. Tendo-a sòmente na Comarca do Rio das Mortes, não podia pleitear êsse privilégio sôbre as passagens de rios de outra Comarca (Sabará ou Rio das Velhas). Daí seu empenho na mudança ou anexação do território de Dores à Bambuí, na Comarca de sua jurisdição (Rio das Mortes). (15).

O ribeirão do Jorge Grande, em que pesasse à demarcação do Desembargador Araújo Azevedo, continuaria sendo de fato a divisa entre as Comarcas do Rio das Mortes e do Rio das Velhas (Sabará), como também entre os Bispados de Pernambuco e Mariana, como melhor se pode ver no citado mapa anônimo existente na vitrina de entrada do Arq. Pub. Mineiro. A divisa seguida por êsse ribeirão atravessava a Serra da Saudade até à barra do Funchal, prosseguindo por êste acima

---

(15) — Por êsse tempo a Provincia se achava dividida em 4 grandes Comarcas: I) a do Rio das Mortes, abarcando todo o Sul de Minas até confins de Bambuí; II) a de Sabará ou do Rio das Velhas, desde êsse município até aos limites de Goiaz, inclusive Paracatu; III) a de Vila Rica; IV) a de Sêrro, desde Espírito Santo até divisas da Bahia.



Estação da R. M. V. na Barra do Funchal (Ramal da Paracatu)

até suas cabeceiras, consoante a demarcação do Ouvidor Morais Navarro, em 1800, quando instalou a Comarca de Paracatu. Como quer que seja, não obstante a demarcação do Desembargador Araújo Azevedo, todos os atos forenses relativos ao território à margem esquerda do ribeirão do Jorge Grande sempre se processaram no fôro de Pitanguí. Como isto foi, não consegui descobrir.

———— x ————

ANTES de aberto o grande caminho de Garcia Paes Leme e êste Picadão de Goiaz, as Províncias de Minas e Goiaz giravam na órbita de S. Paulo; a primeira pelo caminho *velho* dos paulistas, pelo Sul de Minas (Carrancas de Lavras, Sapucaí, etc.); e a segunda pelo famoso caminho do Anhangüera, que era, mais ou menos, pelo atual traçado das vias-férreas Mogiana e S. Paulo-Goiaz. Para ligar Goiaz e Minas diretamente ao Rio de Janeiro, proibindo o trânsito por S. Paulo e Bahia e facilitando a fiscalização dos quintos, foi que Gomes Freire mandou abrir a grande Picada de Goiaz. A imprevidência, entretanto, de passadas administrações mineiras deixou S. Paulo reviver e realizar sua antiga aspiração e atrair para sua órbita novamente, senão todo o E. de Minas, grande parte do Sul e todo o Triângulo Mineiro, bem como o E. de Goiaz, pelo mesmo caminho que fôra proibido na época colonial. A *Rêde Mineira de Viação* acordou tarde, ou melhor, ainda cochila para fazer concorrência às estradas paulistas, e se não forem melhoradas as condições da R.M.V., mormente atacando o ramal dito Paracatu, criminosamente paralisado no deserto da Barra do Funchal (veja-se fotografía anexa), perder-se-á também a influência mineira sôbre a vasta zona do Paracatu, tão logo Goiaz seja dotado de melhores vias de comunicação.

x

x x

— Ufa! soltará o leitor extenuado, que me tiver dado a honra de ler esta estafante estirada para a bagatela do traçado de simples Picada. Pois, se assim pensar, saiba que outras estiradas surgirão em revicada, porquanto a questão do traçado das estradas primitivas é matéria que tem dado tratos à bola de muitos historiadores de alto coturno. Estarei absolvido?

CAPÍTULO VII

A praga dos quartéis

O mal que ao alto S. Francisco fizeram os quartéis!

Nos derradeiros lampejos do século XVIII, esvaídas as esperanças na cornucópia das lavras auríferas, e com elas, os esbanjamentos da Côrte lusitana, despontando no horizonte europeu a estrêla de Napoleão I, que havia de dar novo rumo aos destinos do Brasil, as atenções do Moloc luso voltam-se, então, para o alto S. Francisco, na esperança de saciar sua voracidade em diamantes e prata. A só Exploração Régia do Tijuco (Diamantina), não chegava para alimentar o erário régio. E foi assim que lembrou à metrópole a amostra dos diamantes do Abaeté, encontrados em 1745 por um irmão do Cap. Mor José Rodrigues Frois, quando, vindo da Bahia, atravessou o Vão do Urucuia e chegou ao Paracatu. À Côrte chegou-lhe também aos ouvidos a notícia de garimpeiros contrabandistas e negros aquilombados que negociavam em pedras encontradas no Rio Indaiá. E manda que se façam pesquisas diamantinas no alto S. Francisco. Estas se fizeram oficialmente, cuido que pela primeira vez, em 1786, por peritos mandados do Tijuco. Inteirado o govêrno metropolitano do resultado dêsse trabalho, autoriza a Extração Régia de diamantes naquela zona, por ato de 12 de julho de 1790. Data daí o círculo de ferro que fechou a vasta área da margem esquerda do Rio S. Francisco, desde a barra do Rio Abaeté, passando por Paracatu, até ao Quartel Geral do Indaiá, no município de Dores do Indaiá. Nada menos de 17 quartéis ou registros circulavam a zona, vedando a entrada da população agrária.

De acôrdo com os documentos da época e a citada Carta Geog. de 1804, os 17 Registros e quartéis iam na seguinte seqüência: 1) Quartel Geral do Indaiá, criado em 1791; 2) Quartel de S. João (entre as cabeceiras dos ribeirões Veados e Marmelada); 3) Quartel de Santa Ana (à margem do ribeirão dêsse nome, nas vizinhanças da fazenda do Barão de Indaiá); 4) Quartel do Assunção (pouco abai-

xo da barra do ribeirão dos Tiros); 5) Um Quartel logo acima da barra do Rio Abaeté, rumo à fazenda das Três Barras); 6) Quartel da fazenda de Domingos André, onde a citada Carta Geog. põe os seguintes dizeres: "Novo Descoberto do tempo do Visconde"; 7) Um Quartel perto da Barra do Rio Sono (Destacamento Diamantino da Vargem Bonita); 8) Quartel de Olhos d'Água; 9) o de Nazaré 10) o de S. Luiz; 11) o de S. Isabel; 12) o de S. Antônio (êstes 5 nas cercanias de Paracatu); 13) o Destacamento do Rio da Prata Diamantino; 14) o da Guarda dos Ferreiros; 15) o Quartel da Cachoeirinha (entre o ribeirão dêste nome e o da Estalagem, no Rio Indaiá, logo transposta a Serra da Saudade); 16) Quartel de S. Ana do Bambuí; 17) Quartel de Santa Teresa.

Estes quartéis eram ininterruptamente guarnecidos de tropa, ainda durante o interregno em que não funcionasse a "Extração Régia", para vedar que particulares garimpassem e contrabandeassem. Se o govêrno metropolitano não tinha recursos para a extração, não a podiam praticar os particulares, pois que as possíveis pedras, ocultas, eram de Sua Majestade. Por isso tôda aquela zona era fechada a particulares, nela só poderiam estabelecer-se, com licença, fazendeiros de *calidade*, que não curassem de garimpo. A massa miúda, essa era dali enxotada, ou nem se atrevia a se aproximar, de mêdo dos policiais de S. Majestade.

Não é fantasia minha: leia-se a correspondência do Barão d'Eschwege, quando, em 1813, administrava a exploração de chumbo na fazenda dêste nome. E é notório que, tão logo retirados os destacamentos dêsses quartéis, a fazenda do Chumbo se encheu de grande população pobre, que a cultivou.

Ao govêrno metropolitano só interessavam, no caminho para os distritos fechados ou vedados e nas cercanias dêstes, os grandes fazendeiros que hospedassem os seus agentes fiscais e suprissem do necessário mantimento os policiais.

Mas o contrabando, tal como o seu parente próximo, câmbio nêgro moderno, quanto mais reprimido, mais prosperado. E os próprios componentes dos destacamentos se tornavam contrabandistas, como aconteceu ao célebre Capitão Isidóro Amorim Pereira, no Quartel Geral do Rio Indaiá. E queria Sua Majestade que seus soldados se contentassem com a paga de duzentos e vinte réis por dia, quando viam passar diante dos olhos o brilho do ouro e das pedras preciosas? Eis que é a mais falha possível a estatística da produção do ouro e pedras em Minas. Com isso, pondo vigias aos contrabandistas, fraudavam contrabandistas e vigias o erário.

CAPÍTULO VIII

Os quilombos

ABERTA a grande Picada de Goiaz, era de se esperar prosperasse a zona marginal com intenso povoamento das várias fazendas concedidas por sesmárias aos seus abridores e outras pessoas, desde a margem esquerda do S. Francisco até ao S. Marcos, nas divisas de Goiaz. Isto, entretanto, não aconteceu à conta dos muitos índios ARAXÁS, nação bem organizada, belicosa, que incursionavam até ao território da atual cidade Rio Paranaíba, e dos vários quilombos que pintalgavam aquêles sertões.

Dos índios, muitos foram aldeados e incorporados à civilização (16), outros se afastaram sertão a dentro. O maior tropêço eram os quilombos.

Submetidos vilipendiosamente a miserável tratamento nos estafantes labores dos engenhos litoráneos e nas lavras auríferas, mormente depois que o reinol, afastando o paulista, invadiu a mineração e dela se assenhoreou; alimentados a feijão, angu, mandioca e quiabo, quando o havia, os escravos, violentamente ablegados das selvas afri-

---

(16) — Houve na região diversos aldeamentos de índios semi-civilizados, pelo padre Palhano e outros, tendo SAINT-HILAIRE, em 1816, encontrado alguns dêsses aldeamentos. Lembro aqui a carta de 2 de outubro de 1827, escrita pelo padre Leandro Rabelo Peixoto e Castro ao Dr. José Teixeira de Vasconcelos, sôbre o sertão da Farinha Podre, de que merecem transcrição alguns trechos: — "Deitei os alicerces a uma nova fundação no dito Sertão, junto ao Paranaíba. Tive fala com os índios Caiapós, e apesar que só por intérprete lhes falava, achei nêles as melhores disposições. Batizei quatro meninos com consentimento de seus pais, aos quais não batizei, por não terem instruções; mas os convidei e consegui viessem morar junto da casa da nossa habitação; lhes fiz arranjamentos, os vesti e dei as providências para que com êles mesmos se fizesse a roça, e plantasse mandioca para o seu sustento. Eu os vi chorar quando dêles me apartei... O padre David é que ficou à testa dêste aldeamento, que dista trinta e duas de Santo Antônio de Uberaba, e três léguas do Rio Grande, quase junto ao Paranaíba. Trouxe daquele Sertão tôdas as qualidades de cócos e plantas, e muitas coisas raras que os índios me deram. Enfim, todos se admiravam de quanto me distinguiam os índios". Isto dito 327 anos depois de descoberto o Brasil, é prova de que os índios não foram destruídos a *ferro e fogo*, como se diz modernamente.

canas, evadiam-se constantemente para o âmago das desertas matarias brasileiras como se estivessem refluindo para as saudosas florestas pátrias. Nesse impulso muito humano e perdoável buscavam a liberdade e o alívio às canseiras de um viver penoso e insuportável, impôsto pelos reinóis, que vinham para as minas com torturante sêde e grossa ambição de fortuna rápida.

Não se fazia mister importar o negro, para aqui escravizá-lo e criar o problema da abolição, cujo desfecho, arruinando fortunas e a economia nacional, tão prejudicial foi à lavoura que até hoje sofre seus efeitos. Havia no Brasil população aborígene superior à de Portugal, calculado que foi o gentio em mais de dois milhões. Bastava que os colonizadores fôssem menos ambiciosos e tivessem mais compreensão diante do gentio, cuja maioria de nações era de gente dócil e perfeitamente assimilável. A escravidão africana foi o borrão que os colonizadores pingaram nas páginas da História pátria. Manda a verdade se recorde que nem todos os senhores de escravos procediam com desumanidade (17).

Levavam os africanos para os quilombos, no centro da mataria deserta, os usos e costumes próprios e os aprendidos com os civilizados: a necessidade do sal, da vestimenta ainda que traparia, do agasalho contra os rigores do frio, das munições, etc. Daí o organizarem seus quilombos não muito distante de povoados ou estradas, donde pudessem obter, de qualquer jeito, as mercadorias necessárias. Os que produziam algo na extração de pedras preciosas, ouro, peles de animais silvestres, poaia, etc. vinham às furtadelas aos povoados trocar êstes produtos com os especuladores, que os protegiam, não por humanidade, mas por ambição dos gordos lucros do comércio clandestino e fácil (já havia câmbio negro). Os que nada produziam, ou não conseguiam a permuta, assaltavam povoados, fazendas e viajantes nas estradas. Por isso, mais que as feras e os índios ainda não domesticados, os negros, já usando armas de fogo, eram o terror dos sertões. As selvas das margens do Rio Indaiá até além da Serra da Saudade e da Marcela, estavam infestadas de negros aquilombados.

---

(17) — A propósito, lembra-me um episódio familiar: a divergência levantada entre herdeiros de meu avô — João Joaquim da Cunha — sôbre a quem caberia a escrava Marcolina. Mais de um queriam-na em seu quinhão. Meu Pai intervém decisivo: ou a preta lhe é adjudicada ou êle lhe dá carta de alforria. Era que todos lhe chamavamos *Dinha*. Coube-lhe em partilha, e quando, em nossas travessuras, pairava sôbre um de nós a ameaça contundente do velho Corrêa, surdia a preta vibrante tal qual a galinha quando percebe o perigo abeirar-se de seus pintainhos. E Sió Lulu, dando de rosto, sorria-se de melhor sombra. Meiga e humilde Marcolina, com que saudades lembra-me tua alma pura e bondosa! Ainda te vejo, coxeando de velha ao lado de Mamãe, em decentes e limpinhas vestes domingueiras, caminho da missa no velho arraial de Tiros. Foste a nossa carinhosa mãe-preta a suavizar a energia educativa do velho Corrêa. Recebe, Dinha, lá em cima, esta singela homenagem pelo grande bem que nos fizeste.

No atual município de S. Gotardo, perto de Poções, à margem do córrego Quilombo, havia um dêstes, que deu origem ao povoado do mesmo nome. E o negro fugido era até o papão com que se metia mêdo às crianças, costume que, nascido em 1882, ainda alcancei na minha infância. Não se podia viajar escoteiro pela Picada de Goiaz, senão em caravanas bem apercebidas de armas. Esta situação entravava o trânsito tranqüilo por aquela Picada, impedia o povoamento da região e causava danos aos interêsses do fisco lusitano. Urgia por côbro ao mal; as Câmaras das Vilas reclamavam e o govêrno metropolitano tinha o máximo empenho na sua extirpação. Organizaram-se, para êsse fim, várias expedições. A que aqui mais interessa é a do Cap. Mor Bartolomeu Bueno do Prado, residente em Pitanguí, filho de Domingos Rodrigues do Prado e neto do Anhanguera. Esta se incumbiu dos quilombos das margens do Rio Indaiá e de Além Serra da Marcela.

Nomeado para organizar e comandar esta expedição por ofício de 1.º de março de 1757, Bartolomeu Bueno equipou em Pitangui 400 combatentes e de lá partiu levando como capelão o padre João Corrêa de Melo (Diogo Vasconcelos, obra citada, pág. 174, *in fine, e* 181).

Se a expedição de Bartolomeu não fêz seu Q. G. ou base de operações no RANCHO DA BOA VISTA, deve ter-lhe dado grande impulso e vida durante os seis meses de lutas naquele sertão. Com essas expedições sempre iam mascates ou comerciantes ambulantes para fornecimento de pequenas coisas à tropa. Bartolomeu extinguiu os quilombos, saneou dos elementos africanos o Rio Indaiá, a Serra da Marcela e outros pontos (18).

Com isso reanimou-se o trânsito pela Picada de Goiaz, intensificou-se o povoamento e o comércio. O rancho da Boa Vista era a passagem e o pouso forçados do correio-pedestre, de autoridades que iam para Paracatu e Goiaz, ou que de lá regressavam. Possìvelmente por ali passou e *arranchou,* em maio de 1773, o governador Antônio Carlos Furtado de Mendonça, removido da governança de Goiaz para

---

(18) — Documento precioso sôbre a expedição de Bartolomeu é a carta do governador interino José Antônio Freire de Andrade, dirigida aos *senadores* da Câmara de Sêrro, ali registrada em livro próprio: "O capitam Bartolomeu Bueno do Prado que vae em quatro mezes sahio desta villa com hum corpo de quatrocentos homens em direitura ao quilombo do campo grande me deo parte que avendo dado em hum quilombo em dezeseis de Septembro em hum citio chamado o Andaial (*deve ser êrro do governador ou do copista, porque é Andayá*) ahonde matou vinte e cinco negros e prendeu vinte e continuando a sua Jornada para a cêrca da Marcela atacou outro quilombo aonde os que se puderam contar foram quarenta e nove; o número dos presos athé agora me parece não passa de sessenta o que participo á Vossas Mercês para que fiquem a inteligência do que tem resultado desta diligência para que Vossas Mercês concorrerão com tanto zelo. Deus guarde a Vossas Merces. Sam João d'El-Rey desassete de Outubro de mil setecentos e cincoenta e nove. (o dito Bartolomeu Bueno continua na diligencia de dar em outros quilombos que tem noticia para as partes do Sapucahy)". Donde se conclui que muitos eram os quilombos da região.

a de Minas, em substituição ao Conde de Valadares: era, antes de Pamplona ampliar os trilhos de Tamanduá a Bambuí, o único caminho permitido, policiado e provido do necessário para trânsito e pouso de viajantes, de uma para outra das duas capitanias. Assim tornou-se possível a política do

RUMO AO OESTE, iniciada pelo General Luiz Diogo Leite da Silva. Já disse que o ouro do Brasil ensandecera a Côrte de Lisboa, querendo D. João V copiar Luiz XIV, ou até ofuscar o esplendor da Côrte francesa. E vai consumir em ostentações ineptas a renda astronômica de milhares de arrobas de ouro e de quilates de diamantes arrecadados na colônia, a partir de 1700. Isto não obstante, o Reino estava oberado com uma dívida de mais de três milhões de esterlinos, em 1777, precisamente quando as lavras superficiais começavam a se esgotar, escasseando o precioso metal. A desastrada política econômica do Reino, muito parecida com a atual política açucareira, era que os distritos do ouro só produzissem ouro: nada de agricultura ou industria, nem o fabrico de sabão, que havia de vir da metrópole (e dizem que o português só tomava dois banhos durante tôda a vida). As mercadorias de luxo, vindas da Inglaterra, não pagavam impôsto algum, ao passo que os produtos da colônia pagavam 90% de seu valor, até para entrarem da roça às vilas. Assim, todo o ouro brasileiro escoava, via Lisboa, para a Inglaterra.

Enquanto o ônus de pesada dívida angustiava a metrópole, exauria-se a capacidade produtiva das primeiras minerações de Mariana, Ouro Prêto, zonas do Rio das Velhas e das Mortes, Sêrro, etc., porque (ainda bem), sabendo trabalhar sòmente à superfície do solo, o reinol apenas ciscava o ouro de aluvião. Cada governador que vinha para Minas trazia a recomendação de manter e até aumentar o tributo anual de 100 arrobas de ouro, o que já se ia tornando inexeqüível. As Vilas e arraiais regorgitavam de gente ociosa, não encontrando mais trabalho nas minas esgotadas. Urgia descobrir veeiros novos e incentivar-lhes a exploração para aliviar as aperturas financeiras do voraz erário régio.

Com os descobertos auríferos de Goiaz e Paracatu, renascia a lenda das "Minas do Poente" ou "dos Martírios", que noveleiros continuavam a divulgar. E a pobreza, e a fome, e a miséria atuais contrastavam com a opulência passada: o povo preferia não trabalhar a trabalhar sòmente para o faminto erário régio, que cobrava o impôsto de 1$950 sôbre um boi, o qual não alcançava no mercado preço superior a 2$000.

Tôda a vasta zona do Oeste mineiro estava desolada: gente pouca e esparsa em grandes latifúndios de mais de 30 quilômetros de extensão. Eis porque os governadores Luiz Diogo Leite da Silva (1768) e seu sucessor Conde de Valadares (1769), limpa que foi a zona dos perigosos quilombos, volveram suas vistas para ela, planejando povoá-la no intuito de serem descobertos mais veeiros auríferos: seria a tábua de salvação do endividado erário régio. E assim pela primeira vez, a zona têve as honras de uma visita do 4.º Capitão General e Governador das Minas, fixada numa Carta Geográfica (existente no Estado M. do Exército), donde se vê que passou por Oliveira, Tamanduá, Capetinga, Pium-í, atravessou o Rio Grande abaixo da barra do Sapucaí, passou por S. João, S. Pedro, Zundu, Quilombo Dumbá, S. Bartolomeu, etc.

Desta excursão resultou que, informado das possibilidades auríferas da zona, mormente no Rio das Abelhas (atual Rio das Velhas) acertasse de incumbir ao Mestre de Campo Inácio Corrêa Pamplona a missão de povoar a zona com *pessoas idôneas, gente de valor*, dispostas a se estabelecerem no CAMPO GRANDE além da Serra da Marcela (19), às quais seriam concedidas as sesmarias que solicitassem. Logo depois Pamplona foi nomeado Regente dos distritos de Pium-í, Bambuí, Serra da Marcela, Campo Grande e Picada de Goiaz. Ampliou e melhorou os trilhos particulares para comunicação com essas localidades e deu comêço à construção da Matriz de Santana do Bambuí. Levou consigo grande cópia de povoadores, entre os quais muitos parentes, a quem foram concedidas grandes sesmarias Dessas cartas de sesmarias, como a de Antônio Afonso Lamounier, constam os seguintes dizeres: "... que êle por necessitar de terras de criar gado vacum e cavalar para seu estabelecimento entrara com grande risco em companhia de Inácio Corrêa Pamplona a povoar o sertão do segundo braço do Rio de S. Francisco para dentro e do mesmo Rio *Serra da Marcela* e Quilombo do Ambrósio..."

Com o Regente entraram também Manuel Medeiros e Jacinto Medeiros, que possìvelmente seriam os primeiros habitantes do povoado MEDEIROS, ao pé da serra do mesmo nome, no município de Bambuí, pois foram os companheiros de Pamplona os primeiros povoadores daquela região, que ainda era cheia dos índios Araxás, ocupantes

---

(19) — A *Serra da Marcela*, no distrito de Córrego d'Anta (que pertenceu a Dores do Indaiá até que se deu a instalação do município de Luz, em 1924), se prolonga até às cabeceiras do ribeirão Jorge Grande, no distrito de Estrêla, daí por diante tomando o nome de Serra da Saudade. Além da Serra da Marcela segue-se o município de Rio Paranaíba, que se chamou S. Francisco das Chagas do CAMPO GRANDE, depois de atravessar o córrego *Cachoeirinha*, na barra do córrego Estalagem, onde existiu o memorado QUARTEL DA CACHOEIRINHA (Vêja-se *Atlas Corográfico Municipal do E. de M. G.*, editado pelo Serviço de Estatística Geral, em 1927, na parte referente a Dores do Indaiá).

do território entre os rios das Velhas e o Quebra Anzol, até às nascentes dêste último.

Acontece, porém, que nessa mesma ocasião o Govêrno goiano invade o Triângulo de maneira que, segundo José Joaquim da Rocha, as divisas entre Minas e Goiaz ficaram sendo pelas "Serras da Parida, e Cristais, e Tabatinga, em Sertão bastamente despovoado, e vadeado do grande Gentio Caiapó, que em contínuo giro ANDA acometendo os viandantes, que por aquêle transitam, daquela para as mais capitanias".

E assim, com índios, negros, e usurpação do govêrno goiano, lá se foram as esperanças do govêrno das Minas para recuperar a abundância do ouro, de outrora. Ver-se-á, em breve, o último esfôrço do govêrno colonial com a tentativa da *Extração Régia de Diamantes* no Quartel Geral do Rio Indaiá (município de Dores do Indaiá), até que Napoleão I nos fêz a grande maldade de mandar a família real lusitana para a terra dos negros e dos macacos, como lamentava D. Carlota Joaquina. D João VI, com seu séquito de quinze mil comedores, veio aumentar a miséria reinante em Minas.

CAPITULO IX

Capelinha Colmada

As primeiras capelas erigidas no Brasil, sempre o foram em caráter provisório, cobertas que eram de sapé ou folhagem de palmeiras: os templos mais antigos, o palácio de Tomé de Sousa e os edifícios públicos na Bahia, até êstes assim o eram...

Cá ainda não havia oleiros, nem animais em número suficiente que rodassem as engenhocas de olaria. Desta feição construiram em São Paulo sua primeira Igreja e primitivo colégio, os primeiros jesuítas.

E' tradição corrente, guardada pelos maiores dorenses, e que me foi transmitida por meu pai (falecido em 1911 com 74 anos de idade), que no mesmo local da velha Matriz, hoje Praça de São Sebastião, existiu uma Capelinha, coberta de capim.

Quem-na construiu e quando? *Dificilem rem!* Mas vamos por hipóteses.

Estou que foi sob inspiração do Regente Inácio Corrêa Pamplona e direção de Vigário de Bambuí, cuja Matriz fôra a primeira a ser construída na zona de jurisdição do Regente. Antes da administração dêste, várias expedições houve, provàvelmente passando pelo *Rancho da Boa Vista*, umas levando capelães, chefiadas por padres, outras. A que ficou bem assinalada nas crônicas do sertão, foi a do padre Dr. Marcos Freire de Carvalho. Em 1752, antes, portanto, do aniquilamento dos quilombos por Bartolomeu Bueno, êste padre, que mais fôra um aventureiro ávido de ouro do que sacerdote zeloso, dando palha ao piedoso e crédulo D. Manuel, primeiro prelado marianense, obtém dêste a provisão de vigário geral das cabeceiras do Rio S. Francisco e do Rio das Abelhas (depois chamado Rio das Velhas,

do Oeste). O que visava, porém, sob a capa de autoridade eclesiástica, era premunir-se contra possíveis assaltos e mais perigos na sua busca de ouro numa região de onde vogava a fama das depredações pelos quilombos. Mas quando um homem nasce aventureiro, a aventura é o seu elemento.

Munido da provisão de vigário geral de uma zona quase deserta (pastor sem rebanho) e com o propósito disfarçado, prepara em Pitanguí, ponto *forçado* da Picada de Goiaz, aparatosa comitiva de duzentos homens bem armados, com uma grande bagagem de munições, víveres e ferramentas para mineração e carpintaria. Belíssima aparelhagem para conquista de almas ao redil da Igreja!

Corre pelo sertão a notícia de sua entrada e a negraria dos quilombos se põe de alcatéia para a investida. Parte de Pitangui pela Picada de Goiaz, passando pelo Rancho da Boa Vista. Nas alturas do Campo Grande (região onde mais tarde se fundou o arraial de *São Francisco das Chagas do Campo Grande*, hoje cidade Rio Paranaíba)' é inopinadamente atacado pelos quilombolas, que lhe matam 42 companheiros e tomam-lhe tôda a bagagem. Em disparada vai ter a Paracatu, onde seu digno émulo — o padre Antônio Mendes Santiago — não o deixa sequer respirar. Assim êste, nem ao menos para inculcar de evangélica a sua missão, cogitou sequer dos esteios da capelinha questionada. .

Outra memorável expedição, já referida, foi a de Bartolomeu Bueno, que levava por Capelão o padre João Corrêa de Melo. Era, entretanto, de cunho principalmente militar e, pôsto que provável tenha feito do Rancho da Boa Vista uma de suas bases, sua finalidade não era precipuamente construir capelas.

De modo e maneira que nos resta a missão de Pamplona, cujo objetivo precípuo era fazer construir e sagrar capelas em tôrno das quais brotassem povoados na vasta zona de sua jurisdição. Assumindo o compromisso de promover o rápido povoamento ao longo da Picada de Goiaz e suas adjacências. — Pium-í Bambuí, Serra da Canastra, Serra da Marcela (cuja denominação vinha até ao que depois se chamou Serra da Saudade, segundo Diogo Vasconcelos), Campo Grande e Rio Paranaíba — Pamplona faz todo o seu empenho na construção de capelas e matrizes, como o demonstrou com a de Bambuí e outras que fêz edificar.

Enquanto assim trabalhava o Regente, a Câmara de São José (Tiradentes), a cuja Comarca pertencia a região à conta da linha demarcatória de Tamanduá pelo Desembargador Araújo Azevedo, que a fêz chegar até à *Pedra Menina* (atualmente divisa de Dores com Abaeté), manda tomar posse dos povoados enumerados nos autos lavrados

pelos seus procuradores e oficiais a 5 de junho de 1769 e a 1.º de outubro de 1770, transcritos no Capítulo VII n.º IV.

Sem descansar, antes sempre de vistas volvidas para o Poente, na esperança de novos descobertos auríferos, manda o Conde à cata destes expedições organizadas em Paracatu e Pitangui, esta sob o comando de Inácio de Oliveira Campos (penso que marido de D. Joaquina do Pompéu) as quais trazem boas informações dos territorios do Rio Negro ou Dourados.

Ora, fazendo o Regente incluir na sua jurisdição o território da antiga e grande sesmaria de Domingos de Brito, até à Pedra Menina, e diante das insistentes reclamações do Senado da Câmara de Pitangui, contra aquela invasão, é de se crer tomasse êle providências para assinalar e firmar sua jurisdição no trecho invadido. E o meio então usado para assinalar a imissão de posse, era a construção de capelinhas, ainda que toscas. E o sítio preferido para isso havia de ser o Rancho da Boa Vista, já assaz conhecido e freqüentado em contínuo trânsito para Goiaz e Paracatu. Eis por que lanço a hipótese de haver sido a humilde e provisória capelinha colmada levantada sob inspiração de Pamplona e direção do Vigário de Bambuí. Mas para o exercício do Vigário de Bambuí havia de surgir logo um tropêço de outras bandas: o padre Antônio Mendes Santiago, governador eclesiástico e Vigário Geral de Paracatu, fiel cumpridor das ordens do Bispo de Pernambuco. E por artes dêsse padre ficou o Bispado de Mariana à direita, e o de Pernambuco à esquerda do ribeirão do Jorge Grande, bem como o Bispado de Goiaz à esquerda do ribeirão do Funchal. De modo e maneira que, do viso da Serra da Saudade, o observador podia contemplar três Bispados.

Mas veremos, em outro lugar, quanto à jurisdição civil, que Pitangui jamais desistiu de sua posse sôbre aquêle trecho, cujos atos judiciais todos corriam pelo fôro da *Velha Serrana*.

CAPÍTULO X

Fazendas e fazendeiros

AS ORIGENS das cidades brasileiras variam na razão das mutações geográficas das zonas em que se assentam, ou do determinismo do meio físico. Estudiosos do assunto já assinalaram a diversidade na formação dos núcleos humanos em centros de mineração em cotejo com os das regiões açucareiras nordestinas. Os primeiros brotam precipitadamente em tôrno das lavras, de um para outro dia, como nos contos de fadas.

Descoberto ouro ou depósito de pedras preciosas em sertão deserto, sem outros recursos alimentícios senão os produtos espontâneos da natureza dadivosa, erguiam-se atropeladamente os colmados, sem plano preestabelecido, para abrigo dos chefes bandeirantes e sua numerosa gente. Aventureiros afluiam, inopidanamente, de todos os rincões da colônia e de além-mar, e choupanas improvisadas multiplicavam-se atabalhoadas, apinhando-se ladeira abaixo. Daí, certamente, a razão de as ruas apelidadas *direitas* serem as mais tortas que já se viram. Cada chefe, ansiando recolher febrilmente o mais possível do precioso metal aluviano antes que se engrossasse a multidão caudalosa de forasteiros concorrentes, não curava dos meios de subsistência de sua gente: ninguém cogitava no amanho da terra, para mantença de milhares de trabalhadores no povoado nascente. Assim sucedeu em Mariana, Sabará, Vila Rica, Pitangui, etc. Não tardou a fome com seu macabro cortejo de doenças.

Os já brasileiros, índios mansuetos e seus descendentes mamelucos, afeiçoados ao meio, clima e modo de vida, resistiam ôtimamente, fartando-se mesmo com a caça, pescado, mel, frutos silvestres e raízes. Os reinóis recém-chegados, ainda inadaptados e sobrema-

neira mal vistos dos bandeirantes descobridores das minas, iam sendo ceifados de preferência. E' quando baianos e nordestinos sobem o São Francisco, tangendo suas boiadas curraleiras, que vendem a bom pêso de ouro. Só a fome consegue impelir alguns poucos mineradores para os campos afastados do túmulo das lavras, cujo solo não se presta para a agricultura.

Ao Norte do País as povoações surgem, muita vez, ao pé dos engenhos, cujos poderosos e ricos proprietários edificavam, anexa ao sobrado residencial, a sua capela e mantinham um capelão, que era mais um empregado do poderoso senhor do que um chefe espiritual. Em tôrno da casa grande, do engenho, ia surgindo o povoado.

Ao revés disto é a gênese de quase tôdas as cidades da margem esquerda do alto São Francisco, como Dores do Indaiá (exceto Paracatu), que nasceram quando se esvaía a concepção aventureira da vida, nos últimos lampejos do esplendor aurífero, e se entrava no predomínio da vida rural sôbre a urbana, o que se prolongou por todo o Império até que, abolida a escravidão, começou o êxodo dos campos para as cidades. Ao passo que os povoados da zona de mineração foram obra da ganância tumultuária, de que nasceram tortuosos, e os do Norte, produto da vaidade aristocrática dos ricos senhores dos grandes engenhos, os nossos nasceram da devoção de humildes fazendeiros e seus pobres agregados. Aqui não foi à secura do ouro, nem o prestígio do engenho: foi a necessidade de um centro onde fazendeiros e sua gente tivessem próximo o sacramento consolador, o confôrto da sua religião. Foram êstes os elaboradores da sociedade dorense a partir do fim do XVIII século: assim Dores nasceu quando o regime colonial começava a agonizar e a Independência ia despontando no horizonte brasileiro.

Nasceu quando

> "A Capitania de Minas Gerais, que fêz as grandes riquezas dos reinados do Sr. D. João V e do Sr. D. José I de feliz memória, se acha (*va*) em estado de pobreza e miséria... Tôda a Capitania (exceto poucas pessoas) é povoada de negociantes, mineiros e fazendeiros FALIDOS OU QUASE A FALIR" (Infor. da Capit. de M. G. dada em 1805 por Basílio T. de Sá Vedra).

Os primeiros povoadores de Dores do Indaiá não eram imigrantes estrangeiros, mas homens que já tinham sentimentos brasileiros: não eram ricos, como se deduz do trecho da informação acima transcrito, mas apenas remediados. E' o que nos ensina a tradi-

ção recolhida por João Sábino Ribeiro e Manuel José Ribeiro, contemporâneos de filhos dos primeiros habitantes do Município; é, também, o que se lê em testamentos e inventários assim do patriarca dorense — Manuel Corrêa de Sousa — como também de seus coevos Amaro da Costa Guimarães, Leandro Soares Cardoso e outros. Aqui, pois, se deve partir da periferia para o centro, a saber, das fazendas esparsas pela campina para a povoação em tôrno de uma ermida ereta pela devoção de fazendeiros e seus aditos. O arraial se fêz em função das fazendas e não estas em função daquele, como no caso das minas e dos engenhos. Seria, como alguém já lembrou, a *ditadura* das fazendas. Primeiro, conseqüentemente, os imóveis rurais organizados na região; depois a matriz ereta em sítio predeterminado, em tôrno da qual vai surgir, paulatina e calmamente, o povoado, com algum método e alinhamento. Aí é que se reuniam os fazendeiros para celebração das solenidades religiosas, para se divertirem, trocarem idéias, etc. Haviam de ser êles os fundadores dos arraiais; êstes haviam de ser dêles, porque se fizeram para êles. Suas eram, por isso, as melhores casas do povoado, que permaneciam fechadas mor parte do tempo, abrindo-se apenas pelos festejos religiosos e, ocasionalmente, de longe em longe, quando se fazia mister passar uma temporada no *comércio*.

Exceto o sal, que a princípio vinha pela via fluvial do São Francisco (20) e poucos artigos mais, na fazenda se produzia tudo o necessário à sua subsistência: com o algodão e lã, colhidos lá mesmo, filhas do fazendeiro e suas poucas escravas, em animado serão, cardavam e preparavam os fios que iam para o primitivo tear, almanjarra ocupando boa área da casa. Dêsse trabalho saíam os panos com que as mulheres confeccionavam a indumentária masculina e feminina. Trançavam artisticamente chapéus de *cambaúba*, que eu ainda alcancei e usei, e que eram tão elegantes como muitos que modernamente figuram em montras cariocas, granfinas. Os calçados usuais eram de couro de mateiro, curtido na casca de angico ou barbatimão e fabricados por algum mestre do Chico Telécio. Os urbanitas eram poucos: o vigário, (se já o havia lá no povoado), o boticário e o prático em medicina (assim como o José Lourenço e o Juca Tudo), o vendeiro, um letradozinho, que sempre os havia em tôdas as povoações, para redigir documentos particulares de compra e venda, empréstimos mutuários, etc. O prestígio era todo das fazendas, onde até pontificava a casta dos professôres da roça

(20) — Orestes Vaz da Costa informa que, ainda em 1885, conheceu uma barca trafegando até perto da cabeceira do São Francisco, conduzindo sal.

para ensino aos mancebos, que as meninas não precisavam ser letradas.

Assim que, bastando-se a si mesma cada fazenda, independendo quase do comércio com o povoado, é claro que a vida dêste havia de andar marasmando, entravado e quase nulo o seu progresso.

Dizendo, portanto de cada fazenda, como se organizou e prosperou, far-se-á especial menção, carinhosa referência aos abnegados ancestrais, já brasileiros, oriundos da raça destemida de bandeirantes, primeiros que desbravaram e povoaram o chão dorense. E ver-se-á que os primeiros brancos, cuja memória chegou até nós, que aqui se fixaram e enraizaram, fundando lares respeitáveis, austeros, não eram da massa miúda reinícola, gente mazorra e famélica que afluiu afoita às minas, no fim do século XVII e comêço do XVIII; eram já brasileiros, de famílias tradicionais, recruzados de índios com os primeiros portuguêses da época do descobrimento, de piratininganos, de flamengos e de espanhóis.

No último quartel do século XVIII Domingos de Brito ou era falecido sem herdeiros, ou deixara de cumprir a obrigação de fazer demarcar as terras de sua grande sesmaria concedida em 1738. O certo é que as terras ditas voltaram a ser devolutas e foram concedidas por novas cartas ao Cap. Amaro da Costa Guimarães, seus parentes, ao Alferes Manuel Gomes Batista e parentes, como se verá nos parágrafos que se seguem.

O povoamento do município pròpriamente se fêz intensivo quando já baixara a febre da mineração pelo esgotamento dos veios auríferos, mais ou menos a partir de 1770.

Foi quando se desenvolveu intensivamente no Sul de Minas, na bacia do Rio Grande, Comarca do Rio das Mortes, até quase suas nascentes, uma pecuária de proporção e nível melhorados, e mais adiantada do que a introduzida pelos baianos no norte da Província. Além de uma raça bovina mais selecionada (Caracu e China principalmente), as pastagens excelentes, o regime pluvial mais regular, a abundância de água e maior proximidade dos principais mercados consumidores (Rio e S. Paulo), dão grande impulso à pecuária sul-mineira e preeminência sôbre a do norte. Subindo o vale do Rio Grande, essa pecuária galga a Serra da Canastra e se derrama pelos nascentes do rio S. Francisco até Dores do Indaiá. Fato que merece relêvo é que Dores ficou sendo o marco divisório entre a pecuária do norte e a do Sul.

A do norte, que vinha até ao futuro distrito da Marmelada (Morada Nova e Canastrão principalmente), se caracterizava por uma raça

bovina degenerada, miúda, de pouco pêso. Era o gado de origem baiana, dos currais de Garcia de Avila, salitrado nos "lambedouros" do sertão, onde ingeria grande quantidade de barro, prejudicial à sua saúde e desenvolvimento: era o gado curraleiro, de que ainda há vestígios.

Os fazendeiros nortistas, em via de regra morando no litoral ou próximo, não assistiam nos seus vastíssimos retiros, que nem sequer eram providos de casas residenciais, e ficavam entregues a meros tomadores de conta, pagos pela quarta ou quinta parte da produção.

Em Dores, que era o ponto extremo da pecuária sulina, predominava um gado mais apurado, tanto quanto podia ser naquele tempo, mais pesado, manso pela ordenha diária, tratado com sal puro, que o fazia mais sadio e desenvolvido.

Outra circunstância favorável a esta melhoria era o fato de morarem os proprietários em suas próprias fazendas, onde se erguiam não choupanas de retireiros apenas, mas casas assobradadas, rodeadas de currais, dependências e *apartadouros* para o gado, cujo leite era aproveitado no fabrico dos afamados *queijos de Minas*: os fazendeiros traziam o gado sempre à vista, o que não acontecia com os ricos criadores nordestinos, deixando seu gado degenerar.

Além da criação bovina, os do Sul até Dores do Indaiá, se dedicavam à de suinos, sendo até hoje conhecida a afamada raça — *Serra da Canastra*.

x

x x

As patentes que ostentavam os grandes fazendeiros coloniais — Alferes, Tenentes, Capitães, etc. — não eram como agora, mera decoração, pois que lhes corria a obrigação de hospedarem e auxiliarem as autoridades régias. Daí o interêsse do govêrno colonial em que houvesse, ao longo dos caminhos, fazendeiros de bons cabedais.

Sei que muitos da atual geração dorense se orgulham, em silêncio, de seus antepassados, rústicos mas honrados obreiros do nosso município; importa, todavia, cultuar êstes plasmadores da nascente sociedade dorense e perpetuar-lhes a memória, dando-lhes ao menos os nomes a algumas praças e ruas da cidade que fundaram.

Dado o sumiço de livros antigos, eclesiásticos e da Prefeitura, para subsídio dêsse culto tento fazer, com os poucos dados que custosamente consegui recolher, a história das primeiras e principais fazendas e a genealogia de seus proprietários, seguindo, tanto quanto possível, a ordem geográfica — do Sul para Oeste e Norte. E' a matéria dos parágrafos seguintes.

§ I

Fazenda Santa Fé

Situada à margem esquerda do Rio S. Francisco, organizou-a, ali por volta de 1765, o Cap. Amaro da Costa Guimarães. Depois de 20 anos de posse e exploração do imóvel, tratou de legalizar seu domínio, requerendo em 1785 a expedição da carta de sesmaria, na qual o Governador Luiz da Cunha Menezes diz:

"... atendendo a me representar Amaro da Costa Guimarães, MORADOR da parte dalém do Rio S. Francisco, do Têrmo da Vila de Pitangui, que êle ESTÁ cultivando na dita paragem (H) APERTO DE VINTE ANOS e têm avultada criação de gado vacum e cavalar, SENDO O PRIMEIRO POVOADOR daquele sertão e para haver título legítimo das terras que cultiva..." pediu 3 léguas de terras em quadra "confrontando da parte do Nascente com o Rio S. Francisco e do Poente com terras de João da Costa Guimarães, e do Norte com o ribeirão das Antas e do Sul com o ribeirão do Jorge do Meio" (Carta datada de 7 de junho de 785, no Liv. de Sesms. do Arq. P. Min. n.º 234, pág. 134).

Deve notar-se que todo o território que vai do S. Francisco à Serra da Saudade, compreendido entre os ribeirões Jorge Grande e Antas e cabeceiras do ribeirão dos Porcos, foi ocupado pela família Costa Guimarães e a ela concedida por sesmaria.

Assim, no mesmo mês de junho de 785, foi exepedida a carta de sesmaria a favor de João da Costa Guimarães (provàvelmente irmão do Cap. Amaro), em terras que prosseguiam para o Poente, dizendo-se: ..." *morador* da parte dalém do Rio S. Francisco chamada do Bom Sucesso que êle está cultivando na dita paragem (h) aperto de vinte anos e tem avultada criação de gado vacum e cavalar, sendo DOS PRI-

MEIROS POVOADORES daquele continente..." etc. E foram-lhe concedidas três léguas em quadra", confrontando da parte do Nascente com Amaro da Costa Guimarães e do Poente com terras de Joaquim da Costa Guimarães, do Norte com o ribeirão das Antas e do Sul com o ribeirão denominado Jorge do Meio" (27 de junho de 785).

A de Joaquim da Costa Guimarães, também de 3 léguas em quadra, confrontava ao Nascente com João da Costa Guimarães, ao Poente com a Serra do Indaiá e suas vertentes, ao Norte com José da Costa Guimarães, e ao Sul procurando a ponta da Serra sertão devoluto.

A de José da Costa Guimarães (3 léguas em quadra) confrontava ao Nascente com os herdeiros do defunto Victorino, ao Poente com o sertão devoluto Serra do Indaiá, ao Norte com o ribeirão dos Porcos e Serra das Saudades, e ao Sul com Joaquim da Costa Guimarães (27 de junho de 785).

Era o Cap. Amaro, conforme declarara em seu testamento, natural da capela de S. Amaro, filial da Vila de Queluz, filho legítimo de Jerônimo da Costa Guimarães e de D. Domiana de S. José. Vindo solteiro tentar fortuna em sertão ainda quase deserto, logo se casou com a pitanguiense D. Joaquina Antunes de Faria, filha legítima de João Pinto Coelho, o velho, (20).

Fêz testamento a 24 de maio de 1816 e faleceu a 1.° de dezembro do mesmo ano, sendo sepultado na Matriz em construção. Deixou a viuva e os seguintes filhos: 1) Manuel; 2) Amaro da Costa Guimarães Júnior; 3) João; 4) Camilo Lelis Pinto; 5) Elias da Costa Guimarães; 6) Ana Joaquina de S. José, c.c. Manuel Antônio de Almeida; 7) Silvéria Balbina da Silveira, c.c. Antônio Marques da Costa, filho do proprietário da fazenda Antas; 8) Teodora Maria de S. José, c.c. Antônio Pereira Lima; 9) Maria dos Santos Guimarães, c.c. seu parente Manuel Lino Fiuza de Almeida. Além da fazenda Santa Fé, avaliada em seu inventário em 8.640$000 com tôdas as benfeitorias constantes de residência assobradada, senzala, dependências, currais, máquinas, etc. tinha ainda a fazenda do *Palhano*, cuja metade doara a seu filho Camilo. Tido e havido por um dos mais abastados do município, por êle se avalia como eram pobres os fazendeiros da região, pois os haveres deixados à família orçaram apenas em 16.744$695.

De sua filha Ana Joaquina, c.c. Manuel Antônio de Almeida, nasceu Carlota Maria de S. José, c.c. Militão José Ribeiro e Sousa,

(20) — Em depoimento prestado em 1830, Domingos Pinto Coelho, irmão de Joaquina se diz natural de Pitangui.

curador de órfãos em 1860 e nomeado Juiz municipal e de órfãos pelo Presidente da Província — José Bento da Cunha Figueiredo — por portaria de 22 de março de 1862.

De sua neta Carlota e de Militão nasceu Frederico Ribeiro de Sousa, c.c. D. Maria Cândida de Sousa, ainda viva, e de que descende numerosa prole.

De sua filha Maria dos Santos Guimarães, c.c. seu parente manuel Lino Fiúza de Almeida, nasceram: 1) José; 2) Luiza; 3) Lúcia; 4) Maria Lina Fiúza, c.c. Firmino Teodoro da Costa, pais de Bernardo Teodoro da Costa, Bertolino Teodoro da Costa e Clara Lina Fiuza, esta c.c. Augusto Alves França.

Do casal Clara Lina-Augusto França nasceu Juventina França Assunção, c.c. o Cel. Faustino Assunção, pais do Dr. Vicente Assunção. Êste, c.c. Adélia de Sousa Assunção, neta do Cel. José de Sousa Coelho, tem os seguintes filhos: 1) Fábio Assunção, universitário de engenharia; 2) Vera Assunção; 3) Lúcio Assunção; 4) Maria do Carmo; 5) Dora. Enviuvando-se, Manuel Lino Fiúza de Almeida convolou as segundas núpcias com D. Fabiana Cândida de Jesus, filha de Elias Pinto Coelho, o velho, e sobrinha do Cap. Amaro, e dêste 2.º matrimônio nasceram: 1) Ana; 2) Joaquina; 3) Praxedes; 4) Herculano; 5 e 6) Antônio e Pedro, gêmeos.

Faleceu Manuel Lino em 1835 e sua viuva Fabiana contraiu segundas núpcias com o viúvo Major Ricardo Pinto Fiúza, nascendo dêsse matrimônio Alda, c.c. Antônio Xavier Borges. Em seu testamento, feito em 2 de novembro de 1861, o Major Ricardo declara ser filho legítimo dos finados Domingos Pinto Coelho e D. Ana Angélica Fiúza, e que foi casado a primeira vez com D. Maria Delfina dos Santos, de cujo matrimônio houveram os filhos: 1) Ana, c.c. Francisco Fernandes de Sousa; 2) Cândida, c.c. Pacífico Pinto de Almeida; 3) Ricarda, c.c. Domingos Vieira Fiúza; 4) Herculana; 5) Felício; 6) Olímpio. Declara mais que se casara segunda vez com Fabiana Cândida de Jesus (que era filha do velho Elias Pinto Coelho) de quem teve a filha Alda, acima referida. Declara, finalmente, que, quando solteiro, teve com Gertrudes um filho de nome Dionísio, que reconheceu e instituiu seu herdeiro.

Eram irmãos do Major Ricardo, conforme sua própria declaração no inventário de sua mãe, falecida a 2 de junho de 1845, os seguintes: 1) Epifânia Angélica Fiúza, c.c. Antônio Vieira Rabelo;

2) Donância Pinto Fiúza, c.c. Fortunato Joaquim de Santa Ana; 3) Ana Angélica Fiuza (mesmo nome de sua mãe), solteira; 4) Isabel, c.c. Baltazar Pinto Fiúza. Documento importante: "CERTIFICO que aos 14 de outubro de 1862, na fazenda dos COCAIS, em casa de Francisco Fernandes de Sousa, nesta freguesia perante mim, receberam-se em matrimônio Elias Xavier Borges, filho legítimo do finado José Antônio Xavier Borges e D. Zeferina Maria de S. Joaquim, natural de Bom Despacho, *branco,* de idade de 22 anos, com Zeferina Angélica Fiúza, filha legítima do finado Antônio Vieira Rabelo e D. Epifânia Angélica Fiúza, natural desta freguesia, *branca,* de idade de TREZE ANOS. Foram canônicamente dispensados de parentesco que os ligava e lhes dei as bênçãos nupciais na forma do Ritual Romano. Foram testemunhas além do mais Francisco de Sousa Fernandes e Francisco de Assis Cordeiro. E para constar faço êste têrmo que assino. O Vigário João Batista de Aguiar".

Idêntica certidão do casamento, realizado no mesmo lugar e data, de Jerônimo Cota Valadão, filho do finado Antônio de Sousa Fernandes e de D. Francisca Floriana de Assis, com Joana Vieira Fiúza, filha do mesmo Antônio Vieira Rabelo. (21) E' de se notar a freqüência de matrimônios entre parentes, a tenra idade das nubentes e a preocupação do celebrante em declarar a côr dos contraentes.

Posteriormente o imóvel Santa Fé passou a pertencer a Firmino Teodoro da Costa (já vimos que era c.c. Maria Lima Fiúza, neta do Cap. Amaro), o qual fêz demolir o antigo sobrado e construiu o prédio que lá existe. Este Firmino Teodoro da Costa, bem como seus irmãos Jerônimo Teodoro da Costa (c.c. D. Bárbara Maria de Sousa), Domingos Teodoro da Costa e Elias Teodoro da Costa, eram filhos de Domingos da Costa Vale, morador na fazenda do Engenho do Ribeiro, município de Bom Despacho. Domingos Vale era filho de um português, cujo nome baldei esforços para identificar. Seu filho Domingos Teodoro da Costa, c.c. Emerenciana Vaz, irmã de Francisco Vaz (o velho), de José Vaz e de Antônio Vaz, deixou os seguintes filhos: 1) Francisco Vaz da Costa, c. c. Amélia Alves de Sousa e Silva, pais de Orestes Vaz, Afonso Vaz, D. Antônia Vaz e Francisco Teodoro da Costa; 2) Carlos Teodoro da Costa; 3) D. Luíza Maria do Rosário, c.c. Antônio Quirino de Assunção.

---

(21) — O casal J. Cota Valadão — Joana V. Fiúza deixou a filha Garibalda Angélica Fiúza, c.c. Ricardo Vieira Fiúza, falecida em 1947, deixando um filho que é Servulo Vieira Fiúza.

Passou, depois, a fazenda *Santa Fé* para o domínio de Bernardo Teodoro da Costa, c.c. com D. Galdina Cândida da Silveira, filha de Cândido da Silveira Machado e de D. Maria Cândida Ribeiro. Êste Cândido faleceu em 1861, e aos 4 de fevereiro de 1864 o tutor de seus filhos — Francisco Fernandes de Sousa — declarou que êle deixara os seguintes filhos: 1) Pedro, de 13 anos: 2) Silvestre, de 11 anos; 3) Sutério, de 9 anos; 4) Galdina, de 7 anos. Donde se conclui que D. Galdina, c.c. Bernardo T. Costa, e tronco de numerosa descendência, deve ter nascido em 1857.

§ II

Fazenda das Antas

Sôbre êste imóvel são escassos os dados que consegui apenas no livro paroquial n.º 89, do *Arq. Pub. Min.*

Limítrofe da fazenda Santa Fé e sua coirmã, confinava, ao Nascente, com terras dos herdeiros de Manuel José de Lima, subindo o rio S. Francisco até onde principia S. Fé; pelo Poente com terras de José Bento Ferreira e herdeiros de Gonçalo Alves da Silva; pelo Norte, com Antônio Pereira de Castro e mais sócios.

Formou-a, ao que parece, o velho Marques da Costa (cujo prenome não me foi dado descobrir) que a deixou a herdeiros, entre os quais: 1) Antônio Marques da Costa, c.c. Silvéria Balbina da Silveira, filha do Cap. Amaro; 2) José Cesarino da Costa, c.c. Teresa Lucas de Sousa; 3) Antônio Francisco de Araújo, provàvelmente genro. Teve, também, parte nessa fazenda, não se sabe se por herança ou compra, Antônio José de Lima, que deixou para sua viuva Maria Angélica e seus filhos José de Lima e Joaquim José de Lima. Estas referências foram feitas em 1856, em obediência ao disposto no art. 100 do Reg. n.º 1.318 de 30 de janeiro de 1854.

Posteriormente êste imóvel passou ao domínio de Bertolino Teodoro da Costa, c.c. D. Jenuína Cândida de S. José, pais de: 1) José Teodoro da Costa; 2) Pedro Teodoro da Costa; 3) Firmino T. da Costa; 4) D. Maria Lina da Costa; 5) D. Galdina Costa Pinheiro; 6) Sigefredo T. Costa; 7) D. Rosina Costa Rezende; 8) D. Aurora Costa Argolo; 9) Vicente T. Costa; 10) José de Alcântara Costa; 11) José Teodoro da Costa; 12) D. Maria Costa.

§ III

Fazenda do Ribeirão dos PATOS

Formada mais ou menos em 1790 por Manuel Corrêa de Sousa, que veiu casado de Lavras, confinava, ao Norte, com a fazenda *Santarem* a partir do espigão divisório onde é hoje a *Cruz do Monte*, no caminho da chácara que foi de João Joaquim de Faria e é atualmente de Aprígio Pôrto; seguindo êsse espigão e passando pelo *Roncha do Alto*, perto onde morou Capim Sêco, ia até frontear com um cemitério velho, divisa de *Engenho de Serra* e seguia abrangendo o que são hoje *Condutas*, Barra, Pindaíbas; voltava pelo ribeirão dos Porcos e, deixando êste ribeirão, tomava o rumo do Norte, atravessava o dos *Patos* e prosseguia pelo *platô* que divide nascentes dos Condutas e Pacheco, passando pelo *Rancho da Bôa Vista*, até fechar no ponto inicial, na Cruz do Monte.

Manuel Corrêa de Sousa faleceu aos 20 de Março de 1834, em idade assaz avançada, deixando o seguinte testamento:

Em nome de Deus, Amém. Digo eu Manuel Corrêa de Sousa, morador na minha fazenda do Ribeirão dos Patos, freguesia de Nossa Senhora das Dôres, Têrmo da Vila de Pitangui, que estando são e no meu perfeito juízo e entendimento, determino êste meu testamento para disposição de minha fazenda e última vontade. Declaro que sou natural de Freguesia de Santana das Lavras do Funil, Bispado de Mariana, filho legítimo de *José Corrêa de Arzam*, já falecido, e de Francisca de Sousa. Declaro que sou casado com Maria Andrêza de Jesus, de cujo matrimônio tenho seis filhos, a saber: João, Antônio, Luiz, Manuel, Teresa e Ana. Todos êstes meus legítimos herdeiros igualmente a parte de bens que por meu falecimento tocam à minha meação e assim mais uma neta de nome Rosa, filha legítima de minha filha Ma-

riana, cuja foi casada com Tomaz de Aquino Rodrigues, declaro que disponho da minha têrça pela forma seguinte: Ordeno que meu côrpo seja envolto em um hábito prêto conforme a religião de São Francisco e sepultado dentro da Matriz acompanhado pelo párocho ou outro qualquer sacerdote, o qual me dirá uma missa de Corpo presente e lhe dará de esmola um mil e duzentos réis. Ordeno ao meu testamenteiro que dê de esmola para as obras desta Matriz das Dôres quarenta mil réis. Declaro que nasceram três filhos da minha escrava Vicência, cujos pardos, por nomes Inocêncio, Antônia e Joaquim, os quais libertei na ação dos batismos e no mesmo assento me assinei e portanto ratificando os hei por libertos do cativeiro. Declaro que deixo fôrras as minhas escravas a saber Isabel, prêta, Benguela e Madalena, parda, e também deixo fôrra Inácia, parda, cuja filha da dita Madalena e assim mais liberto o meu escravo Miguel Benguela, tôdas estas minhas disposições cabendo nas fôrças da minha têrça. Declaro que meu testamenteiro dará vinte e dous mil réis que devo à minha filha Teresa, mulher de João Pinto e assim mais dará o meu testamenteiro de esmola a Inocêncio pardo, cem mil réis, à Antônia cem mil réis, a Joaquim cem mil réis, cujos pardos; e assim mais dará duzentos mil réis à Inácia, filha da dita Madalena. No caso de não chegar a minha têrça para cumprimento de minhas disposições, entrarão em rateio em igual parte a fim de gozarem suas liberdades e caso falte correndo três anos para satisfazerem o que não couber nas fôrças da minha têrça. Institúo por meus testamenteiros em primeiro lugar a meu filho João Corrêa de Sousa, em segundo lugar a meu genro João Pinto de Andrade e em terceiro lugar a meu genro Antônio Corrêa de Sousa, àquele que aceitar esta minha testamentaria deixo o prêmio de 100$00 e lhe ordeno o têrmo de dois anos para dar uma só conta. Êste é o meu testamento e disposição de minha última vontade e quero que se cumpra como nêle ordeno e vai escrito a meu rôgo por Antônio Martins de Sousa e por mim sòmente assinado aos vinte e dois do mês de outubro de mil oitocentos e trinta e dous. *Manuel Corrêa de Sousa.* Como testemunha que êste fiz e vi assinar Antônio Martins de Sousa."

Conforme seu desejo, foi inumado na Matriz que estava terminando, segundo se lê na seguinte certidão: "CERTIFICO que o falecido Manuel Corrêa de Sousa foi envolto em hábito prêto, e sepultado dentro desta Matriz, acompanhado por mim, e disse Missa de Corpo presente, e recebi do seu testamenteiro o Tenente João Corrêa de Sousa a esmola de mil e duzentos réis. Sendo certo que o funeral do dito finado importou em vinte e oito mil e duzentos réis pagos pelo dito testamenteiro conforme os documentos que me apresentou. O referido é

verdade, que afirmo *in fide parochi*. Dores, 6 de fevereiro de 1838. *João Batista de Aguiar*, Vig.° Encomendado". Reconhecimento: "Reconheço a firma e letra supra ser da própria mão e punho do Vigário João Batista de Aguiar, por pleno conhecimento que da mesma tenho em fé do que me assino. Vila de Pitanguí, 14 de fevereiro de 1838. Em testemunho (*estava o sinal público*) de verdade Manuel Bahia da Rocha Junior".

Figura marcante na história de Dores do Indaiá, na sua formação material, econômica e social, Manuel Corrêa de Sousa era engarfado na família do flamengo CORNELIO DE ARZAN e do castelhano Cap. Mór MARTIM FERNANDEZ TENORIO DE AQUILAR, sertanista arrojado, donde saiu o outro sertanista do Casca — Antônio Rodrigues de Arzam, tio de Manuel Corrêa de Arzam e Antônio Corrêa de Arzam, e do célebre Bartolomeu Bueno de Siqueira, como se dirá em outro capítulo. (Veja-se, também, *Hist. Ant. de M. G.* de Diogo Vasc. pag. 126).

Numa época em que o alqueire de terreno de mato virgem pouco mais podia valer de quatro cruzeiros; em que os grandes imóveis *Santa Fé e Palhano*, valendo atualmente mais de oito milhões de cruzeiros, foram avaliados em menos de 9:000$000 com tôdas as benfeitorias, no inventário do Cap. Amaro; num tempo em que um boi não alcançava prêço superior a dois cruzeiros, bem podemos avaliar os apuros do testamenteiro João Corrêa de Sousa para apurar a então vultosa quantia de 662$000, a fim de cumprir as verbas testamentárias de seu pai. Houve, para isso, de solicitar ao Juiz várias prorrogações de prazo, procurando evitar o praceamento de trechos da fazenda dos *Patos*. Mas acabou vendendo diversas glebas do imóvel a pessoas estranhas à família, estabelecendo condomínio no mesmo. Dessa comunhão, entretanto, o maior sócio era o mesmo João Corrêa, cuja viuva — Rita de Macedo — em cumprimento do disposto no citado Reg. 1.318, de 30 de janeiro de 1854, declarara que ela e seus filhos possuiam, *pro indiviso*, uma parte de 3:115$000 na fazenda Patos (*Dos citados Livs. paroquiais*).

O certo é que os legados do testador Manuel Corrêa, naquela hoje insignificante quantia, acarretaram a quase ruina econômica da sua numerosa descendência.

§ IV

Fazenda *Cocais*

Não consegui tirar ao claro qual o primitivo proprietário dêste imóvel, depois do desmembramento da sesmaria de Domingos de Brito.

Ao que parece, na primeira década de 1800, já se achava em comum com Albino José Pinto Coelho, Antônio de Sousa Fernandes e outros, tudo fazendo supor que a herdaram ou compraram do primitivo possuidor.

Aos 31 de julho de 1805, Albino José Pinto Coelho já era morador nesse imóvel, pois ali datou um documento como procurador da finada D. Maria de Oliveira, três de cujos filhos moravam em companhia dêle, provàvelmente seus tutelados. E' para se notar que essa falecida Maria de Oliveira (1805), de que Albino fôra procurador, não era a D. Maria Rodrigues de Oliveira, viúva de José de Sousa Fernandes, pois esta, ainda viva em em 1856, declarava perante o padre João Batista de Aguiar que possuia na fazenda COCAIS uma parte de 831$000, da meação de seu finado marido. Na mesma ocasião (1856) e pelo mesmo motivo, declararam também possuir partes nesse imóvel: Manuel de Sousa Fernandes, filho da mesma D. Maria Rodrigues, c.c., Rosa Lina de Sousa; Manuel Tibúrcio da Fonseca, por herança paterna e materna; Joaquim Silvério da Silva, idem; José de Freitas Silveira, por compra a Manuel de Sousa Fernandes; Baltazar Fernandes Sarzedas, por herança paterna e materna; Germano Joaquim de Sousa, por compra a Caetano Alves Ruas; Clemente Pinto Coelho, José Cândido de Oliveira, Felipe Neri de Freitas, Antônio de Freitas Silveira, Militão José Ribeiro e Souse e finalmente Antônio Teodoro da Silva Tonaco, êste por herança de sua sogra D. Eufrásia (citads. Livrs., paroquiais).

Foi possivelmente dêstes e de outros sócios que o ajudante Francisco de Sousa Fernandes adquiriu as partes, consolidando o imóvel em seu domínio. Na denominação desta fazenda — COCAIS — e nos cognomes desta família — *Pinto Coelho* — há uma curiosa coincidência que merece investigada e posta a limpo. E' que existiu desde os primórdios de Minas a ilustre família *Pinto Coelho*, da qual, entre outros representantes destacados, está José Feliciano *Pinto Coelho*, barão de COCAIS, falecido em 1869. Com vistas à família dorense dêsse apelido.

§ V

Fazenda do *Sobrado*

Formada por Elias Pinto Coelho, o velho, cunhado do Cap. Amaro, estendia-se esta fazenda desde as cabeceiras do *Córrego de N. Senhora* até fraldas da *Serra da Saudade*, abrangendo o que é atualmente *Jaboticabas*.

Dos descendentes de Elias se mencionam os seguintes: 1) Clemente Pinto Coelho; 2) Emiliana; 3) Pulquéria; 4) Ana; 5) João Pinto Coelho, c.c. Ana dos Anjos, deixando os filhos Antônio, Jesuína, Francisco, Carlos Pinto Coelho e Maria; 6) Maria, c.c. Zeferino; 7) Elias Pinto Coelho (o moço), c.c. Maria Cândida Guimarães (velha da Onça), de cujo enlace não houve filhos; 8) Fabiana Cândida de Jesus, casada em primeiras núpcias com o viúvo Manuel Lino Fiúza de Almeida (êste falecido em 1853, deixando os filhos Ana, Joaquina, Praxedes, Herculana, Antônio e Pedro, já relacionados no § I dêste Capítulo).

Fabiana convolou a segundas núpcias com o viúvo Major Ricardo, deixando dêste só uma filha de nome Alda. Elias, o moço, fêz testamento aos 14 de junho de 1853, filho legítimo de Elias Pinto Coelho e de D. Maria de S. José. Houve a fazenda da ONÇA por permuta com Domingos Coelho, conforme declarou em 1856, perante o Vigário João Batista de Aguiar.

§ VI

Fazenda *Serra das Saudades*

SITUADA, ao que parece, fora da sesmaria de Domingos de Brito, foi seu fundador Leandro Soares Cardoso, casado em primeiras núpcias com Juliana Soares Teixeira. Falecendo esta aos 26 de junho de 1786, deu-se início ao inventário em Pitangui, a 1.º de dezembro de 1789, sendo avaliadores juramentados o Cap. Amaro da Costa Guimarães e Antônio Pereira de Castro, êste dono da fazenda *Japão*.

Do têrmo de descrição e avaliação dos bens consta:

> "Huma fazenda na SERRA DAS SAUDADES da outra parte do Rio Sam Francisco que consta de mattos virgens, capoeiras e campos com suas casas de vivendas cubertas de telha, cuja fazenda parte pelo Nascente com terras que forão do Defunto Romam Antonio de Aguiar, he hoje de seus herdeiros, pelo Poente com terras do Alferes Amaro da Costa he pelo Sul com o mesmo Alferes (*deve ser a fazenda do Palhano,* nota do A.) he pelo Norte com terras do Capitam Antonio Mendes da Silva, cuja fazenda vista he avaliada pelos dictos avaliadores em a quantia de cento he cincoenta mil reis .... (150$000)." (22)

No mesmo auto cada vaca com cria foi avaliada a 3$000 e cada novilho a 1$000.

---

(22) — Veja-se por aqui em que apuros andou João Corrêa para conseguir 662$000 e cumprir as verbas testamentárias de seu pai, Manuel Corrêa de Sousa.

Em 1804, ao mandado do Juiz Cap. João de Morais Navarro Leme para dar a inventário a fazenda do FUNXAL, revida o inventariante que esta fazenda não pertencia a êste inventário por ter sido *apossiada por elle inventariante muito depois da morte de sua mulher* e logo vendida ao tenente Antônio Teodoro de Mendonça. Leandro Soares casou logo, em segundas núpcias, com Maria Cordeiro de Barros, e faleceu a 9 de setembro de 1806. Do primeiro matrimônio ficaram-lhe os seguintes filhos: 1) Francisco Soares Cardoso. 2) José Francisco do Amaral. 3) Ana Soares, c.c. Antônio Marques. 4) Antônia Soares, c.c. Tomaz Ferreira da Fonseca. 5) Manuel Soares Cardoso. Do segundo matrimônio deixou os seguintes: 1) Serafim. 2) João. 3) Joaquim. 4) Clara. 5) Jenovena . 6) Rufina. (7) Valentina. 8) Maria.

Nêsse inventário fez-se relação dos credores de Leandro, entre os quais o VIGÁRIO Francisco de Assis e o Cap. Manuel da Costa Gontijo.

Tal declaração, feita em 1806, serve de provar: 1.º) que nêsse ano Dores do Indaiá já era freguesia e que seu primeiro *Vigário* foi o padre Francisco de Assis, que legou seu nome a um sítio que até hoje o conserva "CAPÃO DO PADRE ASSIS"; 2.º) que nessa época já havia representante da família castelhana — MONTIJO — em Dores do Indaiá.

Do 2.º matrimônio a 7.ª filha, Valentina, casou com Manuel José Moreira; a de nome Rufina, com Luiz Gonçalves de Paiva, e a de nome Maria, com Manuel José Pereira. Êste Luiz Gonçalves de Paiva, filho legítimo de José Francisco de Paiva e Luiza Marques de Araújo, nasceu em Dores e foi batizado na ERMIDA DA SENHORA DAS DORES ANTES DE SER ESTA CAPELA FREGUESIA COLADA, *aos* 15 *de agôsto de* 1799, pelo padre Francisco Luiz de Sousa, como consta de seu próprio requerimento para emancipação e a certidão firmada pelo Vigário Belchior Pinheiro de Oliveira, de Pitangui (vide inv. de Leandro Soares). Manuel José Moreira, também nascido em Dores, filho de Joaquim José Moreira, foi batizado pelo padre Teodósio Luiz Ribeiro de Almeida, com licença, na dita Ermida, quando ainda não colada a capela, consoante certidão do mesmo Vigário Belchior, passada em 1804.

§ VII

Fazenda *Cachoeira*

Foi seu organizador Manuel Alves Cirino, c.c. Custódia Jacinta de S. José, esta natural de Queluz, filha legítima de Domingos Gonçalves Machado e Custódia Luiza de Santana, e só tiveram uma filha de nome Ana Jacinta de S. José, conforme declaração no testamento de mesma Custódia.

Ana Jacinta casou-se com Manuel Carvalho de Campos e deixou os seguintes filhos: 1) Maria Jacinta, c.c. José Ferreira Palhares; 2) Francisca, c.c. Manuel Ferreira Palhares; 3) MARIA DO CARMO, c.c. CUSTÓDIO DA COSTA GONTIJO; 4) Joaquim Teles de Carvalho, c.c. Carlota Delfina dos Santos.

Custódio da Costa Gontijo era o undécimo filho de João Evangelista da Costa Gontijo e sua mulher Maria Silvéria do Sacramento, moradores no DOCE (atualmente Moema), Município de Bom Despacho. Falecendo João Evangelista aos 28 de março de 1847, sua viúva se transferiu com os filhos para a fazenda da *Cachoeira*, tendo passado no arraial de Dores do Indaiá procuração para o inventário de seu marido, o qual se processou na fazenda do Doce, têrmo de Pitangui. Casou-se na fazenda da Cachoeira, conforme a seguinte certidão: "Certifico que aos 7 de junho de 1858, na fazenda da Cachoeira, solenemente receberam-se em Matrimônio perante mim que lhes dei as bênçãos nupciais os contraentes Custodio da Costa Gontijo, filho legitimo do finado João Evangelista da Costa Gontijo e D. Maria Silvéria do Sacramento, natural de Bom Despacho, com D. Maria do Carmo Carvalho, filha legítima de Manuel Carvalho de Campos e D. Ana Jacinta de S. José, natural desta frequesia de Dores do Indaiá, *branca*. Foram pa-

drinhos José Jacinto Rodrigues Zica e Elias Pinto Coelho. Cachoeira, 7 de junho de 1858. O Vig.º João Batista de Aguiar.

Do casal Custódio Gontijo - Maria do Carmo nasceram, entre outros, Manuel Alves Gontijo (de apelido Tenente), que se casou com Maria, filha de Pedro de Alcântara Machado e neta de Cândido da Silveira Machado e D. Maria Cândida Ribeiro. De Manuel Alves Gontijo e sua espôsa vêm José Alves Machado, c.c. Jovem Clara de Oliveira Machado, filha de Francisco Pinto de Oliveira (italiano nascido em San Giovani) e de Aurora Teodora de Mendonça, neta de holandês.

Do casal Joaquim Teles-Carlota nasceu, entre outros, Belmiro Teles de Carvalho, c.c. Clarinda Teles Oliveira, também filha de Francisco Pinto de Oliveira e Aurora, esta filha de Modesto Joaquim da Cunha e Clara Luíza de Jesus (irmã de Augusto Alves França) e neta, pelo lado materno, de holandês, e pelo paterno, de João Joaquim da Cunha e de sua espôsa Maria José Carolina de Moura.

Francisco Pinto de Oliveira faleceu aos 19 de junho de 1946, na avançada idade de 81 anos, deixando os seguintes filhos: 1) Joviano de Oliveira, c.c. Francisca Angélica Oliveira (com 11 filhos e 15 netos); 2) José Pinto de Oliveira, c.c. Rosa Quirino Costa; 3) Clarinda Teles de Oliveira, c.c. Belmiro Teles de Carvalho (com 11 filhos e 31 netos); 4) Clarimundo Pinto de Oliveira, c.c. Maria Sousa Oliveira (com 11 filhos e 3 netos); 5) João Evangelista de Oliveira, c.c. Maria Salgado Oliveira (com 7 filhos e 5 netos); 6) Jovem Clara de Oliveira, c.c. José Alves Machado (com 10 filhos e 8 netos); 7) Maria José de Oliveira Brito, c.c. Evaristo de Brito (com 15 filhos); 8) Irineu Pinto de Oliveira, c.c. Maria Gripina Sousa (com 5 filhos); 9) Saul Pinto de Oliveira; 10) Cristóvão Pinto de Oliveira. Até junho de 1946, são, ao todo, 170 descendentes de Francisco Pinto de Oliveira e sua espôsa Aurora Teodora de Mendonça.

§ VIII

Fazenda *Gerais*

ALGO obscura é a crônica dêste imóvel, talvez porque o Alferes Gomes Batista, o principal de seus possuidores depois do sesmeiro Brito, não limitou suas atividades à exploração dêle, mas, sôbre ser Tesoureiro da Intendência de Sabará, era pertinaz garimpeiro por índole e forte inclinação.

Manuel Gomes Batista deve ter entrado para êsse imóvel, dêle tomando posse mais ou menos em 1790, como logo se verá. Depois, seguindo o costume de então (que era primeiro tomar posse do terreno, explorá-lo, principalmente com criação de gado e depois legalizar a posse com a carta de sesmaria), em 1798 Gomes Batista requereu ao Governador Bernardo José de Lorena a expedição da carta de sesmaria, o que também fizeram seu filho Antônio e sua parenta (provàvelmente irmã) Ana Batista de S. Inácio. Aos 9 de fevereiro de 1799 o Governador Lorena expediu-lhe a carta de que estraio os seguintes dizeres: "Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que tendo consideração a me representar por sua Petição Manuel Gomes Batista, MORADOR NOS SERTÕES DA PARTE DALÉM do Rio S. Francisco, do Termo da Vila de Pitangui, que na paragem chamada Bom Sucesso dos Gerais do dito Termo se acham terras devolutas as quais confrontam pelo Nascente com as de Antônio Gomes Batista, pelo Poente com as de Francisco da Silva, pelo Norte com o Rio dos Veados com as de Teodosio Soares, e pelo Sul com as de Ana Batista de Santo Inácio... &." (Carta datada de 9 de fevereiro de 799, no Liv. de Sesmarias, n.º 286, pág. 183, no Arq. P. Min.).

Para que fique bem situada, vão transcritas as cartas das terras confrontantes:

Sesmaria de Antônio Gomes Batista, "MORADOR NOS SERTÕES DA PARTE DE LÁ DO RIO DE S. FRANCISCO... confrontando pela parte do Poente com as de Manuel Gomes Batista, pelo Nascente com o Rio São Francisco, pelo Sul com o mesmo Rio e pelo Norte com o Rio dos Veados... &." (Datada de 11 de fevereiro de 799).

Sesmaria de Ana Batista de S. Inácio, "*moradora* nos sertões da parte dalém do Rio S. Francisco, na paragem chamada CAPIM BRANCO DO CAMPO ALEGRE... confrontando pelo Norte com Manuel Gomes Batista, pelo Poente com as de Francisco da Silva e Manuel Glz Mascarenhas, pelo Sul com Francisco José, e pelo Nascente com as de José Monteiro seguindo pelo Rio dos Patos até sua barra... &" (Datada de 9 de fev. de 799).

Mais tarde, aos 29 de agôsto de 1801 foi expedida a carta a favor de Manuel Batista Gomes (provàvelmente parente ou irmão do Alferes Gomes Batista), dando as seguintes divisas: "... tendo em consideração a me representar por sua Petição Manoel Batista Gomes que na paragem chamada RIBEIRÃO FUNDO, no Têrmo da Vila de Pitangui, Comarca do Rio das Velhas, se acham terras devolutas, as quais confrontam pela parte do Nascente com as de Antônio Gomes Batista, com as de Antônio Francisco, pela parte do Poente com o Rio dos Veados e com terras de Manuel Gomes Batista pela parte do Norte com o Rio dos Veados e pela parte do Sul com Terras de Manuel Mis (ilegível o resto do nome)..."

Como se vê pelas quatro sesmarias transcritas, a família Gomes Batista ocupava o que atualmente se conhece como fazenda dos GERAIS até o ribeirão dos Patos e seguindo por êste até sua barra, tirante a cabeceira do ribeirão, que era de Manuel Corrêa de Sousa.

E aqui bate o ponto de uma retificação histórica. Sem impugnar, antes admirando a comovente narrativa de seu ilustre neto Revd. Dr. Marciano Gomes Batista, em 1872 (23), faço-lhe, entre-

---

(23) — A narrativa do Dr. J. Marciano vale a pena que se transcreva, para conhecimento dos leitores, das EFEMÉRIDES MINEIRAS, vol. II, sob a epígrafe — UM DIAMANTE DO ABAETÉ'.

"O alferes Manoel Gomes Batista, Paulista de origem, e até descendente dos — Caiapós, — estabeleceo-se em Lavras do Funil, e passando por ahi um outro Paulista, seu parente e amigo, deo-lhe um roteiro, que indicava na matta da Corda uma jazida tão abundante de ouro, que só em carros se poderia conduzir o metal que ali existia. Guiado por esse roteiro o alferes Manoel Gomes nos fins do ano de 1796 dirigio-se áquelas paragens, tendo reunido uma bandeira de garimpeiros, levando em sua companhia um padre seu amigo, Anastacio de tal, e um Fuão Xavier. O alferes Manoel Gomes era homem de coragem e perseverança pouco commum; embrenhando-se por aquelles sertões, onde, talvez, o primeiro que o houvesse penetrado fosse aquelle seu parente com escravos que possuia, descobrio a rica mina de galena, explorada e reconhecida de grande riqueza pelo Sr. Monlevade, na presidencia do Visconde de Caeté. Atravessando em canôa o rio Abaeté, um da comitiva, prático da mineração diamantina, observando o cascalho existente nos barrancos, disse ao chefe, que alli devia existir diamantes, e por acordo com os companheiros resolveu explorar o rio, abrindo uma cata, o que foi de immensa dificuldade por falta de maquinas; mas tudo venceu o animo resoluto e pertinaz do alferes Baptista. No segundo dia da extracção do cascalho, que se foi amontoando á margem do rio, á hora do almoço, tendo-se retirado os trabalhadores, o alferes Manoel Gomes Batista, Paulista de origem, e até descendente dos — Caiapós, — estabeleceo-se em Lavras do Funil, e passando por ahi um outro Paulista, seu parente e amigo, deo-lhe um roteiro, que indicava na matta da Corda uma jazida tão abundante de ouro, que só em carros se poderia conduzir o metal que ali existia. Guiado por esse roteiro o alferes Manoel Gomes nos fins do ano de 1796 dirigio-se áquelas paragens, tendo reunido uma bandeira de garimpeiros, levando em sua companhia um padre seu amigo, Anastacio de tal, e um Fuão Xavier. O alferes Manoel Gomes era homem de coragem e perseverança pouco commum; embrenhando-se por aquelles sertões, onde, talvez, o primeiro que o houvesse penetrado fosse aquelle seu parente com escravos que possuia, descobrio a rica mina de galena, explorada e reconhecida de grande riqueza pelo Sr. Monlevade, na presidencia do Visconde de Caeté. Atravessando em canôa o rio Abaeté, um da comitiva, prático da mineração diamantina, observando o cascalho existente nos barrancos, disse ao chefe, que alli devia existir diamantes, e por acordo com os companheiros resolveu explorar o rio, abrindo uma cata, o que foi de immensa dificuldade por falta de maquinas; mas tudo venceu o animo resoluto e pertinaz do alferes Baptista. No segundo dia da extracção do cascalho, que se foi amontoando á margem do rio, á hora do almoço, tendo-se retirado os trabalhadores, o alferes Manoel Gomes Batista,

tanto, merecido reparo quanto à data da entrada do Alferes para a região naquele tempo chamada do — Abaeté. Além dos dizeres da carta de sesmaria de 799, provando que nessa época o Alferes já era MORADOR na região talvez há mais de 10 anos, outros argumentos temos não despiciendos.

Não se sabe, ao certo, a data precisa em que veio ter "àquelas paragens" o alferes, mas é certo que foi antes de 1796. De fatos incontestáveis se tira e conclui que isso ocorreu alguns anos antes, e que o alferes já possuia a fazenda GERAIS quando seu filho Antônio (em 1796) achou a célebre pedra. Além da tradição bem conservada em Dôres do Indaiá e registrada em escrito de João Sabino Ribeiro, contemporâneo do Dr. José Marciano, de que o alferes, dono da fazenda Gerais, foi figura de relêvo na porfia para construção da matriz no arraial da Boa Vista, há dedução de fatos históricos que o comprovam.

Atenda-se, em primeiro lugar, que em 1786 se fêz uma pesquisa oficial por peritos mandados do Tijuco nas jazidas de diamantes da região chamada do — ABAETE' —, que era vastíssima, indo desde o Rio São Francisco até ao princípio do Triângulo Mineiro, como se verá do relatório do Dr. José Vieira Couto, em outro Capítulo. Observe-se que, por ato régio de 12 de julho de 1790, foi o Govêrno de Minas autorizado pela metrópole a mandar fazer extração oficial de diamantes na região, dando-se começo aos trabalhos em 1791 por uma tropa de 200 trabalhadores sob o comando de Antônio José Alves Pereira; que nessa ocasião foi, para alojamento da tropa, criado o

---

lhadores para o rancho, sobre uma grande pedra que ficava no meio do rio, sentou-se o filho do alferes Manoel Gomes, Antonio Gomes Baptista, moço de 15 ou 16 annos, e como a agua ia-se alimpando, vio elle brilhar ao fundo como um raio de sol, e, como esse raio por mais que o moço se voltasse de um para outro lado, lhe ferisse os olhos no mesmo logar e cada vez com mais brilho, desceu ao poço, e então vio que era um crystal clarissimo que o cegava; era da conformação de um ovo; levou-o ao pae, que por sua inexperiencia não reconheceu a pedra; mas um pouco desconfiado chamou de parte o pratico do Tijuco, como então se chamava a hoje cidade de Diamantina, e êste prático no maior arroubamento exclamou: — é um diamante, que todo o dinheiro do reino não pode pagar! — O alferes Baptista recomendou-lhe segredo sob a promessa de alta recompensa, e a pretexto de continuar a viagem para o interior da matta, levantou o serviço, mandando lavar o cascalho, que nada produzio. Mas o homem do Tijuco, ou por escrupulo ou por ambição, revelou o segredo, communicando ao padre Anastacio o thesouro de que o Baptista era senhor, e o padre, esquecendo os deveres d'amisade e agasalho que recebeu, formou uma revolta contra o Paulista prometendo grande fortuna aos companheiros, impoz a este a escolha. — ou da entrega do diamante ou da morte! A coragem e sangue frio de Baptista, e a fidelidade de alguns poucos companheiros, salvarão-no. De espada em punho bradou o Paulista com voz segura; — O que se chegar a mim cahirá aos golpes deste ferro! O padre recuou, recuarão os conjurados, e Manoel Gomes com o filho, com o fiel Xavier e os poucos que lhe restavão addictos, passou o rio na canôa, que inutilizou apenas chegado á margem oposta.

O padre não podendo alcança-lo, nem sabendo o rumo que levava, dirigio-se a Pitanguy, donde em busca do feliz garimpeiro partio acompanhado de soldados de segunda linha e homens apenados pelas autoridades, que pessoalmente foram á casa do Baptista, o qual com effeito encontrarão em um campo, e intimarão-lhe que entregasse a pedra si não queria ser, com os seus companheiros, pasto dos corvos. O número excessivamente maior, a munição que levarão, e, mais do que tudo, o temor das penas com que então erão punidos os contrabandistas (o contrabando de dimantes e ouro em pó era pecado reservado, que deu origem ao estabelecimento do Vinculo do Jaguara), quebrarão o animo d'quelle, que havia desprezado a ferocidade dos tigres, e então bradou elle: — VIVA EL-REI! — Serenou-se a tempestade, e os abraços e os vivas pozerão termos ás ameaças da carnificina. Seguirão todos para Pitanguy e emquanto se dispunha a condução segura do diamante, que pesava sete oitavas e

QUARTEL GERAL DO INDIA, sob o comando do Alferes José Dias Bicalho; que essa exploração durou quatro anos, havendo sido suspensa, em 1795 por escassez de numerário, ali permacendo, porém, o destacamento policial para impedir o contrabando. Note-se, a demais, que, quando foi instalada a Vila de S. Bento do Tamanduá, em 1790, o Desembargador e Ouvidor Geral Luiz Ferreira de Araújo Azevedo (um dos juízes da devassa da Inconfidência Mineira), mandado pelo Visconde de Barbacena, fêz as divisas daquela Vila alcançar a PEDRA MENINA e a SERRA DA SAUDADE, demonstrando que, em 1790, a Pedra Menina, entre Quartel Geral do Indaiá e o rio dêste nome, era região já assaz conhecida. Se, pois, a entrada do Alferes Manuel Gomes fôsse em 1796, seria posterior a todos êstes fatos, inclusive a Extração Régia ali estabelecida em 1791.

Ainda mais: note-se, finalmente, que a 26 de setembro de 1807, o General Pedro Maria Xavier de Ataíde escrevia ao Dr. Diogo de Vasconcelos, Caixa da nova Extração Régia de Diamantes, com sede no Quartel Geral do Indaiá, nestes termos:... "quando vejo que Vmcê não se esqueceu de mandar ao mesmo tempo o hábil Caetano Miguel da Costa com os DOUS PRATICOS MANOEL GOMES BATISTA, Thesoureiro da Intendência de Sabará, e Antonio da Costa, Fiel do Registro de Zabelê: estes dous homens se devem lembrar de que a bondade e

---

meia e dous vintens, o padre marchou para Villa Rica, donde amparado dos grandes, e munido de todos os meios, e cheio de protecção, seguio para o Rio de Janeiro, e d'alli para Lisboa. Manoel Gomes Baptista quando chegou á Villa Rica, o que teve logar muitos dias depois da chegada do seu diamante, soube que uma forte escolta da antiga cavallaria de primeira linha o havia conduzido para o Rio.

Marchou immediatamente munido de officios do general-Visconde de Barbacena, que bem informado de todas as circunstancias recommendava o achador á real munificência. A viagem do alferes Baptista foi por demais demorada pela falta de recursos, de sorte que, chegando ao Rio, havia partido a frota com o seu thesouro, que julgou para sempre perdido; pois com elle ia tambem o ambicioso padre. Recorreu á sua nunca desmentida coragem; apenas tinha comsigo uma dobla de prata; foi para a praia, começou uma pequena especulação comprando e revendendo melancias, laranjas, lenhas. Esta insignificante mercancia, junta a uma economia que só lhe consentia despender o absolutamente necessário para a subsistência, pol-o em pouco tempo em estado de comprar passagem para Portugal. Ali, baldo de proteção, tendo de lutar contra o poderoso padre, não esmoreceu comtudo; levava officios do general, apresentou-os ao ministro. Devo narrar um episódio da entrega dos officios ao ministro do reino, que tem sua graça. — Manoel Gomes Baptista era homem rude, affeito ás lidas dos sertanistas. Quando o ministro pretendeu rasgar a obreira dos oficios, gritou elle: — Alto lá, Sr. meo, não confio estes papeis de vossa mercê, aqui só a rainha põe a mão. O ministro encarou-o, mas respondeu-lhe com uma risada.

Talvez esse modo desabrido, mas franco, lhe valesse a amizade com que depois o honrou o ministro. Os officios do general desmascarão o padre Anastacio, o qual foi preso, e depois salvo por aquelle mesmo a quem atraiçoára e pretendera perder. O Brasileiro, (o padre Anastacio era Portuguez) dotado de uma alma generosa e compassiva, intercedeu por elle e obteve que fosse solto, e até recompensado. Não gozou, porém, o padre das mercês que alcançou; quiz ser Bispo de Mariana, a vaga já estava preenchida; foi despachado vigário sucessor do que então tinha a freguezia de Nossa Senhora da Piedade do Pitanguy, o velho Zabelinha, como o chamavam. Este velho tratou muito bem o padre Anastacio, que foi recebido em sua casa, e zombando com elle, disse-lhe: — Sim, senhor, é vossa reverendissima o meu sucessor, mas olhe, quando vossa reverendissima morrer, hei de lhe fazer um enterro muito pomposo. Assim sucedeu; o padre Anastacio faleceu, e o Zebelinha cumprio a promessa.

O Xavier teve o oficio de contador e distribuidor da villa de Sabará o alferes Manoel Gomes Baptista o de thesoureiro das reais casas da fundição da mesma villa; e seu filho Antonio Gomes Baptista, o de escrivão, e ambos a mercê do habito de Christo, cousa "in illo tempore" de subido apreço, mas de que não se servirão aquelles homens, que existindo em tempos em que se dizia — "minha cabeça é do Rei" — tinhão nos seus corações os germens do liberalismo, com que ambos baixarão á sepultura". Eis a narrativa do seu neto, de quem discordo somente quanto á data da entrada do alferes para a região de Dores do Indaiá.

generosidade de S. A. EM VEZ D'OS CASTIGAR PELOS MUITOS EXTRAVIOS QUE fizeram ao seu régio patrimônio, os premiou largamente, e espero, portanto, que eles sejam os primeiros a mostrar os sitios mais pingues em Diamantes, pela LARGA EXPERIENCIA QUE TEM DE TODOS ESSES RIOS..."

Êstes dados fazem recuar a entrada do Alferes para antes de 1796. Triunfante da perfídia do padre Anastácio Gonçalves Pimentel, regressa de Portugal em 1797, com a irrisória recompensa de .... 1.000$000 e a nomeação de tesoureiro da Intendência do Sabará. Ora, não poderia ser depois dêsse regresso — depois da *larga recompensa* e nomeação para cargo de confiança e grande responsabilidade; não seria depois de tudo isso que teria o Alferes adquirido a *larga experiência* de vasta região e de todos os seus rios e perpetrado os *muitos extravios* ou contrabando de diamantes de que fala o General.

Tão larga experiência se adquiriu e tais muitos extravios ocorreram bem antes de encontrado o celebrado diamante do Abacté, em 1796. Se o Alferes tivesse entrado para a região, pela primeira vez, em 1796 e sùbitamente encontrando a pedra, não teria tempo de adquirir a larga experiência nem de praticar os falados contrabandos antes de ser nomeado tesoureiro. Depois dessa nomeação é que não se concebe fôsse Gomes Batista praticar contrabandos. Só com a entrada de 796, dada a precipitação do episódio da pedra, não teria tempo para adquirir a necessária experiência ou conhecimento da região, nem de praticar contrabandos. O lógico e razoável é que tenha adquirido êsses largos conhecimentos e praticado alguns contrabandos muito antes de encontrar a pedra, num episódio de atropêlo e quase tragédia, como se sabe; isso está conforme com a tradição guardada em Dores do Indaiá de ter sido êle proprietário da fazenda dos Gerais, pertinho do Quartel Geral do Indaiá, e de haver colaborado na construção da Matriz da cidade de Dores do Indaiá.

Além do mais, o CAMPO, a que se recolheu, segundo a narrativa, quando denunciado e perseguido pelo padre português, que acudia pelo nome pimpinélico de Anastácio, não podia ser outro senão sua fazenda GERAIS, onde se julgaria mais seguro. A palavra *Gerais* sempre designou, no sertão, vasta extensão coberta de capim nativo, sem florestas senão de longe em longe, apenas apresentando de espaço a espaço árvores retorcidas, enfezadas e raquíticas. E é realmente êste o aspecto que apresenta esta enorme fazenda, hoje subdividida em muitas propriedades, cada uma de 250 alqueires em média. Tenho, em conclusão, que foi bem antes de

1796 que o Alferes mameluco entrou para a zona do Indaiá, antes talvez de ser estabelecida ali a primeira extração régia em 1791 e criado o Quartel do destacamento sob o comando de José Dias Bicalho. (24)

De acôrdo com informações de seus atuais descendentes, entre êles Osias Batista, oficial do Registro Civil em Belo Horizonte, o Alferes Gomes Batista só deixou o filho Antônio, que por sua vez deixou apenas três filhos (netos do Alferes): 1) Cândida; 2) Padre Dr. José Marciano e 3) Antônio. Dêstes três descendem os nove bisnetos do Alferes: Marciana, Teresa, Pedro Paulo, Paulo Pedro, Marciano, Maria da Glória e Virgínia. Dos seus trinetos consegui os seguintes nomes: José, Valdemar, Maria do Carmo, Maria Raimunda, Jorge, José Augusto, Maurício, J. Antonino, professôra Francisca de Assis, Dimas Batista, Osias Batista, Honestada, Josefina, José Pedro, Maria Amália, Desembargador Dâmaso Brochado, Petrina, Cocota e Dondoca.

Ainda não se conseguiu saber onde faleceu o Alferes, se deixou sua fazenda ao filho Antônio ou se, antes, a vendera a terceiro.

Mais tarde, não se sabe também quando e como, tornou-se proprietário dêste imóvel o padre Mestre José Júlio de Araújo Viana, que era Vigário da Vara em 1843. Havendo o padre Mestre afiançado um coletor de rendas provinciais, houve que entregar êste imovel ao Govêrno em pagamento de desfalque dado pelo afiançado.

Pôsto em praça ali por volta de 1886, foi arrematado por Antônio Alves de Moura, ao que se diz, por 25 mil cruzeiros.

Atualmente está subdividida em várias ótimas propriedades, entre elas a de José Inácio de Oliveira, no local preciso onde se fixou o Alferes Gomes Batista, e morou o padre mestre José Júlio, em um grande sobrado demolido pelo Sr. Osório de Faria. Com o material dêsse sobrado foi construída a casa lá existente e que se vê na fotografia anexa.

---

(24) — Na NOTICIA ABREVIADA DA MINA DE CHUMBO E DE PRATA DO ABAITHE' apresentada por Monlevade, em setembro de 1825, diz êste: "Esta Mina, mais rica pela sua forma, do que pelos seus produtos, foi descoberta há 30 anos, pelo famoso Alferes Manoel Gomes Baptista." Foi, portanto, descoberta em 1795, pelos cálculos de Monlevade.

Atual casa da fazenda GERAIS, no mesmo local do antigo sobrado vendo-se o A. a cavalo. Aqui foi escrita grande parte dêste livro.

§ IX

Fazenda do Japão

Também foi das primeiras organizadas na região, fora, porém, da sesmaria de Domingos de Brito, com esta se limitando pelo ribeirão dos *Veados*. Seu primeiro proprietário — Antônio Pereira de Castro — já em 1789 figurava de avaliador, com o Cap. Amaro, no inventário de Juliana Soares Teixeira, mulher de Leandro Soares Cardoso. Pereira de Castro faleceu em 1830, deixando os cinco filhos seguintes, de que há numerosa descendência no Quartel Geral do Indaiá: 1) Antônio Pereira de Castro; 2) Manuel Pereira de Castro; 3) Joaquim Pereira de Castro; 4) José Pereira de Castro; 5) Maria Pereira de Castro. Dentre seus numerosos netos, destaco: D. Ana, filha de Maria Pereira da Silva e de Teodoro Soares Silva, c.c. Ezequiel de Paula Calabró; e D. Ana, filha de José Pereira de Castro, c. c. José Caieira.

Não eram êstes sós os fazendeiros, de maior projeção pelo tamanho de suas propriedades e cabedais; outros sitiantes havia no último quartel do XVIII século que, embora de menores haveres, já engrossavam a população da zona. Basta atender que eram dois os cemitérios nas cercanias da cidade.

Assim é que as cartas de sesmarias da família Gomes Batista mencionam os confrontantes Francisco da Silva, Theodósio Soares (que deve ser o velho), Manuel Gonçalves Mascarenhas, Ana Batista, Mariano Ferreira do Amaral, Francisco Luiz de Paiva, Romão Antônio de Aguiar, Cap. Antônio Mendes da Silva, Antônio Joaquim Raposo, c. c. Lucinda Alves Ruas; José de Sousa, Cap. Antônio Alves de Sousa, Joaquim da Silva Moreira, Dâmaso da Silva Pereira, José de Deus Lopes, que foi comandante do destacamento do Quartel e acabou morando no Município onde se tornou proprietário. Ao lado dêstes havia a copiosa multidão dos agregados, a massa popular pròpriamente, muito mesclada de sangue aborígene.

CAPITULO XI

Como decorria seu viver

Que monótona que devêra ser a vida das primeiras famílias dorenses! Monótona, desconfortável, cheia de privações, rude e mesquinha até.

Hoje que reconhecemos e proclamamos a necessidade indeclinável das diversões e recreios, das folganças e reuniões alegres para conservação da saúde física e moral, não há como lhes admirar a resistência dos nervos de aço no suportar a falta de encanto, de entretenimento e de prazeres espirituais na primitiva vida sertaneja. Convenhamos que eram temerários, rijos e estòicamente resignados êsses primeiros que, com espôsas e filhos, vieram ter a sertão inculto, desolado, baldo de todo e qualquer recurso da mais rudimentar civilização. Não é difícil evocar o que era a região quando desbravada por essa gente de valia. Tudo era brenha; tudo era solidão triste, abafada e enervante; tudo era perigo contínuo que compelia o homem a permanente vigilância e defesa, um ôlho no trilho que pisava, outro na floresta, não fôsse surdir dali a traição da fera devoradora. Enquanto feria a terra recém-queimada e semeava o grão de milho, ouvia o trinado irônico e desafiador do pássaro-prêto — *você finca, você finca, eu arranco.* — Tão logo começava a frutificar ou granar a seara, o caititu, a capivara, o quati, o macaco os papagaios e periquitos à espreita de que amarelecesse o fruto para a derriça; o tatu a devorar o mandiocal e a enchente a submergir o louro arrozal (deixem ficar a rima). A ceifa do feijoal sazonado devia fazer-se alta madrugada, ao clarão do luar, não fôssem as vagens espirrar longe os grãos ao calor de sol ardente. As mutucas, as varejas, a erva venenosa a amofinarem e dizimarem o rebanho, sôlto na larga, pois que em arame farpado nem se falava.

Rios caudalosos e ribeirões seus tributários, de fácil transbordamento, tudo sem pontes, sem balsas. Florestas virgens, exuberantes, quase tôdas ainda intactas, que perlongavam o S. Francisco, o Indaiá e seus numerosos tributários, conservando umidade no solo atapetado de fôlhas sêcas, tornavam regular e copioso o regime pluvial. Bátegas prolongadas açoitavam a região, e o S. Francisco, de leito raso e ribeiras baixas, transbordando e fazendo refluirem seus tributários, avançava varjões e mataria além, em largura de mais de quilômetro, inundando tudo e isolando as fazendas e seus habitantes. Apenas lá um ou outro sertanejo audacioso, tomando de canoa frágil, chape, chape, inclina de um lado, inclina do outro, quase adernando, desvia à esquerda, desvia à direita de grossos troncos que a enchente arrancara e transportava no seu dorso revôlto, se animava a transpor a vasta torrente impetuosa. E durante meses, 3 e 4 às vêzes, ficavam inteiramente insulados até dos fazendeiros vizinhos.

Não fôssem êsses sobejos dos bandeirantes audazes, que os litorâneos fúteis agora alcunham de groteiros, o povoamento da margem esquerda do alto S. Francisco estaria retardado de quase um século. Atentem neste fato significativo: em 1790, salvo o arraial de Paracatu, em tôda essa região só havia poucas fazendas, esparsas, com poucos habitantes. Hoje, além de muitos arraiais e povoados, enumeram-se pelos nomes antigos: Bambuí, Guia Lopes, Ibiá, Dores do Indaiá, Abaeté, João Pinheiro, Tiros, S. Gotardo, Rio Paranaíba (antigo S. Francisco das Chagas do Campo Grande), Carmo do Paranaíba, Patos, e outras cidades mais. Se estas não são florescentes, toque a responsabilidade a cuja é, como diria Rui.

Seria curioso estudo se tivéssemos dados minuciosos e abundantes para, tornando presentes os dias idos, definir a fisionomia peculiar dessas famílias abnegadas. Todavia, pela sobrevivência de traços que, desde minha adolescência, de 45 anos a esta parte, venho observando entre fazendeiros e camponeses, não é impossível recompor, pàlidamente embora, o panorama daquele viver, de vez que a presente população rural não é muito outra do que fôra a passada.

Fazendas espaçadas, umas das outras, em cêrca de 4 e 6 léguas, correio de vez em vez, sem notícias do que ia pelo mundo nem do que ocorria no próprio país, transportes morosos, sem comércio e intercâmbio com povos de melhor nível cultural, nenhuma assistência social — educativa, médica e religiosa — nem centro de diversões onde arejassem o espírito e refrigerassem as canseiras, insulados finalmente, o fadário de seus habitantes era nascer, viver trivialmente em tediosa pasmaceira e morrer sem ter a consciência social e espiritual da vida.

Não tinham os homens, com que purgá-la da sensaboria entorpecente senão as pescarias e caçadas. Para as mulheres não havia sequer o derivativo que tem as atuais patroas — de falarem mal das empregadas: o gineceu era como convento a sete chaves.

Da sua existência a metrópole só tomava conhecimento para arrecadação de impostos através dos dizimeiros desalmados e dos famigerados Registros. (25) Era no seu limitado âmbito, entre os rios S. Francisco e Indaiá, pouco mais que o viver de Robinson Cruzoé. Daí a causa dêsse temperamento melancólico do povo mineiro, e não a paisagem limitada pela montanha, como a alguns tem parecido: o sertão além S. Francisco não é montanhoso e seu povo é de profunda tristeza.

Cai a ponto lembrar que, quando vieram fixar-se na Tebaida dorense, a metrópole ainda não acreditava na decadência do ciclo do ouro e dos diamantes, como se tira da *Instrução*, de 29 de janeiro de 1758, dada pelo ministro Martinho de Melo e Castro ao Visconde de Barbacena, o algoz que vinha assumir a governança de Minas para re-

---

(25) — Cabe aqui transcrever, em parte ao menos, a representação do Ouvidor José Gregório de Morais Navarro, endereçada de Paracatu ao príncipe regente D. João, em 1803: "Senhor. Represento a Vossa Alteza, que nas duas viagens, que fiz de Sahará a esta Villa do Paracatu do Principe, pela Picada de Goiaz e pela estrada do Curvello, tive ocasião de examinar, com os meus proprios olhos, todo esse vasto Certão, intermédio do Rio S. Francisco e do Paracatu, para formalizar eu mesmo o Mappa do novo distrito que tive a honra de crear e achei o grande territorio, que atravessei, por uma e outra estrada, quase deserto, apesar de muitos Rios que o banham e fertilizam; e das grandes campinas que pela bondade e largueza das suas pastagens podiam fazer renascer a antiga idade em que a riqueza e a fortuna dos primeiros povoadores do Mundo consistia só na criação dos seus rebanhos. Ali não se trata da agricultura, alguns apenas plantam para comer, outros se sustentam só da caça e da pesca, muito poucos na criação de gados; o comércio é tão pequeno, que não passa de peles de animais, de carnes e de peixes secos. Este é, Senhor, o estado atual da população, da agricultura, e do comércio do Sertão desde o Rio de S. Francisco até aqui, pelas duas estradas da picada de Goiaz, e da Estrada do Curvello; muito pequena população, quase nenhum comercio, nenhuma agricultura. Não me foi difícil descobrir a causa de fenômenos tão extranhos. Os moradores da picada de Goiaz e do Curvello, daquem do Rio S. Francisco me disseram todos que não uzavam da agricultura porque a natureza parece destinar aquela terras só para a criação de gados; que a isso mesmo não se aplicam com desvello, porque o interesse não correspondia ao trabalho, por causa do estabelecimento dos Registros das Contagens, ao redor das povoações desta Capitania, onde se pagam direitos excessivos; que levando seus gados para a Bahia, aqueles que estavam fora dos Registros, não pagavam esses direitos, mas as grandes despêsas de uma viagem tão comprida e perigosa tornavam inúteis tôdas as suas diligências; que não lhes era finalmente permitido minar a terra, nem mudar os Rios para arrancar do seu centro o ouro e o diamante. Eu mesmo era observador e testemunha ocular do que eles me diziam, a respeito do termo que habitavam. Tudo quanto vi por uma e por outra estrada depois de passar o Rio de S. Francisco, foi Rios, ribeiros, lagoas e campos; não vi roças, nem minas nem lavras. Cheguei a esta Villa e achei que em tudo o mais foram verdadeiros, porque ela está cercada de cinco Registros denominados de Olhos d'Água, em distância de meia légua, o de Nazareth, em distância de uma legua, os de S. Isabel, de S. Luiz e de S. Antônio, em distância de duas leguas, e em todos eles se pagam direitos NÃO SÓ DOS GÊNEROS QUE ENTRAM DAS OUTRAS CAPITANIAS, MAS TAMBÉM DOS QUE VEM DESTA MESMA CAPITANIA E DOS QUE SE FABRICAM NO TÊRMO DESTA MESMA VILLA, como são toucinhos, carne seca, peixe salgado, fumos, rapaduras, assucar, cachassa, sabão, coiros, sal da terra, gado vacum e cavalar. O pobre sertanejo, que tem o trabalho de criar, três anos, algum gado, para depois o vender cada cabeça por 2$000, este é o preço ordinário no sertão, quando não ha quem o compre na sua fazenda, e ele se vê obrigado a levá-lo a povoação ha de pagar de entrada e subsidio 1$950 por cabeça, e todos os mais gêneros a proporção. Eis aqui a causa da falta de população, de agricultura e de comércio no sertão..."

E prossegue o ouvidor reclamando equidade e igualdade para os sertanejos do alto S. Francisco, pois nas outras Provincias não se cobravam tais impostos de entrada e saida dos productos das mesmas. Coisa igual a isto, de boi vendido a 2$000 e pagar 1$950 de impôsto, só mesmo a ditadura financeira do bancário Ovidio de Abreu, em Minas, na éra getuliana. Assim, melhor e mesmo não trabalhar, do que trabalhar sòmente para o *erário régio* de então ou o fisco de hoje.

duzir seu povo a andar de tanga. No esplendor da época da mineração, não querendo Portugal que o povo montanhês se ocupasse senão de extrair essas duas riquezas, proibiu o estabelecimento de outras indústrias e tributou tão pesadamente outros produtos, que o mesmo fôra que coibir qualquer outra atividade produtiva em Minas. Ostentivamente o citado ministro Martinho de Melo revela os receios da metrópole de que o estabelecimento e desenvolvimento de outras indústrias em Minas viesse fomentar o espírito de independência nos mineiros. Daí o propósito de trazer essa gente sob vigilância rigorosa e férrea e oprimi-la de maneira a afogar qualquer surto de independência. Assim, ao passo que os produtos de luxo — sêdas, veludos, etc. importados da Inglaterra via Lisboa, e outros da mesma procedência, não pagavam impôsto ou pagavam, alguns sòmente 1 e 2% *ad valorem*, os produtos nacionais, originários da própria Província de Minas, ou nela entrados de outras Provincias, eram tributados em mais de 90% sôbre o seu valor. Além do boi que, vendido a 2$000, era tributado em 1$950, o alqueire de sal, custando no Rio oitocentos réis, para entrar em Minas pagava o tributo de setecentos e cinqüenta réis; os produtos de ferro (machado, foices, etc.), custando no Rio 4$800 cada quintal, pagavam 4$500, e assim por diante.

Por outro lado a padraria, corrompida por ambição incontida, explorava o povo numa simonia desenfreada, exigindo contribuições pesadas, até para toques de sinos, sob pena de excomunhão maior.

Os excessos paroquiais foram tais e tantos que a metrópole, em vendo mais gordas que as suas as rendas da igreja, com ciumes, pôsse a pedir providências aos prelados da colônia. Baldados foram, porém, os esforços do primeiro bispo marianense — D. Manuel da Cruz: os párocos continuavam a cobrar arbitràriamente. As delicadas consciências católicas de hoje se escandalizariam com as *conhecenças* pagas, que eram como que certificado obrigatório ou escritos de obrigação da quaresma, que os padres impunham aos confessandos.

E não paravam aqui os abusos, vexames e extorsões ao povo em geral, ricos e pobres, sabido que muitos dos honestos magistrados, vindos de Portugal, não davam andamento aos feitos sem gordas propinas. Tríade desumana e voraz que bem merecia todos os ódios mineiros e que bem justifica a patriótica e corajosa revolta de Tiradentes, ainda hoje por alguns averbado de leviano e louco.

Dado o fastígio passageiro da mineração, Portugal não se afazia à idéia de viver sem a efêmera cornucópia que entornava a riqueza gratuita no seu erário esbanjador, e não queria acreditar na pobreza e miséria que campeava em Minas, com o esgotamento dos depósi-

tos aluvianos: indústrias não havia e eram até vedadas. A citada *Instrução* ao Visconde de Barbacena dava a entender que os mineiros estavam era escondendo leite.

Foi nessa angustiosa situação, sob a espada de Damocles, que era a derrama (os executivos fiscais de hoje), que famílias de Lavras, Pitangui, Queluz, Vila Rica e outros pontos, vieram como que se refugiar nas margens do Rio S. Francisco, onde só produzissem o suficiente para sua mantença. Mas aqui mesmo vieram ter os famigerados dizimeiros, um dos quais — o português Antônio Teodoro de Mendonça, morador na fazenda do Lambari e meu antepassado pelo lado materno — foi vitima de emboscada na fazenda das *Flores*, município de Abaeté.

Senhores de muitas centenas de hectares de terras, se eu disser que eram pobres, não me hão de crer. Em falta de moeda em circulação, os pagamentos de impostos se efetuavam ou em oitavas de ouro, pelos que as possuiam, ou em produtos da pequena lavoura e da pecuária entregues aos dizimeiros. Não lhes abundavam os bens da fortuna: terras muitas, de preço irrisório, porém; gado desvalorizado não pagando os marchantes mais que a mesquinha quantia de 2$000 por unidade. Policiamento nenhum, pois que os dragões nos seus quartéis e Registros não tinham por missão garantir a ordem, prevenir crimes ou capturar criminosos comuns, mas apenas coibir contrabandos e auxiliar a arrecadação de impostos: eram antes agentes do fisco insaciável.

Para combate a moléstias haviam que recorrer a raízes e plantas medicinais manipuladas pelos processos aprendidos de antepassados raizeiros: nenhum médico, nenhum boticário na região (e morria-se menos naquela época). Escola primária oficial... nem é bom falar!

x

x x

Ninguém ignora que três são os fatores que concorrem na educação da infância: o lar, a escola e a sociedade, ou por outra — os pais, os professôres e o ambiente social.

Ora, como se falar em ambiente social onde tudo eram fazendas distanciadas, isoladas, de poucos habitantes, rústicos? Professôres, ou não os havia ou os raros mestres da roça encontrados pouco menos eram de analfabetos. Sua minguada bagagem literária restringia-se a péssima caligrafia, leitura viciadíssima com tropeços nas silabadas, via de regra não entendendo ou não sabendo interpretar o mais corriquei-

ro texto. Nenhuma noção da mais rudimentar pedagogia, mormente sôbre instrução moral e cívica. Os livros escolares, quando os havia, enxabidos e rotos, eram indigestos, dogmáticos, pelo método de perguntas e respostas que sobrecarregavam inùtilmente a memória do educando, num improfícuo esfôrço de decorar, à feição de catecismo religioso. Nenhum aluno sabia, nem o professor, o que vinha a ser o bicho-de-sete-cabeças das malfadadas calmarias, que deram com os costados de Cabral nas costas brasileiras. Digo-o de ciência própria pois que já no meu tempo, de escola oficial com professor formado em farmácia, só depois de avançado no curso secundário, e por esfôrço pessoal, vim a saber a significação de *calmaria*, quando pela primeira vez me caiu em mãos um dicionário. E será que atualmente a coisa esteja melhorada?

De modo e maneira que restava o lar tão só para a delicada tarefa de educar a prole. Os chefes, porém, labutavam de sol nascente à noite alta e não lhes sobejavam tempo e habilitações. Donde tôda a responsabilidade dessa missão recair sôbre as mães, analfabetas via de regra. Pois foram estas, descendentes próximas ou remotas de ameríndias, que obraram o milagre admirável de não deixar a prole se corromper pela depravação no deserto, pela dissolução de costumes e bruteza de hábitos: foram as sacerdotisas do lar, que o souberam plasmar austero e honrado.

Descendentes quase tôdas de mamelucos paulistas educados pelos Jesuítas, e vindas, como disse, de Lavras, Pitangui, Vila Rica e Queluz, foram os gênios tutelares do gineceu dorense, modeladoras de lares honestos, sabendo conservar e transmitir a moral cristã: se não tinham instrução literária, eram ricas de bons sentimentos. O lar sertanejo era o santuário de que ao estranho só era dado conhecer o limiar. Tão rigoroso era o recato da família que o namôro das meninas se havia com tal habilidade que conseguia passar pelo buraco da fechadura. Numa justa compreensão das leis biológicas e da precocidade dos instintos da maternidade, promoviam o casamento das filhas tão logo atingiam a idade de treze anos (em vários assentamentos eclesiásticos é essa a idade encontrada, predominante, para as nubentes). Corre até que havia o excelente costume, que era dar o pai ao filho mancebo, já emancipado, ampla liberdade para se casar, quando e como quisesse, contanto que fôsse com a Joanita, filha do compadre Janjão, seu vizinho ou parente. Quando, além da Joanita, tinha o compadre mais uma ou duas filhas casadouras, a traça usada era levar o improvisado aspirante a uma visita. Ali vinhm à sala servir o café

as duas ou três meninas — uma trazendo a bandeja sortida, outra, o leite, e a terceira, o prato com os bolinhos, etc. (êste etc. nem sempre se comia).

De regresso, em caminho, o velho, sem encarar o filho, queria saber qual delas fôra a eleita. Não era rara a resposta de que qualquer servia. Nesta hipótese, o velho do candidato voltaria a saber do velho das meninas qual delas mais agradara do seu menino. Esta usança, todavia, era mais liberal do que o sistema usado pelos nossos dois Pedros, I e II, cujas três espôsas já o eram, quando os viram pela primeira vez.

CAPÍTULO XII

A construção da Matriz

Localizados, assim, fazendas e fazendeiros, crescida a população que já precisava de dois cemitérios, arruinada a tôsca e provisória capelinha colmada do Rancho da Boa Vista, nasceu entre o povo a idéia da construção de uma igreja definitiva e de um povoado, onde as famílias dos fazendeiros, seus agregados e poucos escravos fôssem buscar os socorros da religião, os recursos médicos e comerciais e ponto de diversões. População pobre, todo o pêso da construção havia de recair sôbre os fazendeiros.

Foi coordenador e animador dêsse patriótico movimento MANUEL CORRÊA DE SOUSA, que soube sair vitorioso da divergência com alguns vizinhos a respeito do local a ser eleito para a construção da matriz (26). Seu ponto de vista era fôsse mantida a escolha dos antigos e levantada a Matriz no mesmo sítio da arruinada capelinha do rancho da Boa Vista, na extremidade norte da sua fazenda do *Ribeirão dos Patos*.

Em homenagem ao primeiro historiador de Dores do Indaiá, que foi o saudoso João Sabino Ribeiro, falecido há mais de 30 anos, e que conheceu e privou com filhos dos primeiros povoadores, transcrevo aqui o seu trabalho publicado no semanário "INDAIÁ", de 1906, relatando a contenda em que Manuel Corrêa de Sousa enfrentou a auréola de prestígio do Alferes Manuel Gomes Batista, recém-chegado tri-

---

(26) — Descendente do patriarca dorense (seu bisneto), não encareço, todavia, a sua vitória sob o ponto de vista hidrográfico, porque o local eleito não era dos melhores do município para a fundação de uma cidade: é pobre de água canalizável. Por isso Dores está condenada a não ser jamais uma grande cidade. Mesmo dentro da sua fazenda *Patos* havia localidades melhores, de fácil canalização de água, como sejam *Condutas*, *Pindaíbas*, etc. Parece que a equiescência dos fazendeiros disputantes considerou que o Rancho da Boa Vista era eqüidistante das respectivas fazendas.

unfante de Portugal, e a incontestada influência do Cap. Amaro da Costa Guimarães, que já mandara estudar ao Seminário seu filho Elias da Costa Guimarães para futuro vigário da futura paróquia. Ao que parece, o Cap. pretendia reeditar aqui a tradição dos ricos senhores de engenhos no Nordeste, que tinham as capelas para bem de seus vastos latifúndios e não do povo pròpriamente.

E assim começa João Sabino: "Quando se escoava na roda do tempo, ao sumir-se nas dobras do passado o século XVIII, habitavam estas pitorescas e ubérrimas plagas sertanejas do vale do majestoso rio S. Francisco, aquem da lendária Serra da Saudade, entre outros, os seguintes fazendeiros — Cap. Amaro da Costa Guimarães, na fazenda de Santa Fé; Manuel Gomes Batista, na fazenda dos Gerais; Cap. Elias Pinto Coelho, na fazenda do Sobrado; e Manuel Corrêa de Sousa, na fazenda dos Patos. Cogitavam êstes fazendeiros de fundar uma povoação, onde pudessem ter mais prontos os recursos da religião cristã e da medicina, elevando suas vistas ao porvir e trazendo para êste centro o melhoramento e o comércio; entretanto, Manuel Gomes Batista pretendia que fôsse na fazenda dos Gerais, ou nas suas imediações nas cabeceiras do córrego do *Capim Branco* e córrego do *Cemitério*, nome êste proveniente de um cemitério hoje abandonado que, naqueles tempos, aí existiu. O Cap. Elias Pinto Coelho também queria que fôsse na sua fazenda do Sobrado, ou nas cabeceiras do *Córrego de N. Senhora*, onde existiu também um cemitério velho, abandonado, tendo apenas hoje, neste e naquele, umas cruzes velhas que denotam seus lugares.

O Cap. Amaro da Costa Guimarães, por sua vez, também puxava para seu lado, querendo colocá-la no alto da CORIOCA, onde até hoje existem fragmentos de telhas e sinais de buracos que fizeram para edificação da capela.

Manuel Corrêa de Sousa (o Correinha, como o chamavam ao bisavô do acadêmico Carlos Corrêa), esforçando-se de comum acôrdo com outros, como sejam — o Te. Cel. Mariano Ferreira do Amaral, Cap. Antônio Alves de Sousa, Antônio de Sousa Fernandes, irmãos, êste pai e aquele tio do finado ajudante Francisco de Sousa Fernandes, José de Sousa Rosa, Albino Pinto Coelho, Manuel Lino Fiúza, Manuel Alves Cirino (da Cachoeira) e outros, combinaram e acordaram em edificar neste lugar uma capela dedicada a Nossa Senhora das Dores, sendo a mesma que existe hoje como Matriz. Para êsse fim o dito Correinha separou um canto da sua fazenda, dividindo-o com valos (27),

(27) — Era de feitura dispendiosa o valo, fosso de mais de dois metros de largura e outros tantos de profundidade.

um do lado do Nascente, cabeceira do córrego das *Condutas*, e, da cabeceira desta vertente, tirou outro valo em direção ao Poente, fechando-o na cabeceira de uma vertente do córrego do *Pacheco*, limitando-o ao Norte e Poente com outras fazendas..."

Abro aqui um parêntese. No desfecho dessas quatro pretensões divergentes, sôbre a escolha do local da matriz a se edificar, está se percebendo que o mandonismo de aldeia jámais haveria de medrar, como nunca medrou em Dores. O Cap. Amaro, que poderia aspirar à prepotência, não só por ser um dos primeiros a se fixar ali e o mais remediado dêles, como porque já havia mandado um filho estudar ao Seminário, cedeu sem despeito e auxiliou a construção do templo. De igual modo o Alferes Gomes Batista que, como disse, acabara de regressar triunfante do Reino, com a auréola da aventura do Diamante do Abaeté e o cargo de Tesoureiro da Intendência de Sabará... Mas estas fôrças não se digladiam, antes se compensam, se equilibram, e fica firmado o princípio de ausência de mandonismo local, que havia de perdurar até hoje. Efetivamente nunca o houve ali. Homens como os já citados e mais tarde outros, como José de Sousa Coelho e Antônio Caetano da Silva Guimarães, gozaram de incontestado prestígio, mas, porque o povo sabia que o dinheiro dêstes em nada modificara seu bom temperamento: não se valiam do prestígio e do dinheiro senão para o bem — compor os desavindos, evitar litígios.

Ainda recentemente, no primeiro pleito para Presidente da República depois do curto período getuliano, o povo retomou essa tradição, dando preferência ao Brigadeiro Eduardo Gomes, e logo depois a Milton Campos, em que pesasse ao poderio emprestado do estadista improvisado de Pará de Minas. Fechado êsse parêntese, retomo a narrativa.

Vitorioso seu ponto de vista na escolha do local, levar a obra a bom têrmo ficava sendo um dever com que o Corrêa não podia deixar de cumprir. E assim, sôbre doar para patrimônio mais de seis alqueires do seu imóvel — Patos — Manuel Corrêa ainda o cercou com mais de mil metros de valos e continuou fornecendo material e numerário para as obras da Matriz, de que não se esqueceu em seu testamento com um legado de 40$000, que naqueles dias representava bem vinte bois. Ao passo que o Capitão Amaro pouco sobreviveu ao início da construção, falecendo em 1816, e o Alferes Gomes Batista pouco podia fazer com sua presença, ocupado que andava com a extração de diamantes no Rio Indaiá, sob a chefia de Diogo de Vasconcelos, o patriarca Manuel Corrêa acompanhou as obras e o desenvolvimento do po-

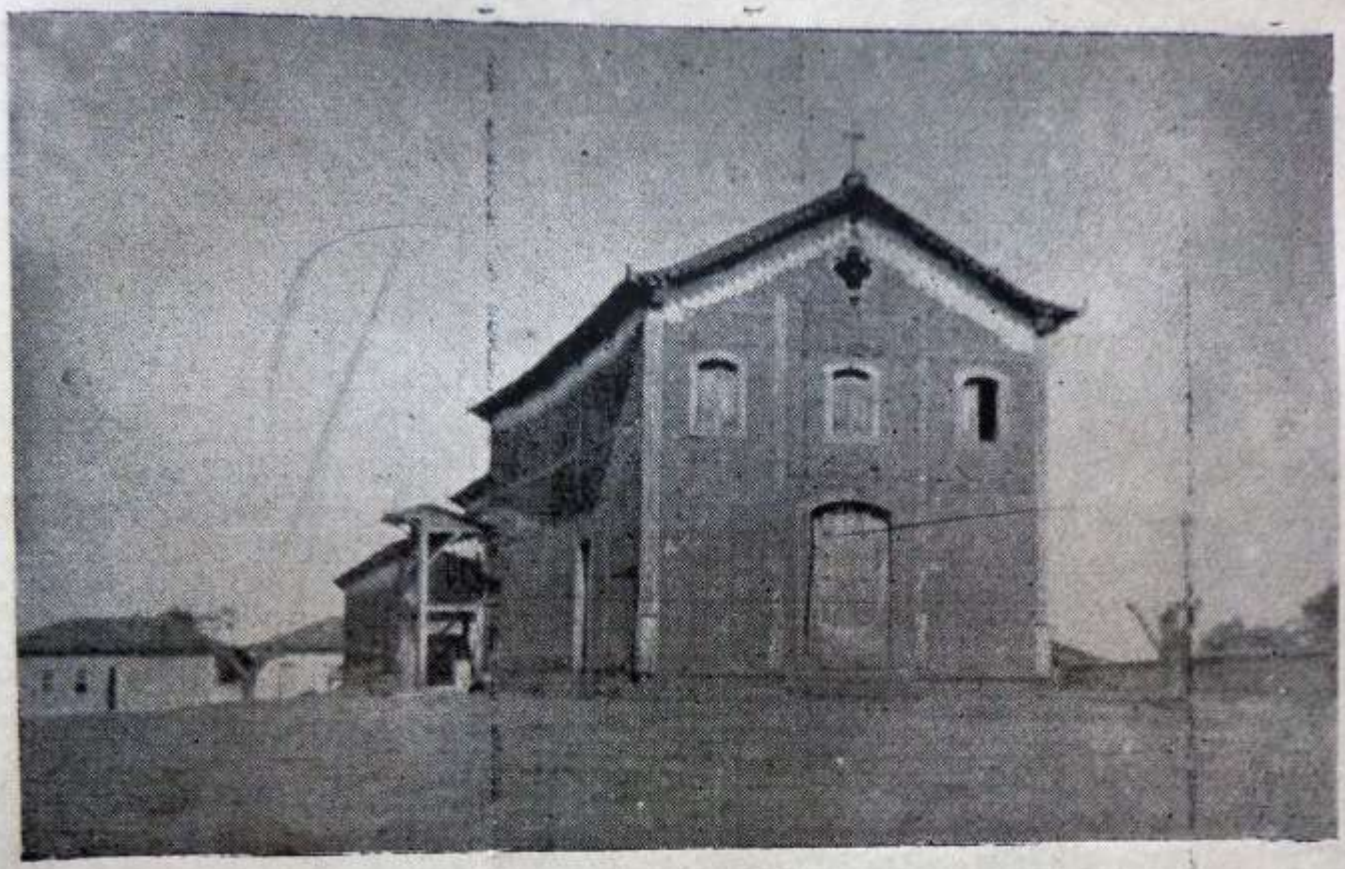
voado até 1834, vendo coroados de êxito o seu esfôrço, dedicação e energia. Nenhum dos fundadores o excedeu em perseverança nessa obra. Por êstes e outros fatos não se averbará de piedosa hipótese filial minha, de tola vaidade, o reivindicar para êle o título de patriarca dorense e figura preeminente na fundação da cidade, que continua a ser povoada por numerosíssima descendência sua.

Delimitado dest'arte o patrimônio, o templo se construiu e o arraial nasceu. Desde 1799, ainda bem antes de terminadas as obras, já eram celebrados atos religiosos na futura Matriz. E' o que em boa lógica se tira dos têrmos de um requerimento de Luiz Gonçalves de Paiva, abonados pela certidão que lhe forneceu o padre Belchior Pinheiro de Oliveira, (28) Vig.° de Pitangui, encontrados nos autos de inventário de Leandro Soares Cardoso. Justificando o motivo por que requeria ao Vigário de Pitangui e não ao de Dores do Indaiá (que já o tinha na época do requerimento), alegou o suplicante: "Diz Luiz Glz. de Paiva, filho legítimo de José Francisco de Paiva e Luiza Marques de Araújo, *nascido e batizado na* Capela da Snra. dás Dores, dêste Têrmo, ANTES DE SER A MESMA CAPELA FREGUEZIA COLADA, quer o suplicante se emancipar no inventário de seu finado sogro Leandro Soares Cardoso e precisa que o Revdo. Pároco desta Freguezia aonde se acha o assento de Batismo do supe., dêle passe por certidão o dia, mês e ano que foi batizado o Supe. em modo que faça fé E.R.Mê."

O Vigário Belchior, na certidão que firma, transcreve o teor do assentamento: "Aos 15 de agôsto de 1799, NA ERMIDA DA SENHORA DAS DORES, desta freguesia de Pitangui, o Reverendo Francisco Luiz de Sousa batizou e pôs os santos óleos a Luiz, inocente, filho legítimo de José Francisco de Paiva e Luzia Marques de Araújo..."

Ora, a *Ermida da Senhora das Dores*, onde fôra batizado em 1799 aquêle inocente, *ainda não colada*, vale dizer, sem o direito de ter vigário nomeado, não podia ser a antiga e tôsca capelinha colmada, assim porque esta, de duração precária, já era então caída, bem como porque, dada sua construção provisória e rusticidade, nunca poderia ter o nome de *Ermida da Senhora das Dores* e vir a gozar da prerrogativa da colação. A Ermida da Senhora das Dores, portanto, em que foi batizado Luiz, em 1799, outra não podia ser que a mesma igreja em construção. Tão certo é, que o mesmíssimo padre Francisco Luiz de Sousa, que fêz o batizado de 1799, veio a ser o 2.° Vigário da freguesia de Dores, como torna claro o seguinte registro: "Aos 28 de abril de

(28) — Este Vigário Belchior, que dorme obscuramente sob fria campa em Pitangui cooperou para nossa emancipação política quando, no lado de Pedro I, nas margens do Ipiranga, soprou aos ouvidos de Sua Alteza o *brado retumbante* de *Independência ou Morte*.



A velha Matriz, infelizmente já demolida

Cel. José de Sousa Coelho, espírito da ordem e da' paz

1810 batizou e pôs os santos-óleos, de LICENÇA MINHA, o Revd.º Francisco de Assis Ferreira a Martinho, párvolo, filho legítimo de Luiz Marcelino da Costa e Nataria Felícia da Silva. P.P. Mariano Ferreira do Amaral e Umbelina Rosa de Jesus, filha de Elias Pinto Coelho. E para constar, mandei fazer êste assento, que assigno. *O Vig.º Francisco Luiz de Sousa*". Êste registro, diz a certidão no seu início, se acha a fs. 54 do Liv. 1.º de assentamentos de batizados da *Matriz de Dores do Indaiá*, livro desaparecido atualmente, existindo a certidão acima transcrita no inventário de Mariano Ferreira do Amaral. Portanto, não só em 1810 a igreja já era MATRIZ COLADA, bem como êsse padre que já andava oficiando na mesma antes de ser concluída, havia de ser o seu futuro vigário.

No alvorecer do século XIX já o povo vaidosamente batizava a nascente povoação de ARRAIAL DA BOA VISTA — designação que evolui para — *Matriz da Boa Vista de Nossa Senhora das Dores*. (20).

Mas para logo são suprimidas as palavras recordativas do *Rancho*, passando a ser simplesmente *Matriz de Nossa Senhora das Dores*, como se evidencia da certidão seguinte: "Certifico que no Livro 1.º dos assentos de batizados desta MATRIZ DE NOSSA SENHORA DAS DORES a fs. 83 se acha o seguinte assento: — Aos 20 de outubro de 1813 batizou e pôs os santos óleos, de *licença minha*, o Reverendo Francisco de Paula Silva a Maria, párvula, filha legítima de Elias Pinto Coelho e Maria de S. José. Foram padrinhos Mariano Ferreira do Amaral e D. Ana Maria José Fiúza, de que para constar mandei fazer êste assento que assino." O Vig.º José de Brito Freire, e nada mais constava do assento, que copiei do próprio livro a que me reporto e juro aos Santos Evangelhos. Dores do Indaiá, 10 de dezembro de 1853. O Vig.º João Batista de Aguiar".

E é para se notar que no Mapa da Província de Minas Gerais, levantado pelo Coronel Barão de Eschwege, em 1821, Dores figura com o sinal característico de "PAROCHIA". E' também circunstância digna de observação que, em 1830, de todos os arraiais pertencentes à

---

(20) — Vão aqui trechos de alguns documentos particulares, em meu poder: "Digo eu Manuel Joam. Justiniano e minha mulher Ana Maria de Sousa, que entre os mais bens pessoimos he bem assim huma xacara que leva sinco algos de planta de n.º && passamos êste que por nós não saber lêr nem escrever pedimos e Roguemos a *Francisco José de Faria*, que êste por nosfizece e como testa se assignace e nós nos assignamos com huma cruz e signal do nosso uzo. Hoje, ARRAYAL DA BOA VISTA, 15 de agôsto de 1803". (Seguem-se as assinaturas).

Quatro anos decorridos, começa a aparecer nos documentos a palavra MATRIZ, como se vê de um passado por João Pacheco, sua mãe e irmão, datando-o assim: "hoje, MATRIZ da Boa Vista de Nossa Senhora das Dores, 1.º de dezembro de 1807". (Tenho diversos documentos com essa maneira de datar).

FRANCISCO JOSÉ DE FARIA, que redigiu e assinou vários documentos de compra e venda, a partir de 1803, foi a primeira autoridade judiciária de Dores, como Juiz da Vintena, cargo então exercido nos povoados onde houvesse até 150 pessoas. Êste Juiz devia ser homem bom, escolhido em cada ano pelos Juizes, vereadores e procuradores de cada Vila.

jurisdição civil de Pitangui, sòmente a Igreja de Dores do Indaiá estava elevada à categoria de MATRIZ, como se lê na seguinte relação:

"RELAÇÃO das cidades, vilas e povoações da Província de Minas Gerais, com declaração do número de fogos de cada uma, em 1830.

Termo da Villa de Pitangui:

Villa e MATRIZ de Pitangui;
Arraial de S. Gonçalo do Brumado
Arraial da Onça,
Arraial do Patafufo,
Arraial de S. Ana do R.º de S. João,
Arraial de S. Gonçalo do Pará,
Arraial de Itapecerica,
Arraial da Saúde,
Arraial de Bom Despacho,
Arraial de São Joanico,
Arraial do Impantunado,
Arraial e MATRIZ das Dores (453 fogos)
Arraial do Espírito Santo do Indaiá — 227 fogos — (*Rev. do Arq. Pub. Min.*, vol. II).

Diz a Lei 239 de 30 de novembro de 1842:

Art. 7, § 4.º — O curato de Nossa Senhora do Loreto de Morada Nova, da freguesia dos Alegres, fica incorporado à Paróquia de Nossa Senhora das Dores do Indaiá, município da Vila de Pitangui".

A cidade dá-nos a impressão de um quadro em plano horizontal, que se perderia nos sem-fins das chapadas, se não fôra emoldurado pela Serra da Saudade. Sua flora, concentrada nas vertentes fluviais, ostentava naqueles tempos opulência de excelentes madeiras, e das cercanias do córrego de N. Senhora, a 3 quilômetros do centro, foram extraídas grossas e retilíneas aroeiras para esteios, vigas e mais peças assim do templo, como das casas de vivenda. Hoje, não só o machado iconoclasta bem como o fanatismo zebueiro tudo exterminou, desnudando tôda a região com transformá-la em pastagens artificiais.

No setor judiciário já fiz especial menção do nome de Francisco José de Faria, que residia no arraial desde os primeiros anos do século de 1800. O que é certo é que no ano da graça de 1808 funcionou em uma penhora, como se vê de um auto em meu poder, de que transcrevo os seguintes trechos; "ANNO do nascimento de N. S. J. Christo de MIL OITOCENTOS E OITO, aos vinte e oito dias do mez de

A nova Matriz de Dores do Indaiá

março de dicto anno, *neste aseburbio do arraial de Nossa Senhora das Dôres*, têrmo da Villa de Pitangui onde eu escrivão fui vindo com o Juiz da Vintena Francisco José de Faria e sendo ahí fez o dicto Juiz Penhora Filhada (?) e Real Aprehensão em capoeiras que levarão quatro alqueires de Planta de Milho mais ou menos e três Ranchos cobertos de capim cujos bens pertencentes ao Reu exicutado José Pacheco de Oliveira a requerimento do Thenente Antonio Theodoro de Mendonça para pagamento da coantia de sete oitavas de oiro que lhe he devedor por hum credito que lhe passou prossedido de Dizimos de que foi seccionario o trienio que decorre de mil oitocentos e cinco e sete...&" (30).

Donde se conclui, até prova em contrário, que Francisco José de Faria foi a primeira autoridade judiciária residente em Dores do Indaiá. Estavam lançadas as bases para uma futura cidade.

(30) — "O vintenário, diz Geraldo Dutra de Morais, era um juiz de distritos e de pequena alçada; *em qualquer aldeia em que houver 20 vizinhos e dai para cima até 150, por uma legua afastada ou mais da cidade ou vila, os Juizes, como os vereadores e o procurador, escolham em cada ano um homem bom que ai seja juiz, que com juramento bem e verdadeiramente conheça verbalmente as contendas até mais de cem mil reis*".

"Assim rezava o texto das instruções sôbre a nomeação do vintenário", (*Hist. de Conc. de Mato Dentro*).

CAPÍTULO XIII

Vida Religiosa

O espírito religioso do povo dorense parece congênito, sorvido com o leite materno e perfumado pelos lábios de mães cheias de ternura e piedade. Os primeiros povoadores, já trazendo de sua procedência noção nítida do lar organizado conforme os ditames ensinados aos seus antepassados pelos Jesuítas, em S. Paulo, não se desviaram dessa linha. Ainda sem templo, tinham nas fazendas os oratórios cheios de imagens de santos de sua devoção e mandavam buscar fora, em Pitangui ou em Bambuí, padres que lhes administrassem os sacramentos, e até lhes redigissem testamentos. Não quero, com isso, insinuar que fôsse um catolicismo estreme de certas impurezas, crendices e superstições trazidas pelos íberos e mescladas das de silvícolas e africanos. Mas, pelo que se observa em quase todo o país, era o menos eivado dessas manchas: o dorense nunca soube o que seja macumba e outras aberrações de crenças religiosas.

Construída e consagrada a Matriz, criada a freguesia de N. Senhora das Dores do Indaiá, de que fizeram parte as de N. Senhora do Patrocínio do Marmelada, de S. Antônio dos Tiros e de S. Sebastião do Pouso Alegre ou Confusão (31), começou a vida religiosa organizada do povo.

---

(31) — Em 1821, depondo em justificação requerida por Manuel Lino Fiúza de Almeida, o depoente Domingos Pereira de Araújo Caldas, natural de S. José do Rio das Mortes, declarou ser "*morador da fazenda Confusam, da freguesia de Dores do Indaiá*".

Em 1856, obrigados os proprietários à inscrição de suas terras perante o Vigário da respectiva freguesia. (Reg. n.º 1.318, de 1854), os da Confusão vieram fazer tais declarações perante o padre João Batista de Aguiar, Vigário de Dores, como, entre muitos outros, Domingos José Pimenta, morador na "*fazenda dos Pimentas, Distrito de São Sebastião do Pouso Alegre, freguesia de Dores do Indaiá*. (Livs. paroquiais n.ºs 88, 89 e 90, no ARQ. PUB. MINEIRO).

Em 1864, pela Lei n.º 1.186, foi criada a paróquia de N. Senhora do Patrocínio do Marmelada, "compondo-se dos distritos de Marmelada e S. Antônio dos Tiros, desmembrados da paróquia de Dores do Indaiá".

Penso que seu primeiro vigário foi o padre Francisco de Assis Ferreira, porquanto no inventário de Leandro Soares Cardoso, feito em 1806, figura como credor do espólio o *"Vigário Francisco de Assis"*. Nas cercanias da cidade há um sítio que até hoje conserva o nome de "Capão do padre Assis", onde êsse vigário teve uma chácara.

Se é apenas provável que êste foi o primeiro, é certo que o que aparece depois dêle, como vigário, é o padre Francisco Luiz de Sousa, que em 1810 lançou a fs. 54 do Liv. 1.º de assentos de batizados da Matriz de Dores do Indaiá, o seguinte têrmo: "Aos 28 de abril de 1810 batizou e pôs os santos óleos, DE LICENÇA MINHA, o Rev. Francisco de Assis Ferreira a Matinho, párvolo, filho legitimo de Luiz Marcelino da Costa e Nataria Felícia da Silva. P. P. Mariano Ferreira do Amaral e Umbelina Rosa de Jesus, filha de Elias Pinto Coelho. E para constar, MANDEI fazer êste assento, que assigno. O VIGR.º Francisco Luiz de Sousa". O Liv. 1.º desapareceu, mas o assentamento acima transcrito existe em certidão junta ao inventário de Mariano Ferreira do Amaral.

O 3.º Vigário foi o padre José de Brito Freire, consoante certidão do batizado, em 1813, de Maria, filha de Elias Pinto Coelho, anexa ao inventário do citado Mariano F. Amaral (32).

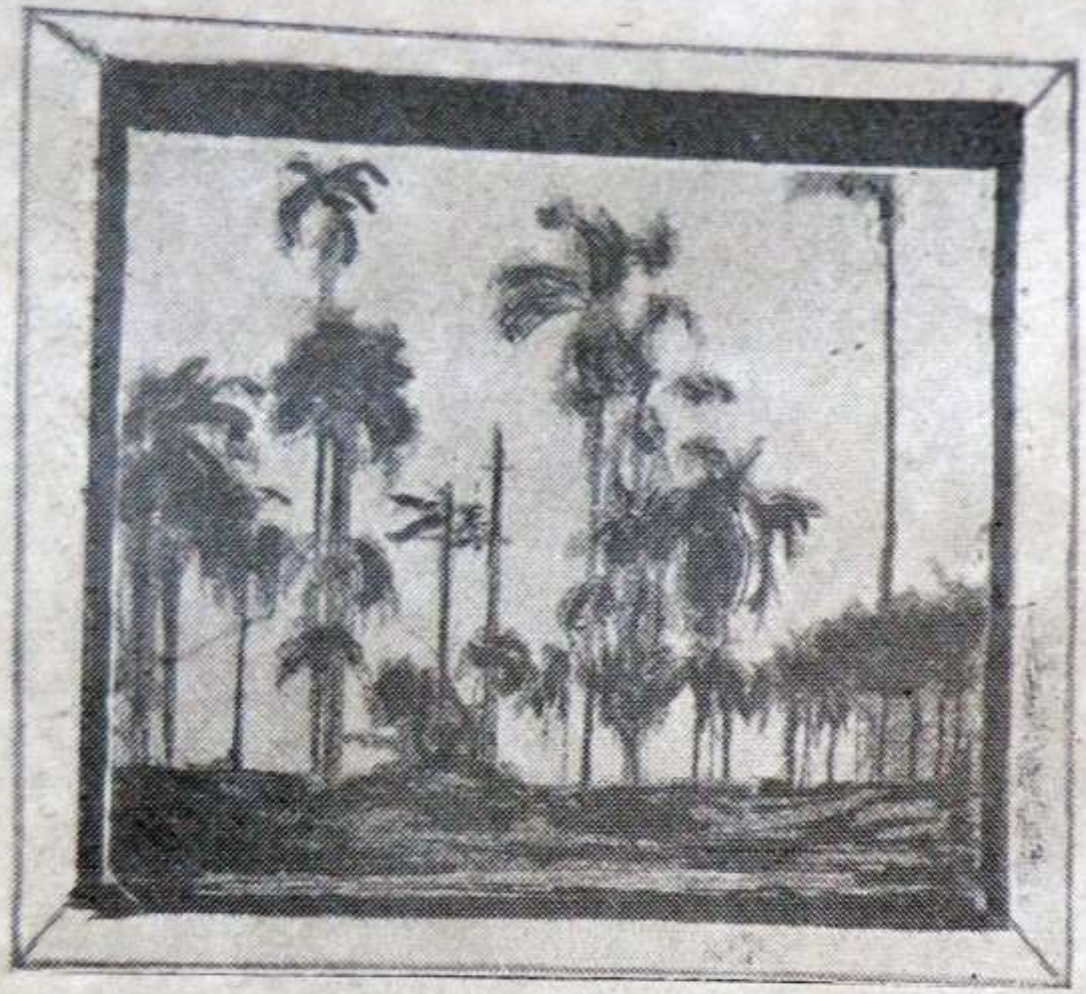
Ao padre Brito seguiu-se o 4.º Vigário Henrique Brandão de Macedo (de 1816 a 31), que deve ser parente de Jorge Luiz Brandão de Macedo, natural do Rio de Janeiro, c.c. Prudência Maria de Sousa, pais de Jorge, Francisco e Prudência, conforme testamento feito em 1869.

Depois dêste consta o padre João Batista de Aguiar (de 1831 a 58), cujo pai — Antônio Manuel de Aguiar — morou em Dores, onde casou a filha Ana com Francisco de Paula Carvalho. Ficando esta nominata sujeita à retificação por alguém mais paciente, que conseguir recolher melhores provas, lembro que em 1843 existiu em Dores do Indaiá o Vigário da Vara padre José Júlio de Araújo Viana, que foi proprietário da fazenda *Gerais*: todavia não encontrei provas de que paroquiasse a freguesia, bem como os padres Francisco de Sousa Coelho, Acácio, Olímpio e Lucas, que também lá existiram.

Vem depois, como vigário, o padre Belchior Rodrigues Braga, filho de Jacinto Braga e D. Angélica Capanema, e cunhado de Antônio José Cardoso, dito Major da Piraquara.

---

(32) — Daqui foi o padre José de Brito Freire para a capela do arraial de Buritis, município de Paracatu, onde fora compelido a celebrar o casamento de um avô, potentado fazendeiro, com a própria neta, tendo quatro bacamartes apontados ao peito. Já velhinho, foi assassinado à porta da capela do Amparo, por Tristão Dias Bicalho, por êle repreendido por haver acendido um cigarro na lâmpada do Santissimo, segundo informa Olimpio Gonzaga.



Praça do Sagrado Coração de Maria, inaugurada em 1873

Em seguida os padres Miguel Kerdole Dias Maciel e Luiz Gonzaga da Silva e Sousa, sendo que dêste último foi coadjutor o dorense padre João Batista Braga. São êstes, ao que sei, os já falecidos.

A assistência espiritual, porém, não ficou restrita sòmente a êsses vigários, pois para logo vieram as missões apostólicas e visitas pastorais dos prelados marianenses: D. Viçoso, D. Silvério Gomes Pimenta (êste duas vêzes, sendo a primeira em 1897, mês de agôsto). Nessas missões, por tôda uma semana, senão duas, os camponeses dos mais afastados socavões do rio Indaiá, Indaiazinho e outros, confluiam para o arraial, vila ou cidade, conforme a época.

Famílias inteiras, que passavam muitos anos sem ir ao *comércio*, compareciam para a desobriga, casamentos e batizados até de 3 filhos de uma vez. As missões eram oportunidade não só para alívio as almas de muitos pecados acumulados, senão também para se endireitarem muitas alianças tortas e lavarem nas águas do batismo as manchas originais de acumulados filhos pagãos. Ninguém se deixava estar em suas fazendas ou sítios ou cafuas de beira de rio: todos queriam ouvir a palavra dos santos missionários.

Tudo corria muito bem, em perfeita ordem e alegria, compunção e cheiro de santidade, até ao dia do indefectível sermão sôbre o inferno. Nesse dia, ó pavor, ó arrepios, quando o missionário descrevia os suplícios infernais, carregando nas côres terríficas do estilo, com espetos incandescentes, chumbo derretido e caldeirões ferventes.

Dali saíam os mais devotos, os mais aliviados em busca de compadres e amigos empedernidos, recalcitrantes, que evitavam o confessionário. Não eram muitos, diga-se em bem da verdade; mas sempre os havia e o missionário não queria deixar pedra sôbre pedra no edifício de Satanaz. E os devotos compadres obravam verdadeiro milagre, arrebanhando e catequizando as ovelhas transviadas.

Conta-se o caso do Augusto Teodoro, com quem foram ter os devotos e fizeram com que se aproximasse do confessionário.

Chega, ajoelha-se e o missionário manda que reze primeiro. E o Augusto, como que limpando a garganta de pigarro das horas de aperturas:

— Siô padre mestre, eu sòmente sei um padre nossozinho muito velho, que não sei se ainda está em moda.

Voltou de lá, chamou o Marinheiro e, com uma cartilha, foram para os fundos do pomar, debaixo do cafeeiro a decorar o "Eu pecador me confesso a Deus..." O que produzia o mêdo do inferno!

Várias foram as missões, mas duas ficaram bem assinaladas pelas recordações que deixaram. Uma foi em 1873, pregada por Frei

Paulino. Para perpetuar a lembrança de sua pregação, preparou a praça a que denominou *"Largo do Sagrado Coração de Maria"*, onde chantou um cruzeiro que é um primor de arte, com os instrumentos da Paixão primorosamente trabalhados em madeira e uma placa onde se lê a inscrição "Lembrança da Santa Missão de 7 de agôsto de 1873". Plantou renques de palmeiras em tôda a área e elegeu mocinhas das principais famílias para cuidarem das plantas: uma delas, parece que a única existente, é a octogenária D. Leopoldina Melgaço Guimarães (D. Didinga), que na época contava apenas 13 primaveras.

Nas duas extremidades fronteiriças da Praça, com frente para a rua Cel. Alexandre Bernardes, havia dois postes lavrados com placas e esta inscrição: Largo do Sagrado Coração de Maria.

Lamenta-se o abandono em que hoje jaz essa Praça.

Outra missão, que ficou também assinalada por um cruzeiro singelo, no Lago de S. Vicente, foi realizada, em 1890, pelos padres Lazaristas, Máximo, Henrique e Pedro. Dêstes dois cruzeiros se infere o depauperamento das florestas da região: é que o mais novo, de 1890, de podre, já não existe, ao passo que o de 1873 lá está firme, resistindo às intempéries, em que pese o abandono a que foi votado, sem uma pincelada de óleo.

Que Deus preserve o sentimento religioso dêsse povo das infiltrações dissolventes que nos ameaçam!

AO abrir êste capitulo disse que, embora não seja a religiosidade sertaneja estreme de certas impurezas.. trazidas pelos íberos e mescladas de práticas ameríndias e africanas, é, entretanto, a menos eivada dessas manchas. E não recuo ante revides infundados, pôsto que seja asserto que só se demonstra pela observação *in loco*. Quem quer que isto lá observe, como observei mais de 40 anos, ficará convencido de que é na prática da religião que mais se acentua o traço de diferença entre as populações da região pastoril das nascentes do S. Francisco e as das antigas zonas açucareiras e de mineração, bem como dos atuais grandes centros litorâneos, onde preponderou e ainda prepondera o elemento africano. Quase tôdas as cidades da região em aprêço são cidades meninas, formadas por famílias já brasileiras, procedentes de várias cidades antigas. Umas precederam de pouco o grito do Ipiranga, outras foram-lhe contemporâneas. Suas primeiras famílias povoadoras traziam das cidades-mães o espírito da organização religiosa, formado desde o berço, aurindo dos lábios maternos,

Pedro José de Oliveira e Silva,
modêlo de probidade

212 — A

zelosos e meigos, os doces ensinamentos evangélicos. Estabelecidas em fazendas distantes e isoladas, os poucos escravos que possuiam, a maioria de sexo feminino, não tinham oportunidade de se associarem em irmandades ou confrarias, como nas velhas cidades, onde essas associações gozavam certa liberdade na prática de seus cultos peculiares. As únicas festas eram celebradas pelos próprios *senhores* nas próprias fazendas. Escravas em convívio permanente com as *sinhás*, trabalhando ombro a ombro com estas, não tinham ensejo sequer de lembrar de ritos africanos, antes aprendiam e praticavam sòmente o católico, algum tanto expurgado de manchas bárbaras. É de se lamentar que a zona seja desconhecida de historiadores e sociólogos do tomo de Gilberto Freire, não para abandonarem as generalizações que, neste setor, fazem dos valores culturais africanos infiltrados no cristianismo, mas para lhe dedicarem um capítulo especial, em justa e merecida exceção.

E' certo que nas zonas açucareiras e de mineração, onde as influências africanas mais se infiltraram na religião, formaram-se como que dois ritos — o dos templos e o popular, êste ora quase carnavalesco, com danças *ao tutucar dos atabaques*, na magistral onomatopéia de Júlio Ribeiro, ora em comes e bebes orgíacos; mas tudo em determinado sítio, onde se reuniam. Não assim na zona pastoril do alto S. Francisco.

Ali nascido e criado, nunca ouvi da bôca de prêto ou de branco a palavra macumba, ou vocábulo equivalente à celebração de ritos africanos, de cuja existência só entrei a conhecer, mais tarde, pela leitura de livros.

Ninguém lá coisa alguma sabe de Ogum, Orixá, ou lá o que chamam diversas *divindades* de nomes bárbaros, cujo rito é, alhures, celebrado na bacanal do baticum, em que rameiras, regateiras e repelentes, em rebolados e reboleios, quebrando e requebrando rodopiantes, à roda da rainha da roda, desnuda, excitam devotas noviças, enquanto o reco-reco rebelde rege o recacau do forrobodó e a orgia da gentalha da cabala exala e espalha o bodum na sala, o bodum no ar, o bodum no chão. A prova é viva, lá está e pode ser observada e estudada por quem queira. Nada disso por lá.

Houve, sim, já depois de organizados os povoados, as danças do congado, ao ensejo de festas religiosas. Mas em que consistiam? Simples danças em plena rua, à vista de todos, em justas expansões africanas durante os dias de folga às canseiras do eito, fartas refeições nas casas dos *festeiros* brancos, e nada mais. Diversão ao ar livre, pelas ruas, à vista de grande massa popular, e não ritos praticados às

ocultas em sítios escolhidos. Não se quer negar haja ali superstições, mormente peculiares a zonas pastoris, como benzedura de feridas bichadas do gado e outras. Mas isto são práticas singulares de um ou outro vaqueiro ou curandeiro, (nem sempre cridos dos próprios patrões que não dispensam as drogas dos laboratórios), sem espírito associativo e sistematizado como nas macumbas. Superstições assim, singulares, há-as por tôda parte, em países civilizados inclusive.

Nem outras religiões, como o protestantismo, que é cristão, consegue aumentar ali o número de seus poucos sectários, apesar dos muitos esforços dos pastores.

CAPÍTULO XIV

Os Corrêas

Dos primeiros europeus aportados a S. Paulo, salvos da escuridão do anonimato, a história registra os nomes de João Ramalho, Antônio Rodrigues e Francisco Chaves, encontrados, em 1532, por Martim Afonso, e mais 5 castelhanos. Não se firmou a certeza, e ainda se discute se eram judeus ou de outra etnia, nem se eram degredados ou grumetes náufragos. Isto, porém, não monta; o que importa é que eram europeus brancos com muitos filhos aqui nascidos de índias e já crescidos, e que dêles provêm os primeiros lares mamelucos da região sulina, donde sairam os Lemes, os Prados, os Buenos e Camargos, os Correa de Arzam e tantas outras famílias tradicionais que desbravaram e povoaram Minas.

Logo depois dêstes vieram outros europeus — portugueses, espanhóis, italianos e flamengos, casando-se uns com índias puro sangue, ou provàvelmente mestiças de sangue francês, outros com descendentes dos primeiros mencionados.

E assim, de entre os muitos cujos nomes não chegaram até nós, foi guardada a memória dos seguintes:

I) Pedro Dias, c. c. Terebé (Maria da Grãa, 2.ª filha de Tibiriçá);

II) Domingos Luiz Grou, c.c. Guassú, filha do cacique da aldeia de Carapicuíba;

III) Braz Gonçalves, c.c. uma filha do cacique da aldeia de Virapueiras;

IV) Braz Estêves Leme, c.c. uma índia;

V) Pedro Afonso, c.c. uma índia tapuia;

VI) Braz Estêves Leme, o moço, mameluco meio sangue, c. c. uma índia;

VII) Manuel Fernandes Ramos, c.c. Suzana Dias, mameluca meio sangue;

VIII) Salvador Pires, c.c. Mecia Assu, mameluca com um quarto de sangue índio;

IX) Bartolomeu Bueno da Ribeira, servilhano, c.c. Maria Pires, mameluca de um oitavo de sangue índio e que de seus sete filhos um foi Amador Bueno, c.c. Bernarda Luiz, mameluca descendente de Tibiriçá;

X) Diogo Bueno, filho de Amador Bueno, c.c. Maria de Oliveira Leme, também mameluca descendente de Tibiriçá;

XI) Domingos Luiz, o carvoeiro, c.c. uma neta de Tibiriçá;

XII) Jusepe de Camargo, sevilhano, c.c. Leonor Domingues, descendente de Tibiriçá;

XIII) Marcelino de Camargo, filho do precedente, casado com sua parenta Messia Ferreira Pimentel, descendente de Tibiriçá e de Piquerobi;

XIV) Os Irmãos Cubas — Braz, Antônio, Gonçalo e Catarina.

Seria alongar excessivamente, mencionando todos constantes da GENEALOGIA PAULISTANA, de Silva Leme, que estou acompanhando aqui.

O morubixada Tibiriçá, como é sábido, mioral da aldêia de Inhapuambuçú, chefiando as tribos de Piratininga, e justamente tido como patriarca dos bandeirantes, deu sua filha Bertina por espôsa de João Ramalho, e depois a Pedro Dias outra filha que se batizou com o nome de Maria da Grãa.

Outro morubixaba — Piquerobi — chefe dos Guaianases, que se diz ocupavam o litoral desde Cananéia até Angra dos Reis, deu por espôsa a Antônio Rodrigues uma filha, que o p. Anchieta batizou com o nome de Antônia Rodrigues, casando-os.

Os filhos dêstes primeiros casais entrelaçaram-se em casamentos não só entre si senão também com europeus que vinham chegando sucessivamente, como, entre muitos outros, Gaspar Godoi, castelhano, Jorge Pires, Gonçalo da Costa, Cosme Ferreira, Luiz de Góis, Belchior de Azevedo, etc. Apenas decorrido pouco mais de meio século de vida colonial, vem o castelhano MARTIM FERNANDEZ TENÓRIO DE AGUILAR, casando-se com Suzana Rodrigues, oriunda dos troncos Ramalho-Antônio Rodrigues.

TENÓRIO falece em 1603, deixando 4 filhas: I) Maria Tenório; II) Ana Veiga; III) Suzana Rodrigues; IV) ELVIRA RODRIGUES.

Luiz Corrêa de Souza (neto de Manoel Corrêa de Souza) e sua espôsa Maria T. de Mendonça, pais do A.

Antes de escoado o primeiro século, chega a S. Paulo o flamengo CORNÉLIO ARZAM (33), que se casa com ELVIRA RODRIGUES, a IV filha do castelhano MARTIM TENÓRIO. Êste casal CORNÉLIO-ELVIRA deixa os seguintes filhos: A) Maria Arzam; B) Manuel Rodrigues de Arzam; C) Ana Rodrigues de Arzam; D) Cap. Mor BRAZ RODRIGUES DE ARZAM; E) Cornélio Rodrigues de Arzam; F) Suzana Rodrigues de Arzam.

O Cap. Mor BRAZ RODRIGUES DE ARZAM, c.c. MARIA EGIPCIA, filha de Pero Domingues e Maria Mendes Braz, falece em 1695, deixando os seguintes filhos: I) MARIA RODRIGUES ARZAM; II) Maria Egipcia Arzam; III) Mariana Arzam.

MARIA RODRIGUES ARZAM se casou com ANTÔNIO GOMES CORRÊA, filho de Manuel Gomes Corrêa e Ana Luzia do Passo (irmão de Catarina Gomes Corrêa, c.c. o Cap. Mor Cornélio Rodrigues Arzam) e dêsse matrimônio, entre outros filhos, deixou: A) Braz Gomes Corrêa, c. c. Maria Lima da Silva, em Parnaiba, em 1690, filha de João Machado Lima e Maria Lima da Silva, pais de Januário Corrêa Lima e Maria Lima da Silva, esta natural de Itapecerica: B) Antônio Gomes Corrêa, c.c. Ana Nunes da Silveira; C) MANUEL CORRÊA

---

(33) — Merece transcrição o que sôbre êste escreve Silva Leme: "Esta familia, que contou entre os bandeirantes e exploradores do sertão vários vultos preeminentes, teve começo em S. Paulo em Cornélio Arzam, natural de Flandres, homem estimado e de recursos, que veio à Capitania de S. Vicente na companhia de D. Francisco de Sousa para edificar os engenhos das minas da Vila de S. Paulo com 200 cruzados de salário, como consta do requerimento que fêz em 1627 ao Capitão-Mor Álvaro Luiz do Vale, em que pedia uma sesmaria, que lhe foi concedida, atenta a pobreza em que então se achava, por terem sido seus bens confiscados em 1620 em conseqüência da pena de excumunhão contra êle lançada pelos padres da Companhia de Jesus. Êste Cornélio Arzam foi quem construiu a Matriz de S. Paulo em 1610, por autorização da Câmara da mesma Vila. Casou-se com Elvira Rodrigues, filha do Capitão-Mor Martim Fernandez Tenório de Aguilar, pessoa nobre e da Governança da Terra. Faleceu em 1638".

Cornélio é avô de Antônio Rodrigues Arzam, filho do Cap. Manuel Rodrigues de Arzam e Mariana de Camargo. "O Capitão Antônio Rodrigues Arzam, diz o mesmo Silva Leme, foi um destemido bandeirante e o primeiro que descobriu ouro em Minas Gerais". Faleceu em 1696, entregando o segrêdo de seu roteiro ao seu concunhado Bartolomeu Bueno de Siqueira, c.c. Maria de Camargo, irmã de Mariana, ambas filhas do Cap. Fernando de Camargo Ortiz, êste por sua vez filho do castelhano Jusepe Camargo, que foi casado com Leonor Domingues, filha do Carvoeiro. Antônio R. Arzam atingiu o Rio Casca em 1692, e em vista do seu roteiro é que Bartolomeu Bueno de Siqueira veio para Minas em 1694, e em 1696 descobriu o rio que se ficou chamando Pitangui, e onde mais tarde se estabeleceu Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguerra). Dois sobrinhos de Antônio R. Arzam — Manuel Corrêa da Arzam e Antônio Corrêa de Arzam, bisneto de Cornélio — como logo se verá, fizeram parte da expedição do coronel Antônio Soares Ferreira, enviado por Artur de Sá para penetrar no Sertão das Esmeraldas. Descobriram e exploraram o ribeiro aurífero S. Antônio do Bom Retiro. Prosseguindo daqui com Lourenço Carlos e Baltazar Leme de Morais Navarro, os dois Corrêas Arzam, lançaram os fundamentos do arraial do Sêrro. O coronel Manuel Corrêa Arzam, depois de forte divergência com Gerardo Domingues, em 1711, a propósito da posse do Rio de Peixe, foi nomeado Regente do distrito do Sêrro, no mesmo ano, pelo Governador Antônio de Albuquerque.

Muito se entrelaçaram os descendentes de Cornélio e Elvira, colaterais com colaterais. O seu 6.º filho Capitão-Mor Cornélio Rodrigues de Arzam, c.c. Catarina Gomes Corrêa, filha de Manuel Gomes Corrêa e Ana Luiza do Passo, teve os filhos; I) Manuel Corrêa de Arzam; II) Ana Luiza de Arzam, c.c. Vasco da Mota; III) Ana Rodrigues de Arzam c.c. Pedro Rendom, filho do castelhano D. Pedro Rendom; IV) Maria Corrêa de Arzam, c.c. Manuel Ortiz de Carmago; V) Catarina Gomes Corrêa, c.c. João Peçanha Falcão; VI) Padre Pedro de Arzam.

A terceira filha de Cornélio e Elvira, de nome Ana Rodrigues de Arzam, c.c. Belchior de Borba Gato, teve os filhos; I) Belchior de Borba Gato, c.c. Maria Pedro Cavalheiro, pais de Antônio de Borba Gato, Josefa Borba Gato, Ana de Borba Gato, c.c. Francisco Martins Prado. Gaspar Afonso, c.c. Madalena Afonso, filha de Pedro Afonso e da índia tapuia, foram os pais de Maria Afonso, c.c. castelhano Alonso Peres Calhamares que, entre outros filhos, tiveram a de nome também Maria Afonso, c.c. Manuel Rodrigues de Arzam, êste filho do casal Cornélio-Elvira.

DE ARZAM, c.c. Maria de Lima, filha de Antônio Lopes de Lima e Maria de Lima.

O casal acima — MANUEL CORRÊA DE ARZAM-MARIA LIMA — entre outros filhos, deixou: I) Salvador Corrêa de Arzam, c.c. Arcângela Godói, filha de Baltazar Godói de Mendonça e Francisca Cordeiro; II) Antônio Corrêa de Lima, c. c. Sebastiana Leite de Miranda, que entre outros filhos, tiveram: Gregório Corrêa Leite, c.c. Andreza de Freitas; III) GUILHERME DE ARZAM, c.c. ESCOLÁSTICA BORGES, filha de Antônio Borges e Páscoa Martins.

Dêste casal GUILHERME — ESCOLÁSTICA vêm três filhos: I) Cornélio; II) Estêvão; III) JOSÉ CORRÊA DE ARZAM.

Êste JOSE' CORRÊA DE ARZAM, conforme consta do testamento de seu filho Manuel Corrêa de Sousa, feito em Dores do Indaiá e transcrito no § 3.º do Capítulo X, e também consoante pesquisa do operoso genealogista Ari Florenzano no cartório do 2.º ofício de Lavras, em inventário feito em 1810, se casou em 1759, em Carrancas, com FRANCISCA DE SOUSA, filha de Carlos Martins de Sousa e Tomázia de Aguiar. O casal JOÉ CORRÊA DE ARZAM - FRANCISCA DE SOUSA deixou 13 filhos, entre os quais MANUEL CORRÊA DE SOUSA, que se casou, em 1780, em Lavras com MARIA ANDREZA DE JESUS (vêja-se o citado test.º no § 3.º).

Manuel Corrêa de Sousa e Maria Andreza de Jesus, moradores na fazenda dos Patos, em Dores do Indaiá, deixaram vivos seis filhos e uma neta: a) João Corrêa de Sousa, c. c. Maria Rita de Macedo. b) Luiz; c) Tereza; d) Manuel; e) Ana; f) Mariana, falecida, casada que foi com Tomaz Aquino Rodrigues, deixando uma filha de nome Rosa; g) ANTÔNIO CORRÊA DE SOUSA, c.c. Ana Luiza de Jesus.

Êste casal ANTÔNIO CORRÊA-ANA LUIZA — deixou os seguintes filhos: 1) Maria Antônia de Sousa, c.c. Henrique Brandão de Macedo, pais de Augusto Osório de Macedo Richo; 2) Bárbara Maria de Sousa (Bitó), casada em primeiras núpcias com Jerônimo Teodoro da Costa, pais de Carlos Teodoro da Costa, Frederico Teodoro da Costa, Jerônimo Teodoro da Costa e Emília Teodoro de Araújo Franco; 3) Jerônima Maria de Sousa, c.c. Lino de Oliveira Coutinho; 4) Luiz Corrêa de Sousa, c.c. Maria Tedora de Mendonça, filha de João Joaquim da Cunha e Maria José Carolina de Moura.

Do casal LUIZ CORRÊA DE SOUSA-MARIA TEODORA DE MENDONÇA nasceram 8 filhos: 1) Policena Teodora de Mendonça, c.c. José Americano Brasileiro de Moura, pais de Maria Raimunda, c.c. Tindaro Corrêa, e José Americano de Moura; 2) Sebas-

João Joaquim da Cunha, pai de Maria Teodora de Mendonça e avô do A.

tião Corrêa de Sousa, c.c. Virgínia Corrêa Ribeiro; João Corrêa de Sousa, c.c. Cornélia Álvares; 4) Carlos da Cunha Corrêa, c.c. Albertina Gontijo da Cunha, filha de Augusto Alves França e Garibaldina França Gontijo; 5) Maria Vita Mendonça, c.c. Marinho Mário de Mendonça; 6) Leonor Corrêa, c.c. Epaminondas Ferreira; 7) José Corrêa de Sousa, formado em Direito, falecido solteiro; 8) Lidoneta Corrêa de Mendonça, solteira, auxiliar da Diretoria do Grupo Escolar de Dores do Indaiá.

O casal CARLOS DA CUNHA CORRÊA-ALBERTINA GONTIJO tem os seguintes filhos: 1) Carlosalberto Corrêa, médico, c.c. Desy da Silva Corrêa, filha do Dr. Lineu Silva e D. Marieta Marcondes Silva; 2) Delba Corrêa Borges, c.c. o Dr. João Borges de Morais; 3) Augusto França Corrêa, solteiro; 4) M. Conceição Corrêa Assunção Ribeiro, c.c. o Dr. Nelson Ribeiro de Oliveira e Silva; 5) Evandro França Corrêa, contabilista, solteiro; 6) José Nazareno França Corrêa, solteiro, oficial de Marinha.

OS CORRÊAS DE DORES DO INDAIÁ

Martim Fernandes Tenório de Aguilar, Castelhano, cc. Suzana Rodrigues descendente Antônio Rodrigues e Antônia Rodrigues, esta filha de Piquerobi

Pais de

Elvira Rodrigues cc. — *o flamengo Cornelio Arzam*

Pais de

Cap-Mor Baz Rodrigues de Pedro Domingues e — *Arzam cc. Maria Egipcia, filha de Maria Mendes Braz*

Pais de

Maria Rodrigues Arzam cc. Manoel Gomes Correa e — *Antônio Gomes Correa, filho de Ana Luiza do Passo*

Pais de

Manoel Corrêa de Arzam cc. Lopes de Lima e — *Maria de Lima, filha de Antônio Maria de Lima*

Pais de

Guilherme Arzam cc. Antônio Borges e — *Escolastica Borges, filha de Paschoa Martins*

Pais de

José Corrêa de Arzam cc. Carlos Martins de Sousa e — *Francisca de Sousa, filha de Thomazia de Aguiar*

Pais de

Manoel Correa de Sousa — *cc. Maria Andreza de Jesus*

Pais de

Antônio Corrêa de Sousa — *cc. Ana Luiza de Jesus*

Pais de

Luiz Corrêa de Sousa cc. Maria João Jaaquim da Cunha e — *Teodora de Mendonça, filha de Maria José Carolina de Moura*

Pais de

Carlos da Cunha Corrêa cc. Albertina Augusto Alves França e — *Gontijo da Cunha, filha de Garibaldina Gontijo França*

Pais de

Dr. Carlosalberto Corrêa cc. Desy cc. Dr. João Borges de Morais, Conceição C. Assunção cc. Dr. Nelson França Correa e José Nazareno — *Silva Corrêa, Delba Corrêa Borges Augusto França Corrêa, M. da Ribeiro de Oliveira e Silva, Evandro França Correa.*

Pedro da Costa Gontijo, neto de castelhano, pai de Garibaldina França Gontijo

Garibaldina França Gontijo (bisneta do castelhano Manoel da Costa Gontijo) c-c. Augusto Alves França

Albertina Gontijo da Cunha, neta de holandês, filha de Augusto Alves França e de Garibaldina França Gontijo

Augusto Alves França, filho de holandês e c. c. Garibaldina França Gontijo, bisneta de castelhano

CAPÍTULO XV

Quartel Geral do Rio Indaiá e o Diamante de Abaeté

Sempre ouvira dizer, e é fama antiga, que o decadente logarejo que tem o curto nome de *Espírito Santo do Quartel Geral do Rio Indaiá* (34), foi inicialmente o sítio mais importante do Município de Dores do Indaiá. E tudo era vago, até o nome incompleto de um tal Cap. Isidoro, que diziam grande contrabandista. Mas pesquisas e estudos tudo esclarecem.

A notícia da existência de diamantes na vasta região que a princípio chamavam do *Abaeté*, data de 1745, quando o Guarda-Mor José Rodrigues Fróis mandou ao General Gomes Freire amostras encontradas por seu irmão José Martins Bonilha. Mas sòmente no fim do século XVIII o govêrno, até então desatento daquela zona, mandou um cientista estudá-la — o Dr. José Vieira Couto, quando as regiões florestosas do Rio Indaiá já se achavam infestadas de negros aquilombados que garimpavam no rio e comerciavam com o memorado Capitão, dando pedras em troca de panos e munições de que haviam mister.

O Dr. José Vieira Couto percorreu vastíssima região e a descreveu, confinando-a ao Poente com a Capitania de Goiaz, ao Nascente com o Rio S. Francisco, ao Sul com Bambuí e ao Norte com os Rios Paracatu e Prêto, esclarecendo que muitos e grandes rios e ribeiros cortam e atravessam o distrito, uns tendo suas nascentes no Campo Grande, outros logo para baixo nas fraldas da Serra imediata e atravessam em sua largura e vão confundir suas águas com as de São Francisco, Bambuí, Indaiá, Abaeté, Paracatu, Sono, etc.

---

(34) — Não confundir Quartel Geral do Rio Indaiá, Município de Dores, com Quartel de Indaiá, povoado a 9 quilômetros de S. João da Chapada, de que fala Aires da Mata Machado Filho, em O NEGRO E O GARIMPO EM MINAS GERAIS.

Um largo cordão de mata, continua o Dr. Vieira, fraldeja e vai correndo sempre pelo sopé da serra ou lomba, em cujo cimo está Campo Grande. Estes montes são conhecidos com o nome de *Mata da Corda*. Bem se vê que o Dr. Vieira, esposando a noção vigente naqueles tempos, dava grande âmbito à zona que chamavam *região do Abaeté*, incluindo nessa denominação, além de tôda a margem esquerda do São Francisco até ao Rio Paracatu, uma grande parte do que é hoje triângulo mineiro: tudo isto era chamado ABAETÉ. Êste nome não se restringia ao rio hoje conhecido por esta designação. Aliás, por êsse tempo, não estava bem preciso qual era o Rio chamado Abaeté, pois que A. SAINT-HILAIRE, citando a Corog. de Casal, informa que êsse autor dissera que a Mata da Corda é um bosque que SE ERGUE ENTRE AMBOS OS ABAETÉ (Viagem às Nasc. do Rio S. Franc. Cap. XI, nota 20, trad. de Clado Lessa). AMBOS os Abaeté, quer dizer que havia outro rio, diferente do que hoje traz êsse nome, com a mesma designação. Êsse outro rio Abaeté não seria o que hoje se chama Indaiá? Como quer que seja, o certo é que ABAETÉ era nome de vasta região, desde a margem esquerda do Rio São Francisco até Paracatu. Ao que parece, Indaiá e Abaeté eram como gêmeos, pois veremos mais tarde que Diogo de Vasconcelos, o velho, foi nomeado Caixa do *novo distrito de Abaethé ou Lorena*, com sede no Quartel Geral do Indaiá.

Onde foi, pois, encontrado o célebre *Diamante do Abaeté* — no Rio Indaiá ou no Abaeté atual?

Estou que foi no Rio Indaiá. Como se explicou no histórico da fazenda *Gerais*, Cap. X, § 8.º, o Alferes Manuel Gomes Batista já era proprietário desta fazenda, distante do rio Indaiá apenas uns 20 quilômetros, quando seu filho Antônio achou a famosa pedra. E' mais razoável que o rio onde faiscava, quando foi daquele achado, devera ser o Indaiá, mais próximo de sua porpriedade e cuja exploração para logo se intensificou. O nome dado à pedra questionada viria da *região do Abaeté*, vastíssima naqueles tempos, e não do rio que atualmente se designa por êsse nome, e distante da fazenda *Gerais* e do Quartel Geral cêrca de 90 quilômetros.

Na ânsia de melhorar a situação do erário régio, que se ia esvaziando com o esgotamento das lavras de ouro, lembrou-se o govêrno metropolitano da região do Abaeté, e em 1786 mandou fazer ali pesquisas oficiais por peritos retirados do Tijuco (Diamantina).

Mercê de resultados animadores, por ato régio de 12 de julho de 1790, foi o governador de Minas autorizado a estabelecer ali uma extração oficial. Em 1791 iniciou-se o serviço por uma tropa de du-

zentos trabalhadores sob administração de Antônio José Alves Pereira. Nessa ocasião foi, para alojamento da tropa e fiscalização do serviço, criado um quartel com a designação de — *Quartel Geral do Indaiá* — sob o comando do Alferes José Dias Bicalho. Data daqui o nome dessa localidade.

Durou essa extração régia quatro anos apenas, suspensa que foi em 1795 por falta de numerário para custeio. Ao passo que se interrompia a extração régia, a particular e clandestina se intensificava, o comércio contrabandista campeava livre, ineficaz ou conivente a fiscalização do destacamento ali deixado. E notável é que o maior contrabandista era o célebre Isidoro Amorim Pereira, *Capitão do Regimento dos Homens Pardos*, mestiço que, todavia, vai desempenhar importante papel em futura extração régia, como consta da correspondência do Governador Ataíde Melo com o Dr. Diogo Vasconcelos. Outro contrabandista, como se deduz da mesma correspondência, foi o já citado Alferes Manuel Gomes Batista, filho de índia Caiapó, como se viu da narrativa de seu neto. Foi precisamente depois dessa interrupção do serviço régio, com sede no Quartel Geral de Indaiá (1795), que o filho do Alferes Gomes Batista achou a pedra famosa, em fins de 1796. Indo a Portugal, tratar de seus direitos contra o traidor padre Anastácio Gonçalves Pimentel, teve ganho de causa e aos 6 de junho de 1797 foi assinada no Reino ordem de remuneração de um conto de réis e a nomeação de Tesoureiro de uma das Fundições de Capitania. Com êsse cargo não podia continuar contrabandista, e, portanto, o foi antes dessa época. Bem haja o contrabando! — diga-se em bem da verdade. Com êsse evento, que não chegava para saciar a voracidade do nosso querido erário, o govêrno metropolitano volveu novamente suas vistas para a região do Abaeté (vale dizer, Indaiá), relegada à exploração de aventureiros e contrabandistas. Foi quando veio para a governança de Minas Bernardo José de Lorena.

Reinicia êste a tentativa e manda fazer novas pesquisas e estudos na região, de cujo resultado se lavrou auto aos 19 de novembro de 1800, em vista das informações dadas, reza o auto, pelo "*Capitam do Regimento dos Homens Pardos Isidoro d'Amorim Pereira*, GUIA e DIRECTOR DE TODOS OS SERVIÇOS". E por que — *necessitas caret lege* (necessidades tem cara de herege, como traduzia o Celestino de Azevedo), a Metrópole se viu forçada a vestir com o hábito de ermitão o satanaz dos contrabandos, que foi o Cap. Isidoro. O Alferes Gomes Batista já era Tesoureiro, e o padre Anastácio morria obscuro em Pitangui, com o sinete de traidor.

Em homenagem ao governador Bernardo de Lorena, escreve J. Felício dos Santos, tentou dar-se a essa região o nome de *Nova Lorena*, como se lê nos documentos da época; mas não pegou.

Nomeado Bernardo de Lorena vice-rei da Índia, vem substituí-lo o general Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, que voltou tôda a sua atenção para a região dita *Nova Lorena*.

Por provisão régia de 15 de maio de 1806, é ordenado o imediato reinício dos serviços de extração nos rios Indaiá e Abaeté. Metendo mãos à obra, por ato de 27 de julho de 1807, o novo governador nomeia a Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, com ordenado de dois contos de réis anuais, para o cargo de Caixa do *novo Distrito de Abaethé ou Lorena*.

Na mesma data foram nomeados: Mateus Alberto de Sousa e Castro para escrivão do Caixa, Francisco José Teixeira Chaves para ajudante do escrivão, e José Marcelino da Silva para almoxarife dos armazéns. Dias depois foi nomeado Antônio José Vieira de Menezes para ajudante de cirurgia, com o ordenado de 4$800 por mês.

Com o título de nomeação recebe o Dr. Diogo de Vasconcelos as instruções ou Regimento para seu *modus agendi*, de que destaco os três seguintes artigos:

4) "Dentro da Demarcação do novo Districto Diamantino do Indaiá e Abaethé não entrará pessoa alguma de qualquer estado, qualidade ou condição que seja sem licença de Vmcê, que lh'a dará persuadido da utilidade, ou necessidade da entrada, e pelo tempo que lhe parecer conveniente para os fins da dita licença. Nem consentirá que nas Tropas Diamantinas entrem Mascates nem pessoas suspeitas, regulando-se a estes respeitos pelo sobredito Regimento de 2 de Agosto, §§ 37, 38 e 39";

5) "Com o tempo se irá informando *das pessoas domiciliarias, e estabelecidas dentro da Demarcação* para fazer despejar os que não tiverem estabelecimento fixo, e forem suspeitos";

10) "O QUARTEL GERAL DO INDAIA deve ser por ora o Lugar da sua Rezidencia, e da Caixa dos Diamantes, e Escripturação mandando Vmcê fazer os arranjamentos necessários para a dita Caixa e Escriptorio. A Casa do Cofre será guardada de dia e de noite por sentinella effectiva dos Soldados de Linha daquelle Destacamento, por me não dever nesta parte conformar com o disposto no § 44 do sobredito Regim. q. admitte pa. este effeito os Pedestres e confiar mais dos soldados do Regimento Regular. Não deverá Vmcê, desamparar seu Posto sem justo impedimento, e neste caso escolherá dos

ABAETÉ
SÃO GOTHARDO
PITANGUA
BOM DESPACHO
ARAXÁ
DIAMANTINA
ESTRELLA
S. ANTONIO DO MONTE
BAMBUHY
COR. D'ANTA
ATERRADO
Brejo
Bananal
Combuhy
Fortaleza
Cachoeirinha
Pratinha
Pontinhos
Veredas
ESTEIOS
Pedra Menina
Capim Branco
Sacco
Motta do Euphrasio
Porcos
Rio Santo Antonio
Rio Jorge
DISTRICTO UNICO
DISTRICTO DE POÇÕES
DISTRICTO DA SÉDE
DISTRICTO DE TIROS
DISTR. UNICO
SERRA DA MARCELLA
SERRA DA AUDADE
SERRA DA CANASTRA
SERRA DA CANASTRA
SERRA DA CANASTRA

Empregados na Adminstração o mais habil para interinamente substituir o seu Lugar, fazendo-mo saber..."

E o dia 5 de setembro de 1807 foi o mais festivo, o mais alviçareiro, o mais histórico dia das efemérides do Quartel Geral do Indaiá: — ali chegava o Dr. Diogo de Vasconcelos, jurista, escritor e poeta de projeção na sociedade de Ouro Prêto, com o pessoal administrativo da Extração Diamantina de Sua Majestade.

O povoadinho sertanejo, de casinhas de sapé, monótono, acorda alvorotado, vibrante; era nas barracas o movimento das tropas com antecedência mandadas do Tijuco; era nos trilhos tortuosos a agitação dos trabalhadores e peritos arrebanhados de diversos pontos da Capitania. Nunca se vira tamanho borborinho naquelas longes paragens. E lá chega o Exmo.º Sr. Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, homem de letras, de prestígio e de confiança do govêrno de S. M. e ali vai residir durante dois anos.

No dia seguinte, 6 de setembro, lança o seu primeiro despacho no título de nomeação de Francisco José Teixeira Chaves: *Cumpra-se e registre-se. Quartel do Indaiá, 6 de setembro de* 1807. *Vasconcelos*. No mesmo dia assina têrmos de posse de funcionários, com o seguinte começo. "Aos seis dias do mez de Septembro de mil oitocentos e sette em cazas de Residência do Doutor Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, Caixa da Extraçam Diamantina do Abaethé ou Lorena... etc".

No dia 11 do mesmo mês escreve do Quartel Geral o seu primeiro ofício ao Governador Ataíde, que lhe responde em ofício de 26 de mesmo mês, do qual merecem destacados os tópicos seguintes: "Tenho presente e nesta hora o seu ofício de 11 de Septembro do mez que vai a acabar, e o primeiro que recebo do *Quartel Geral do Indayá*... Folgo sobremaneira que a sua jornada fosse feliz, e que a chegada da sua residência *encontrasse as Tropas Diamantinenses que eu tinha mandado vir de Tijuco* e que as providências íntimas de José de Deus Lopes deu para a divisão destas não influissem para que o Serviço de S.A.R.I. podesse padecer coisa alguma: êste oficial já a esta hora estará instruido do que cumpre o seu dever. As Ordens que Vmcê. passou tanto ao Administrador do *Serviço do Indayá* para extrair durante êste resto de socca algum cascalho, como a que dirigio por escrito ao de Abaethé, e que nesse em n.º 1.º nada deixa a desejar, quando vejo que Vmcê. se não esqueceu de mandar ao mesmo tempo o habil Caetano Miguel da Costa com os *dous praticos Manoel Gomes Baptista, Thesoureiro da Intendencia de Sabará*, e Antonio da Costa, fiel do Registro de Zabellé; êstes dous homens se devem lembrar que a bondade,

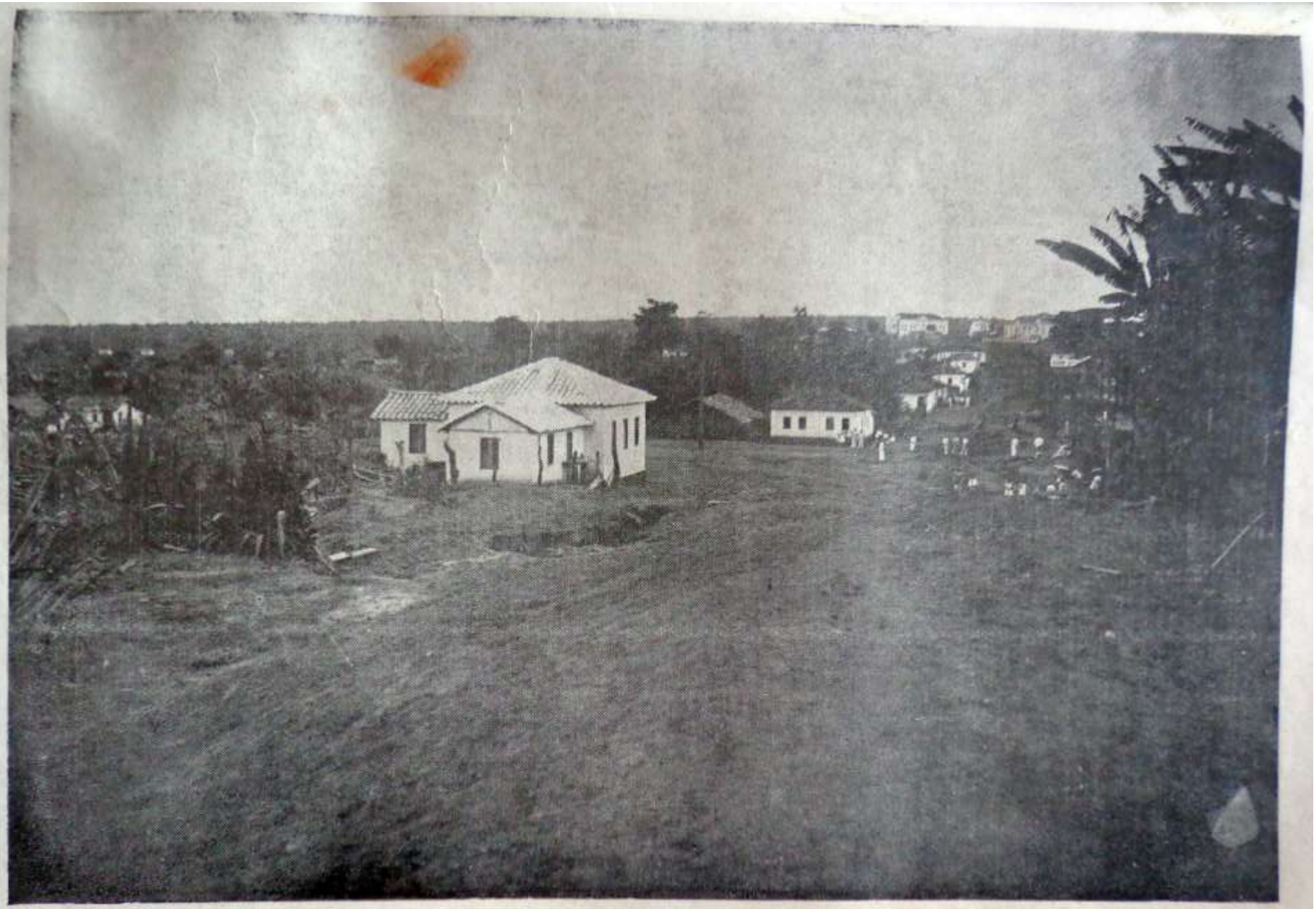
e generosidade de S. A. *em vez d'os castigar pelo muitos extravios que fizeram ao seu Regio Patrimonio, os Premiou largamente* e espero, portanto, que êles sejam os primeiros a *mostrar os sitios mais pingues em Diamantes, pela larga experiencia que têm de todos ESSES RIOS*, e obrou Vmcê. acizadamente em aproveitar-se do tal *Gomes Baptista*, porque procastinando para mais tarde êste exame a sua moléstia talvez o impossibilitaria..." (35)

Além das tropas que trabalhavam na extração régia, foi grande o afluxo de trabalhadores paisanos para aquela zona. Diogo *fechou as portas* do Rio S. Francisco e tratou da construção de um armazém, consoante informação em seu ofício de 12 de janeiro de 1808. Autorizado a comprar muares ao Tenente Antonio Theodoro de Mendonça (36), Diogo escreve a êste que deve o quanto antes comparecer na presença do Governador para tratar do negócio das bêstas que trabalhavam de aluguel na Real Extração, recomendando-lhe, porém, que durante sua ausência deixasse ordem para se entregar o gado, cuja venda haviam ajustado. Não podendo ir a Ouro Prêto, o Ten. Mendonça escreveu a um amigo da capital a seguinte curiosa carta: "Recebi a inclusa do Dor. Diogo Pereira Ribeiro Vasconcellos, Caixa Administrativo da Extraçam Diamantina do *Abaethe* (e atenda-se que era no Quartel Geral, sendo Abaeté denominação de zona. Nota do A.), na qual me participa a ordem de S. Exa. pa. aparecer na sua presença pa. tratar da compra das Bestas que trago alugadas na Extraçam e pondo-me logo a caminho, adoeci na Villa de Pitanguí aonde estive bem enfermo, de maneira que me foi precizo voltar a caza a combalecer aonde m' acho ainda bem mofino, e como o Dor. me recomenda a brevidade, tomei o expediente de lhe escrever esta para assim que Vmcê. a receber va falar a S. Exa. e lhe pondere, que eu trago naquela Extram. 58 Bestas, 50 ganhão aluguel, e 8 não que andão trabalhando para as folhas; q. eu não tinha Bestas, porém, que a instancias do Comde. Je. de Deus as comprei, quando se achavão as Tropas sem ter q. comer logo na chegada; q. as comprei por varios preços, porem q. humas pellas outras com cangalhas, bruacas, e mais arreamt.°, estão cada huma em 30$000 réis, porém não obste. isto S. Exa. determinará o preço porq. deve ficar, pois sou devedor da Real Fazenda e meo maior empenho hé pagar. Deste favor lhe ficarei

---

(35) — Com o grifo pretende-se mostrar que Gomes Batista entrou para os sertões muito antes de 1796, quando adquiriu a *larga* experiência dos MUITOS RIOS pingues em diamantes, vale dier, quando foi contrabandista, fazendo *muitos desvios* do querido erário.

(36) — O Ten. Theodoro de Mendonça é o dizimeiro meu antepassado de que já falei, residente na fazenda Lambari, perto de Bom Despacho, vitima de emboscada na fazenda das Flores, Abaeté. — Murmura-se que teve diversas amantes, entre as quais uma filha de índio de que deixou muitos descendentes.



Vista parcial de Quartel Geral do Indaiá

obrigado e faça o possivel pa. que o proprio traga solução deste particular. Estimo q. tenha saude e felicidades. Ds. Ge ms. as. *Fazenda do Lambari* 5 de Jan.º de 1808. De Vmcê mt.º Vor. Obr.º Antonio Theodoro de Mend.ª".

Ao passo que isto ocorria no longinquo Quartel Geral do Indaiá, refúgio da proscrita descendência de Tiradentes, singrava as águas do Atlântico a nau *Principe Real*, trazendo encarcerada em um beliche a Rainha Louca D. Maria I, que confirmara a sentença de morte do sonhador que tivera a coragem do seu sonho, o sonho que fizera a nobreza e a glória de um sonhador, na frase de Viriato Corrêa.

Essa fuga da familia real para o Brasil, *inestimável penhor* que *agradecemos* a Napoleão Bonaparte, vem refletir no Quartel Geral do Indaiá. E' que a 22 de *janeiro de* 1808, o Governador General Ataíde comunica a Diogo que estava para chegar ao Rio de Janeiro o Príncipe Regente e "por necessidade de evitar na época presente tôdas as despesas", se via obrigado a suspender os serviços, apenas iniciados, ordenando seu regresso a Vila Rica.

E eis aqui como, documentos referentes a humilde e abandonado logarejo do sertão, retificam a história sôbre a propalada precipitação da fuga da família real para o Brasil. Tem-se metido a ridículo D. João VI, dizendo que, numa precipitada deliberação de última hora, atropelada, aturdida, ouvindo estuporado o estrépito ameaçador das tropas de Junot rompendo uivantes pela península a dentro, embarcou para o exílio, trêmulo de mêdo. Mas não foi deliberação de última hora, nem o embarque foi aturdido, atropelado. A deliberação foi amadurecida, discutida com antecedência, e o embarque se preparou ordenadamente, embora com muita mágua, como era natural. Zarpando do Tejo a 1.º de dezembro de 1807, para que a notícia de sua vinda chegasse ao afastado sertão do Quartel Geral do Indaiá em janeiro seguinte, é porque muitos dias antes do embarque do fujão, outra nau mensageira da fuga havia partido daquele pôrto. Fôra precipitada a fuga, não teria sido anunciada para o Brasil com tanta antecedência, de maneira a ir ter ao Quartel antes da chegada ao Rio de Janeiro, aos 7 de março de 1808. Estou com Pandiá Calógeras, quando diz que a esquadra que trouxe a família real com milhares de fugitivos, com um grande acervo administrativo, arquivos, documentos, papéis do govêrno, estava aparelhada meses antes da fuga. Tudo está confirmado pela carta aludida de 22 de janeiro, do Governador Ataíde a ao Dr. Diogo Vasconcelos. Mudem de rumo os que ridicularizam o ataranto do Principe Regente,

emigrante português para a América do Sul, e que daqui não desejava regressar.

Diogo, todavia, ainda permaneceu no Quartel Geral até princípio de 1809, porque a 7 de fevereiro de 808 o mesmo Ataíde lhe escreve revogando a ordem de regresso e determinando prosseguisse na exploração até que o Príncipe Regente determinasse o que se deveria fazer. E o serviço prosseguiu até o fim de 1808, pois em ofício de 13 de outubro dêsse ano o General Governador transmite a Diogo o de D. Fernando José de Portugal, em nome do Príncipe, mandando suspender a extração régia, ali "*ficando sòmente a guarda militar, que ANTIGAMENTE era destinada à vigia dêstes terrenos diamantinos*" (o destacamento ali existia desde 1791).

Mas, não ficava sòmente a guarda militar; ficavam também EUGÊNIA JOAQUINA DA SILVA e seu filho JOÃO DE ALMEIDA BELTRÃO.

Diogo permaneceu no Quartel até janeiro de 1809, tomando providências para recambiar ao Tijuco a tropa e todo o material empregado na extração régia.

E desde êsse dia, enquanto o Quartel Geral entra em decadência, o Rancho da Boa Vista, que já se enfeitava com o nome de Arraial, prospera e continua levantando sua Matriz.

CAPÍTULO XVI

Amores de Tiradentes

— I —

Eugênia Joaquina da Silva

Eis o nome de mulher forte na desventura, singela na obscuridade, humilde na pobreza, que soube fazer da extrema fraqueza do sexo fôrça extrema. Mais que Marília de Dirceu teria inspirado um poema comovente, se ao em vez de amante herói e martir o tivesse tido poeta. O que padeceu Eugênia, mãe amorosa sob sustos inquietantes! Tão estortegada de sobressaltos viveu, tanto sofreu e penou em silenciosa resignação por que o sangue do amante não finasse com êle no patíbulo que se queria infamatório, mas que lhe havia de ser pedestal de glória! Graças ao seu ânimo varonil, à sua edificante fidelidade e devotamento à memória do imortal sonhador, e à sua estoica resignação, o sangue generoso do grande patriota continua correndo nas veias de muitos mineiros e dorenses.

E tu, Quartel Geral do Indaiá, tu que te encolhes tímido quando o avião ronca no teu céu levando turistas granfinos para as estâncias do vício e da perdição, tu podes envaidecer e orgulhar-te merecidamente de haver recolhido e conservado com carinho, e feito frutificar o sangue do único inconfidente que, sabendo ser grande, generoso e altivo no infortúnio, regou na pátria a semente da Democracia. Quando, mais tarde, se escrever a história sincera e verdadeira de Minas, e não apenas as crônicas de nobres e filhos dalgo, que a não souberam administrar, tu hás de figurar como relíquia sagrada, cultuada pelos

pósteros. E então a figura dessa mulher amargurada, cujas cinzas guardas, há de se destacar relevante no cenário do passado mineiro.

Razões sobejas tinha Eugênia de passar dias cheios de ansiedade e pavor, não fôsse ser descoberta a paternidade do filho. Coando no coração, uma a uma, grandes mágoas, tinha que guardar rigoroso sigilo, mercê da caça contínua a todos os parentes do mártir da Independência. Tamanho era o pânico na Província, que o Padre Domingos da Silva Xavier, irmão de Tiradentes, nada tendo com a conspirata, houve que se refugiar em Curitiba, sob o disfarce de nome Joaquim José Fernandes e profissão de comerciante; não lhe valeu a traça, que ali foi prêso em 1790, enquanto o irmão aguardava a sentença de morte infamante. Um dia hão de ser evocadas as horas de angustiosa inquietação, de travor e sofrimentos, escoadas à margem da lagoa do Quartel Geral do Indaiá, a que Eugênia ia estarrecida confiar o segrêdo da procedência de um filho que a todo instante lhe avivava a fisionomia do amante nunca esquecido: procedência que, com resignação serena mas dolorosa, havia de ocultar a bem do filho e da sua prole, subtraindo-os ao labéu infamante que sôbre êles pesava. Ali, tristeza e dor eram suas companheiras.

O pavor estarrecente espalhado pelo aparato espaventoso da execução, fazendo gelar o sangue de um povo sob contínuas ameaças de delações, não consegue sufocar-lhe no coração nem a voz do amor materno, nem a afeição pelo amante martirizado... Não fôra ela, a sua dedicação e fortaleza de ânimo enfrentando perigos, Tiradentes não teria deixado prole conhecida que lhe perpetuasse o sangue generoso. A glorificação dêste pela Pátria emancipada com que sonhara, chegou tarde para ela, cujo último defrontar com o amante foi a contemplação (ia dizendo obrigatória) de sua cabeça exposta numa estaca em Vila Rica; mas chegará a vez de sua reabilitação, certamente.

E por quê não? Se a concupiscente Fedra, com haver tentado seduzir o enteado Hipólito, caluniosamente sacrificado pela recusa de um amor incestuoso, teve o nome perpetuado pelos estros de Sófocles, de Eurípedes, de Racine e de Schiller; se a rainha Dido, suicida, se imortalizou pela musa virgiliana, por ter prevaricado com Enéias; se a adúltera Helena, causa do exício de uma cidade e de um povo, teve sua beleza celebrada com esquecimento de seus crimes; se, ainda, e mais a propósito, a memorada Marília, tão só pelos seus namoricos, deu entrada na história mineira, que muito é seja nobilitada a memória de Eugênia, personagem real e não fabulosa, pelo muito que amou, pelo muito que sofreu e honrou as cinzas do amante?

Vista parcial da Lagoa do Quartel Geral do Indaiá, onde Eugênia passava tardes a carpir-se

Não santificou o seu amor no altar, dir-se-á; isto não importa, porque o purificou no sofrimento, na resignação, no respeito e dedicação à memória do amante, com lhe guardar fidelidade e preservar da ignominia e anátema o seu único rebento.

Por muito que forcejasse em ocultar a procedência do filho, certa vez não se conteve e deixou escapar. Foi o caso que, acontecendo estar o filho em palestra com um amigo em frente ao seu casebre, em Quartel Geral, Eugênia levantou uma nesguita no véu do sigilo:

— O João se parece com o pai dêle até no modo de falar alto.

— Quem é o pai dêle, vovó, que nunca ouvi falar seu nome? — indaga a netinha Carolina.

— Morreu na fôrca, filhinha.

— Ah! então foi muito mau, — conclui a neta.

— Não, filhinha, atalhou Eugênia, — foi muito bom, os homens é que foram maus.

E êste pequeno episódio, provocado pela curiosidade de uma criança, leva Eugênia a quebrar o segrêdo para defender o pai de seus descendentes, limpar-lhe o nome e a reputação para êstes e para a História: daí foi revelando pouco a pouco o seu romance amoroso.

— II —

João de Almeida Beltrão

O casal português Manuel da Silva-Maria Josefa da Silva fôra mandado do Rio para Vila Rica por uns frades, para zelar uma granja. Decorridos alguns anos, lá faleceu o casal, ficando os filhos no desamparo, entre êles as jovens Francisca da Silva, EUGÊNIA JOAQUINA DA SILVA, Maria Eugênia da Silva e Leonarda Eugênia da Silva. Condoído das órfãs, Tiradentes aproxima-se delas, amparando-as tanto quanto lho permitiam seus minguados recursos.

Privança. Gratidão das meninas ao benfeitor. Nisto e por isto, Eugênia ganhou-lhe afeição. Amaram-se. Vem um filho que teve de nome João.

Tiradentes, nascido em 1748, aproximava-se dos seus 40 anos e Eugênia teria no máximo 16 anos de idade, quando começou seu

romance de amor (37). Não se ignora como o quarentão ama apaixonadamente, de preferência as jovens.

Sobrevém a conjuração mineira: prevendo suas conseqüências no caso de malôgro, o imortal Alferes da Liberdade confia a guarda do menino, que teria na época 5 anos, ao seu amigo Joaquim de Almeida Beltrão, açougueiro em Vila Rica, pedindo-lhe que o ocultasse e tivesse em sigilo sua filiação, na hipótese de fracasso da conjura. E assim passa a criança do poder de Eugênia para o do açougueiro sob o disfarce de nome — João de Almeida Beltrão. Acontece, porém, que, depois de executado Tiradentes, o mau tutor se põe a maltratar o menino, já com castigos, já com trabalho excessivo. Nessa emergência, carregando consigo tôda a tristeza dos patriotas brasileiros, que aspiravam à Independência, ainda acabrunhada com a recordação do protetor e amante executado, sob o pavor escarmentoso que o Conde de Rezende espalhou por tôda a Província com aquela pompa aparatosa da execução, e revoltada a mais com o proceder do açougueiro, intervém Eugênia, disposta a denunciá-lo pelos maus tratos infligidos à criança. Mas que direito poderia ter um infamado por sentença!

Revida o tutor com a ameaça de revelar a filiação do pequeno, e o mesmo era que infelicitá-lo sob os efeitos da sentença infamante. Faz-se, então, acôrdo sob condição de recíproco sigilo: êle, sôbre a filiação do menino, que restitui: ela, sôbre os maus tratos. E o nome emprestado — *Almeida Beltrão* — continuaria afastando suspeitas infamatórias.

Com sacrifícios, trabalhos e sofrimentos, Eugênia acaba de criar o menino, mandando ensinar-lhe rudimentos de letras e o ofício de ourives. Adulto, e mercê do disfarce de nome, entra êle para a milícia de Vila Rica e vem, então, servir no destacamento do Quartel Geral do Rio Indaiá, que fôra sede de uma extração régia de diamantes, chefiada por Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, até o ano de 1809. Suspensa a extração, ali continuou mantido o destacamento policial para vedar o contrabando largamente praticado. Fazendo parte do destacamento, João Beltrão se casa com Maria Francisca da Silva, filha de um fazendeiro vizinho.

Tão logo casado, busca de Vila Rica mãe e tias para sua companhia em Quartel General. Depois de dar baixa no serviço militar,

---

(37) — Entre 1830 e 35. D. Claudina de Sousa Coelho viu e conheceu, em Dores do Indaiá, a velhinha Eugênia, que lhe disseram ser a mulher de Tiradentes. E' viva, para satisfação de sua numerosa prole, a octogenária D. Leopoldina Melgaço Guimarães, viúva do Cel. Antônio Caetano da Silva Guimarães, a quem D. Claudina contava haver conhecido a mulher de Tiradentes, a Eugênia referida. E' notícia confirmada por muitos filhos de D. Leopoldina.

ali falece, deixando do seu matrimônio com Maria Francisca os 9 filhos seguintes:

1) Ana, c. c. José Gomes de Moura, que foi proprietário de terras nas fazendas *Japão* e *Veados*, onde faleceu;
2) José de Almeida Beltrão, c. c. Maria Madalena, falecidos em Uberaba;
3) Lúcio, falecido solteiro;
4) Francelina Fausta Josina, c. c. Joaquim dos Santos Caldeira, falecidos em Quartel Geral;
5) CAROLINA AUGUSTA CESARINA, c. c. Antônio Alves de Rezende, falecida em Uberaba, em 1906, com 86 anos de idade, a quem devemos ótimas informações;
6) Elisa Lisboa Madalena do Carmo, falecida em Morrinhos, Goiaz;
7) Justino de Almeida Beltrão, falecido em Morrinhos;
8) João de Almeida Beltrão Júnior...
9) BELCHIOR DE ALMEIDA BELTRÃO, vulgarmente *Dr. Precata*, casado em primeiras núpcias com Maria (*Inhá*) e em segundas, com Maria Custódia Rodrigues Zica. Êste, nascido em 1833, do seu segundo matrimônio deixou os seguintes filhos: a) Pedro de Almeida Beltrão; b) João Batista Zica; c) Ana Perpétua Zica; d) Carolina Custódia Beltrão; e) Maria Custódia Rodrigues Zica, c. c. Job Rodrigues Braga, falecida aos 17 de setembro de 1945. No apanhado que aí fica abordoei-me a informações dadas por Carolina A. Cesarina e publicadas na *Rev. Arq. Pub. Mineiro*, pelo seu correspondente oficial em Uberaba.

Matrona pobre, humilde, virtuosa, de nenhumas letras e sem pretensão a favores oficiais, já nos últimos dias de vida, era D. Carolina incapaz de um embuste e menos ainda de fantasiar episódios como o da ida do casal português para Vila Rica, os amores do seu avô e as peripécias com o menino João, seu pai. Suas informações, dadas em Uberaba, onde residia há muitos anos, longe do Quartel Geral do Indaiá, coincidem, sem discrepância, com a tradição secular guardada pela família Beltrão, que permanece em Dores do Indaiá. Não é, entretanto, sòmente a tradição centenária zelosamente guardada pela família Beltrão: em seu apoio existem provas documentais relevantes nos AUTOS DA DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA, publicação do Ministério da Educação, vol, V, pág. 227.

É o fato que, quando se procedeu ao seqüestro nos bens do inconfidente Tenente Coronel Domingos Vieira de Abreu, aos 7 de setembro de 1789, em Vila Rica, entre os documentos firmados por devedores ao seqüestrado, figura um de responsabilidade do cadete JOSÉ DE ALMEIDA BELTRÃO, provàvelmente parente ou mesmo irmão do açougueiro aludido. No mesmo volume, pág. 330, vem o auto de seqüestro nos bens de Tiradentes. Entre seus papéis foi encontrado outro Crédito que é devedor JOSÉ PEREIRA DE ALMADA BELTRÃO ao mesmo seqüestrado, da quantia de duzentos mil réis.

O ALMADA em vez de Almeida deve ser êrro de cópia ou revisão.

Tudo isto prova que existiu em Vila Rica, no tempo de Tiradentes, essa família *Almeida Beltrão*, e que êle tinha boas relações com alguns de seus membros, emprestando-lhes dinheiro.

A melhor prova foi, mais recentemente, descoberta pelo Dr. Diogo de Vasconcelos, antes da publicação oficial dos autos da Inconfidência, e de que nos dá notícia o Dr. Lúcio dos Santos, na sua preciosa obra *A Inconfidência Mineira*, publicada em 1927, mas prefaciada em 1922.

Mercê da informação do Dr. Diogo, procurou êle os originais dos autos e dentro de um dos volumes encontrou "um pedaço de papel, *parecendo muito antigo*" com um apontamento de que extraio êstes dizeres, "..... Teve um filho de nome João de Almeida Beltrão, que assentou praça de soldado e depois casou no ANDAIAL e lá faleceu".

Ora, êsse papel é realmente *muito antigo* em vista da grafia da palavra *Andaial*, porquanto desde 1800 êsse vocábulo indígena começou a ser grafado INDAIÁ, e não mais *Andaiá* e muito menos *Andaial*. Na carta de sesmaria assinada pelo governador Bernardo José de Lorena, a primeiro de dezembro de 1801, a favor de José Gonçalves da Silva, concedendo terras da fazenda hoje chamada *Nau de Guerra*, as divisas do imóvel são descritas: "... pelo Poente com a Matta da Corda nas cabeceiras do *Indayásinho* e do Borrachudo, e pelo Sul com o *Indayá*..."

O citado mapa do padre Jacob Cocleo, que é bem anterior a 1800, já grafava o nome do rio INDAYAIG. Na correspondência do governador Pedro M. X. de Athayde e Melo com o Dr. Diogo, de 1807 a 808, sempre se escreveu Quartel Geral do Indaiá. Em documentos existentes nos cartórios de Dores do Indaiá, e em muitos particulares em meu poder, o têrmo foi sempre escrito Indaiá — a partir de 1805. O tal papel, copiado pelo Dr. Lúcio dos Santos, deve, portanto, ser

anterior pelo menos a 1850, porque já fala no falecimento de João Beltrão, anterior ao de sua mãe. E' muito provável que, quem o escreveu, tenha andado pelo Quartel Geral do Indaiá e tenha ouvido a informação à própria Eugênia, que dizem ter falecido com mais de 100 anos de idade.

João Beltrão teve uma irmã de nome Joaquina, falecida logo depois da execução de Tiradentes. E' a de que dá notícia o auto lavrado pelos esbirros do Visconde e consta do vol. III, pág. 142 da DEVASSA, *verbis*:

"JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER — Era solteiro e tem uma filha natural por nome Joaquina, de menor idade, que vive pobremente em companhia de sua mãe nesta Villa".

Não encontraram o filho, mercê da providência tomada por Tiradentes, e pena é não tivessem os esbirros mencionado, ao menos, o nome da amante que vivia *pobremente, nesta Villa*.

Correm lendas acêrca dos amores de Tiradentes, dando-lhe uns mais de uma amante (o que é possível em épocas sucessivas e dado seu estado de solteirão), dizendo outros de uma tal Perpétua, no Rio de Janeiro, a acenar-lhe, qual Magdala, quando marchava para a fôrca.

Fantasia, certamente.

Escritores há que chamam o açougueiro — *Miguel*. Miguel ou Joaquim, não importa, o que monta é o nome de família — *Almeida Beltrão*, gente que existiu em Ouro Prêto, e de que Carolina, analfabeta, que nunca foi a Capital, dá notícia, mais de 100 anos depois, lá em Uberaba.

Não há, pois, duvidar que a descendência autêntica do herói da Inconfidência é a família Almeida Beltrão, existente em Dores de Indaiá, donde se tem irradiado para outras cidades e Estados.

E, todavia, sem o merecer, parece que até hoje pesa sôbre a prole do grande mártir o labeu da sentença infamante; talvez até com sorrisos zombeteiros seja lido êste capítulo, averbando de vaidade tôla a pretensão dessa descendência. Nem o Império, nem a República mandaram jamais pesquisar e averiguar a veracidade e fundamento da tradição secular conservada por sua família, não já para amparà-la (o que muito merece e precisa), mas para lhe fazer justiça e autenticar oficialmente sua procedência e dignificá-la.

João de Almeida Beltrão, autêntico filho de Tiradentes, teve também uma irmã, como consta dos citados AUTOS, da DEV. da IN-

CONF.: mas esta morreu ainda criança, ao que se supõe. Gozou de estima e ótimo conceito entre seus contemporâneos de Quartel Geral do Indaiá. Era designado para funções de confiança, consoante se vê nos autos de inventário dos bens de José Pereira da Costa e sua mulher, em 1837 (cartório do 2.º ofício de Dores do Indaiá), e consta da seguinte petição; "DIZ Francisco Alves Marins, genro que foi do finado José Pereira da Costa e Maria de Jesus que, falecendo ambos, etc... vem o Suple. requerer a fatura do inventário e desde já nomeia para avaliadores dos bens a Silvério Alves de Sousa e *João de Almeida Beltrão,* etc..."

Despacho: "Responda. Pitangui, 25 de janeiro de 1837. Morais" — Era juiz José Gregório da Morais Navarro.

§ 3.º

Belchior de Almeida Beltrão

Antes da República glorificar a memória do protomartir, netos dêle já adotavam seu apelido. Embora o desleixo das autoridades eclesiásticas e civis de Dores do Indaiá, em conservar documentos antigos, consegui uma ata de eleições, em 1872, realizadas pelas assembléias paroquiais da Cidade de Dores do Indaiá e das suas freguesias de Morada Nova, Marmelada e Tiros, para escolha de vereadores à Câmara Municipal.

A assentada de apuração foi presidida pelo Cap. José de Sousa Coelho, presentes os antigos vereadores Indalécio José da Silva, Jacinto Rodrigues Zica Sintico, e suplentes José Ribeiro da Silva e João Martinho de Aguiar. Nas eleições foi votado o nome de Belchior de Almeida Beltrão TIRADENTES ao lado dos nomes de Ten. Cel. Antônio Zacarias Álvares da Silva (Barão de Indaiá), Francisco Fernandes da Silva, Luiz Joaquim da Silva Porto, José Ferreira Rates, Jacinto Álvares da Silva, Augusto Alves França, João Roberto de Herédia Mendes Ribeiro e outros.

E a família Beltrão tem conservado êsse apelido, porquanto a fls. 65 v. do Liv. n.º 2, de registro civil de nascimentos do cartório de Dores do Indaiá, encontra-se êste assentamento:

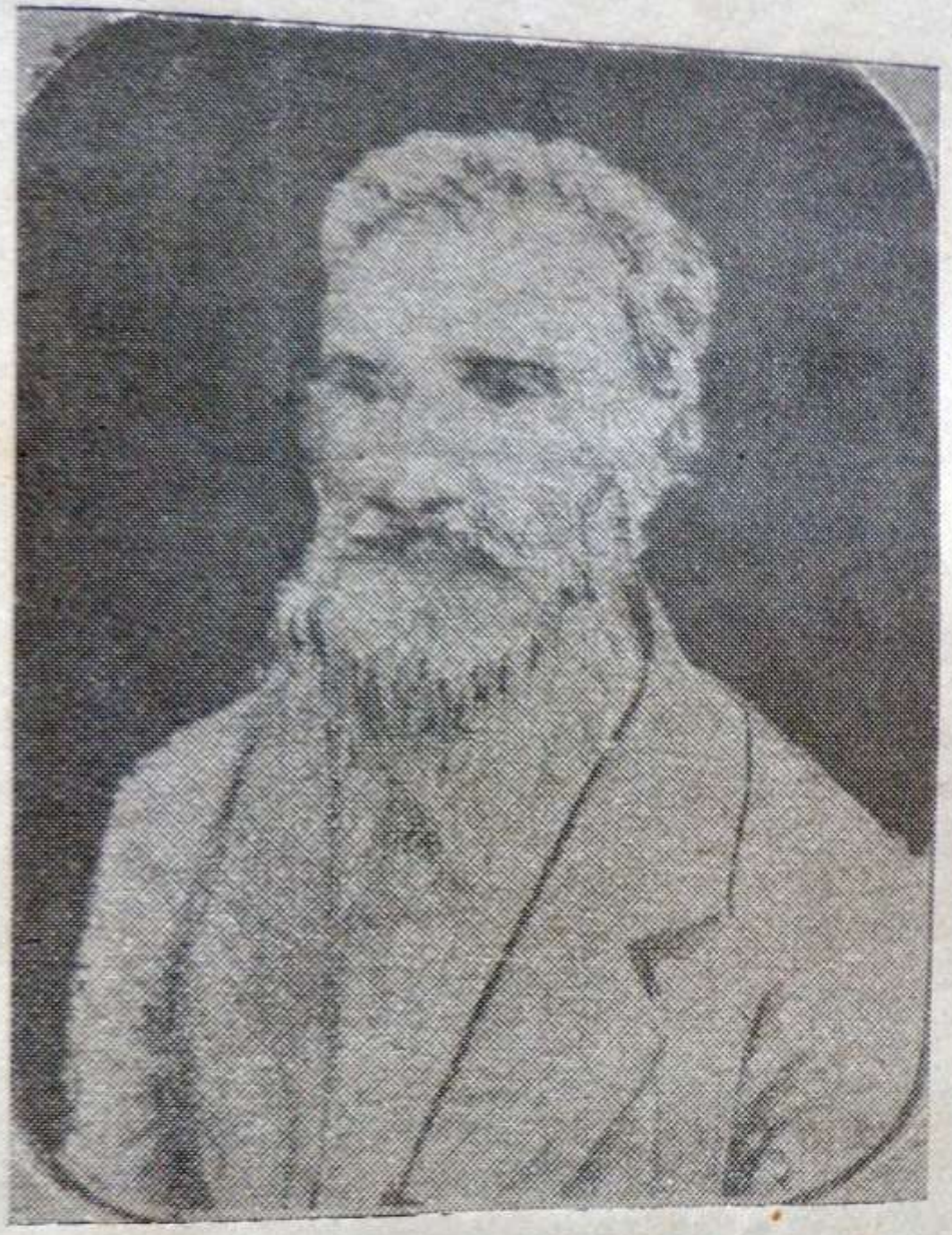
> "JOSÉ, do sexo masculino, nascido nesta cidade de Dores do Indaiá às 19 horas do dia dois de novembro de 1900; filho do sr. Pedro de Almeida Beltrão e de Dona Zoé Cândida dos Santos, naturais dêste distrito e residentes então nesta cidade. São avós do registrado, pelo lado pater-

no: — Belchior de Almeida Beltrão TIRADENTES e dona Maria Custódia Rodrigues Zica; e pelo lado materno: — Jacinto Rodrigues Zica Sintico e D. Lina Cândida dos Santos".

Belchior herdou de seu avô Tiradentes assim as características somáticas bem como o sentimento de caridade e a vocação para a medicina, tornando-se prático na arte de tratar moléstias numa época em que escasseavam médicos no sertão. Ficou, por isso, popularmente conhecido por — DR. PRECATA — e era freqüentemente chamado por pobres e ricos, a todos atendendo gratuitamente.

Informado de que havia curado uma menina, hoje mãe de família residente em Dores do Indaiá, procurei dona Maria Lina Costa, que me forneceu o seguinte escrito: "Eu, Maria Lina Costa, casada, atualmente residente em Dores do Indaiá, declaro que, quando morava na fazenda da Boa Vista, município de Bom Despacho, conheci bem a Belchior de Almeida Beltrão Tiradentes, vulgo Dr. Precata, o qual, a meu chamado, tratou de minha filha Maria Madalena Costa, desenganada por médico de Pitangui, curando-a. Posso afirmar que a fotografia publicada no n.º de novembro de 945, da VIDA DOMESTICA, reproduz perfeitamente a fisionomia do mesmo Belchior, que tinha olhos redondos e vivos. Era prático chamado por tôda a população do Riacho e outros povoados entre a antiga Abadia de Pitangui e Bom Despacho, gozando de ótimo nome em virtude das muitas curas que fazia. Era homem sistemático e dizia que havia sido convidado para a Côrte, mas preferia o sertão com sua boa aguardente. Sòmente para a casa da declarante foi chamado várias vêzes. Faço essa declaração para efeito de publicidade e em cumprimento de um dever de gratidão à memória do mesmo Belchior. Dores do Indaiá, 17 de abril de 1946.

Maria Lina Costa. Confirmamos a declaração supra e declaramos ter conhecido muito o mesmo Belchior de Almeida Beltrão Tiradentes. — *Pedro França Gontijo — Joaquim Costa*".



Belchior de Almeida Beltrão Tiradentes
(*Dr. Precata*), neto do Proto-Martir

§ 4.º

Limpeza de sangue

A descendência de Tiradentes pode orgulhar-se não só do sangue patriota que se verteu em prol da nossa emancipação política, senão também da limpeza de sua origem familiar.

Quando se fêz o processo de habilitação para ordens sacras dos seus irmãos, que foram os padres Domingos da Silva Xavier e Antônio da Silva dos Santos, a Cúria Marianense procedeu a completa e rigorosa devassa sôbre a procedência e limpeza de sangue dos pais de Tiradentes e só encontrou atributos de que a família pode ufanar-se (37).

Basta se leia o seguinte mandado: "MANDO ao Rev.º Vig.º da frega. de N. S. do Pilar da Va. de S. João del-Rey que, sendo-lhe este meu mandado presente, indo por mim somente assignado, por si *ex-officio* com todo segredo, sem que a parte intervenha em cousa alguma, se informe em sua freguezia, ou fora délla, sendo necessário, de pessoas fidedignas, antigas e christãos velhos, que não sejam parentes do habilitando, sôbre a limpeza de sangue de Domingos da Silva Xavier e seu irmão Antônio da Silva dos Santos, nascidos e baptizados na Capella de S. Rita freguezia de N. S. do Pilar da Villa de S. João del-Rey, filhos legítimos de Domingos da Silva dos Santos e de sua mulher Antônia da Encarnação Xavier, netos pelo lado paterno de André da Silva e de sua mulher Marianna da Motta, já defuntos, moradores que foram no lugar de Cadusozo e freguezia de S. André do m.º Cadusozo de N.S. de Oliveira, do tr.º de Va. Nova de Frecheiro de Basto, e pela materna nettos de Domingos Xavier Ferds. natural do lugar de pouso de frega. de S. Thiago da Crus tr.º de Barcellos do Arcebispado de Braga, e de sua mulher Maria de Oliveira Cozassa, nal. da cidade de S. Paulo e moradores os dictos avós maternos na Villa de S. José do Rio das Mortes e se informará pelo que respeita

---

(37) — Os dados que se seguem, são extraídos da obra GENEALOGIA MINEIRA, de Artur Rezende.

ao dicto habilitando e seus paes, donde vêm suas origens, e nascimentos, e que pessoas são, se são limpos, e de limpo sangue, sem raça de judeu, mouro mourisco, Herege, ou de outra infecta nação reprovada contra nossa Sancta Fé Cathólica, e do que se achar e souber, dará sua particular informação jurada, etc., etc... Aos trez de julho de 1758. E eu Antônio Monteiro de Noronha, escrvm. Ajude. da Cama. Epal. que a subscrevi. Olivra".

Da certidão de batismo da mãe de Tiradentes; "Aos 12 dias do mez de abril de 1721 annos baptizei e puz os Santos Oleos a Antonia, filha legitima de Domingos Xavier Fernandes e de D. Maria de Oliveira Colaça (?), foram padrinhos Agostinho Francisco da Silva e D. Antonia da Silva. (assinado) O Vig.º Dr. Joseph Nogueira Ferraz".

Certidão do casamento dos pais de Tiradentes: "José Barbosa Pera. Coadjutor da Freguezia de Sancto Antonio da Villa de S. José da Comarca do Rio das Mortes: CERTIFICO que revendo o Livro de assentamento de casamentos da freguezia da dicta Villa nelle a fls. 81 v. se acha um do theor seguinte. Aos trinta dias do mez de Junho de 1738 annos na minha Igreja Matriz desta Villa, feitas as determinações canonicas na forma do Sagrado Concilio Tridentino, não havendo impedimento, com Provizam do Reverendo Vigário da Vara desta Comarca o Doutor Manoel da Rosa Coutinho, se casaram em minha presença com palavras da ..... na forma do mesmo Sagrado Concilio Tridentino os contraentes DOMINGOS DA SILVA DOS SANTOS, natural da freguezia de S. André do Cadussozo, termo da Vila de Basto, Arcebispado de Braga, filho legitimo de André da Silva e Marianna da Motta, e ANTÔNIA DA ENCARNAÇÃO XAVIER, natural desta freguezia, filha legitima de Domingos Xavier Fernandes e Maria de Oliveira Colaça — Foram testemunhas José Veloso Cammo, Bernardo Rodrigues Dantas, Maria da Conceição Xavier e Rita de Jesus Xavier, todos desta freguezia, do que fiz este termo. O Vigário Doutor Joseph Nogueira Ferraz".

Do inventário da mãe de Tiradentes, feito em 1756, constam os seguintes filhos:

1) Domingos, 15 anos de idade
2) Maria, 12
3) Antônio, 10 " "
4) Joaquim, 8 " "
5) José, 6 " "
6) Eufrazia, 3 " "
7) Antônia, 1 " "
" "

CAPÍTULO XVII

Vida intelectual sertaneja

"Um povo vale o que vale a sua mentalidade".

E' um velho conceito que, como já disse alguém, precisamente por ser velho, sempre lembrado e muito repetido, tem fôrça de maior verdade.

Êste capítulo da história do povo dorense seria uma página em branco, se a alma sertaneja não fôra abroquelada de muita paciência no esperar que lhe raiasse o dia da emancipação intelectual; se, pôsto que *retrogrado,* à conta do abandono em que foi deixado, o povo não soubesse conservar suas boas qualidades, virtuais, latentes, à espera de oportunidade para emergirem vigorosas. E quando essa oportunidade se lhe oferece, o sertanejo revela o vigor de sua capacidade, o seu pendor para as ciências e as artes. E só na última década do século XIX começa lenta e gradativamente o surto intelectual sertanejo. Até êsse momento, Dores contava apenas com um filho sacerdote, o padre Vigilato Pinto Fiúza.

Uma dessas oportunidades, diga-se em singelo preito de sincera gratidão, ofereceu-a D. Silvério Gomes Pimenta, quando, na sua visita pastoral de agôsto de 1897, andou arrebanhando meninos sertanejos para o seminário. Dado êsse despertar, começa o amor dos jovens dorenses para o estudo.

Assim é que, em dezembro de 1908, surge ali o primeiro dorense formado em Direito, cujo perfil de bacharelando o malogrado e saudoso João Camelo assim traçou:

"Se políticos ouvem pretendentes
E que êles vêm com o sobrenome dêste;
Andou no seminário e de seus lentes
Trouxe o latim que a teologia veste.

"Em Dores do Indaiá esperam vê-lo,
Não padre sem bigodes revirados,
Mas doutor a resolver com zêlo
Questões que absorvem juízes e advogados."

Daí avante começa a maioridade mental da juventude dorense, e vêm logo os formados:

Em Direito:

Francisco Luiz da Silva Campos, José Soares de Carvalho, José de Assis Rocha, José Osvaldo de Araújo, Emílio Moura, José Corrêa de Sousa (falecido), José Bernardes de Sousa Filho, Eduardo de Almeida Barbosa, Cloves Soares, Geraldo Faria de Sousa, Raimundo Carlos de Azevedo, Edmundo Lobato Gonçalves Maia.

Em Medicina:

Sigefredo Pinto Fiúza, Edgar Pinto Fiúza, José Argemiro de Moura, Abel Augusto de Moura, Luiz Gonzaga de Moura, Augusto França Gontijo, João Chagas de Faria, Paulo Pinto Gontijo, José B. Greco, Ovídio José dos Santos, Oscar Matos, Olinto Manso Pereira, Francisco Xavier, Moacir Bernardes de Sousa, João Manso Pereira e Carlosalberto Corrêa (oftalmologista), êstes dois últimos com grande clínica no Rio de Janeiro.

Na Literatura e na Poesia:

José Osvaldo de Araújo, Emílio Moura, Maria do Carmo de Sousa Gouthier, Antônio Nelson de Moura, Pedro Joaquim da Silva.

Em Agronomia:

José Theodoro da Costa.

Em Química Industrial:

O farmacêutico Agêo Pio Sobrinho.

Em Farmácia:

Jacinto Caetano da Silva Guimarães, Jacinto Pinto Fiúza, Agenor Faria, Artur Moura Filho, Mário Vaz da Costa, Mozart Fiúza França.

Em Odontologia:

Firmino Guilherme da Costa, José Ferreira Carneiro, Miguel de Almeida Barbosa, José Ferreira de Sousa, Antônio Caetano da Silva França Gontijo, Aldair Carneiro Barbosa, Olímpio Lívio de Faria e Hélio Guimarães.

Na Marinha Nacional:

O Tenente José Nazareno França Corrêa.

Em Contabilidade:

Evandro França Corrêa, José de Almeida Beltrão, Alexandre Fiúza de Lacerda, Djalma Melgaço.

No Sacerdócio:

João Batista Braga, Mário de Assis Rocha (falecidos), Joaquim de Assis Rocha, João Bosco de Assis Rocha, Romeu de Faria, José de Oliveira (êstes quatro, jesuítas, sendo o último filho de Antônio de Oliveira Sobrinho) e os irmãos maristas Geraldo Feliciano de Macedo, José de Oliveira (filho de Sinnião José de Oliveira), Ulisses Carneiro, Walter Godofredo Ude, Geraldo José da Silva, e ainda o padre Cesar de Carvalho. Irmãs de Caridade, congregadas, são muitas.

No alto Funcionalismo:

Alberto Guimarães Chagas, Francisco Bernardes de Sousa, Orlando Itamoci Noré.

Em diversos outros setores de atividade intelectual, mormente bancária, se destacam muitos dorenses, em cargos de responsabilidade e confiança, entre os quais cito: os irmãos Sigefredo, Custódio e Cristóvão de Oliveira, José Calazans de Moura (do Banco Com. e Ind. de M.G.), Mário Carneiro, Vicente de Araújo, Almir de Araújo, Osvaldo de Araújo, Milton de Araújo, José França Gontijo, Sérvulo Vieira Fiúza, Armando Gontijo, Homero Silva (gerentes e fiscais do Banco de Minas Gerais S.A.) Ciro Zica (gerente do Banco Comercial de Goiaz S.A.) e os irmãos Mauro e Maurício Pinto Fiúza, como também Walter Bernardes, do Banco do Brasil.

A imprensa jornalística ali surgiu com Paulino de Paula Sousa, que fundou o semanário "O INDAIA", em 1898. Paulino, pôsto não formado, estudou no Seminário de Mariana e era inteligência de escol. Teve como seu colaborador no jornalzinho sertanejo Miguel José Barbosa, de saudosa memória. Teve o primeiro semanário vida de 10 anos, seguindo-se-lhe "A TRIBUNA", cujo redator-chefe foi o Dr. João Maria de Lacerda.

A êste seguiu-se "A GAZETA DE DORES", sob direção de Miguel José Barbosa e Eduardo José de Almeida. Seguiram-se "O PROGRESSO", "O INDAIÁ" (segunda fase), o "OESTE-JORNAL", o "COMBATE", a "VOZ DO OESTE", ainda "O INDAIÁ" (terceira fase), o "LEGIONÁRIO", o "DORES-JORNAL", a "VOZ DO POVO, e "O LIBERAL".

Houve, ainda, jornais humorísticos: "O BRINQUEDO", "O MOSQUITO", "O RISO", "A SENTINELA" e "O MARRUCO".

Nesta modesta imprensa sertaneja ensaiaram seus vôos literários, afinaram o espírito, aformosearam o estilo muitos, dentre êles José Osvaldo de Araújo, cujos versos agora reunidos em "CANÇÕES DE UM SONHO DISTANTE", trazem o encanto e o bucolismo dos panoramas sertanejos.

"Trocando a lira pelo caduceu", não perdeu a alma poética e nem o amor ao torrão natal. Vêja-se como canta A NOSSA e não apenas A MINHA TERRA:

"Para te ver tal qual eras na minha infância,
Fecho os olhos, abrindo, em sonho, o coração:
Só êle sabe ver, ao longe, na distância...
Para êle, ùnicamente, o tempo corre em vão...

Um bosque de verdura entre leves colinas:
Aqui e ali, sorrindo em meio da folhagem,
Telhados a emergir e casas pequeninas...
No alto, a velha matriz abençoa a paisagem.

Um céu profundo afaga o povoado risonho,
E o horizonte é sem fim nestes campos gerais:
Pela altura do céu, aqui, se mede o sonho,
E pela vastidão do horizonte, os ideais...

Na moldura do céu, Cruz do Monte abre os braços...
Muito ao longe, o perfil da Serra da Saudade
É o azul mais azul contra o azul dos espaços,
É um sonho azul da terra em meio à imensidade...

Eis as ruas, por onde o vento sertanejo,
O vento que aprendeu a correr nos caminhos,
Levanta poeira e a leva ao alto, para um beijo,
— Mãos postas, na ascensão reta dos redemoinhos...

Vejo a Fonte do Povo, entre árvores antigas ...
Lá, com pernas à mostra, as pobres lavadeiras
Cantam, batendo roupa — horas quentes — cantigas
Que eu sabia de-cor, ingênuas, fagueiras...

Um pouco além, a cruz com torquês e martelo,
Instrumentos de dor, o maior dos cruzeiros,
Erguida num recanto apagado e singelo,
Entre filas marciais de vetustos coqueiros...

Quantos ouricuris com cachos vermelhinhos!...
Meninos a brincar e moleques às turras ...
De cócoras, no chão, uns rebentam coquinhos,
Outros olham, da cêrca, as mangas das Bandurras ...

Adiante o casarão da escola, esburacado,
Colmeia, em rebuliço... O silêncio depois ...
Gritos de ordem do mestre Antonico, coitado!
Tabuada de somar, cantada: — Um e um — dois...

Mais em baixo, bambuais verdes ... Pássaros pretos
Enchem a tarde azul de alvoroçados cânticos...
A casa onde nasci ... Os primeiros sonetos ...
Meus pais... Minhas irmãs ... Meus amores românticos ...

E mulheres com pote à cabeça, voltando
Da fonte... E, no silêncio, à luz do meio-dia,
Lentos carros de bois, carregados, cantando ...
E cigarras zinindo, além... Monotonia ...

E os campos do Taipeiro, onde, no estio, às tardes,
— Tardes como não vi jamais, a vida inteira,
Vagávamos, sonhando, a sós, eu e o Bernardes,
A recitar Bilac e Alberto de Oliveira ...

E a igreja velha, em maio à hora das novenas...
E, depois, os leilões de prendas no adro em festa ...
E a saída da missa aos domingos ... Apenas
Ruínas do antigo templo, ai dêle! agora resta ...

E as noites de luar, lua grande ! repletas
De cantos infantis... cirandas-cirandinhas ...
Serenatas ... Violão ... Cantigas prediletas ...
O mesmo trovador ... Sempre as mesmas modinhas ...

Ai ! Fogueiras de junho ! Ai! Canto alegre e lindo
De jovens a dançar ! Nunca pude esquecê-las ...
As fagulhas, em meio às vozes, vão subindo
Para aumentar no céu o brilho das estrêlas !

E, em agôsto, o gemer das caixas do congado ...
E cantigas lá longe — orgia e devoção ...
E, noite funda, após o Natal, no ar molhado,
A toada dos foliões de Reis, no Buracão...

E o Campo-Santo, além, cheio de covas rasas...
Canteirinhos em flor ... Cruz que uma prece implora ...
— E' aqui que mais pungente a saudade abre as asas
E de joelhos, depois, e de mãos postas chora ...

Chora e fica a chorar, na evocação dos dias
Ditosos que lá vão, de tanto vulto amado !
A lágrima é que fecha as mudas romarias
Da saudade, através das horas do Passado !

Assim, ó minha Terra, é assim que, ainda agora,
Meu coração te avista, e a mim consegue ver:
Tu, singela e feliz, como eras outrora;
Eu, ingênuo e feliz, como deixei de ser !

Todo êsse elenco intelectual se formou em menos de 40 anos, de 1908 para cá, e prossegue em animador crescendo.

Sabido que a renovação do nível intelectual de um povo não se faz a súbitas, mas lenta e gradativamente, muito já se fêz em apenas quatro décadas. Sendo, porém, acanhado o campo de ação intelectual sertanejo, dá-se o fenômeno (que é generalizado e muito enaltece a interlândia) de ficar esta privada da presença e colaboração de filhos ilustres, que vão desenvolver suas atividades em melhores centros. Não se desconhece que grande maioria dos vultos preeminen-

tes do País, quer na administração pública, na política, quer nas ciências e nas artes, não são naturais da Cidade Maravilhosa. Percorra-se a nominata dos Presidentes da República, dos Ministros e seus auxiliares, dos luminares da medicina, da engenharia, do Direito, da literatura, e verificar-se-á que a grande maioria vem da interlândia, do sertão onde os superficiais pensam que só existem tabaréus.

Canudos! Lição amarga! Homens elegantes e grãfinos do litoral, lembre-vos sempre êste trágico episódio da nossa história, produto do desprêzo do litoral pelo sertão. Lembre-vos que o sertão fanatizado se pôde produzir o menino — monstro de coragem — que fêz calar o canhão Vovó, poderá produzir vultos preeminentes da mentalidade brasileira, se para isso lhe oferecerem propícia oportunidade.

CAPÍTULO XVIII

Professor Antônio Nelson de Moura

Mestre Tonico. Pintassilgo do sertão. Guia da infância, poeta, músico. Na música foi o apaixonado, o entusiasta e vibrante, que todos sabemos. O seu bombardino era o mais afinado bombardino que jamais houve no sertão. Quando o executava, a emoção derramava-se-lhe por todo o arcabouço; naquele momento êle não era êle — era o bombardino em corpo, alma e harmonia. Era todo vibração em convulsivos trejeitos ao compasso musical, inteiramente absorvido como se respirasse num mundo de melodias. Com seu bombardino nem se quer competia um violino de fidúcias musicais à Julieta Dionesi — o José Bernardes.

Alma cândida, sobradamente sensível aos sentimentos musicais, enfeitiçada da magia inebriante de Euterpe, era também querido de Apolo. Tivesse ido além do curso normal, feito no sertão; tivesse aprimorado a sua delicada sensibilidade artística e viva inspiração em melhor ambiente intelectual, teria sido beletrista de pról, que poesia e música lhe eram dons inatos. Os vários semanários, que já se editaram em Dores do Indaiá, traziam semanalmente, com pontualidade, sua valiosa e apreciada colaboração, quase sempre glosando um episódio lá do sertão.

Uma singela amostra, apenas.

Acontecendo falecer, na cidade, um senhor mordido de cão hidrófobo, o deputado Antônio Zacarias Álvares da Silva, médico, Presidente da Municipalidade, determinou trouxesse mordaça a cainçalha da cidade. Fervem os comentários e o poeta glosa:

MORDAÇAS

"Ninguém queira atualmente
Ser cachorro, nem de caça,
Que se foge da corrente,
Não se livra da mordaça.

Não é sòmente o cão
Que por tais apertos passa,
Há muita gente, pois não,
Qu'anda também de mordaça.

Negociante, a dinheiro,
Sem que exceções nunca faça,
Nada vende o dia inteiro...
Êle e o freguês têm mordaça.

Fazendeiros, cafelistas,
Senhores de grande massa,
Hoje estão de MURCHAS CRISTAS,
Todos andam de mordaça.

Candidato a deputado
Que largos programas traça,
Se no pleito é derrotado,
Fica logo de mordaça.

Velho casquilho e dengoso,
Que com tinta as cãs embaça,
Que gosta de andar cheiroso,
E' falta d'uma mordaça.

O marido que passeia,
Que à noite folga e chalaça,
A mulher lhe bota a peia,
A sogra põe-lhe a mordaça.

Para fim de tanta asneira
Direi: — tamanha pirraça
Fêz a crise ou quebradeira
Que em todos pôs mordaça.

Agora que terminei,
E se não me acharam graça,
Já não mais vos cançarei,
Dai-me, pois, uma mordaça.

Dores, 4-3-903.
A. Pintasilgo".

Com ser professor primário, em meio aos árduos labôres da educação da infância, entretanto nas folgas que lhe sobejavam, não descuidava de poetar, compôr peças musicais, reger sua Euterpe com alma e devoção e *bombardinar* com amor e entusiasmo. A mocidade de Dores do Indaiá muito lhe deve em formação moral e intelectual.

CAPÍTULO XIX

O malandro do Sertão

Nessa entidade que se encontra calaceando em tôdas as cidades, grandes ou pequenas, vilas e lugarejos, bem se percebe o contraste marcante entre o litoral e o sertão. É verdade que entre o malandro litorâneo e o sertanejo se interpõe a mesma distância que separa os respectivos ambientes culturais. Mas salvante os hábitos comuns da embriaguez e da repulsa ao trabalho, os atributos de um contrastam deveras com os do outro, em favor do malandro sertanejo. Tipo perigosíssimo é o malandro de morro, nas favelas, a quem não basta repelir qualquer modalidade de trabalho útil, beber, jogar, furtar e viver folgado de qualquer jeito, conquistando amores fáceis; há sobretudo de ufanar-se merecidamente da má fama que o classifica entre os indivíduos transgressores de tôdas as normas sociais, e infratores dos dispositivos do Cód. Penal: precisa saber vibrar o aço, ferir ou matar e sair ileso.

Ao revés disso, o tipo do malandro do sertão: não trabalha, mas não furta; é sóbrio, ajeitando-se à vida miserável e amarga; contenta-se com o pouco que se lhe dá, dormindo muita vez no chão limpo; embriaga-se, mas é pacato, inofensivo, humilde, respeitador; ironiza, apenas, a vida e satiriza, às vêzes, os que o merecem. O Mizael foi, em Dores do Indaiá, a figura típica do malandro sertanejo. Quem não conheceu êsse tipo popular, gingão que se bamboleava pelas ruas fantasiado de pipa ambulante a fermentar, fará dêle a exata psicologia, em sabendo que seu maior desejo era fôsse êste mundo um vasto canavial, em cujo centro fumegasse sempre um alambique. Eis um dia de seu viver.

Certa manhã, em que a *Esquina da Tesoura* celebrava calmamente sua costumeira sessão, ali surge inopinadamente o Mizael, gesticulando, increpando o quer que fôsse e dirige-se ao Emidio Soares, Major, se me faz favor:

— D'hoje pru diante, Sô Emídio, não durmo mais em sua casa pru móde lá ajuntá tudo quanto é cabrito da cidade fazendo tanta latomia e sujeira que não deixa a gente nssocegá.

Referia-se ao porão aberto da casa do Major, que para êle seria um paraiso de confôrto, não atrapalhassem tudo os malvados cabritos que lá também se abrigavam. Dali, sempre gingando e amaldiçoando o desgraçado quem quer que inventou cabritos, lá foi rua acima, rumo à farmácia do professor Artur Moura, cumprimentando, todo camaradagem e intimidade, o Tuá e Paulino Sousa, que passavam. Ao defrontar com a farmácia pára, esquece por um momento os cabritos, assunta a oportunidade, olhando para lá e para o chão; coça a cabeça entre indeciso e esperançado; entra, afinal, escancara um bocejo, resmunga e resoluto pede ao farmacêutico cinco cobres emprestados.

— Cinco cobres é muito dinheiro; para que tanto, Mizael? indaga Siô Artur.

— Pra móde comprá bica-bica-bonato de bebê di minhã.

— Pois se eu tenho bicarbonato para vender, retruca o farmacêutico.

— Mas é que Sô Cintinho vende mais barato, revida o Mizael irônico, cara lambida, cuspinhando para um lado, desconsolado que vê perdida a partida.

Naquele mesmo dia leva a traparia de cama para a cadeia pública, que sempre o acolhia compassiva, quando embriagado.

Interpelado pelo da guarda sôbre o que vinha fazer com aquilo, retruca que lá ficasse guardado, não tivessem mais êles, policiais, o trabalho de buscá-lo à rua: viria com seus próprios pés a qualquer hora, visto que naquela boa casa não havia a tabuleta, que dizem havia na de Abaeté, prevenindo a sentenciados não se recolhessem depois das nove horas, pena de ficarem na rua.

Vagueia todo aquêle dia, como de costume. Sôbre a tardinha empardece o céu, carregado de nuvens, e à noite desaba tremenda bátega: estampidos ensurdecedores, clarões de relâmpagos que se cruzam — todo um céu que vem abaixo, inundando ruas e casas. Soube-se que o Indaiá galgara a Serra da Saudade, de lá transbordando campina abaixo. Vá por conta do Chico Agnelo.

Nove horas da noite: badala o sino da cadeia o sinal de recolher, e nada de Mizael, que ainda anda tateando às cegas pelas ruas, guiado pelos clarões sós dos coriscos, encharcado por dentro e por fora, desnorteado. Nem com saber de-cor e salteado o caminho da cadeia, atinava-lhe com o rumo. Escorrega aqui, focinha além, galga um beco que sai no Largo de S. Sebastião.

No Largo esbarra num trem: apalpa, sonda, bate, mas era igreja e não cadeia. A um clarão consegue entrever a silhueta da *Casa da Escola*, pardieiro esborcinado, esburacado, sito onde está atualmente a Santa Casa. Encaminha-se para lá, entra e pernoita no assoalho limpo.

Dez horas do dia seguinte, — dia sereno, céu azul, sol radiante. Chega o mestre Artur Moura para iniciar os trabalhos escolares e dá com o Mizael estirado, que se diria morto não fôssem ruidosas variações no cornetim nasal. Sacode-o com a biqueira da botina e fá-lo despertar. Em acordando recebe de chapa no rosto os raios solares, coados através das frestas do velho prédio. Cobrindo o rosto com as mãos espalmadas, todo pavor, esconjura em voz pastosa:

— São Jerônimo, Santa Barba, Virge!

— A tempestade foi ontem, *seu* malandro, explica o mestre Artur.

Reduzido à realidade, levanta-se e vai resmungando a iniciar mais um dia de sua vida. E assim viveu, sempre dividido entre o porre e a ressaca, curando um com a outra e vice-versa. Não fêz mal a ninguém, jamais. Sua filosofia era, apenas, gozar a vida sem trabalhar.

CAPÍTULO XX

Sobriedade, rotina, impressionabilidade

MUITO se tem dito, com elogio até, que o montanhez se destaca pela sua pronunciada sobriedade no modo de se alimentar, de se vestir, de morar, de falar, de sentir e de pensar. Ou por outra: que come parcamente, veste singelamente, mora modestamente, sente frouxamente, sem entusiasmos arrebatados, e pensa... aqui é que não sei que advérbio caberá bem no elogio da sobriedade de pensamento. Não é fácil definir como pensa ou *magina*. Em suma, já se observou que tudo faz sem pressa, que vive de vagar, a passo lento e tardo tal como a boiada tangida pelo vaqueiro paciente em marcha preguiçosa e sonolenta pelos sem-fins dos chapadões. Os maliciosos dizem *tal qual a carneirada*. Bem: se assim é, em se tratando do mineiro em geral, com mais forte razão o é com referência ao homem do alto S. Francisco, pois que aqui a sobriedade se elevou a grau tão exagerado que emperra a evolução do povo. Refratário, por índole, a qualquer inovação, não se deixa levar por teorias e ensinamentos abstratos, por conselhos que voam e não deixam impressão indelével. Ama o empirismo, as coisas práticas, palpáveis — o ver para crer; gosta da realidade concretizada em atos, nos exemplos de outros, de vizinhos principalmente. É a melhor demonstração do velho princípio filosófico de que nada está na inteligência sem que tenha passado pelos sentidos.

Por isso não creio na eficiência da campanha para aumento, da nossa produção agrária, se a orientação oficial se restringir aos sós expedientes de empréstimos agrícolas, distribuição gratuita de sementes, venda de máquinas pelo custo, instruções por meras conferências (semanas ruralistas), folhetos, rádio, etc. O sertanejo ouve

tudo isto, acredita ou finge que acredita e continua a cultivar o solo como o faziam seus avós.

Já referi em outra parte que um fazendeiro de minhas relações, bacharel em Direito, condena sistemàticamente o emprêgo de máquinas agrícolas e só usa em sua lavoura o machado, a foice e a enxada. Não adianta explicar, por palavras sós, que, por exemplo, a batatinha cultivada na Holanda por processos modernos, está concorrendo em preço com o produto nacional.

Entretanto, quer me parecer que não é difícil criar no sertanejo a mentalidade agrária. O ponto está em conhecer-lhe o feitio peculiar. Nessa gente, inveteradamente rotineira, dá-se, todavia, o curioso fenômeno de ser muito *sugestionável*. Nem pareça incompatível a coexistência de dois atributos aparentemente antitéticos — *rotineira e sugestionável* — pois êste é resultante daquele. O rotineiro é, por índole, teimoso, presunçoso, inamolgável no que diz com a abstração, incapaz de iniciativa própria. Isto porque, nada viajado, nada conhecedor de outras zonas, seus métodos e progressos, julga que sua terra é a melhor do país, seu zebu é o melhor do mundo, seus conhecimentos são os mais aperfeiçoados: basta se leia um jornalzinho de qualquer cidade do interior para que se vejam os progressos que por lá andam devidos ao *esforçado prefeito, progressista,* ao *adiantado* fazendeiro Fulano, e por aí além.

Mas êsse sertanejo rotineiro cede diante da realidade tangível.

Há mais de 100 anos o barão d'Eschwege, pôsto que falando de mineiros em geral, observou isto mesmo: "Êstes que aprendo então a conhecer, depois de demorada observação, ajuizam em geral da utilidade de um trabalho ou de qualquer máquina, não segundo o que poderiam prestar, mas simplesmente *segundo o que têm prestado*, sem atender às circunstâncias que põem obstáculo ao fim que se tem em vista".

Com ser assim *sugestionável*, deixa-se levar fàcilmente pelos exemplos como realidade palpável, concretizada; possuindo, em grau potencial, todo um complexo de ótimos atributos, poder-se-á fazer do sertanejo um povo forte, rijo de corpo e sadio de espírito, inteligente, adiantado. — Se os nossos dirigentes querem sinceramente renovar os métodos da nossa rotineira produção agrícola, hão que atentar nesse feitio sertanejo e explorá-lo devidamente. Bastaria que se mandasse para uma só fazenda de cada município um agrônomo ou verdadeiro técnico munido do necessário maquinário agrícola, moderno.

Este, não apenas com preleções vagas, mas com o trabalho efetivo, cultivaria o solo à vista do fazendeiro, trataria de curar moléstias e pragas e faria a colheita de um ano.

Demonstrado o resultado, no plantio seguinte todos os agricultores daquele município imitariam o exemplo. A não se fazer assim, é perder tempo em campanha ineficiente, como até agora tem ocorrido.

Muitos municípios do interior têm os elementos do progresso: boas terras, viação férrea, rodovias, escolas, correio, telégrafo, bom clima, em suma, grandes possibilidades. Porque não progridem? Falta de descortino, ausência de orientação de seus administradores, rotina de seus habitantes, nada menos.

* * *

Em quatro épocas, que foram quatro derrocadas, o povo dorense revelou seu temperamento *sugestionável*, e, pôsto tímido, cauteloso e hesitante, deixou-se empolgar por movimentos tresloucados.

Nos últimos dias do Império, os ventos soprados de S. Paulo espalharam no Oeste mineiro a semente da febre cafeeira. Quem não plantava, financiava a lavoura de café. Dada a baixa do produto, todos — cafelistas e financiadores — acabaram arruinados, *de murchas cristas*, conforme o poetar de Antônio Nelson de Moura.

Não se haviam ainda refeito, os dorenses, dos males do fanatismo cafeeiro, e já irrompe ali a praga das *mutuárias*, que dizimaram as fortunas de uns e fizeram a de estranhos, como a de certo político hoje em evidência. Fazendeiro dorense houve que chegou a vender parte de sua propriedade para embarcar na falsa canoa das mutuárias, urupucas que se enfeitavam com os nomes de — Mutuária "João Pinheiro", — Universal, — Barbacenense, — Ouro-Pretana, — etc.

Passam-se os tempos, e a cidade, pela primeira vez, abre suas portas a um Banco, que perpetra a maldade de instalar ali uma agência. Fazendeiros sólidos, mas que nunca haviam ouvido falar em *aval*, nem sabiam que espécie de bicho era, assinavam no verso de letras, crentes de que o faziam como simples testemunhas de docu-

mentos. Com essa facilidade, afoitos negociantes de gado avançam nos empréstimos bancários e, sobrevindo a baixa da carne, foi aquela quebradeira de que alguns ainda se recordam e outros não.

Apenas decorrida uma década, ou pouco mais, sopram novamente os ventos, desta vez vindos do Triângulo mineiro, e disseminam o virus de outra febre, de caráter mais pernicioso — a orgia zebueira de 944 a 45 (38). Não sei se desta convalescerão os febrentos.

(38) — A criação do zebu aperfeiçoado é um bem; mas o fanatismo exclusivista zebueiro é um mal. A feição dada à pecuária zebueira dorense, praticada com bastante exclusivismo de outras modalidades do trabalho, parece que está causando àqueles munícipes males profundos que, se não remediados em tempo, comprometerão sèriamente a economia, a eugenia, o desenvolvimento e melhoria racial da população desfavorecida da fortuna. Absorvendo tôdas as outras atividades e abafando a agricultura, o exclusivismo pastoril levou os proprietários imprevidentes a devastarem inteiramente as poucas matas que protegiam as campinas contra a insolação e os ventos causadores do ressecamento do solo. Já antes dessa devastação, o que predominava na zona era o terreno de campinas limpas e savanas, numa proporção de mais de 80% para menos de 20% de florestas e matos secos. Tornou-se, por obra do homem, uma região inteiramente desprovida de flora lenhosa, desensombrada, sujeita à forte insolação e ventos que, de ano para ano, vão esterilizando mais e mais o solo.

Os pobres não encontram mais terreno para a agricultura e o sistema de plantação a meia, por processos rotineiros, lhes dá prejuizo, de maneira que preferem não plantar. Entre êles reina a subnutrição, criando filhos mal alimentados, anêmicos, que serão futuros cidadãos indispostos para o trabalho, parasitas da sociedade. A eugenia, a raça, ao em vez de melhorar, degenera, pois não há acaciano que não saiba que a pobreza é a principal causa da degeneração de um povo. O mal não está no zebu em si; vem da maneira fanática, do exclusivismo na sua exploração, com desprêso da agricultura.

Lembre-se aqui a frase de Alexandre Herculano: "Se não tivermos o generoso ânimo de dizermos a nós próprios a verdade, os estranhos no-la virão dizer com mais cruel franqueza". Pensem nisto os fanáticos zebueiros que me estejam lendo com recriminações.

CAPÍTULO XXI

Litoral e Sertão

As boas qualidades do sertanejo estão traçadas, com proficiência, em página magistral de Euclides da Cunha, amplamente divulgada: *É um retrógrado; não é um degenerado.*

Esta sentença concisa encerra uma acusação e um elogio. Acusação aos nossos improvisados mentores que, esquecidos de que o rústico e deselegante dêsse homem é compensado pela rijeza de sua constituição orgânica, desprezam inteiramente o sertanejo, deixando-o entregue a si mesmo durante séculos, privado de cultura mental, de educação para a saúde e de melhoria no seu padrão de vida: é um esbofeteado pelos patrícios. Elogio, que é a proclamação de um quase milagre, por não haver o sertanejo, assim esquecido e deixado aos seus instintos naturais, se despenhado na degradação. Fôrça era que estagnasse; prodígio foi que não degenerasse, pôsto que ocupando grau inferior na escala do progresso.

Deixando à margem os seus incontestados atributos de vigorosa constituição física, de enrijamento pela adaptação ao panorama, de grande resistência, de amor à franqueza, à sinceridade e à liberdade, a par do aborrecimento à lisonja, não há negar que o sertanejo rural ainda se encontra naquela fase de que fala o padre Nóbrega — papel em branco onde podem ser gravados os mais puros sentimentos, os preceitos básicos da moral social. Êste o elogio, eis que conserva latente grande capacidade, excelente disposição de receptividade de ensinamentos — em religião, em instrução cívica, em ciência e nas artes: tudo à espera, apenas, de um agente benfazejo que lhe desperte as boas qualidades. O que, ainda, vem contribuindo para

essa estagnação do sertanejo, além do descuido das administrações, emperrando sua marcha evolutiva, é a penúria que por lá impera, generalizada na massa popular camponesa. Entretanto a pobreza, que em regra causa a degenerescência, ali ainda não produziu êsse funesto efeito. Ao revés, o viver sossegado, tranqüilo, despreocupado, resignado, frugal, extreme das agitações dos grandes centros urbanos, causadoras de irritabilidade e neurose, é o fator da reserva de ótimas energias e boas qualidades latentes. E' no recôndito do sertão que está a boa seiva de brasilidade; aqui é que se encontram a vida e vigor da nação, adormecidos, e que urge sejam despertados.

Basta que se realce o contraste real e marcante entre o viver febricitante e agitado das massas heterogêneas nas grandes cidades, e a calma, a serenidade predominante nas populações sertanejas, sem mestiçamentos subseqüentes e perturbadores, como ocorre no litoral.

Haja vista o viver do operário carioca. Morando em um dos afastados subúrbios da Capital, desperta a espôsa, manhã nascente, para lhe preparar o almôço, que leva numa latinha para o serviço no centro da cidade. Sob a premente necessidade de não perder um dia no ganha-pão cotidiano, sem se despedir dos filhos que ainda dormem, sái em correria para pegar um elétrico ou um dos trens do subúrbio, na Central ou na Leopoldina. Viaja cêrca de uma hora ou mais, nem sempre dentro do carro, comprimido e em pé, mas não raro enganchado na plataforma, entre um e outro vagão, em prodígio de equilíbrio e grandes riscos. Desembarca atropeladamente e corre, corre desabalado, tropeça aqui, desvia ali e empurra acolá, aos safanões da multidão que se complica na travessia de ruas superlotadas, para entrar na enorme fila do *espera-ônibus* ou para a disputa de uma brechazinha no estribo do bonde, excessivamente lotado, que o leve ao local do trabalho. Já bastante extenuado, ali chega, finalmente, às oito horas, trabalha, come o almôço da latinha e às 17 horas recomeça a luta para o regresso ao subúrbio, aonde chega às 19 horas ou 20. Não vê, muita vez, os filhos que já dormem, janta, ouvia, em outros tempos, pelo rádio, o roufenho "Boa noite, trabalhador", de certo moço de recados de um certo ditador. E vai dormir para, no dia seguinte, percorrer a mesma via-sacra martirizante. Isso não ocorre sòmente com os operários suburbanos; mas generaliza-se a todos os trabalhadores — bancários, comerciários, industriários e mais profissões, e até com os patrões. A concorrência a todos obriga e impõe um despender excessivo de energias, que resulta em profundo esgotamento físico e moral. Basta que se entre numa loja de varejo ou numa das grandes drogarias cariocas.

CONTRASTANDO com êsse viver agitado e trepidante, de esfôrço frenético e impetuoso das multidões em borborinho e acotovelamento, em atropelos e ansiedades, em constrangimento e canseiras, está a calma despreocupada, a serenidade imperturbável do camponês sertanejo na amplidão do seu *habitat*, respirando ar puríssimo num clima sêco, ameno e salubre, sem as inócuas, mas incômodas e freqüentes visitas dos mata-mosquitos da Saúde Pública, que de mosquitos e saúde pouco entendem. Desperta pachorrento, toma o leite fresquinho ao pé da *Bargada*, ou lá o que ela chame, pica o fumo de corda, ajeita a palha, enrola o *caetano* de ida e volta, e, com os arregaços das calças roçando um no outro — zuque-zuque-tizuque — lá vai rumo à *lavoura* pelas sendas tortuosas, sem mêdo a cobras venenosas, pois tem o corpo *fechado*.

Alheio a tôdas as inquietações dos centros populosos, não se aperta nem se afoba, não se atropela nem titubeia ante uma situação para outros embaraçosa; não se atormenta com a solução de problemas, como aluguel de casa, salário mínimo, semana inglêsa, dissídios coletivos, greves e outros tormentos do Cod. Trabalhista. Para êle tôda semana é brasileira, começando em domingo e terminando em sábado.

Não resisto à tentação de referir aqui singelo episódio passado em minha presença. Em abril de 1945, fatigado de andar nas filas cariocas com o cartão de racionamento, fui veranear na fazenda GERAIS (descrita no Capítulo X, § VIII), onde havia nada menos de 200 frangos gordos, não para venda, mas para o gasto da família do proprietário José Inácio. Lá estava hospedado, também, o Emídio Teles a alinhar, em ziguezague, uma rodovia grãfina rumo à sua fazenda. À noite, em tôrno ao caldeirão de leite gordo, estreme do batismo carioca, comentamos a sua geometria viçosense (muito se orgulha de haver estudado na Escola de Viçosa) de ôlho nu e alvitramos que, com uma baliza de pano no topo de um bambu, se alinhava corretamente uma estrada. Na manhã seguinte vai a Carlota (que é como se dissesse a espôsa do José da Carlota), arrumar o quarto do hóspede Emídio. Mas que é dos lençóis da cama ? Haviam ido balizar a estrada.

Tem o sertanejo as melhores condições e meios, a mais propícia oportunidade para ser um forte, rijo de corpo e são de espírito, podendo fàcilmente realizar a velha aspiração do *mens sana in corpore sano*.

Em tôrno da sua habitação a natureza dadivosa proporciona-lhe tudo quanto necessário para um viver farto. E', com efeito,

fisicamente forte, resistente; não tanto, porém, como pode e deveria ser, porque, abandonado a si mesmo, carecido de meios de progredir, de ensinamentos para aprimorar e disciplinar seus bons atributos e para saber viver bem e confortàvelmente, está estagnado. Da facilidade na obtenção do necessário para uma subsistência parca, dispensando a luta intensa pela vida; da sua tradicional sobriedade, que o leva a se contentar com pouco; da ausência completa de educação para a saúde que, para mais lhe enrijar o corpo e tonificar o espírito, ministrasse preceitos elementares de higiene, de escolha de alimentação adequada, de medicina preventiva, de moradia convinhável; da carência absoluta de ambição que o force a fazer funcionar suas latentes forças dinâmicas, impulsionar sua capacidade e aprimorar seus dotes virtuais, melhorando seu nível de vida; de tudo isto que se poderia chamar de — fatôres negativos — resulta o comodismo displicente, a falta de interêsse e de estímulo do camponês na aquisição de conhecimentos aperfeiçoados (contentando-se com os transmitidos pelos rotineiros antepassados), e a sua permanência no grau de diminuição intelectual em que até agora tem vivido. Com tudo isto e apesar disto, não perdeu suas qualidades latentes, virtuais.

TERCEIRA PARTE

(Influência nordestina)

CAPÍTULO I

A Pecuária Nordestina

A história da formação do povo mineiro parece que deve partir de dois pontos extremos: o primeiro cronològicamente vem dos sertões baianos e deve ser balizado por um ângulo formado do final da primeira ramificação da Serra da Canastra, margem esquerda do Rio Indaiá, atravessando o S. Francisco em Pirapora, e pela Mata da Corda; o segundo irrompe dos campos de Piratininga. O primeiro, pôsto que obscuro, remorado e nada brilhante, assinala a marcha impulsionada pela pecuária; o segundo, mais dinâmico, temerário e teatral, foi a base da arrancada bandeirante. Que o primeiro, tanto como o segundo, teve precípua função antropogeográfica, embora rareiem documentos, é o que se tenta aqui esclarecer.

O território baiano, que mais tarde havia de ser batizado de CHAPADA DIAMANTINA, próximo das atuais divisas de Minas, foi o primeiro sertão a ser palmilhado pelas entradas baianas, desde Vasco R. Caldas até Belchior Mareya, além de outros aventureiros anônimos. Só a míngua de conhecimentos mineralógicos dêsses improvisados pesquisadores não lhes permitiu a revelação das ricas jazidas diamantinas descobertas depois. Malograda a finalidade dessas jornadas, valeu, entretanto, o conhecimento da zona com seus descampados e catingas cobertos de pastagens nativas.

Introduzida na Bahia desde 1551, com a leva de vacas trazidas na caravela *Galga* (39), e continuando a chegar mais rebanhos

---

(39) — Cf. padre Serafim Leite, *Hist. da C. de Jesus no Brasil*, Cap. IV do Tomo I, em oposição a outros que atribuem a Martim Afonso a introdução do gado vacum no Brasil.

bovinos e eqüinos, a pecuária desenvolveu e propagou-se pelo interior baiano. Simultâneamente intensifica-se a agricultura, notadamente a canavieira, nas terras mais férteis das florestas costeiras. Em tal maneira que no Regimento dado a Tomé de Sousa, escrito em Lisboa em dezembro de 1548, os engenhos de açúcar já mereciam especial referência. Em pouco no Recôncavo e cercanias contavam-se não menos de 260.

Agricultura e pecuária, porém, praticavam-se em terrenos abertos, à conta das dificuldades e preços elevados dos tapumes divisórios, serviço que estava acima das possibilidades financeiras dos primeiros colonos.

Demais, revestida de florestas, onde não medrava a gramínea forrageira, a orla litorânea, propícia à agricultura, não o era à pecuária, que ali se veria encarecida e retardada com trabalhos preliminares do desbastamento de grandes áreas e preparo de pastagens artificiais. Por êstes motivos a grande pecuária, que requer áreas extensas, houve que se alongar bastante do litoral e meter-se pelo sertão, longe da faixa litorânea agricultada. E nem foram êstes sós os fatôres do seu afastamento, que houve, também, determinação régia proibindo-a dentro de 10 léguas marítimas. Sendo, então, indústria mais extensiva que intensiva, pedindo grandes áreas desnudas de florestas e, de preferência, cobertas de forragem nativa, foi-se expandindo pelo sertão já conhecido dêsde as primeiras entradas e que havia de ser a futura *Chapada Diamantina*.

A par dessas vantagens para a indústria pastoril, sobrelevava a existência de *lambedouros* salinos nas margens do S. Francisco e alguns dos seus tributários. Da sua rápida expansão pela zona da *Chapada* há o testemunho de *"Hum Religioso"*, autor anônimo de uma representação a el-rei, apresentada e discutida em Consulta do Conselho Ultramarino. Não traz data êste papel publicado no Vol. 31 dos ANAIS da BIB. NAC. pág. 23. Do seu confronto, porém, com o mapa do padre Jacob Cocleo (confecionado no tempo do govêrno de Lencastro, talvez em 1698) infere-se que é de data anterior à dêste, porquanto não faz referência a algumas capelas e povoados (matéria principal do seu conteúdo), que já vêm figurados naquele mapa. Da representação dêsse *Religioso* e da informação do Secretário do Conselho Ultramarino — Roque Monteiro Paim — consta a existência de não menos de sete caminhos, afóra muitos trilhos, conduzindo da cidade da Bahia ao S. Francisco, a saber: caminhos de *Jacaré*, de *Jeremoabo*, de *Vaza-Barris*, de *Jacobina*, de *MORRO DO CHAPEU*, de *Rumo de Peroassú*, *"com moradores por elles e por todas as mais*

terras adjacentes, em que se descobrio capacidade para as suas vivendas".

Fôsse como fôsse, é de presumir que antes de 1650 já a *Chapada Diamantina* se achava invadida de muitos pecuaristas; primeiro porque a crescida população agrária do Recôncavo era grande consumidora de carne, bem como o couro era bastante empregado em surrões para os artigos de exportação; segundo porque em 1670 Francisco Dias d'Avila, descendente de Caramuru e pai do famoso Garcia d'Avila, já se achava estabelecido além da *Chapada*, na margem esquerda do S. Francisco, próximo da Barra do Rio Grande, até onde deviam chegar as 250 léguas de testada, ao longo do rio, do vastíssimo latifúndio dos Ávilas. E também antes de 1660 Jacobina devêra achar-se regularmente povoada, pois que em 1720 já podia ser elevada a Vila.

Entre os pecuaristas invasores da futura *Chapada* se achava o potentado Antônio Guedes de Brito. Este régulo, senhor de muitos escravos africanos e índios, não foi, entretanto, feliz na escôlha do sítio em que se estabeleceu — o MORRO DO CHAPÉU.

A *Chapada* forma-se de uma série de cadeias, a leste do S. Francisco, mais ou menos paralelas, onde se dá uma particularidade interessante, com reflexo na história mineira. Consiste em que os cursos de água, que brotam daquelas serranias e vertem para o S. Francisco, são efêmeros, tornando-se inteiramente secos durante muitos meses; ao passo que os nascidos no flanco opôsto, correndo diretamente para o mar, como o *Paraguassú* e o *Rio de Contas*, são de curso perene. (40) Ora, êste fenômeno merece atenção especial, porque marca duas influências decisivas na formação histórica do povo mineiro: o norte, sob influência caracteristicamente nordestina; o centro e o sul sob a paulista.

A estância de Antônio Guedes de Brito, no *Morro do Chapéu*, era a mais desprovida de bebedouros para o gado, que, como é óbvio, os exige próximos das pastagens. Guedes precisava expandir-se sob pena de ter sacrificada sua indústria em sítio baldo de bebedouros. Circulado de outros pecuaristas, comprimido de um lado pela zona litorânea agricultada, e de outro pela população promíscua de bran-

---

(40) — Cientistas, como ALÊM, FRED. HARTT e TH. SAMPAIO, que percorreram a região desde o S. Francisco até S. Salvador, dizem-na "revestida geralmente de Florestas baixas, ou caatingas, exceto uma estreita faixa ao longo da costa, onde uma atmosfera mais úmida favorece uma vegetação mais exuberante. A região por tôda a parte tem um aspecto estéril, com vegetação diminuida e escassa e excessiva avidez de clima, a maior avidez e a mais alta temperatura são obtidas na zona calcárea, *onde por nove meses do ano pouca ou nenhuma chuva cai, e tôda a vegetação herbácea seca anualmente*". (*Além* apud Fred. Hartt). E Th. Sampaio diz que os que nascem nas cercanias do *Morro do Chapeu* — *Vereda do Jacaré*, o *Verde de baixo*, o *Jacuipe* — são de águas escassas que ficam secos durante meses (*O S. Francisco e a Chapada Diamantina*).

cos comprometidos com a Justiça e de escravos africanos e índios fugidos durante as guerras do litoral, todos concentrados nas margens do S. Francisco, era natural que o régulo entrasse a inquietar essa gente em tentativas para se aproximar do rio. Aquêles refugiados, semicivilizados e unidos na defesa do seu *habitat* tranqüilo, haviam de cogitar na desforra, não só repelindo as tentativas do régulo para os esbulhar de terras, como ainda saqueando-lhe a propriedade: é a lei da guerra em todos os tempos e povos. Vem daí, talvez, o apodá-los de *facínoras* e contra êles apresentar queixas ao Governador, solicitando repressão.

Nomeado, em 1663, Regente da Conquista do S. Francisco, com a doação de uma sesmaria de cêrca de 160 léguas (que chegaria até alem da barra do Rio das Velhas), com amplos poderes civis e militares dentro dessa Regência, e auxiliado por outros pecuaristas, inicia Guedes a campanha contra aquela gente para a exterminar ou repelir, e conquistar o vasto território dá sua jurisdição. O que êle alcança é fazer aquêle amálgama de brancos e pretos acamaradados com os nativos, todos já quase nivelados no mesmo estádio cultural, refluir para além do *Carinhanha*, na bacia do Urucuia, que começa, assim, a se tornar sítio de mais medrança para o cangaço. Julgando limpa a margem do S. Francisco, prossegue o Regente na conquista do seu grande feudo, rumo ao Rio das Velhas, distribuindo terras aos seus auxiliares, fixando colonos foreiros em fazendas e organizando a administração. Não tarda, porém, que a morte venha por têrmo à sua missão, sem que, entretanto, ficasse abandonado pelos seus herdeiros o domínio doado e conquistado, consoante carta do governador Fernando de Lencastro, que em pouco será mencionada. Dissolvido o seu heterogêneo corpo de armas de 200 homens, muitos não regressam, continuando nos sítios onde fixados como foreiros, seduzidos pela uberdade do solo e abundância de água, e outros, mormente escravos e simples agregados, preferindo a vida sôlta nos sertões devolutos. Correndo a notícia da morte do façanhudo Regente, os afugentados *facínoras* foram reaparecendo e acamaradando com os sobejos da expedição dissolvida. E vá-se, desde já tomando nota de como assim entra a engrossar o número dos ocupantes da zona de boa medrança para a jagunçaria.

É oportuno lembrar que, simultâneamente com a campanha de Guedes de Brito, na margem direita do rio, ocorreu em 1664, consoante Carvalho Franco, a primeira entrada do Mestre-de-Campo Matias Cardoso de Almeida, terrível caçador de índios, o qual tranpôs o S. Francisco pouco abaixo da Serra da Canastra (citado mapa do

padre Cocleo) e desceu como um tufão pela margem esquerda, espaventando em vários sentidos as populações nativas, não poucas, do Vão do Urucuia.

Ao cabo de pequeno interregno nas contínuas perseguições a essa gente, sempre escorraçada e acumulando ódios aos conquistadores, outra vez, de baixo e de cima, irrompem os perturbadores da sua tranqüilidade selvática. E' que, na década de 1671 a 680, enquanto Estêvão Ribeiro Baião Parente, seu filho João Amaro e seu ajudante Braz Rodrigues de Arzam espaventavam do Recôncavo para o alto S. Francisco a indiada revoltada e promíscua, Fernão Dias Pais Leme, com o aparato de sua bandeira e o estrondo das suas armas, fazia que os nativos de Itacambira fugissem rumo ao Carinhanha. Os que êle expulsara da bandeira quando foi da conspiração no Sumidouro, bem como os desertores da malograda expedição de D. Rodrigo Castel Branco, internando-se pelo sertão, foram também elementos a engrossar o número dos *facínoras*.

Da entrada de Fernão Dias resultou, ainda, a fundação do arraial de Itacambira, onde deixou uma guarnição militar sob o comando do cabo José de Castilho, em guarda e defesa do país das esmeraldas.

Guarda e defesa contra quem ? Não devêra ser contra ameríncolas, que êstes não cobiçavam pedras preciosas. Não seria porque, já por êsse tempo, vizinhos por ali houvesse, fôssem os pecuaristas subidos da Bahia com o Regente Guedes, fôsse a população de brancos e pretos insinuados em meio à indiada e conhecedores do valor de pedras preciosas? É, pois, de se conjeturar soubesse o Governador das Esmeraldas da existência de gente cristã fixada ou perambulando por aquêles ermos adjacentes. E na verdade, em carta de 1700 o governador D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro dizia ao rei que

> "a casa da Torre, *os herdeiros de Antônio Guedes de Brito* e Domingos Afonso Sertão, moradores na jurisdição da Bahia, são senhores de quase todo o sertão...".

Enquanto isto aqui ia germinando assim, as coisas lá para o Norte, além da Serra do Gurgueia, não toavam bem: a negraria dos Palmares e os índios ex-aliados ou descendentes de aliados de franceses e holandeses, traziam alarmadas as populações. Donde a outra expedição do já afamado caçador de índios Matias Cardoso, com seus ajudantes e auxiliares João Amaro, Antônio Gonçalves Figueira, Cap. João Pires de Brito e Januário Cardoso, além de outros, com mais de

1.200 combatentes. Saindo de S. Paulo em 1690, Matias demorou-se por dois anos no arraial de seu nome, que fundou nas margens do Rio Verde, atual divisa de Minas com a Bahia. Daqui partindo para iniciar a campanha contra os índios do Ceará, deixou nesse seu arraial uma guarnição militar, que lá deve ter permanecido até 1697 (época em que terminou a guerra aos índios). Esta guarnição, necessàriamente, se pôs em contato com a gente ribeirinha do S. Francisco, adquirindo carne, peixe sêco, sal e o mais necessário para sua subsistência. E é desta maneira, com soldados rudes, de maus costumes, com desertores, degredados e criminosos fugidos da Justiça, que se vai introduzindo a civilização naqueles habitantes da margem do rio, com todos os vícios e desvios dêsses *civilizadores* de trabuco.

A ser verdadeira a existência, no Brejo do Salgado, de uma velha moenda de engenho, em que se gravou a data de 1674, deve presumir-se que bem antes dêsse ano já havia ali cultura canavieira introduzida por brancos e pretos fugidos do Recôncavo baiano, ou pela gente da expedição de Guedes de Brito. Nem é mera conjetura, porquanto já antes de 1700 era morador no *Brejo Japoré* o Cap. Mor Atanásio de Siqueira Brandão, que mais tarde legalizou sua posse pela carta de sesmaria de 30 de junho de 1707, assinada pelo governador de Pernambuco Sebastião Caldas, e na qual já se fala na *freguesia* de S. Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande. O que tudo nos leva, ainda, a conjeturar que tanto a expedição de Fernão Dias, como também a de Matias Cardoso (de 1690), já encontraram o norte mineiro relativamente devassado e em parte povoado, segundo o memorado papel de *"Hum Religioso"*.

O vasto latifúndio do Regente Guedes de Brito não ficou abandonado, segundo se deduz da citada carta de 1700 do governador Fernando de Lencastro: os herdeiros continuaram a explorá-lo por seus foreiros. E para logo Manuel Nunes Viana, com procuração de uma das herdeiras — D. Isabel Maria Guedes — vem da Bahia para administrá-lo e obrigar os foreiros ao devido pagamento: devia ser a gente que o finado Guedes fixara ali. E a mais decisiva prova da invasão da pecuária no norte mineiro, algumas décadas antes da revelação das Minas dos Cataguases, está em que tão logo estas foram descobertas, aquela zona pôde abastecer de carne, peixe sêco e sal os centros mineradores. Ora, a pecuária, em regra iniciada com pequeno número de novilhas, e então praticada por processos primitivos e sem recursos de evitar as moléstias que costumam dizimar os rebanhos, requeria mais de 10 anos para pesar no mercado dos açougues.

Além de procurador de D. Isabel, Nunes Viana tornou-se pecuarista por conta própria nas suas grandes propriedades do Jequitaí e Tabua. E terminadas a guerra dos Emboabas e a sua ditadura, recolheu-se a essas propriedades com numerosos sequazes baianos, entre êles o seu valente ajudante Cap. Antônio Francisco da Silva, fundador do arraial do Papagaio (barra do Rio das Velhas), que 12 anos depois lhe foi doado pela carta de sesmaria de 13 de junho de 1719.

Vê-se, por aqui, que, quando a mineração surgiu nas Minas dos Cataguases, entestou com a pecuária assaz difundida e prosperada no norte mineiro, com a copiosa casta dos vaqueiros rijos, valentes e destemidos.

Descobertas as jazidas auríferas, aconteceu o que ocorre em tôda a parte onde se dá êsse fenômeno: esvaziou-se de população o litoral; esvaziaram-se as vilas, arraiais e povoados de Norte a Sul, e o próprio Portugal entrou a se despovoar. Todos corriam para os primeiros descobertos: Ribeirão do Carmo, Tripuí, Sabará, Caeté, Pitangui, etc., na ânsia de colhêr o precioso metal aluviano antes que se esgotasse. Ninguém cogitava nos meios de subsistência da copiosa multidão de mineradores numa região inculta. A pecuária, porém, permaneceu firme, porque os pecuaristas descobriram mina mais rendosa e suave, que era transformar seu gado em bom pêso do ouro penosamente extraído. E não poucos mineradores, como Miguel Gonçalves de Siqueira, percebendo a prosperidade da pecuária à custa da mineração, abandonam suas lavras e vão fundar fazendas de criar no norte mineiro. Era que, enquanto a mineração pesada exigia numerosos escravos africanos, então de preços elevados, para a pecuária não eram precisos mais que 3 casais de índios para o custeio de um rebanho de mil cabeças: e os índios eram bem afeiçoados a essa ocupação.

Desta maneira pecuária e comércio baianos contribuiram mais que a mineração paulista para a formação dos povos do norte de Minas: a mineração impulsionou o povoamento, a pecuária também; a mineração prosperou, a pecuária também; a mineração morreu, a pecuária não, antes sobreviveu e aí está o que é atualmente.

O alto S. Francisco havia de ser a primeira e principal via de comunicação com as Minas e por êle haviam de subir os primeiros

suprimentos aos mineradores e descer o ouro, produto das vendas, e do contrabando também. Ali a influência baiana suplantava a paulista. Os povoados ribeirinhos haviam de prosperar, como prosperaram, com o comércio, e com essa prosperidade e trânsito intenso, por caminhos sem policiamento, haviam de surgir os bandos de salteadores, muitos vindos de longe, como logo depois ocorreu também na Mantiqueira. Vejamos a gênese remota dêsses salteadores e seus descendentes — os jagunços.

Não se argüa, porque não se oculta ou nega, que foram muitas as famílias paulistas fixadas no norte de Minas, ainda antes de reveladas as minas. A massa miúda do povo, porém, predominante em número, era de origem nortista, da Bahia principalmente.

CAPÍTULO II

O Vale do Urucuia

O que de impressionante, de torpe, de hediondo e barbaresco as brenhas do Urucuia têm acobertado! Deviam ficar esquecidos, a bem das gerações futuras, os lances feios, as torpezas e selvagerias que aquêles ermos testemunharam. Sei que não é agradável dizer dessas coisas e não menos ouvi-las. Se me atrevo a convidar meus poucos leitores, contrafeitos êles e eu, a nos abeirarmos daqueles sertões de cenas repugnantes, não é pelo prazer de registrar sucessos vergonhosos, que afeiam as páginas da nossa história, mas pela conveniência de apontar os responsáveis pela situação e fazer justiça ao amerín-cola, que se tem pretendido inculpar.

Stefan Zweig, escritor de escol e fina sensibilidade, não teve por destoante da austeridade e sisudez da História, nem impróprio de sua pena elegante, o descerrar a cortina do leito régio de Luiz XVI e Maria Antonieta, e devassar *tão delicado e sagrado segrêdo de alcova* para de lá extrair o fermento da revolução francesa. É que em História, por mais desdenhável que seja uma particularidade, deve ser revelada e analisada, se defluem dela conseqüências que esclareçam o desenrolar dos acontecimentos. E' o caso, como parece, da origem do cangaço no Vão do Urucuia.

A culpa vem de data recuada — do êrro inicial nos métodos de colonizar postos em prática pela metrópole por mãos de homens façanhudos, desconhecendo que a melhor arma para civilizar é a razão temperada pela brandura, e não o bacamarte escravizador.

A semente do cangaço (por maior estranheza que possa causar a afirmativa), foi lançada na colônia por mãos de D. João III, ao

assinar, a 17 de dezembro de 1548, o Regimento dado a Tomé de Sousa. Com êsse documento e a vinda do primeiro governador geral, visava el-rei mais a defesa da colônia contra as investidas estrangeiras do que o povoamento. Ressalta a preocupação de S.M. de armar todos os seus súditos cristãos. Com êsse propósito começa por isentar de qualquer impôsto a comerciantes, lusos ou estrangeiros, que trouxessem.

> "mantimentos, armas, artilharia, pólvora, salitre, enxofre, chumbo, e quaisquer outras cousas de munição de guerra, que á ditta capitania levarem ou mandarem levar..." o que tudo poderiam "livremente vender... ao capitão, *moradores* e provedores della (capitania) que forem christãos e meus subditos".

Sôbre essa facilidade ao comércio de armas e munições, o Regimento estipulava penalidades aos *moradores* da colônia que não possuissem o *mínimo* delas ali fixado:

> "Eu tenho ordenado que os capitães das Capitanias das dittas terras e *senhorios* dos Engenhos e *moradores* dela sejam obrigados a ter artilharia, e armas seguintes, a saber:..... os senhores dos Engenhos e fazendas que hão de ter terras ou casas feitas tenham *ao menos* quatro berços (*bôca de fogo curta*), dez espingardas, e dez béstas, e vinte espadas, e dez lanças ou chuços e vinte corpos das dittas armas de algodão; e *todo o morador* das dittas terras que nellas tiver casa, terras ou águas, ou navio, tenha *ao menos* bésta ou espingarda, espada, lança, ou chuço e os que não tiverem as dittas armas se provejam dellas da notificação a um anno, e passando o ditto tempo, achando-se que as não tem paguem em dobro a valia das armas".

Eis que se armava compulsionàriamente, até aos dentes, tôda uma população em que avultavam desertores das armadas, degredados, dêstes muitos eram temíveis celerados lá do Reino. Pois se el-rei fixava o mínimo, os moradores, cuja maioria era dessa casta de gente de maus sentimentos, não deixariam de ir ao máximo, adicionando a tudo isto os milhares de arcos indígenas (que eram as melhores armas da época), de que cada potentado sanhudo dispunha.

Cada fazendeiro devia ter muitas armas, e cada acostado seu as suas. Razão tinham os cronistas coevos, acordes em afirmarem que a fazenda de cada potentado era um arsenal de guerra. E porque os índios não podiam usar as armas cristãs (mesmo por que preferiam seus arcos), de nada valeria tanto armamento compulsório, se os régulos não mantivessem nos seus latifúndios numerosos acostados cristãos (diga-se em linguagem moderna — capangas ou jagunços), que manobrassem tantas armas.

Era, ou não, a semente do cangaço?

E se el-rei ordenava, seus súditos cristãos melhor executavam a única justiça então existente — a do bacamarte.

E tão logo descobertas as Minas dos Cataguases, soldados e marinheiros já existentes no litoral ou apenas chegados nas armadas, desertavam continuo, atraídos pela fama das grandes riquezas. Disto há farto documentário na correspondência de D. Álvaro da Silveira e Albuquerque, governador do Rio de Janeiro, e de Jorge Soares de Macedo, da praça de Santos. O primeiro, desde 1703, vinha recomendando às autoridades de Minas, como ao Mestre de Campo Domingos da Silva Bueno, perseguissem e prendessem os desertores, recambiando-os para o Rio. Sempre se temia qualquer ataque estrangeiro, notadamente depois de divulgadas as riquezas descobertas. E o S. Francisco, conhecido e meio povoado, mas sem policiamento eficiente, ia recolhendo êsses perseguidos que, sob ameaça de prisão, fugiam aos rigores certos dos castigos disciplinares: desertores que eram, preferiam refugiar-se na vida sôlta e dissoluta dos sertões, onde não poucos se tornaram até fazendeiros.

Aí está como se plasmou esta casta de *facínoras* do S. Francisco, de que fala a história mineira, dando ensejo à expedição de Januário Cardoso, que os não exterminou, antes fê-los recuar para o sertão mais afastado — para o Vão do Urucuia. Esta atitude continua de perseguições havia de malignar-lhes ainda mais os sentimentos.

*
* *

E nem foram sòmente êstes os maus elementos *civilizadores* daquela região, eis que, infelizmente, grande responsabilidade nesta situação toca ao clero secular da época. Dêsse dizia o Padre Nóbrega que vinha de Portugal a escória. Como ministros de Deus, tinham o defeito de não trabalharem em pró da sua religião.

Iniciado, da maneira que se viu, o povoamento do norte de Minas, a padraria das dioceses de Bahia e Pernambuco, impelida pela

cobiça de aumentar as rendas das suas paróquias com a dilatação do seu âmbito territorial, entrou a invadir a zona. Cada freguesia era quase um reino, mas de população rareada, escassa, e de rendas diminutas. Até onde alcançam as notícias mais remotas, vem logo para o povoado de Morrinhos o padre Antônio Curvelo d'Avila, donde se passa para a aldeia de S. Antônio da Estrada, que em 1720 havia de ser elevada a freguesia com seu nome (a atual cidade de Curvelo). Estende, com isso, a jurisdição da diocese da Bahia até ao Rio Paraopeba, entestando com a freguesia de Pitangui, que havia de ser de Mariana. Alargou-se tanto a diocese baiana que o seu prelado levava dezenas de anos para tomar conhecimento de fatos importantes ocorrentes dentro da sua jurisdição. Haja vista o caso da fundação, em Minas Novas, ali por 1713, de um recolhimento para mulheres, por D. Maria Isabel, filha do Mestre-de-Campo da Conquista, João da Silva Guimarães. Já funcionava há 20 anos quando dêle tomou conhecimento o arcebispo da Bahia, pela incumbência ao padre Nicolau Pereira Barros, vigário de S. Antônio e N.S. do Bom Sucesso do Curvelo, de proceder a investigações a respeito (Docs. no Vol. 31 dos ANAIS DA BIB. NAC., onde vem mencionada a representação de D. Isabel, datada de Minas Novas, aos 2 de março de 1733, bem como atestados do Mestre-de-Campo Pedro Leolino Mariz e de várias pessoas).

Enquanto isto se passava do lado direito, do lado esquerdo do S. Francisco o bispado de Pernambuco avançava sua jurisdição por mais de 500 léguas, desde Olinda até ao ribeirão Jorge Grande (Dores do Indaiá) e dêste aos confins de Paracatu, nas divisas com a Provincia de Goiaz. Provàvelmente o bispo de Pernambuco se abordoava nos dizeres da carta de doação de Pernambuco a Duarte da Costa, de 10 março de 1534;

> "entrará na ditta terra e demarcação o ditto rio de S. Francisco".

E não era apenas a vastidão de cada bispado o que nulificava a doutrinação daquela gente; era, e muito mais, a má casta de sacerdotes seculares ali confluentes.

CAPÍTULO III

Vigário da Vara e Ministro da Inquisição

O padre Santiago!... Que estremeções o só ouvir pronunciar êste nome, que muito puxava pela fortuna e nada pela religião! Esta importava-lhe pouco onde não fôsse manancial de gordos proventos.

Não logrei descobrir a data precisa em que o padre Antônio Mendes Santiago, da diocese de Pernambuco, entrou para território de Minas; mas deve ter sido antes de 1730, porque, quando os chefes de amotinados, um dos quais êle foi, em 1736, promoveram as desordens do sertão do S. Francisco, já êle ali havia consagrado capelas, onde funcionava discricionàriamente.

Deve ter vindo no vigor da mocidade, valente, irrequieto, belicoso, ávido de fortuna rápida, vingativo, pois foi vigário da Vara em Paracatu até 15 de abril de 1775, quando aí faleceu. Além dêle tomaram parte nos motins outros sacerdotes, como Frei José de S. Paulo, que fugiu com uma negra e filhos, e padre Antônio de Freitas.

Santiago era o menos sacerdote dêste mundo: não curava da salvação das almas, mas da condenação dos seus competidores na mineração e desafetos, em cujas fortunas pudesse meter as mãos cúpidas. Quando regia as capelas de Manga, S. Caetano do Japoré e Brejo do Salgado, lavrava rancorosa rivalidade da família dos Cardosos com a dos Maciéis. Os primeiros, da linhagem de Matias Cardoso de Almeida (e então eram principais Matias Cardoso de Oliveira, Domingos do Prado Oliveira, D. Maria da Cruz e seu filho Pedro Cardoso), revoltados contra o impôsto de capitação. Os segundos, descendentes do português Manuel Pires Maciel e da filha do cacique da aldeia de Tapiraçaba (e eram principais Domingos Alves Ferreira Maciel, seu irmão

Roberto Maciel e seu cunhado João Meireles), tiveram a habilidade de se porem ao lado do govêrno, que em Minas era representado pelo vingativo Martinho de Mendonça. O padre Santiago, em vez de procurar aquietar os ânimos, pondo ordem à desordem consoante a doutrina católica do "amai-vos uns aos outros", acirrava ainda mais a animosidade entre aquelas famílias inimigas, carregando o ambiente das discórdias, pondo-se ao lado da facção dos Cardosos, chegando mesmo a ser o primeiro a fazer deflagar prematuramente a sedição e chefiá-la. Era o máu exemplo que um sacerdote dava a um povo já avançado e endurecido na escola da valentia e afeiçoado ao cangaço. As crônicas dizem dos horrores, depredações, banditismo e violação de lares no decorrer dêsses motins do S. Francisco, cujo chefe primeiro êle foi. Sufocados os motins, presos os cabeças, que eram fazendeiros, seqüestrados seus bens, a escravaria africana sem dono, os índios administrados e os brancos agregados sem chefes, todo êsse amálgama sôlto, indisciplinado, aproveitando a oportunidade e confusão do momento, foi se internando pelo Vão do Urucuia, até onde não chegaria a ação da Justiça, — sertão devoluto onde o cangaço havia de medrar com o lastro dessa gente e chegar até aos nossos dias com os jagunços do famigerado Santos Roquete.

Ali a ocupação mais encontradiça é a de vaqueiro, que requer gente rija, audaciosa, afeita a enfrentar e domar touros bravios. E em se tratando de gado criado às sôltas, nos sem-fins sertanejos, vaqueiro e valentão tudo é um. Pois é tradicional que os povos pastores sempre foram mais rudes, agrestes e impetuosos que os agricultores. À fôrça de lidar com irracionais parece que essa gente se afeiçoa à rudeza e ferocidade, quando o mal da profissão não é corrigido por ensinamentos sadios. Por outro lado, os fazendeiros, sempre em quezilas com os vizinhos, só escolhiam vaqueiros valentões, acoitando em seus latifúndios os criminosos afugentados pela Justiça de lugares melhor policiados.

Volva-se, porém, ao padre Santiago, que muitas façanhas ainda vai perpetrar até que chegue o dia 15 de abril de 1775.

Revoltoso afoito e precipitado, que sacrificou a causa dos amigos com ter atecipado imprudentemente o assalto a S. Romão, chefiando numeroso grupo de jagunços, enquanto muitos outros chefes foram capturados, êle consegue escapar à prisão. Devia, porém, viver magoado, porque sua freguesia, à margem esquerda do rio, não revelava jazidas auríferas. Nisto estoura a notícia dos descobertos do

Paracatu longínquo. (41). E o padre arranca das ribeiras do S. Francisco para aquelas minas, onde funda capelas, completando a obra de expansão do bispado de Pernambuco. Com estas façanhas cobrou grande prestígio perante o bispo de Pernambuco, que ambicionava a dilatação da sua diocese. Foi elevado ao pôsto de Vigário da Vara e chefe ou ministro do Tribunal da Inquisição em Paracatu, além de outros cargos. Estavam realizados os seus sonhos. E' de arrepiar cabelos o que ali praticou nessas funções, como minerador que era e rival dos que julgava lhe faziam concorrência na profissão.

Sôbre a feição peculiar do Santo Ofício, em outros lugares, de abafar a liberdade de consciência e perseguir hereges, o padre Santiago fêz dêle, em Paracatu, curiosa instituição de câmbio negro. Não havia ali hereges para combustivel de fogueiras, nem lhe importava queimar essa gente, se lá a houvesse; mas havia muita fortuna de mineiros seus competidores e desafetos, que muito lhe importava abocanhar sem o remorso nauseante do cheiro de carne humana assada.

Fazendo do Tribunal da Fé instrumento das suas vinganças e interêsses próprios, inventa a coisa inaudita, que o professor Gonzaga descobre com o nome de *Carta de Seguro de Vida,* e que suponho seria melhor dizer Câmbio Negro. Consistia em formar processos contra suas vítimas por atos de que também era useiro, como a mancebia, largamente usada até pelo clero regular de então. Mas a vítima podia livrar-se da penalidade crematória, sem se regenerar ou emendar (que isto não importava), mediante uns tantos milhares de oitavas de ouro, que o zeloso Ministro arbitrava discricionàriamente. Valia a pena a transação de câmbio negro, pois no caso da vítima ir ter à fogueira, sua família perdia também os bens, pelo seqüestro. Isto fica melhor esclarecido por um dos exemplos que o citado O. Gonzaga descobriu nos arquivos de Paracatu. Seja o caso do processo feito contra o Dr. Inácio Peres da Costa, cujo libelo crime acusatório assim reza:

"Provará que o Dr. Inácio Peres da Costa, sendo formado em medicina e conhecedor das leis e preceitos canônicos, desviou-se do bom caminho da Religião, para praticar o horrendo crime de mancebia carnal com Rita Cardosinha e Rita Maria do Crato;

Provará que o réu entra e sai das casas das suas concubinas a qualquer hora do dia, causando grande escândalo neste arraial com suas relações ilícitas...

---

(41) — Sôbre o início do povoamento e fundação do arraial, que havia de ser Paracatu, é possível que a história mineira seja retificada, pois o pesquisador Olímpio Gonzaga fala de doc. que prova a existência ali da "Irmandade dos Pretos de N. S. do Rosário" desde 1706, a qual *concluiu* sua capela em 1744. Ora, a construção de uma capela por êsses pobres escravos não se podia verificar em poucos anos.

Provará que o réu não tem pejo e vergonha, como homem solteiro formado que pode arranjar um bom casamento, preferindo *antes* (sic) dar o feio exemplo de mancebia carnal;

Provará que o réu incorreu em desobediência das leis canônicas e da moral cristã, ficando incurso nas leis e penas arbitrárias(?) por tempo indeterminado, sujeito ao seqüestro de todos os seus bens (*era o que mais importava*) pelo feio e horrendo crime de concubinato..."

Baseada a defesa na alegação de que, como médico, podia a vítima entrar em qualquer casa, inclusive de suas amantes, de dia e de noite, para atender doentes, foi o réu absolvido, *porém* (nessa conjunção lá vai o câmbio negro da Fé) mediante a Carta de Seguro de Vida que lhe custou 14.403 e meia oitavas de ouro, assinada pelo Ministro Santiago aos 23 de julho de 1750, com a seguinte continha :

"Ao Ministro Santiago	2.315	oitavas
Selos da Carta	854	"
Sinal para o Santo Officio	750	"
Ao Escrivão da Camara Ecclesiastica:		
Autuação e direitos	1.132	"
Inquirições	540	"
Feitio das ordens	375	"
Rasa	1.687 ½	"
Ao Meirinho Geral	5.250	"
Certidão desta conta	1.500	"
Soma	14.403 ½	"

Torquemada precisava vir aprender a Paracatu !

Com êsses méritos de excelente cambista da Fé, ganhou êste algoz a confiança do Bispo de Pernambuco, cumulando honras, poderes ilimitados e incontrolados ao ladó de gorda fortuna. Dono exclusivo de imensa circunscrição eclesiástica, que se estendia dos confins de Paracatu à barra do Carinhanha, cuidando mais do interêsse próprio, minerador que era, deixava ao abandono, sem assistência espiritual e religiosa, o rebanho de almas disseminado por aquêles sertões agrestes, e nem permitia pisasse sequer ali sacerdote nenhum de outra diocese: os poucos que o tentaram, como o padre Palhano, foram repelidos de armas nas mãos.

Assim, sintetizando, de início, a imprudente providência da metrópole, obrigando tôda a população a se armar até aos dentes; os

potentados fazendeiros mantendo seu prestígio e respeito à sua propriedade à custa dos muitos malfeitores, que aliciavam e tinham acoitados nas fazendas, sob o disfarce de vaqueiros; sacerdotes gananciosos e dados desordens e chefiando motins; o Santo Ofício a premiar delatores e condenar desafetos por crimes, como a mancebia, largamente usada impunemente por padres e governadores (42), tudo isto, que se não era a subversão completa da moral social e religiosa, regulava por isso, — havia de preparar o ambiente propício ao advento do cangaço, que ainda perdura nos recantos menos beneficiados pela ação dos poderes públicos, como o Vão do Urucuia.

Não admira, pois, que essa região, asilo preferido de malfeitores afugentados de outras plagas já melhor policiadas, se tenha tornado o teatro favorável à jagunçaria e o cenário de fatos degradantes.

Esta subversão foi num crescendo tal, que culminou no incesto inaudito de casamento de um avô desnaturado, mandão do Urucuia, sôbre cujos desatinos ninguém podia boquejar nada. Não me ganhem ódio os parentes dêsse sibarita, que muitos andam por aí ocupando altos postos políticos. Recente a ocorrência, de pouco mais de meio século, por ora não ponho aqui o nome do protagonista nem referirei o caso, que entretanto fica em manuscrito para publicação posterior, consoante o relato do citado Olímpio Gonzaga. Acreditem, que é autêntico.

Ante esta inominável carência de sensibilidade e pundonor paternal de um avô incestuoso, como que impalidecem as truculências dos jagunços do NECO (Manuel Tavares de Sá), em parte presenciadas por Th. Sampáio em 1879, assim como as selvagerias de Antônio Dó, de Américo de Queiroz, Ermelindo, João Pirahy, Demétrio, Faustino Prêto, Salé, José e Vicente Vaqueiro, Higino da Rocha, José Garcia, Salusão, Raimundo Lopes, Virissimo Rocha, Hermilão, Pedro Barqueiro e muitos outros celerados do Vale do Urucuia, que se entredevoraram em pleno século XX.

Dir-se-á que por tôda a parte, ainda em cidades civilizadas, há assassinos célebres, como João Costa, em Dores do Indaiá, João Soares, em Curvelo e os Manda-Saias em Abaeté. — Sim, mas são indivíduos que operam isoladamente, por questões meramente pessoais,

---

(42) — O governador de Minas, Bernardo José de Lorena, mantinha em palácio duas amantes escandalosas, e tornou-se o terror das famílias honestas, muitas das quais se afastaram de Vila Rica, receiosas de assaltos eróticos. Em Diamantina o intendente João Fernandes, afrontando a sociedade, elevou a preta Chica da Silva à altura de Eva Peron.

e não em bandos de malfeitores congregados para o cangaço, pondo em polvorosa populações inteiras, assaltando, invadindo e saqueando indistintamente cidades, como a Januária fizeram os jagunços do *Neco*. Nem quero dizer que assim seja, selvagem, tôda a população do Vale do Urucuia, porque há muita gente pacata que, sem reação, suporta as tropelias dos malfeitores. Mas que alí houve e ainda há bandos de jagunços, é o que não se põe em dúvida.

Não há mister argúcia nenhuma de psicólogo para fàcilmente observar a diferença notável, em características somáticas, em educação, hábitos e costumes, da população de Pirapora para baixo e, subindo pelo Vale do Urucuia, até divisas de Goiaz, em confronto com os povos ocupantes do flanco direito da Serra da Mata da Corda (segunda ramificação da Serra da Canastra), até Pitangui. Lá ainda perduram o cangaço e o mandonismo de que se pode fazer idéia pelo apelido adequado de HERDEIRO DO SERTÃO, como era traduzida a marca H S posta no gado de conhecido pecuarista, e pelas recentes façanhas de Santos Roquete.

Aqui nada disso, tanto que em Abaeté pouco durou um mandonismo-mirim ensaiado por pessoa vinda de fora, logo abafado em fragorosa derrota eleitoral.

CONCLUSÃO

ESTA situação, assaz deprimente para os foros de País civilizado, leva a gente a conclusões sombrias.

Vê-se o govêrno brasileiro empenhado em transpor oceano e buscar à Europa braços para o trabalho; vêmo-lo varar, indiferente, sertões já devassados e povoados, mas abandonados, e voar ao Bananal e alhures, tentando fumar o cachimbo da paz com Chavantes e outros ameríncolas ainda felizes na liberdade das suas selvas.

Quanto à imigração de estrangeiros, dos deslocados da guerra, poucos não estarão convencidos de que no Brasil não há carência de braços, mas sim de *cabeças*. Já alguém disse judiciosamente que o melhor imigrante é a criança brasileira, até agora carente de tôdas as assistências. Imperdoável falta de caridade, senão crime de lesa-pátria, é descurar do sertanejo patrício, abandonado como vem sendo, e cuidar de estrangeiros indesejáveis: a solidariedade humana há de começar em nossa casa.

Quanto a fumar o cachimbo da paz com o gentio indomado, feliz no seu estádio primitivo, livre das moléstias, males e vícios da civilização, penso que é inoportuno para se pensar nisso, ou melhor, para se meter mãos à obra, porque não é menos crime tirá-los da sua liberdade e felicidade selváticas e deixá-los na miséria, na penúria física, moral e intelectual, a que se acham reduzidos os carajás e outros silvícolas domesticados, bem como tôda a população rural sertaneja, sem nenhum, absolutamente nenhum dos benefícios da assistência social. Preferível é deixá-los, por ora, onde e como estão. Será preciosa reserva eugênica para quando as condições econômicas do País permitirem enfrentar de maneira útil, eficiente e patriótica o problema da sua integração na sociedade brasileira, como elemento consciente dos seus direitos. E' tarefa dispendiosa, que deve ser confiada, de preferência, a médicos especializados, capazes de preservar os bugres do contágio das moléstias *civilizadas*, que foram as responsáveis pelo quase extermínio da raça americana.

O Dr. Edmundo Blundi, Chefe do Departamento Médico da *Fundação Brasil Central*, em entrevista a "O GLOBO" de 10-11-947, fêz um relato entristecedor das moléstias transmitidas aos índios pelos civilizados (tifo, para-tifo, difteria, influenza, febre amarela, sífilis e notadamente a tuberculose). Relembra o fato assistido pelo missionário Colbacchini, na região do Meruri, em Mato Grosso, onde viviam em perfeita saúde seis mil Bororós. Aparecendo lá um, apenas um civilizado tuberculoso, em pouco tempo os Bororós ficaram reduzidos a menos de seiscentos: mais de 5.400 ceifados pela peste branca.

Com os miseráveis recursos preventivos de que atualmente dispomos, não podemos imunizar essa gente das moléstias dos civilizados. E' até bem provável que os robustos, hígidos e sádios Chavantes já estejam contaminados de algumas destas, levadas nos presentes dados pelos fumadores do cachimbo. O problema, quando o País estiver financeiramente habilitado a enfrentá-lo, deve ser tratado com tôdas as garantias de conservação da vida e saúde dos índios, inicialmente sem a preocupação do setor religioso, pois no sal por que se entra na grei católica, pode ir germe das malfadas moléstias.

Sobretudo, deixar aos índios as suas terras, a sua liberdade nas florestas, a sua religião: seria a ressurreição da raça preservada da mestiçagem.

Não é nova esta idéia, pois já o padre Las Casas previa que expoliar o gentio das suas terras o mesmo é que exterminá-lo:

> "no habrá salvacion para los indios hasta que les sean devueltas sus tierras".

Enquanto disto não se pode tratar, cuide-se agora, e com urgência, do elemento humano já incorporado à vida nacional, pôsto mal integrado; cuide-se séria e eficientemente dêsse povo, cujo prolongado abandono vai criando nêle um complexo de inferioridade, uma resignação prejudicial diante da sua miséria física, moral e intelectual, que faz dêle grande maioria morta para a economia nacional: pouco produz e quase nada consome.

E nem é sòmente o sertanejo: nos morros, nas favelas, nos mocambos de algumas capitais e grandes cidades, êsse *elemento morto* é ponderável.

Cuide-se sèriamente dessa gente, e teremos braços de sobra para a agricultura, para a indústria, para o exército, para a marinha, para tôdas as atividades úteis, que bravura, rijeza, resistência, sagacidade não faltam ao sertanejo destemido, ao vaqueiro temerário, ao jagunço que não recua ante perigos e inimigos temíveis. Faça-se dêsse povo, hígido e forte de corpo, homens sãos de espírito.

APÊNDICE

Um pardo de merecimento

QUE muito esquecidos andam aventureiros de mérito, audazes, arrojados, que andaram devassando, palmo a palmo, as paragens do além São Francisco! Dêles um pardo deixou naquelas plagas uma tradição que se vai delindo na memória das gerações atuais. A Justiça está pedindo seja arrancado do esquecimento e trazido para as páginas das crônicas mineiras êsse sertanista de fibra e realçados o sentido e importância da sua obra em prol do oeste mineiro. Importa reparar a injustiça, por omissão, feita ao esquecido Isidoro, a respeito de quem, na minha infância, escutei a antigos dorenses ter sido um contrabandista de diamantes, que muito dera que fazer ao govêrno colonial. Era, porém, notícia bastante vaga, não passava disto, não chegando, sequer, a identificá-lo pelo nome todo — o cronista receava até registrá-lo, na impossibilidade de fixar a identidade da personagem.

Foi, por isso, com imensa satisfação que, lendo a *Memória das Minas da Capitania de Minas Geraes*, do Dr. José Vieira Couto, bem como o auto lavrado em Vila Rica, aos 19 de dezembro de 1800, dando conta do resultado da sua jornada científica pelo território da *Nova Lorena Diamantina*, encontrei referências que permitem reconstituir, pôsto imperfeitamente ainda, essa personalidade e reabilitá-la.

Por essas ligeiras referências ao companheiro e guia do cientista que teve a primazia de estudar e descrever a zona, se pode conjeturar que êsse pardo entrou para aquela região na segunda metade do século de 1700 e lá se tornou respeitado "chefe de gaimpeiros em ermos sertões." O certo é que, antes de 1800, segundo conta Vieira Couto, o pardo abalara daqueles sertões a Vila Rica, para levar ao governador

Bernardo José de Lorena "um diamante pesando muito mais de duas oitavas" e com tanto otimismo exaltou o território, abundante dessas pedras, e de ouro e de prata, que o governador acertou de mandar pesquisá-lo e estudar. Daí por diante o pardo aparece com o nome completo — Isidoro d'Amorim Pereira — e com a patente de "Capitão do Regimento dos Homens Pardos."

Até agora não encontrei o documento pelo qual êsse humilde brasileiro foi elevado ao pôsto de Capitão de um Regimento; mas é bem provável o tenha sido naquela ocasião, pelo mesmo governador, ao ensejo e recompensa da oferta da pedra e revelação das sobreditas riquezas, pois que antes era garimpeiro em "ermos sertões".

Como seja, assim foi que o pardo Isidoro, antes apenas obscuro "chefe de garimpeiros", teve a glória de ser chefe e guia da primeira jornada científica, que penetrou naqueles sertões, pelo Dr. Couto batizados de Nova Lorena Diamantina. Graças a êle, aos 24 de abril de 1800, abalava de Vila Rica a caravana científica de Vieira Couto, da qual faziam parte o intendente do ouro do Sabará — Francisco de Paula Beltrão — e o Sargento-Mor Antônio José Dias Coelho, êste comandando cêrca de 30 soldados.

Aos 8 de maio seguinte, depois de se extasiar na contemplação da belíssima lagoa Piraquara, chegou o Dr. Couto à fazenda *Santa Fé*, do Cap. Amaro da Costa Guimarães, onde se demorou nove dias. Aqui se incorporou à caravana o Capitão Isidoro d'Amorim Pereira, comandando cêrca de 70 garimpeiros e demandaram (eram mais de 100 pessoas) o ribeirão do Chumbo.

Tem a palavra o Dr. Couto:

"Havendo um certo Isidoro, sujeito que DE MUITOS ANNOS vivia como chefe de garimpeiros em ermos sertões, denunciado ao Exmo. General desta Capitania, Bernardo José de Lorena, um território abundoso em diamantes, ouro e prata, segundo dizia êle, em cujo testemunho havendo tambem logo oferecido ao Real Erário um diamante pesando muito mais de duas oitavas, esta denuncia envolvendo em si peso e consideração, determinou o mesmo Exmo. General mandar fazer exames sobre as paragens, afim de se averiguar a verdade ou falsidade desta mesma denuncia. Este terreno denunciado, que se verificou ao depois serem os mesmos sertões do Abaeté, logares muito tempo havia conhecidos por diamantinos (21) e que nesta minha Me-

(21) — "O Rio da Prata, que desagua no Paracatú, foi reconhecido diamantino muitos annos ha, e o quartel que nelle existe para o guardar, foi construido ainda em tempos do Governador Gomes Freire de Andrade. Os rios Andaiá, Abaeté, S. Antonio, Sono e outros foram tambem por tais reconhecidos ha mais de dezasseis annos".

mória vai descrita com o nome *Nova Lorena Diamantina*, não foi inutilmente e de balde examinado. Sabia-se já, é verdade, que alli haviam diamantes; que por alli andava immenso povo; porém havendo esta administração da real extração dos diamantes do Serro enviado áquelles sertões, haverá sete ou oito annos, dois grossos golpes de gentes, esta gente, depois de haver por lá andado mais de dous annos, e se recolhido em fim com grande perda, teve-se aquelle paiz por pobre e de nenhuma utilidade. Este successo o fez cahir em desprezo, e a tal ponto, que até guardas que o vigiavam se affrouxaram, foram deminuidas em numero, e o terreno foi quase de todo abandonado aos garimpeiros, que melhor o sabiam desfrutar. Agora estes exames decidiram, segundo o meu ver, e puzeram em clara luz a Nova Lorena; manifestaram grande parte dos seus haveres, e que se ignoravam; e indicaram as utilidades, que o Estado poderá ainda esperar deste mesmo paiz.

"Itinerário do Rio de São Francisco ao Rio Abaeté

"Aqui (*na fazenda S. Fé*) nos demoramos nove dias esperando pela gente garimpeira que neste logar devia incorporar-se comnosco como succedeu. Esta gente compunha de 60 para 70 pessoas, mui bem matizada de differentes cores, quais as de branco, mulatos, cabras, pretos, tudo gente infima e de costumes tais, como pedia seu pessimo e infeliz genero de vida. O Capitão Isidoro era, a cuja voz e aceno se movia todo esse rancho, homem pardo, maior de cincoenta annos, de muito poucas palavras, e estas muito atenciosas, macias e cortezes; mas de genio retrincado e sagaz, e a cujos dotes deveu elle a prerogativa de sempre dominar sobre grandes enxames de tal gente. A nossa comitiva, já aqui muito engrossada com estes novos companheiros de viagem, principiou a desfilar, no dia 18 de maio muito cedo, pelas amenas chaãs, de que é cercado este sitio de Amaro da Costa. A cavalaria, a bagagem, a gente de pé, tudo isto ocupava um bom espaço de caminho, que em longo cordão negrejava por entre a verdura das campinas. Ao longe e por nossa dianteira já começa a assomar e azular nos horizontes algumas serras, daquelas que formam a grande lombada de terra, que divide as aguas das duas capitanias desta e de Goyas. Isto era pela que pertencia ao longe, porquanto o chão, que iamos presentemente pizando, todo elle era raro como dos dias antecedentes, argiloso e com pedregulhos; e desta maneira continuamos até ao sitio chamado Cocaes, quatro leguas adiante e onde pernoitamos."

Da fazenda Cocais seguiu a caravana para a do Davila ou Santa Rosa, daqui para o Quartel de S. João, donde avistaram dois elevados picos, além do Rio Indaiá, a que deram os nomes de *Nau de Guerra e Fragata*, por lhes parecerem dois gigantescos navios parados em pleno mar... de verduras.

Transpostos o Indaiá, o Indaiázinho, o Borrachudo e o ribeirão dos Tiros, onde houve o Quartel do Assunção, atingiram o Abaeté, que foi demoradamente explorado e estudado.

Em tôda essa diligência foi figura marcante o pardo Isidoro d'Amorim Pereira. Ainda espero encontrar melhores dados para mais completo estudo dessa personagem, a quem muito deve a região em lide, de subsolo riquíssimo e até hoje mal explorado e quase nada aproveitado.

BIBLIOGRAFIA

Obras e manuscritos consultados:

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL.

AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE — *Vig. pelas Prov. do Rio de Janeiro e Minas Gerais e Viag. às Nascentes do São Francisco* — Trad. de Clado R. Lessa.

CARTÓRIOS DA COMARCA DE DORES DO INDAIÁ.

BANDEIRISMO — de Salomão de Vasconcelos.

O BANDEIRISMO E O RECUO DO MERIDIANO — de A. Ellis Júnior.

CASA GRANDE & SENZALA — de Gilberto Freyre.

EVOLUÇÃO DO POVO BRASILEIRO — de Oliveira Viana.

FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO — de Caio do Prado Júnior.

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL — de J. Pandiá Calógeras.

GEOLOGIA E GEOGRAFIA FÍSICA DO BRASIL — de Charles Fred. Hartt, trad. de Edgard Sussekind e Elias Dolianiti.

GENEALOGIA PAULISTANA — de Silva Leme.

HISTÓRIA ANTIGA E HISTÓRIA MÉDIA DE MINAS GERAIS — de Diogo de Vasconcelos.

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA — de Pedro Calmon.

HISTÓRIA DA CIA. DE JESUS NO BRASIL — do padre Serafim Leite, S. I.

LIVROS (manuscritos) de SESMARIAS, — do "Arq. Pub. Mineiro".

LIVROS PAROQUIAIS — de Minas, no "Arq. Pub. Mineiro".

NOVAS CARTAS JESUÍTICAS — do padre Serafim Leite, S. I.

OS ÍNDIOS DO NORDESTE — de Estêvão Pinto.

OS PRIMEIROS TRONCOS PAULISTAS E O CRUZAMENTO EURO-AMERICANO — de Alfredo Ellis Júnior.

OS SERTÕES — de Euclides da Cunha.

O SÃO FRANCISCO E A CHAPADA DIAMANTINA — de Theodoro Sampaio.

O BRASIL NA AMÉRICA — de Manoel Bomfim.

TRATADO DA TERRA E GENTE DO BRASIL — do padre Fernão Cardim.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO.

RAÍZES DO BRASIL — de Sérgio Buarque de Holanda.

QUILÔMETRO ZERO — de Moacir Silva.

ÍNDICE

Pág.

Justificando (prefácio) .. ..

PRIMEIRA PARTE

A Formação Nacional

CAPÍTULO I

Generalidades 15

CAPÍTULO II

Pau-Brasil, Selecionador Eugênico 19

CAPÍTULO III

O Gaulês 27

CAPÍTULO IV

O Castelhano 39

CAPÍTULO V

O Holandês 43

CAPÍTULO VI

I — O elemento nativo 47
II —A moral indígena 50
III — A preferência pelo branco 59

CAPÍTULO VII

O português

I — Contraste 67
II — A multiplicação 71
III — O Moloc .. ..
IV — Guerra dos Emboabas 78

CAPÍTULO VIII

A escrava africana 83

CAPÍTULO IX

Refletem-se no Alto S. Francisco as guerras do litoral 87

Pág.

SEGUNDA PARTE

Gênese e evolução de Dores do Indaiá

Capítulo I

O alto S. Francisco .. ..
As lendas 97

Capítulo II

O Bandeirismo 103

Capítulo III

Eis que surge outro Adamastor 109

Capítulo IV

O Caminho Velho para o Alto S. Francisco 109

Capítulo V

A Cordilheira da Canastra 119

Capítulo VI

A Serra da Saudade 123

Capítulo VII

O Picadão dos Guaiases

I — Piraquára, Caminho de Piracatu 127
II — A abertura do Picadão 130
III — O traçado e um eqivoco histórico 133

Capítulo VII (bis)

A praga dos quartéis 147

Capítulo VIII

Os quilombos 149

Capítulo IX

Capelinha Colmada 155

Capítulo X

Fazendas e fazendeiros 159

§ I

Fazenda Santa Fé 165

Pág.

§ II

Fazenda das Antas 171

§ III

Fazenda do Ribeirão dos Patos 173

§ IV

Fazenda Cocais 177

§ V

Fazenda do Sobrado 179

§ VI

Fazenda Serra das Saudades 181

§ VII

Fazenda Cachoeira 183

§ VIII

Fazenda Gerais 185

§ IX

Fazenda do Japão 191

CAPÍTULO XI

Como decorria seu viver 193

CAPÍTULO XII

A construção da Matriz 201

CAPÍTULO XIII

Vida Religiosa 209

CAPÍTULO XIV

Os Corrêas 215
(Quadro genealógico) 220

CAPÍTULO XV

Quartel Geral do Rio Indaiá e Diamante do Abaeté 221

CAPÍTULO XVI

Amores de Tiradentes

I — Eugênia Joaquina da Silva 229
II — João de Almeida Beltrão 231
III — Belchior de Almeida Beltrão 237
IV — Limpesa de Sangue 239

Pág.

Capítulo XVII

Vida intelectual sertaneja 241

Capítulo XVIII

Professor Antônio Nelson de Moura 249

Capítulo XIX

O malandro do Sertão 253

Capítulo XX

Sobriedade, rotina, impressionabilidade 257

Capítulo XXI

Litoral e Sertão 261

TERCEIRA PARTE

Influência Nordestina

Capítulo I

A Pecuária Nordestina 167

Capítulo II

O Vale do Urucuia 175

Capítulo III

Vigário da Vara e Ministro da Inquisição 279
Conclusão 285

APÊNDICE

Um pardo de merecimento 287
Bibliografia 291

Impresso nas Oficinas da Imprensa
Oficial do Estado de Minas Gerais